

CLAUDIO CÉSAR DE ANDRADE

**ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE INSTÂNCIAS LOCAIS:
emergência, estruturação e ações efetivas do Movimento de Ética
e Cidadania de Ponta Grossa – PR**

ASSIS - SP
2005

CLAUDIO CÉSAR DE ANDRADE

**ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE INSTÂNCIAS LOCAIS:
emergência, estruturação e ações efetivas do Movimento de Ética
e Cidadania de Ponta Grossa – PR**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, para obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: **Prof. Dr. Milton Carlos da Costa**

ASSIS - SP
2005

A553 Andrade, Claudio César de
Estratégias políticas de instâncias locais : emergência,
estruturação e ações efetivas do Movimento de Ética e
Cidadania de Ponta Grossa - Pr / Claudio César de Andrade ;
orientador, Milton Carlos da Costa. – 2005.
266 f.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Letras
Bibliografia: f. 257-266

1. Movimentos sociais – Ponta Grossa (PR). 2. Cidadania.
3. Ética. I. Costa, Milton Carlos da. II. Universidade Estadual
Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. III. Título.

CDD (21.ed.)- 323.6

“Dizer a verdade não requer explicação, mas dizer uma mentira exige justificção”.

(Celso Lafer)

AGRADECIMENTOS

- À minha família, Ângela e Victor, por submeterem-se ao atrofamento de nosso ócio criativo, tirando-lhes um tempo precioso do convívio fraterno.
- Ao amigo Elias Dallabrida, que com genialidade deu luzes ao meu trabalho.
- Aos meus Pais, irmãos e familiares, que compreenderam a dimensão do ofício de um historiador, com suas orações e apelos.
- A meu orientador, Prof. Dr. Milton Carlos da Costa, que com inteligência e experiência, norteou meu trabalho.
- A meu mestre com carinho, Prof. Dr. Paulo Alves, que sempre esteve aconselhando-me na direção de uma sabedoria complexa.
- Aos simpatizantes e militantes do Movimento de Ética e Cidadania, por fornecerem um laboratório de transformação social que poderá ser universalizado, através de um agir comunicativo.
- Aos que acreditam em experiências inovadoras e contagiantes de uma ética cívica em benefício do bem comum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - A HISTORIOGRAFIA SOB UMA NOVA RAZÃO.....	29
CAPÍTULO 2 - QUADRO SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICO DE PONTA GROSSA:	58
CAPÍTULO 3 - CIDADANIA E PUBLICIZAÇÃO NO BRASIL: UMA PRÁTICA DE NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	113
CAPÍTULO 4 – INTERVENÇÃO CÍVICA EM PONTA GROSSA – O MOVIMENTO DE ÉTICA E CIDADANIA: A CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E AÇÃO EFETIVA.....	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	257

ANDRADE, Claudio César de. Estratégias políticas de instâncias locais: emergência, estruturação e ações efetivas do Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa – Pr.

O presente trabalho discute a criação, estruturação e desdobramentos do Movimento de Ética e Cidadania da cidade paranaense de Ponta Grossa tendo como referencial historiográfico a nova história política e sua relação com o estudo do tempo presente. Através do diálogo de historiadores e intelectuais das ciências humanas, a presente tese analisa uma nova modalidade de movimentos sociais, denominada de lutas cívicas nos anos de 1990. Os grupos informais, associações civis, movimentos sociais e outras categorias semelhantes começam a atuar na direção contrária dos discursos institucionais ao invés de se submeterem ao auto-referenciamento dos sistemas, buscando assim iluminar zonas de sombra e silêncio criadas pela complexidade, quase sempre advindas de uma política neoliberal nefasta. A importância de acadêmizar o estudo do movimento ético de Ponta Grossa faz-se necessária na medida em que outras áreas das ciências humanas e sociais, tem se dedicado a uma análise sob matrizes diferentes para viabilizar situações parecidas e então promover mudanças de agendas em âmbitos municipais, estaduais e federais. Partindo do pensamento de J. Habermas acerca do agir comunicativo, uma nova esfera pública e uma democracia deliberativa, o presente trabalho quer aprofundar questões acerca da moralidade pública no Brasil e seus mecanismos administrativos e culturais. A ampliação dessas discussões tem se intensificado a cada dia e as questões correlatas ao campo historiográfico começam a despontar nos últimos anos como uma possibilidade exemplar de categorias historiográfica. Discorrendo sobre a trajetória populista do Ex-Prefeito Jocelito Canto e as práticas clientelistas e mandonistas ainda mantidas na estrutura organizacional de nosso país, o trabalho procurou entender a resistência da engenharia política proposta pelo Movimento de Ética e Cidadania criada pela sociedade civil organizada de Ponta Grossa e suas similitudes com as ações de experiências vivenciadas de movimentos semelhantes em outras cidades do Estado do Paraná. Para tanto recorreremos ao discurso de uma nova publicização e práticas de novos espaços públicos, autônomos e emancipados, que não tem medido esforços para combater casos de corrupção de toda e qualquer natureza. Utilizando referências bibliográficas de autores afinados com o paradigma de uma nova moralidade pública, além de fontes historiográficas e entrevistas de protagonistas de movimentos sociais desta natureza, quer o presente trabalho estudar experiências fomentadas pela sociedade civil em parceria com o Ministério Público, analisar seus desdobramentos e compreender se esta modalidade é emancipatória ou apenas mais uma estratégia convencional.

Palavras chaves:

Cidadania – moralidade pública – espaço público – movimentos sociais – homem público

ANDRADE, Claudio César de. Political strategies of local institutions: emergency, struration and effective actions of the movement for ethics and citizenship of Ponta Grossa.

The work aims to discuss creation, organization and all aspects of ethics and citizenship movement in Ponta Grossa, state of Paraná, having as a historical reference the new political history and its relation as well as the study of present times. This thesis analyses a new kind of social movements named civic fights in the 1990's, throughout dialogues among historians and intellectual people of human sciences. Informal groups, civil associations and other categories start acting facing institucional speeches instead of submitting to self-reference of the systems, seeking for lightening darkness and silence created by complexity of an evil neoliberal policy. The importance of making in an academic study of this ethical movement in Ponta Grossa, is necessary considering that other areas of human points of view to make possible similar situations and then promote scheduled changes at municipal, stated and Federal levels. From J. Habermas' thought about communicative acting, a new public sphere and a deliberative democracy, this work discusses in a deeper way its administrative and cultural mechanisms. Such discussions have become more intense every day and issues related to the history field start to arise in the last years as an example of historic studies. By discussing the former mayor Jocelito Canto's popular trajectory, and its mandatory practice still kept in the organizational structure in our country, this work tried to understand the endurance of the political engineering proposed by the movement of ethics and citizenship created by the organized civil society in Ponta Grossa and its simalarities with actions and experiences lived by alike movements in other cities in Parana state. In order to do so, we took the speech of a new way to make things become more public and practice of new public spaces, being self-contided and emancipated that do their best to fight corruption of any sort. This work also intends to study experiences of civil society along with public ministry by making use of bibliography, historical sources, authors who support a new paradigm of a new public morality and interwiew with protagonists of social movements. It also wants to analyse and understand whether this form provides freedom or it's just another conventional strategy.

Key words: citizenship, public morality, public space, social movements, public man.

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos marcantes da globalização e sua política muitas vezes nefasta, tem sido o seu poder de promover alterações no tecido social, com desdobramentos nas dimensões sociais e políticas que ora se movem com facilidade, causando o que Milton Santos chamou de desterritorialização. Não há mais estabilidade. Não há mais espaço para temas estruturais. Utilizando a expressão de Richard Sennett, a seta do tempo é rápida e desloca conceitos, certezas, dogmas, determinações estabelecidas, gerando erosões. As tradições estão sendo retiradas de seus contextos normais, e reordenadas em um tempo-espaço marcado pela dúvida, pela flexibilidade e por imensas possibilidades de se criar o diferente e o não convencional. Esta seta atingiu o domínio da história e da política. A ação direta é preferida à ação delegada aos partidos, ou outros¹. Ao gerar um tempo-espaço solto, desburocratizado e plural, por um lado, evidenciou-se o colapso do modelo tradicional de partido político e poder administrativo, os quais continuam com os velhos problemas de clientelismo, mandonismo, fisiologismo, corporativismo, além de uma oligarquia e hierarquia organizacional, favorecendo a servidão entreguista ao invés de promoverem a efetiva participação política e controle pelos cidadãos. Com isso, o sistema de poder político enaltece a possibilidade de participação diminuta do cidadão, desenvolvida pelas conseqüências do poder econômico e social, sendo que, diferentemente, a nova razão habermasiana aponta com exigências relacionadas à ‘autonomia’ global e

¹ Gohn, 1998, p. 207

local do cidadão. É dentro desse contexto que investigamos o Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, o qual nasceu formalmente em 23 de maio de 2000, mas fora gradualmente sendo construído de maneira pouco visível ao longo de décadas anteriores, como atestará nosso trabalho.

Mesmo sabendo dos riscos de enfrentar uma problemática referente à década de 1990 e sua reduzida documentação, esta pesquisa quer marcar sua contribuição. Trazer para reflexão a discussão da história do tempo presente é salutar neste momento. Mesmo levando em conta que o presente em tela é um conjunto de acontecimentos precípeis, de delírios partidários e ideológicos. Escrever sob os olhares dos atores sociais e políticos constitui-se em uma temeridade, mas também em uma originalidade esclarecedora. Alvo de críticas contundentes, optamos por “... uma necessidade de transmitir com urgência esta experiência embrionária e muito pouco loquaz às novas gerações que, também elas, virgens de qualquer memória ajuizada, arriscam-se a ser levadas no turbilhão e às quais o ‘mocismo’ ambiente renega ainda mais qualquer capacidade de fidelidade histórica”². Casos de corrupção explícitos e implícitos e a criação de mecanismos de resistência a essas práticas, bem como a possibilidade de se propor mudanças estruturais através de mobilizações que tornaram-se temas recorrentes no cotidiano das pessoas, transformando-se em objetos de pesquisa de diferentes áreas de conhecimento. Poucas vezes, no entanto, a reflexão tem buscado a articulação entre elas. Trazendo à luz, produções e raciocínios de teóricos relevantes como Habermas, Sennett, Dosse, Bodei, dentre outros em nível

² CHAUVEAU, Agnes, p 45.

internacional e Renato Janine Ribeiro, José Murilo de Carvalho, José Carlos Reis, Maria da Glória Gohn, Maria Ângela D'Incao, Lúcia Lippi Oliveira, além de outros destacáveis nomes em nível nacional, entrecruzando-se reflexões apropriadas em um momento de pouca porosidade, quer este trabalho dar seqüência à Dissertação de Mestrado, intitulada 'A questão ética na esfera pública', defendida em 1999, explorando categorias de moralidade pública daquele período.

Na perspectiva de Remond, a política deve ser um instrumento de construção da cidadania para a coletividade:

“... percebi quase fisicamente a elevação progressiva do nível de compreensão, assim como das exigências do público em matéria de informação política. O desenvolvimento de um jornalismo político próximo da ciência política, o surgimento de um gênero novo, o livro político, são outras modalidades e outros indícios disso. Os cidadãos se sentem mais membros de um corpo político, e consentem mais que nunca em participar de decisões que afetam a coletividade.”³

Tendo como estopim a exibição de cenas explícitas de corrupção em rede nacional de TV, cidadãos pontagrossenses, cansados de visualizarem situações que denegriam a imagem positiva de Ponta Grossa, construída e estandardizada no imaginário popular há décadas, aderiram a um novo espaço público para racionalmente contribuir para a criação de uma nova cultura política na cidade de Ponta Grossa.

Vários analistas da realidade brasileira têm destacado o papel das relações patrimonialistas, na formação histórica da cultura política brasileira. Esta é vista como sendo essencialmente fraca por causa da forma como se desenvolveu

³ Remond, 1996, p. 25

a colonização, a formação das elites e das instituições do sistema político. O estilo burocrático patrimonialista do Estado favoreceu a centralização administrativa, subordinou a sociedade civil através de relações de poder paternalistas e favoreceu a criação de um imaginário social, em que o Estado é sempre doador, provedor da ordem, da justiça, do direito, e dos favores. Gerou-se uma cultura de dependência mútua, que inibe processos de autonomia e da crença na capacidade de resolver por si próprios os problemas, assim como se acostumou a não se protestar contra a má qualidade dos serviços públicos existentes, a conformar-se com a demora e a conseqüente espera, no atendimento dos serviços públicos em geral.⁴

Assim, a política formal e estruturante não responde às novas exigências, nem aos novos problemas postos pelo processo do neoliberalismo. Isto causa frustração, sensação clara de uma democracia não consolidada e do declínio da política do bem comum. Entretanto, a decepção com os políticos profissionais, seus partidos e suas práticas viciadas, ao invés de consolidar a idéia do fim da política, pode agora estabelecer um novo campo de ação, denominado de vida cotidiana, sobretudo na micro-política.

Esse momento de bifurcação está oferecendo uma oportunidade de reinvenção da política quando, no tempo-espaço pós-moderno ele faz a política invadir e irromper além das responsabilidades e hierarquias formais. A política tem penetrado todos os espaços da sociedade, ao mesmo tempo em que se deixava penetrar por todos os problemas da sociedade, impelindo os indivíduos a entrarem na competência da política de uma maneira diferente. Ao se politizarem as esferas

⁴ Gohn, 1998, p. 210

individuais, familiares, as questões públicas voltam a ter espaço em grupos organizados e articulados, permitindo-lhes fazerem as coisas acontecerem e não esperarem que as coisas aconteçam por si mesmas. Nesse sentido temos hoje os movimentos sociais, associações, comitês, ocupando novos espaços públicos. São as micro-políticas, que expressam e contribuem com os anseios da vida local na década de 90 e início do novo século. Trabalham nas esferas da vida pessoal, abrindo espaço para o diálogo público; não dirigidas por regras, ao contrário, alteram as regras do jogo; são descentralizadoras do poder público; são geradoras de novos conteúdos, formas e práticas não alienantes e promovem a autonomia do homem.

Os anos de 1990 talvez venham a ser denominados no Brasil como a fase das lutas cívicas pela cidadania.⁵ A expressão empregada por Maria da Glória Gohn, multiplicada a cada dia em vários espaços públicos brasileiros, pode ser percebida com mais frequência em cidades européias. Mas nos últimos anos, dada a conexão direta que a academia brasileira e até mesmo o saber popular têm tido, podemos com maior velocidade compreender a dimensão da expressão ‘lutas cívicas nos anos 1990’. Talvez em cidades européias a expressão pudesse ser a mesma, em décadas diferentes.

As lutas sociais emergentes nos anos de 1990 tem obtido espaço e destaque junto à mídia eletrônica e na imprensa, e também relevância no conjunto da sociedade. Elas são organizadas por coletivos supra partidários, ou por personagens carismáticos. No caso de Ponta Grossa, houve uma combinação

⁵ Gohn, 1998, p. 210

precisa entre coletivos supra-partidários, associado à figura bastante respaldada de D. João Braz de Aviz, Bispo da Diocese de Ponta Grossa naquele período.

“(...) Enquanto nos 80 as lutas e os movimentos sociais foram organizados por entidades político-partidárias, sindicais, religiosas, e outras, nos anos 90, são pluriclassistas, com apoio e participação das camadas médias da população.

Nos anos 80, as questões eram tratadas sob um prisma de mudanças político-sociais, de ordem estruturante. Havia um projeto político implícito e em muitos casos explícito. O modelo socialista dava sustentação e direcionamento para todo e qualquer movimento de resistência.

Nos anos 90 o modelo referencial passa a ser outro. Ele enfatiza os valores da ética e da moral. Uma nova moral, sem corrupção, com dignidade. Tratam-se de metas ambiciosas se considerarmos o passado da cultura política vigente, impregnada de vícios como o nepotismo, o clientelismo, e uma visão patrimonialista do Estado”⁶.

Concordamos com as análises de Gohn ao afirmar que os movimentos dos anos de 1970 e 1980 foram a última transição de movimentos como atores para movimentos enquanto forma. Isto significa que, nos anos 90, importava menos a presença de movimentos sociais enquanto organização, e importava mais as novas instituições, os novos quadros de pessoal, a nova mentalidade sobre a coisa pública; em suma, importa mais a nova cultura política gerada.⁷

Esta tem sido a reflexão habermasiana sobre a matéria. Novos atores sociais enquanto sujeitos históricos buscando o esclarecimento de outros atores sociais e de outros sujeitos históricos.

É difícil migrar em um passe de mágica experiências bem sucedidas em outras regiões e países para a nossa realidade. Para efetivar um espaço de democracia é necessário vencer obstáculos e resistências:

⁶ Gohn, 1998, p. 206

⁷ Gohn, 1998, p. 207-208

*“São espaços de democratização da coisa pública e de exercício da cidadania pela população. Mas não basta uma engenharia social para implementá-los. São negociações, políticas, acordos, lutas e tensões que poderão garantir suas existências. São necessárias práticas democráticas, que esbarram nas dificuldades já apontadas anteriormente, de não cultura política democrática e da força do autoritarismo e patrimonialismo.”*⁸

Os cidadãos pontagrossenses visualizaram condições ideais para a proposição de um Movimento que viria a alterar os quadros do poder institucional local. Perceberam o momento favorável para a grande mobilização, em que logo após a vitória de um candidato com características populistas e sua forma de governar já criticada por parte da sociedade local, haveria espaço para a instalação de uma prática diferente de governabilidade e proposição na agenda pública local.

Constata-se que cidadania e sociedade civil são noções diferentes, pois a primeira é reforçada pelo Estado e a última abrange os grupos em harmonia ou em conflito, mas ambas são empiricamente contingentes. A sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Uma sociedade civil fraca, por outro lado, pode ser dominada pelas esferas do Estado ou do mercado. Além disso, a sociedade civil consiste primordialmente na esfera pública, em que associações e organizações se engajam em debates, de modo que a maior parte das lutas pela cidadania são realizadas em seu âmbito por meio dos interesses dos grupos sociais, embora – cabe a ressalva – que a sociedade civil não possa constituir o lócus dos direitos de cidadania, por

⁸ Gohn, 1999, p. 213

não se tratar da esfera estatal, que assegura proteção oficial mediante sanções legais.⁹

Os grupos informais, associações civis, movimentos sociais e outras categorias semelhantes começam a atuar na direção contrária dos discursos institucionais ao invés de se submeterem ao auto-referenciamento dos sistemas, buscando assim iluminar as zonas de sombra e silêncio criadas pela complexidade, quase sempre advindas de uma política neoliberal nefasta.¹⁰

Trazendo Habermas à discussão, percebe-se a formação nas sociedades complexas de uma esfera pública que, ao operar sobre a base da linguagem coloquial e acessível, estabelece a interface entre a sociedade e o sistema político e o Estado.

“Dessa forma, as disposições normativas societárias são, por meio de filtros sucessivos, transpostas e decodificadas em código sistêmico, o que molda os processos deliberativos nessa órbita. A abertura de possibilidades de acesso pelo conjunto de vozes e pontos de vista existentes à esfera pública, ao lado do estabelecimento de procedimentos constitucionais que imponham transparência (possível) dos processos internos aos sistemas, busca garantir o vínculo entre estes e as demandas sociais.”¹¹

Não nos iludamos. Seguindo o raciocínio de Habermas, essa nova razão, agora redescoberta sob um novo prisma, ao criar um campo favorável para o estatuto de novos movimentos sociais e comitês fiscalizatórios sob o viés da sociedade civil organizada a qual deve propor mudanças institucionais, alterou as regras estabelecidas pelo estruturalismo político convencional.

⁹ Vieira, 1994, p. 37

¹⁰ Costa, 2001.

¹¹ Costa, 2001. p. 467

“Isso significa que a mera criação de instâncias supralocais ou transnacionais de governo, mesmo que possa melhorar as possibilidades de governabilidade sistêmica, não assegura a democracia. A existência desta última requer a possibilidade de transmissão das disposições societárias para o nível institucional; depende, portanto, da intensidade com que se comunicam política e sociedade, instituições e cultura.”¹²

Ao seu modo, a experiência do Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa, articulou de forma racional uma linguagem política distinta do vocabulário usual. Talvez não se tenha ainda a dimensão histórica dos desdobramentos das ações do Movimento de Ética e Cidadania. É possível até ouvir vozes que concebam o movimento como um gesto circunstancial e até mesmo superficial. As mudanças derivadas do Movimento em quadros institucionais são pouco perceptíveis, até porque a sociedade local acostumou-se a viver sob a égide de um comportamento político artificial. O fosso existente entre um agir político responsável e um agir político herdado de tradições políticas distantes do veio societário, somado ao fato da erosão causada pela globalização política, faz com que novas experiências como o Movimento de Ética e Cidadania tenham um alcance limitado.

O alerta do autor parece vir ao encontro do processo de construção recente da democracia brasileira.

“A forma particular como tradição e alta modernidade convivem entre nós e, mais particularmente, os saltos de complexificação provocados pela recente aceleração da integração do país ao mundo vêm criando um hiato profundo entre a gravidade e a amplitude das conseqüências das decisões inscritas na agenda política e a capacidade e a possibilidade de os cidadãos acompanharem os processos decisórios.”¹³

¹² Costa, 2001, p. 468

¹³ Costa, 2001, p. 468

A importância de academizar o estudo do movimento ético de Ponta Grossa faz-se necessária na medida em que outras áreas das ciências humanas e sociais, tem se dedicado a uma análise sob matrizes diferentes para viabilizar situações parecidas e então promover mudanças de agendas em âmbitos municipais, estaduais e federais.

“As respostas mais promissoras – já em curso em experiências embrionárias localizadas – às tensões dentre democracia e complexidade no contexto brasileiro compreenderam até agora a vitalização dos âmbitos de tematização pública das questões relevantes para o conjunto da sociedade, recorrendo-se mesmo ao expediente de promoção de capacitação cívica para uma participação competente e qualificada da sociedade nos processos decisórios. Também a ação de organizações enraizadas no seio societário – como ONGs, movimentos sociais, etc., que decodificam a complexidade e buscam o controle permanente sobre a auto-reprodução sistêmica – pode constituir instrumento importante para contra-restar o enquistamento dos sistemas.”¹⁴

Para os que buscam a defesa de uma democracia calcada na soberania popular, a qualificação cidadã deve ser construída sobre a base dos processos coletivos de aprendizado e da alfabetização política apoiada na própria ação cidadã. Algumas boas experiências não causaram maiores transformações por serem analisadas ainda sob o viés institucional. Parece ser esse o caso da experiência realizada nas cidades de Londrina e Maringá, também no Estado do Paraná. Diferentemente, a novidade pontagrossense trouxe um pensar a partir da sociedade civil, ao invés de vir do Judiciário, do Legislativo ou do Executivo, possibilidade de mobilizações com ações eficientes contra a prática de corrupção.

A participação de militantes da esquerda pontagrossense, particularmente dos membros do Partido dos Trabalhadores, foi reconhecida e

¹⁴ Gohn, 1998, p. 469

considerada decisiva sobretudo quando este ainda não havia obtido êxito em eleições majoritárias para o Executivo. As primeiras eleições deste milênio, disputadas no Brasil, parecem ter confirmado a argumentação de alguns analistas políticos quando sustentam a idéia de que a situação econômica tem um peso muito grande na determinação dos resultados das urnas em nosso país. Nessa perspectiva, pensamos que as eleições municipais de 2000 também evidenciaram o oposicionismo do eleitorado brasileiro, a tendência de reprovar os governantes de plantão julgados incapazes, e a escolha daqueles que representam mudanças, transformações aos seus olhos. Desta feita, em âmbito nacional, parece-nos que as pessoas perceberam o chamado estelionato eleitoral de eleições anteriores, e começaram a reprovar políticos de natureza ética duvidosa. O grande beneficiado dessa cultura política do eleitor nesse momento foi o Partido dos Trabalhadores, que obteve uma vitória expressiva em várias regiões importantes do país: venceu em São Paulo, Recife, Porto Alegre, e em muitas outras cidades médias e pequenas do Brasil. No Paraná onde tradicionalmente o partido sempre teve um baixo desempenho eleitoral, além de algumas cidades pequenas do interior do Estado, ganhou a Prefeitura de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, e esteve bem próximo da vitória em Curitiba. Seu comportamento ético e sua tese por moralidade pública foram algo incomum nos meios políticos convencionais, contribuindo para que um grupo de cidadãos, capitaneados pelo Bispo D. João Braz de Aviz, criasse um comitê de resistência e de acompanhamento à política populista de Jocelito Canto. Desse modo o Partido dos Trabalhadores conseguiu estabelecer padrões éticos em Ponta Grossa e assim conseguir ocupar o centro

político local, elegendo em 2000 o petista Péricles de Mello. Segundo Renato Janine Ribeiro os modelos de atuação de agentes políticos na década de 1990, têm marcado duas situações diferentes.

“Um modelo é o atual militante de esquerda, que se socializa de forma análoga à do cidadão antigo. A comunidade é para ele um fim em si. O partido assim funciona, muitas vezes, com o ideal a partir do qual reconstruir a sociedade inteira. Uma sociabilidade intensificada é a sua meta, mas ela é impossível em nosso tempo. Daí, uma trajetória de contínuas decepções, à medida que a sociedade, como se diz, ‘falta ao encontro’. O erro acaba sendo do mundo, ou da sociedade, não da estratégia política. Já o outro modelo - oposto a esse - é o do consumidor, para quem a socialização nunca passa de meio para fins puramente individuais.”¹⁵

É nesse ponto que nos reportamos novamente para o debate de Habermas, que insiste em um agir estratégico e racional. A militância é inviável como modo generalizado de se viver o social. Ela se funda na ilusão de restaurar, exacerbando-se a pedagogia ou a dedicação pessoal, a coisa coletiva como alvo do amor de todos nós.¹⁶

No caso de Ponta Grossa, ocorreu uma atmosfera de tensão entre uma prática populista, recheada de laços afetivos e uma prática racional produzindo então uma certa eficiência de governo. A vitória de Jocelito Canto em 1996 e a vitória de Péricles em 2000, demonstram com clareza a tensão que envolve os espaços sociais e políticos de Ponta Grossa. A primeira experiência de cunho populista, segundo Ribeiro

“de pequena ambição mas forte eficácia, que apela ao interesse privado e gera uma ordem social; outra, de enorme anseio mas baixa eficiência, que se dirige à moral, à virtude, mas não consegue ordenar o mundo inteiro. A ênfase de nosso projeto estará em dizer que essas duas lógicas são igualmente

¹⁵ Ribeiro, 2002, p. 188

¹⁶ Ribeiro, 2002

necessárias; mas também em assinalar que a primeira é menos eficaz do que imagina, já que esgarça o afeto, corrói os elos sociais e corre o risco de devastar o mundo; e por isso a segunda recupera, em nosso tempo e pelo menos nos países mais pobres, um papel significativo. Talvez ela não ordene o mundo inteiro; talvez não dê conta da globalização dos mercados; mas é ela, e ela quase só, que constrói as socializações possíveis, religiosas, políticas, de empenho no coletivo somado a um forte teor afetivo.”¹⁷

Com base nas opiniões expressas pelos jornais citadinos de Ponta Grossa, através de editoriais e artigos assinados ou não, entrevistas realizadas com simpatizantes ou não do movimento, procuramos identificar o posicionamento político construído no imaginário popular frente às práticas desenvolvidas pelos agentes políticos locais e mapear de forma racional a criação, estruturação e ações efetivas do Movimento Ética e Cidadania de Ponta Grossa desde sua criação até os dias de hoje, bem como decifrar elementos que contribuíram para essa experiência e aspectos dificultadores da mesma.

Durante o período em que coletamos informações para a presente pesquisa, tivemos total colaboração dos integrantes do Movimento de Ética e Cidadania, participando de algumas de suas reuniões, no sentido de observar de perto as suas idéias e projetos. Foram realizadas dezenas de entrevistas que serviram de sustentação empírica para medir questões localizadas acerca da atuação desse movimento. Esta história do tempo presente, discutida nos ambientes mais íntimos dos historiadores tem uma grande contribuição na presente pesquisa. Evidente que “(...) pode ajudar a distinguir talvez de forma mais útil do que nunca o verdadeiro do falso. Pois se ela tem como missão, como

¹⁷ Ribeiro, 2002, p. 190

toda história digna deste nome, mostrar a evidência científica das verdades materiais diante do esquecimento, da amnésia ou do delírio ideológico”¹⁸

As fontes históricas a que tivemos acesso para mapear o presente trabalho foram, as numerosas atas das reuniões do Movimento de Ética e Cidadania; estatuto do Movimento de Ética e Cidadania, o arquivo jornalístico da imprensa local acerca do Movimento; entrevistas com vários protagonistas do Movimento; relatórios municipais de 1996 a 2004; arquivos da FGV sobre auditoria municipal. Para realizar contrapontos de análise, foi feito um levantamento de fontes impressas sobre outros movimentos de ética contra a corrupção ou circunstância semelhante em cidades como Londrina e Maringá, também no Estado do Paraná.

O que norteou o diálogo com as fontes foi o real interesse de encontrar alguns nexos esclarecedores que permitissem uma análise histórica dos acontecimentos locais.

Minha pouca atuação na sociedade pontagrossense criou dificuldades por um lado, no sentido de maior exigência contextual, mas por outro, privou-me de ter uma visão acalorada e reduzidamente apaixonante.

Acrescido aos autores que concebem uma nova forma de pensar a história, foi fundamental o relato de personagens e atores que ocuparam a cena política e social no período de análise da presente pesquisa. Recorrendo ao estudo de história oral, pudemos encontrar elementos importantes na fundamentação desse raciocínio. Há muito, a literatura ensina que a narração faz parte da história

¹⁸ CHAUVEAU, Agnes, p. 48.

e embora ela seja individual pode também atingir a universalidade. Em política também, já não é recente o conselho de agir localmente, mas pensar globalmente. A história oral encontra-se em posição de evidência ao final da década de 1990 que, entre nós, iniciou quase desconhecida. Para os novos oralistas brasileiros, as expressões de estranhamento e de dúvida que aparecem no percurso de suas pesquisas e em conversas com seus pares ao se apresentarem como especialistas em história oral serão infinitamente menores. Nos dias correntes, a história oral aparece em títulos de livros, teses e artigos de pesquisadores de diversas disciplinas. A história oral anda a passos largos. Atingiu, em grande parte, o reconhecimento, inclusive institucional, como prática de pesquisa acadêmica, a ponto de alguns oralistas a desejarem em desafio maior: sua constituição como disciplina.

No decorrer das entrevistas, tanto do personagem central que delineia o presente trabalho, quanto da jornalista, vinculada a uma outra ideologia, ao que parece contrária à experiência populista, procurarei levantar questões que remetessem ao universo das relações vivenciadas pelos mesmos no contexto político no final da década de 1990 e início dos anos 2000, período em que ficaram acentuadas práticas de caráter populista na região de Ponta Grossa. Sabemos que a fonte oral, uma vez que é viva, é parcial. Não poderia ser diferente. Nesse contexto, a história oral é inacabada, também porque nos põe em confronto com o outro. É parcial, e nesse sentido, é política porque, na confrontação do entrevistador com o entrevistado, pode-se buscar as diferenças e também a unidade. E essa dinâmica do diálogo é um dos aspectos mais

apaixonantes do trabalho com as fontes orais. Os jornais locais de Ponta Grossa, noticiaram diariamente a questão personalista de Jocelito Canto, ex-Prefeito de Ponta Grossa e atual deputado estadual da Assembléia Legislativa. No entanto, extrair elementos que passam despercebidos de falas viciadas norteou a estratégia das entrevistas. Nessa perspectiva, cabe destacar que neste trabalho, não há a preocupação de sobrepor as fontes orais às escritas, criando um campo de batalha entre ambas, em detrimento de que as fontes orais proporcionam o ‘dar voz aos vencidos’. Trata-se aqui, de apreender as possibilidades que o registro oral oferece, na medida em que contribui para o entendimento das relações estabelecidas entre governantes e governados e entre o uso de um estilo de familiaridade com os eleitores, gerando uma espetacularização da política local. Ao trabalhar numa relação direta com os sujeitos históricos – o processo da entrevista – uma das problemáticas que afligem a pesquisa é a do ‘envolvimento’ com o objeto, entendido aqui, como a proximidade e simpatia pela temática. Felizmente o distanciamento do pesquisador com os envolvidos com a questão tem sido grande. Inúmeras indagações, difíceis de serem arroladas, foram surgindo no percurso da pesquisa. Questões como: de que forma se deve agir no processo da entrevista? Como se posicionar diante de uma agressividade verbal ou de insinuações maléficas, das interrupções da falas, dos sorrisos? Montenegro, ao discutir a relação estabelecida entre o pesquisador e o depoente, no ato da entrevista, assinala:

“O respeito ao entrevistado supõe possibilitar que este desenvolva suas observações, análises, pontos de vista, sentido-se livre da obrigação de atender a qualquer expectativa. Deve-se ainda observar que a memória é

resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais. Nesse sentido, não se deve imaginar que o depoente responderá de forma conclusiva a nossas indagações”¹⁹.

A propósito, o conceito de experiência elaborado por Thompson, embora tenha sido utilizado para analisar uma problemática diferente, também faz parte de uma abordagem da cultura que servirá de referência nas discussões desta pesquisa. Com essa noção, o autor se refere às ações dos homens e mulheres como sujeitos da história, “como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura” das mais complexas maneiras, e agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. Na visão do autor, a experiência é, em última instância, gerada na vida material, estruturada em termos de classe, de forma que o ser social determina a consciência social.²⁰

As estratégias populistas desenvolvidas na sociedade mobilizaram massas e ganharam terreno em Ponta Grossa no final da década de 1990. Para a implementação dessas práticas foi criada a “Garagem da Esperança”, um espaço para reunião e debates em torno dos problemas cotidianos da comunidade. Centenas de pessoas diariamente se fazem presentes para verem seus pequenos problemas serem resolvidos enquanto milhares de pessoas via ondas de rádio ouvem um líder em monólogo velado, visualizar um amanhã esperançoso.

¹⁹ Montenegro, In: Revista Brasileira de História, n.25/26. v. 13, set/92 agosto/93

²⁰ Thompson, 1981, p. 182-189.

Em franca oposição com esta estratégia de manipulação dirigista e tutelar dos problemas sociais, o Movimento de Ética e Cidadania pautou seus objetivos.

O movimento hoje está menor do que ontem, mas mantém uma sobriedade que o entusiasmo de anos anteriores acobertava. Podemos dizer que o Movimento é na atualidade referência de todo cidadão que de alguma forma sente-se injustiçado diante de órgãos públicos ou que visualiza algum indício de corrupção em todas as instâncias da esfera pública. O espaço é aberto a todo cidadão que de maneira lúcida acredita na transformação da sociedade civil e do poder público pelo viés do entendimento e da argumentação, no sentido de propor uma nova agenda para a vida pública. O Movimento alertou a esfera pública quanto ao risco de negligência junto às camadas populares, as quais, anestesiadas pelo discurso populista, entregam-se imediatamente à líderes carismáticos de espírito público questionável.

Entender os significados das ações desses novos atores da micro-política tem sido a pauta de historiadores como José Carlos dos Reis e F. Dosse, inspirados em uma tese sobre a possibilidade de uma nova esfera pública apregoada por J. Habermas. Poucos historiadores brasileiros registraram em seus trabalhos uma análise sob a ótica habermasiana. Talvez isto não aconteça com frequência por vivermos em um ambiente hostil a conceitos prontos e já elaborados.

No meio acadêmico brasileiro há centenas de publicações explorando conceituações e interpretações habermasianas. A ampliação dessas

discussões tem se intensificado a cada dia e as questões correlatas ao campo historiográfico começam a despontar nos últimos anos como uma possibilidade exemplar de categoria historiográfica.

Mesmo tendo consciência das dificuldades encontradas para gerir o pensamento de Habermas em estudos históricos, esta pesquisa se apresenta como pequeno laboratório de tais práticas e com isso chamar ainda mais a atenção para estudos desta natureza.

Sem dúvida alguma, este estudo quer também dar maior visibilidade histórica aos acontecimentos que contribuíram para a criação do movimento em estudo e até mesmo analisar as ações efetivas, que tornaram Ponta Grossa uma cidade com experiência singular no Brasil pela valorização de práticas de cidadania no plano político.

A abordagem habermasiana parece encaixar-se muito bem em momentos de incertezas e de vulnerabilidades. A razão gosta de se sobrepor em muitos que dela carecemos. A contribuição de utilizar Habermas enquanto categoria teórica será o de empregar a razão em momentos de tensão e ambigüidades para se avançar numa perspectiva histórica de uma possível construção de novos valores humanos. A razão parece ser um paradigma da história na modernidade. Já no século XVIII, a razão iluminista formulou as bases de uma forma de civilização para o ocidente. Naquele tempo era preciso mudar o continuísmo de uma centralização irracional, como era o absolutismo, para uma era política de liberdade e direitos. Hoje para mudar uma estrutura política

patrimonialista por uma outra moderna é necessário considerar os anseios da sociedade civil.

Experiências como o “Movimento de Ética e Cidadania” de Ponta Grossa fazem com que a afirmação de sujeitos responsáveis reinventem a todo instante a sociedade civil frente ao Estado, sem o monopólio deste sobre a sociedade como um todo.

Na primeira parte do trabalho demonstraremos em um primeiro momento a necessidade de pensar a historiografia a partir de experiências particulares e descentralizadas de poderes constituídos. Vislumbra-se uma aproximação conceitual do pensamento habermasiano como categoria teórica para a história, na medida em que as práticas sociais e a vivência de pessoas atingidas pelas transformações do sistema social vigente apareçam enquanto alternativas de resistências e de autonomia. Tais experiências carecem de uma observação não só das ciências sociais, mas também de uma história voltada para uma orientação cultural dentro da realidade atual.

Na segunda parte, analisaremos a trajetória de pessoas e de grupos da sociedade pontagrossense que implementaram um movimento de construção de mecanismos de poder e sua atuação diante de uma sociedade que passou por profundas transformações a partir da década de 1950. Dessa forma discutiremos o declínio de uma enraizada política tradicional e a emergência de alternativas distintas de poder convencionalmente aceito pela elite tradicional de Ponta Grossa, ou seja, uma experiência de caráter populista e outra experiência de uma esquerda inovadora que também apresentava projetos modernizantes.

Após o estudo das condições sócio-históricas que forneceram um laboratório exemplar para a análise de mudanças políticas, abordaremos elementos teóricos acerca do conceito de cidadania na década de 1990. Discutir-se-á um novo conceito de publicização, resultado das ações dos movimentos sociais e seu projeto de autonomização, embora percebendo seus limites e possibilidades.

Por último, exporemos a criação, estruturação e ações efetivas do Movimento criado a partir dos elementos mencionados anteriormente. Trataremos de historicizar o Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa sob a perspectiva de uma nova esfera pública com o claro propósito de refletir sobre as alterações na agenda política local e nacional. Mesmo entendendo que o Movimento é constantemente limitado por coações externas que via de regra privilegia o econômico e o político em relação ao mundo social, apontamos para uma hipótese segundo a qual o Movimento de Ética e Cidadania precisaria existir para formular uma prática de vida pública e gradualmente instituir novas formas de participação dos cidadãos na política brasileira em bases que privilegiam os fundamentos de uma cidadania crítica.

Em síntese, mesmo tendo clara a idéia de que a simples criação de instâncias locais possa gradualmente aperfeiçoar uma governabilidade mais responsável e de espírito cívico, é preciso que novas experiências como o Movimento de Ética e Cidadania possam surgir para assegurar a democracia plena. A pergunta é até que ponto os voluntários de tais experiências resistirão à

pressão de uma cultura centralizadora e corporativista como a impregnada nos Executivos e Legislativos Municipais.

CAPÍTULO 1 – A HISTORIOGRAFIA SOB UMA NOVA RAZÃO

Estudar acontecimentos sociais e fatos históricos do presente representa riscos. *“Ginzburg afirma que não é verdade que só se possa fazer história com os acontecimentos do passado, já decantados das paixões, dos interesses e da mediação dos protagonistas. É possível e lícito também uma história do presente na qual se está envolvido, desde que subsistam ‘provas’.”*²¹

O risco de escrever sobre o presente já foi alertado por vários autores renomados, mas contou com a defesa de grandes nomes, ainda vivos, da historiografia como Hobsbawn e Remond. Particularmente Remond destacará que *“A história, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança”*²². A década de 1990 permitiu um ambiente de contradições, encontros e desencontros entre teoria e prática incontestes e em razão disso a cultura historiográfica brasileira está sendo testada de maneira a encontrar soluções próprias para elucidar os novos paradigmas com autonomia original ou reproduzir, com certa competência, categorias advindas de outros contextos sociopolíticos e históricos. Tentando conciliar uma matriz habermasiana como categoria de análise, ouvindo autores que comungam com novos espaços públicos e uma nova racionalidade, queremos enfrentar os desafios que são colocados à

²¹ Bodei, 2001, p.67

²² Remond, 1996, p.13

ciência histórica. A denominação “pós-modernidade”²³ vem causando debates entre historiadores e pensadores de outras áreas do conhecimento humano, pois, primeiramente, na tese da pós-modernidade, são perceptíveis gestos de insatisfações com os padrões culturais e com os resultados dos processos de modernização. A modernidade não tem mais referenciado o elemento de sustentação da auto-interpretação de experiências históricas, e a consciência histórica está ameaçada de perder seu significado. “[...] então a história tem a função de reativar a circulação sanguínea deste mundo ameaçado pela paralisia e pelo mutismo.”²⁴ Em substituição a esse modelo que consideramos insuficiente, vislumbram-se experiências individuais. As condições atuais identificam uma aproximação de tendências autônomas fascinantes, e por isso, merecem estudo, no nível micro-histórico e no nível da história do cotidiano. Essas tendências representam formas novas no pensamento histórico, com características pós-modernas. A preocupação liga-se assim às vivências de pessoas atingidas pelas transformações histórico-objetivas ou pelos processos de modernização.

O aparecimento de uma nova concepção histórica voltada para a análise dos sentidos persegue o objetivo de dar uma orientação cultural à ação de pessoas dentro da realidade social atual. Essa história, no dizer de F. Dosse, denominada “história intelectual” pretende dizer que as atuais condições de vida perderam sua ligação com qualquer orientação histórica, pois a história não tem

²³ A propósito da pós-modernidade há uma bibliografia clássica que trata especificamente de teses e discussões ainda em curso: KPLAN, E. Ann (org). O mal-estar no pós-modernismo – teorias e práticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993; ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999 e CONDOR, Steven. Cultura Pós-moderna. Introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1992.

²⁴ Bodei, 2001, p.57

oferecido mais nenhuma possibilidade de orientação existencial, retirando o presente dos horizontes da modernidade²⁵. Tanto F. Dosse quanto J. Habermas, ambos portadores em seus currículos de escritos marxistas, têm repensado suas posições e contribuído para análises em concepção mais céticas das visões revolucionárias de transformação do mundo estabelecido. O contexto do maniqueísmo do progresso situado no tempo histórico tem sido suplantado por anseios da subjetividade. Esta nova forma de conceber a história, quase sempre resultado das decepções intelectuais diante das impossibilidades de melhorar o mundo pela modernidade, encontra na proposta habermasiana uma perspectiva nova.

Jurgen Habermas, filósofo alemão da Escola de Frankfurt, retoma um dos mais caros temas do Iluminismo e da modernidade: a afirmação do sujeito que inventa a sociedade civil frente ao Estado. Reconhece que há 30 anos não se podia imaginar outro veículo de publicidade crítica que não fosse das “associações de interesse internamente democratizadas” e os partidos. Estes primariamente constituíam associações livres, especializadas em exercer influência sobre o processo de formação de opinião e vontade, sobretudo através de argumentos reveladores para a época. Mas com o esvanecimento dos limites entre o Estado e a sociedade, que ocorre neste século, ter-se-ia gerado um processo de “estatização” dos partidos, que faz com que a formação política da vontade desvie-se para um sistema político que se programa cada vez mais para si mesmo, fazendo com que a democracia de massas adquira os traços de um processo de

²⁵ Rüsen, 1989

legitimação orientado administrativamente, que por sua vez renuncia à democratização da sociedade.²⁶

Do ponto de vista político, esse estágio de capitalismo caracteriza-se pela necessidade de o aparelho de Estado ser legitimado através de um sistema de democracia formal, que difunda lealdade das massas mas que evite a sua participação. Parte-se do pressuposto de que a genuína participação dos cidadãos nos processos de formação da vontade política – a democracia substantiva levaria à conscientização da contradição entre a produção socializada administrativamente, a contínua apropriação privada e o uso privado da mais valia. Por isso é montado um sistema administrativo suficientemente independente da formação da vontade legitimante, que evita a politização dos cidadãos e a conseqüente discussão sobre aquela contradição fundamental.

Depois de questionar os potenciais emancipatórios do proletariado, concebido como sujeito da história; de abandonar o modelo da alienação e da reapropriação das forças produtivas; de indagar sobre a validade e as possibilidades de alterações revolucionárias nas condições atuais do capitalismo tardio, Habermas propõe, como conteúdo político da formação do sujeito, não a formação da consciência de classe – na medida em que esta, no sentido marxiano, para ele já não existe – mas a formação de “eus” competentes, que atuam em espaços institucionalizados do Estado de direito democrático, onde a comunicação possibilita a sua individualização como sujeitos membros da sociedade. A produção de um sujeito coletivo, pelo menos como projeto de classe,

²⁶ Grau, 1998

de partido em seu sentido tradicional, não ocorre mais. No lugar da luta coletiva e tradicional organizada para solucionar contradições propostas pelas Instituições, coloca-se a pluralidade. As contradições sociais passam agora pelos projetos ditos alternativos. Nesse sentido é preciso responder se tais projetos alternativos, leia-se o Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa, são idealistas ou se são apenas utópicos como sugere o estudioso brasileiro Astor Antônio Diehl²⁷ ou se são, no dizer de Habermas, consensos racionais para o entendimento mútuo.

“Na realidade não declinam nem a ideologia, nem a esperança, nem a utopia, dado que para tais mesclas de desejos e de projetualidade não foram inventados substitutos. O que se dissolve são somente determinadas ideologias, esperanças ou utopias, aquelas que orientaram, num passado recente, as concepções dominantes da história.”²⁸

Essa é, para o filósofo alemão, a nova face da luta política: a influência indireta, exercida pelo mundo cultural (o mundo da interação) e seus valores de solidariedade, sobre os mecanismos auto-reguladores do sistema, cuja persistência não pode ser infringida através de uma ação direta.

No espaço do mundo vivido haveria, para Habermas, a perspectiva de construção de novas solidariedades a partir de sujeitos autônomos e competentes, que são capazes de discutir e revalidar as regras sociais e, com isso, revitalizar a própria sociedade. A construção da solidariedade pressupõe, dessa forma, a formação do indivíduo que pensa, age e se comunica, buscando o diálogo e o entendimento, através do melhor argumento. E isso implica processos de

²⁷ Diehl, 1993

²⁸ Bodei, 2001, p. 72 e 73

comunicação por meio dos quais se questiona o mundo do sistema. “Portanto, trata-se de repolitizar as instituições da sociedade civil para que possam assumir a defesa da ‘visão de mundo’.”²⁹

Segundo Diehl³⁰, as reflexões sobre o objeto em tela, nos tempos atuais, encontram-se entre os limites das expectativas das revoluções otimistas crescentes e as revoluções de expectativas frustradas. Sustentando o raciocínio proposto, Bodei enfatizará:

“É necessário um esforço excepcional e organizado para que melhor se compreendam, avaliem e reformulem a dimensão e o sentido profundo das mudanças históricas do século XX e início do século XXI. As expectativas de mudança revolucionária, de progresso ou de catástrofe iminente revelaram-se todas falazes e a linha que deveria ter ligado os acontecimentos durante uma seqüência orientada foi rompida. Seguiu-se uma desilusão amarga, que se transforma em vontade surda de negar qualquer sentido à história.”³¹

É preciso destacar os elementos da crise da falta de sentido histórico em um sentido positivo e legitimar as opções de cidadania que ainda temos. Por sua vez, a história tem até uma tarefa terapêutica, enquanto fornece um antídoto ou um dispositivo para dar espessura e profundidade à experiência individual, para mostrar o seu tecido conectivo com o universal.³² O Brasil e particularmente o Estado do Paraná tem sido um palco interessante para análise dessas categorias.

²⁹ Grau, 1998, p. 50

³⁰ Diehl, 1993

³¹ Bodei, 2001, p.13

³² Bodei, 2001

Em face disso surge a emergência de um novo paradigma de relações entre a sociedade e o Estado que precisa ser, de fato, compreendido³³ e que se apresenta pautado nas propostas de participação política da população. Nesse sentido, declara Habermas³⁴: “*As injustas condições sociais de vida da sociedade capitalista devem ser compensadas com a distribuição justa de bens coletivos*”.

Dessa maneira, como a questão social no sistema de acumulação capitalista e as ideologias dos anos de 1980 sobre o “Estado Mínimo” se mostraram incorretas, nos anos de 1990 se reconhece o papel do Estado para se manter a coesão social³⁵. E o vínculo entre conquista de democracia do Estado de Direito e as conquista dos direitos sociais vão atribuir grande peso ao processo participativo na concepção e gestão de políticas sociais. Inicia-se, então, a construção de um novo contrato social, em que a sociedade, o Estado e o mercado terão uma mediação para respostas coletivas às necessidades sociais³⁶. Assim na urgência de buscar novas alternativas de sociabilidade, o poder local passou a ser pressionado e setores sociais organizados emanciparam-se e ocuparam espaços públicos até então vazios ou quase vazios, promovendo a participação cidadã através do reconhecimento da sociedade civil organizada como novo ator social. Isto leva à institucionalização de novos espaços públicos³⁷. Na análise do caso da cidade de Ponta Grossa, que norteia o presente trabalho, os espaços públicos comumente eram ocupados pelos atores institucionalizados, como de praxe. Uma

³³ Santos, 2000

³⁴ Habermas, 2002, p. 230

³⁵ Gohn, 1998

³⁶ Habermas, 1990

³⁷ Gohn, 2001

exceção era o pequeno movimento denominado “Movimentação”, formado por 06 (seis) mulheres desde o início do executivo municipal em 1996.

As novas políticas unem o agir societário-próprio da modernidade, ao agir comunitário-próprio das comunidades baseadas nas relações diretas, face-a-face, nas quais as subjetividades têm grande importância no desenrolar das relações sociais³⁸.

Dessa forma, o ponto crucial de nosso tempo é a luta por reconhecimento no Estado Democrático de direito³⁹. Pois, segundo Habermas⁴⁰, *“é preciso que ocorra a realização coerente do viés individualista do sistema de direitos sob pontos de vista normativos. [...] E sem os movimentos sociais e sem lutas políticas, vale dizer, tal realização teria poucas chances de acontecer”*.

Putnam⁴¹ trouxe a discussão do capital social, buscando resgatar antigas noções de civismo comunitário, sendo que uma comunidade cívica é percebida pela participação dos cidadãos nos negócios públicos. Em seu estudo, Putnam apresenta um ‘indicador básico de sociabilidade cívica que é a vibração da vida associativa’. Os que atuam em movimentos sociais normalmente apontam que o seu entendimento político já saiu de uma visão particularista ou clientelista na maioria das vezes e demonstram que se fortalece a cidadania coletiva no dia-a-dia através do processo de identidade político-cultural que as lutas cívicas geram.

Embora a cultura política seja importante, porque cria um conjunto de atitudes, normas, crenças compartilhadas pelos membros de uma

³⁸ Gohn, 1998

³⁹ Habermas, 2002

⁴⁰ Habermas, 2002, p. 235

⁴¹ Putnam 2000.

determinada unidade social que influencia e fortalece laços, essa mesma cultura pode também, pela afiliação partidária ter cidadãos que raramente se envolvem em assuntos comunitários. Putnam em sua pesquisa na Itália mostra que tanto a comunidade cívica como a menos cívica tinham engajamento político partidário. Significa que, estar filiado não garante que se esteja efetivamente participando da vida comunitária.⁴²

Habermas em seu projeto teórico social focaliza a importância da esfera pública como o locus privilegiado de emancipação social e de democratização das relações sociais.

A onda neoliberal presente no Brasil, nos vários significados que essa última expressão possa ter, reabilita uma das funções básicas do liberalismo econômico que é privilegiar a individualidade. E o enclave na sociedade que promove essa individualidade é o mercado, ente fundante das relações sociais nessa perspectiva macroeconômica: o indivíduo é o pior inimigo do cidadão, sugeriu ele Alex Tocqueville, mencionado por Bauman. *“O ‘cidadão’ é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade – enquanto o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à ‘causa comum’. ‘ao bem comum’, ‘à boa sociedade’ ou à ‘sociedade justa’.”*⁴³

E prossegue:

“Como o indivíduo é o pior inimigo do cidadão, e [...] a individualização anuncia problemas para a cidadania e para a política fundada na cidadania, é porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo o mais do discurso público. O público é colonizado pelo privado; o interesse público é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras

⁴² Putnam, 2000

⁴³ Bauman, 2001, p.46

públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados.”⁴⁴

Bodei⁴⁵ completa:

[...] os efeitos do mercado mundial parecem não favorecer a expansão da democracia e a participação de todos os homens, com igual dignidade, na construção de um destino comum. Disso resultou, por repercussão, uma espécie de parcial introflexão do movimento histórico, quer dizer a falta de interesse na integração das histórias locais numa história mundial, e o surgir no seu lugar de uma aguda desconfiança com relação aos processos de globalização e de modernização. Dado que estes se apresentam como rolos compressores capazes de aniquilar cada diferença, crescem, por parte de muitos povos e grupos, as reivindicações de autonomia com relação à história mundial.”⁴⁶

Portanto a democratização de organização da polis, da “causa comum”, do “bem comum”, da “boa sociedade” ou da “sociedade justa”, enfim, do “interesse público”, não se dá pela ótica do “interesse privado”, no radicalismo da individualidade centrada no mercado e ou na modernidade ou por ela determinada. Por aceitarmos que os novos movimentos sociais de moralidade pública têm sido o médium de uma nova publicização é que analisamos a proposta organizacional do Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa, examinando se ela atende as questões que privilegiam a cidadania ativa ou não. E no caso específico aqui retorno a questão da cidadania deliberativa discutida por Jurgen Habermas. A compreensão do conceito da cidadania deliberativa habermasiano passaria, necessariamente, pelo entendimento de seu projeto teórico social. Projeto que começa por meio de seu estudo sobre esfera pública defendido como tese de livre-docência na Faculdade de Filosofia da Universidade de Marburg em 1962. O texto originado dessa tese foi “Mudança estrutural da esfera pública: investigações

⁴⁴ Bauman, 2001, p. 47

⁴⁵ Bodei, 2001, p. 79

⁴⁶ Bodei, 2001, p. 79

quanto a uma categoria da sociedade burguesa”. Em nossa ótica, podemos apontar que o conceito de cidadania deliberativa se desenvolve sobre um processo que discute, preliminarmente, o significado de esfera pública, na seqüência a acepção de interação e posteriormente a de ação comunicativa, esta última sendo explicada no âmbito das idéias de sistema e mundo da vida.

Devemos salientar que a teoria social habermasiana vai estar, inicialmente, relacionada ao “espaço territorial” de Habermas, Alemanha, país europeu ocidental com características históricas, culturais, políticas e econômicas específicas. No entanto, podemos trabalhar com o seu pensamento na medida em que ele passou a ser uma referência internacional para significar um conjunto de conhecimentos destinados ao desenvolvimento de uma teoria democrática deliberativa. Essa interpretação pode ser resumida por meio do argumento de Jessé de Souza⁴⁷:

“Talvez a maior contribuição de Jurgen Habermas ao pensamento sociológico tenha sido a análise, que perpassou toda a sua carreira acadêmica, das estruturas específicas de funcionamento da esfera pública. Para ele, a esfera pública não se confunde com a interpretação clássica da sociedade civil como ‘reino de necessidades’ oposto ao Estado. Esfera pública passa a designar a partir da sua obra, um campo propício para o pensamento sociológico deste novo século, um ‘terceiro momento’ das sociedades modernas, o qual não se confunde nem com o mercado nem com o Estado. A compreensão deste ‘terceiro momento’ vai ser facilitada pelo entendimento do conceito de interação que são as relações sociais entre indivíduos capazes de comunicação por meio de um processo intersubjetivo de mútuo reconhecimento.”

Habermas desenvolve essa discussão de “Trabalho e interação – notas sobre a filosofia do espírito de Hegel em Iena”. Sob a rubrica interação, o

⁴⁷ Souza,2000, p. 59-60

que trata de tematizar são as relações sociais entre indivíduos capazes de comunicação. Esse processo deve ocorrer por meio de uma ação social dialógica na qual os diferentes atores sociais buscam o entendimento visando a interpretar a situação e racionalmente as suas pretensões. Habermas define da seguinte maneira o conceito de ação comunicativa “[...] *falo em agir comunicativo quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as conseqüências esperadas*”⁴⁸. Todos os participantes têm chances iguais de iniciar e continuar a comunicação, de fazer comentários, recomendações e explanações e de expressar desejos e sentimentos; devem ser livres para tematizar as relações de poder que, em contextos ordinários normais, constrangeriam a livre articulação de opiniões e posições.

*“Se o objeto da reforma do Estado – e eventualmente da democratização – é o fortalecimento da sociedade civil, seu conteúdo não pode ser definido como um programa a partir do Estado, mas, ao contrário: só assumida a partir da perspectiva da sociedade é que se pode recobrir de sentido a própria transformação do Estado.”*⁴⁹

A esfera pública é o local de disputa entre os princípios divergentes de organização da sociabilidade. Os movimentos sociais constituem os atores que reagem à reificação e burocratização sistêmica. Eles disputam com o Estado e com o mercado a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização, reprodução da cultura e formação de identidade e solidariedade.

⁴⁸ Habermas, 1989, p.165

⁴⁹ Grau, 1998, p. 51

A síntese entre mundo da vida e sistema pode ser pensada ao se ‘resgatar’ o conceito de esfera pública agora interagindo com o de ação comunicativa. Para tanto vamos visualizar a percepção de Jessé de Souza:

“A esfera pública é percebida por Habermas, portanto, como uma caixa de ressonância em que os problemas politicamente relevantes problematizados no mundo da vida encontram eco. Cabe à esfera pública, também, ser capaz de tematizar as questões problemáticas de modo eficiente, ou seja, tem de conseguir dramatizar os problemas de modo a sensibilizar e convencer a opinião pública e contribuir para a modificação da vontade política. A esfera pública transforma-se, nesse sentido, em uma instituição constitutiva do mundo moderno, para Habermas. Ela pode ser descrita como uma rede de comunicação de conteúdos e de tomadas de posição e opiniões as quais são filtradas e sintetizadas a ponto de formarem ‘opiniões públicas’.”⁵⁰

Núria Grau complementa:

“O núcleo organizado institucionalmente da esfera pública é o que Habermas chama de sociedade civil, ou seja, o conjunto de movimentos, organizações e associações que captam os ecos dos problemas sociais que aparecem nas esferas privadas e se condensam na esfera pública política. Habermas inclui a promoção da reforma institucional em termos da criação de sensores nas instituições políticas e econômicas, de tal modo que o processo discursivo, que se desenvolve fora delas, possa influenciá-las”⁵¹

Jessé de Souza enfatiza:

“O bom funcionamento de uma sociedade civil pressupõe liberdade de imprensa, opinião, reunião, pluralismo de formas de vida, proteção da privacidade, cidadania autônoma e esfera privada intacta. Uma esfera pública organizada na sociedade civil e baseada na formação de opinião livremente formada, capaz de influenciar a formação da opinião e da vontade política do complexo parlamentar, forma para Habermas, a tradução sociológica do conceito de política deliberativa.”⁵²

Não obstante, as características mencionadas acima estão sendo corroídas pelo neoliberalismo político e Ponta Grossa, objeto de análise, sente um grande descompasso entre as características ideais para o bom funcionamento da

⁵⁰ Souza, 2000, p.91

⁵¹ Grau, 1998, p. 52

⁵² Souza, 2000, p.92

sociedade civil. Mesmo assim, tem-se tentado viabilizar condições relevantes para a criação de um espaço público que venha a se opor à banalização da vida pública.

O conceito de soberania popular tem a ver com a perspectiva de um processo permanente de intercâmbio comunicativo e de formação de opinião pública. Esta se articula por meio da intersubjetividade e da interação permanente dos membros de uma sociedade atuando sob a força social integradora da solidariedade. E é através da soberania popular que a cidadania deliberativa vai assumir uma posição frente ao Estado. Pressupõe o exercício da cidadania deliberativa, uma sociedade descentralizada onde há um espaço público intermediando a sociedade civil (esfera pública) e o poder público. Espaço democrático que serve para apresentar, identificar e solucionar problemas vivenciados pela sociedade em questão. O conceito de esfera pública ocupa posição central na teoria habermasiana como arena de formação da vontade coletiva. É o espaço do debate público, do embate dos diversos atores da sociedade. Trata-se de um espaço público autônomo apresentando uma dupla dimensão: de um lado, desenvolve processos de formação democrática de opinião pública e da vontade política coletiva; de outro, vincula-se a um projeto de práxis democrática radical, em que a sociedade civil se torna uma instância deliberativa e legitimadora do poder público, em que os cidadãos são capazes de exercer seus direitos subjetivos políticos. Sob essa perspectiva de cidadania, as questões municipais não devem ser planejadas, executadas e avaliadas exclusivamente pelo governo de turno, mas partilhadas com as diferentes organizações e/ou representações da sociedade civil. Tal compartilhamento deve ocorrer por meio

de ações comunicativas, práticas políticas argumentativas, nas quais o cidadão decide, coletivamente, com os poderes constituídos, os interesses da sociedade. Portanto, essa concepção de cidadania deve ser entendida como uma ação política deliberativa, na qual o indivíduo deve participar de um procedimento democrático, decidindo, nas diferentes instâncias de uma sociedade, e em diferentes papéis, o seu destino social como pessoa humana, quer como eleitor, trabalhador ou consumidor, ou seja, a sua autodeterminação não se dá, exclusivamente, sob a lógica do mercado, mas da democracia social: igualdade política e decisória. E é sob essa concepção de cidadania que verificamos até que ponto o discurso formal e informal do Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa – Pr., guarda coerência com uma concepção de sociedade descentralizada no seu processo de tomada de decisão e fiscalização da moralidade pública.

Sob a ótica de Jessé de Souza, a imagem que Habermas nos oferece para explicitar os processos de comunicação e de decisão do sistema político é aquela que retrata uma relação do tipo centro-periferia. No centro localiza-se a administração, o judiciário e a formação democrática da opinião e da vontade (Câmara Municipal, eleições políticas, partidos) que formam o núcleo do sistema político; na periferia, encontra-se a esfera pública composta por associações formadoras de opinião, especializadas em temas e em exercer influência pública (no caso em tela, o Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa).

Na operacionalização dessa perspectiva centro-periferia no caso dos municípios brasileiros, o centro poderia ser exemplificado através do Poder

Executivo do Município, de suas diferentes agências administrativas (Secretarias setoriais) e Câmara de Vereadores - o sistema administrativo. Quanto à periferia, ela poderia ser ilustrada por meio dos diferentes atores sociais organizados da sociedade civil a compor a esfera pública intermediadora e/ou monitoradora na relação poder público-população. Os locais privilegiados para essa mediação e/ou acompanhamento podem ser, por um lado, os fóruns públicos projetados pelo sistema administrativo ou aqueles criados pela própria sociedade civil. Na linguagem habermasiana os primeiros seriam os arranjos institucionais e os segundos, informais. Os processos deliberativos ou as possibilidades de composições deliberativas, quer promovidas pelo poder público quer pelos diferentes enclaves da sociedade civil, sugerem uma sociedade apta a atuar democraticamente. O significado dessa capacidade de ação democrática não passa somente pelo momento do voto, pelo momento da decisão parlamentar ou, simplesmente, pela decisão da maioria. Nas sociedades democraticamente deliberativas todos, de modo organizado ou não, institucional ou informalmente, têm direito a expor suas razões, a argumentarem e negociarem suas inquietações e soluções. No processo deliberativo de decisão está implícita a dialogicidade das relações sociais, de uma deliberação comunicativa na qual a isonomia é o *modus operandi* na incorporação negociada das individualidades. Entretanto, devemos considerar que a complexidade da sociedade contemporânea onde a luta pela sobrevivência individual pulsa mais forte do que aquela de natureza societária, parece dificultar propostas ou processos deliberativos. No caso brasileiro essa situação fica mais agravada pelas gritantes desigualdades sociais.

Neste aspecto, a própria existência de espaços menores de participação – a ordem local, a ordem dos micro-espços – permite a publicização de lutas por direitos no interior das mais diversificadas organizações da sociedade civil, o que acaba por se constituir num constante “fermentar da cidadania”. Em outras palavras, num laboratório para a construção da verdadeira democracia.

Assim como uma cultura política liberal não pode ser gratuita, uma sociedade civil ativa com uma rede de organizações voluntárias não pode ser simplesmente produzida. Acreditar que a história podia ser fabricada foi uma ilusão da filosofia da história. O poder administrativo não é o meio apropriado para o surgimento ou até para a produção de formas de vida emancipadas. As estruturas comunicativas do mundo da vida, por sua vez, só se modificam através do médium da comunicação.⁵³ .

Alguns autores das ciências humanas mostraram que as teorias da transição, ao privilegiarem um conceito de democracia centrado unicamente na vigência de “instituições democráticas” eleições livres, direitos civis garantidos, normalidade da atividade parlamentar etc. Confinaram o estudo da democratização à esfera institucional, ignorando o “*hiato entre a existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos agentes políticos*”⁵⁴

Ao mesmo tempo, rompendo o véu do discurso institucional universalista, esses estudos necessitariam debruçar-se sobre os padrões concretos de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, analisando o papel de atores

⁵³ Habermas, 2002

⁵⁴ Dagnino, 1996, p. 136

como movimentos sociais, organizações não-governamentais etc. para a operação de transformações em tais relações.

Os demais trabalhos sobre movimentos sociais, voltados para a investigação das formas específicas de contribuição dos novos atores sociais à construção da democracia, acabam privilegiando, paradoxalmente, a perspectiva institucionalista das teorias da transição.⁵⁵

Ainda que não se pretenda reacender a chama antiinstitucionalista que orientou muitos trabalhos sobre movimentos sociais nos anos de 1980, parece necessário reconhecer que as contribuições democratizantes desses movimentos não podem ser enxergadas unicamente a partir das instâncias institucionais, esperando-se deles o aperfeiçoamento dos mecanismos de intermediação de interesses ou a renovação da vida partidária, minada em países como o Brasil pelas velhas práticas autoritárias e pelos novos casuísmos.

O estudo das esferas públicas locais no caso brasileiro constitui tarefa tão promissora quanto ingrata. A inexistência de uma tradição de estudos nessa área dificulta as analogias, as inferências e a avaliação das possibilidades de generalização dos resultados obtidos nos estudos de caso, impondo, ainda, a necessidade de elaboração de um marco analítico-conceitual a partir de referências teóricas constituídas em outros contextos e cuja possibilidade de transposição à situação brasileira necessita ser avaliada em todas as suas fases. É nesse sentido que ressaltamos a utilização do referencial teórico habermasiano.

⁵⁵ Paoli, 1992

Esses movimentos vinham tentando, em parte com sucesso, tematizar publicamente, por meio da imprensa e de formas próprias de comunicação, questões como a discriminação racial e de gênero, a falta de moradia e a degradação do meio ambiente.

Em suma, na esteira de flutuações político-institucionais e das mudanças verificadas nos perfis associativos da cidade pesquisada, operaram-se, ao longo do processo de democratização do país, transformações substantivas nas esferas públicas municipais.

A estrutura de propriedade dos meios de comunicação de massa locais reflete, em termos gerais, a concentração e o favorecimento dos grupos políticos e econômicos consolidados no país como um todo.

Refletindo conhecidas dificuldades estruturais do sistema partidário-representativo brasileiro, fortemente caudatário e dependente da “patronagem estatal”⁵⁶, os vereadores locais, nos contextos pesquisados, concentram, tradicionalmente, seus esforços na negociação direta com o Executivo e na intermediação de demandas tópicas por melhorias urbanas apresentadas por cidadãos individuais ou grupos organizados. A atividade propriamente legislativa e a discussão de temas de alcance geral, sem perspectivas de redundar no favorecimento imediato de seus respectivos eleitorados, são, na prática, pouco valorizadas pelos edis. Com isso, as funções ordinárias das Câmaras Municipais só se tornam objeto de conhecimento público, atraindo atenções para além de círculos políticos muito restritos, quando a imprensa local

⁵⁶ Souza, 1988

noticia os projetos de leis e os encaminhamentos e propostas discutidos nas sessões regulares.

“Atualmente, comparada a parlamentos débeis e burocracias fortes, a ação pela recuperação de uma esfera pública ampliada aumenta seu próprio horizonte, mas o patrimonialismo, o clientelismo e o corporativismo dominam o cenário da formação de políticas públicas e da prestação de serviços públicos, como ocorre com particular ênfase nos Estados da América Latina.”⁵⁷

A emergência de novos atores coletivos locais tem contribuído, entretanto, para mudar tais formas arraigadas de operação dos legislativos municipais.

Além do recurso à imprensa, muitos dos movimentos sociais e associações civis investigadas dispõem de instrumentos próprios de comunicação e divulgação. Estes podem apresentar diferenciados níveis de elaboração e complexidade, indo desde os jornais murais afixados em locais de grande circulação de pessoas até jornais impressos, de periodicidade regular. Parece destacável, nessas formas próprias de comunicação, o caráter e a função diferenciada que elas ocupam na dinâmica das organizações. Enquanto as aparições na grande imprensa estão orientadas para a divulgação, e, eventualmente, para o exercício de pressão sobre políticos locais, os veículos próprios de comunicação estão voltados, fundamentalmente, para o público interno: eles constituem, antes de tudo, instrumentos de formação interna de opinião e de consolidação da legitimidade e reconhecimento das associações junto a seus próprios participantes.

⁵⁷ Grau, 1998 , p.54

De maneira muito genérica, pode-se delimitar nos trabalhos mais recentes duas formas distintas de tratamento da esfera pública nas sociedades contemporâneas⁵⁸.

A primeira abordagem caracteriza-se pela centralidade conferida aos meios de comunicação de massa e pela ênfase na impossibilidade de entendimento efetivamente comunicativo dentro da esfera pública. Tratar-se-ia, em tal órbita, da disputa pelo controle do acervo de recursos simbólicos disponíveis, já que é a eficácia na manipulação de tais recursos que moldará as preferências – políticas, de consumo, estéticas etc. – das massas. A forma-espetáculo teria, portanto, substituído os conteúdos e o publicitário tomado o lugar do público.

Mesmo considerando que a esfera pública é um fórum comunicativo aberto, estabelece-se dessa vertente, uma diferenciação funcional rígida entre os porta-vozes de partidos, grupos organizados, interesses econômicos etc. e os media, por um lado, e o público (no sentido de platéia) por outro. Enquanto os primeiros são, em última instância, os atores da esfera pública, o público, disperso e atomizado, seria mero destinatário das mensagens, sem voz pública efetiva. Os movimentos sociais emergiram exatamente nesse hiato entre atores da esfera pública e público.

A segunda abordagem distingue-se por estender o foco de sua atenção para além da mídia, contemplando, como campos constitutivos da esfera pública, os espaços de comunicação interpessoal, as redes informais de

⁵⁸ Costa, 1997

intercâmbio etc. Vislumbra-se, assim, a possibilidade de ocorrência de formas discursivas de comunicação dentro da esfera pública, relativizando-se a ação manipuladora dos media. Não se trata de ignorar aqui os processos – que são empiricamente iniludíveis – de espetacularização e conseqüente perda de substância argumentativa da comunicação pública. Busca-se, entretanto, mostrar que tais fenômenos não preenchem todo o ‘volume’ da esfera pública. Persiste, para além do espaço público transformado em mercado, um leque diversificado de estruturas comunicativas e uma gama correspondente de processos sociais (de recepção e reelaboração das mensagens recebidas e de interpenetração entre os diferentes microcampos da esfera pública) cuja existência confere, precisamente, consistência, ressonância e sentido ao espetáculo, ancorando-o, novamente, no cotidiano dos atores. Na ausência de tais processos, as imagens e mensagens, ainda que tecnicamente elaboradas e esteticamente empolgantes, ecoariam no vazio, destituídas de substância e credibilidade.⁵⁹

São compreensíveis as angústias daqueles atores políticos e daqueles cientistas sociais que, apercebendo-se da “feudalização” do Estado pelos interesses privados e do solapamento do conteúdo público das arenas representativas pelas práticas e acordos intransparentes, apostam no “arejamento” da esfera pública mediante a ampliação das competências institucionais do “atores da sociedade civil”.

Analiticamente, a redução da esfera pública à sua dimensão institucional ofusca a visualização das regiões de articulação entre os processos

⁵⁹ Habermas, 1990, 1992, 1997; Keane, 1996; Arato e Cohen, 1994

comunicativos de reprodução cultural e as formas de consolidação institucional da democracia. Nesse movimento, os atores da sociedade civil são transformados em atores intermediadores de interesses políticos, destituídos de qualquer idiosincrasia sócio-cultural. Já não serão mais os co-responsáveis pela tradução e transmissão para a órbita político-institucional dos anseios difusos gestados nos interstícios do tecido social. Tampouco contribuirão, agindo na direção oposta, para o enraizamento dos valores democráticos nas práticas cotidianas.

Portanto, ficaria, aqui assinalada outra diferença central em relação à formulação habermasiana: enquanto, segundo ele, as organizações sociais, ao estarem orientadas pela pressão da tomada de decisões, acabam sendo invadidas pela racionalidade instrumental (a mesma que se pretende enfrentar).

“O centro da questão leva à criação de uma nova institucionalidade que não só envolva a possibilidade de tornar a gestão pública mais permeável às demandas emergentes da sociedade, como de retirar do Estado e dos agentes sociais privilegiados o monopólio exclusivo da definição da agenda social.”⁶⁰

Com os olhos voltados para reflexões futuras, talvez pudéssemos concluir, provisoriamente, que uma cultura política pós-autoritária e uma sociedade civil ativa não podem ser simplesmente fabricadas. O poder administrativo não é o instrumento apropriado para a construção de formas de convivência democráticas. Elas só podem ser gestadas no âmbito dos processos comunicativos presentes nos diferentes níveis da vida social e que perpassam e conformam a esfera pública em suas variadas dimensões. Os esforços – necessários e desejados – de tradução político-institucional de padrões político-

⁶⁰ Grau, 1998, p.53

culturais emergentes não podem, por isso, deixar de observar o processo autônomo e socialmente difuso de constituição desses padrões.

“Sem a visão do direito como sistema empírico de ação” – afirma Habermas – ‘os conceitos filosóficos permanecem vazios’.”⁶¹.

O direito, nessa perspectiva, põe as mensagens do mundo da vida, elaboradas na linguagem natural do cotidiano, em uma forma que se torna compreensível nos códigos especiais da economia (dinheiro) e da administração (poder): *“Com isso, a linguagem do direito, diferentemente da comunicação moral restrita à esfera do mundo da vida, pode funcionar como transformador entre sistema e mundo da vida na circulação da comunicação em toda a sociedade.”⁶²*

O direito vale não apenas porque é posto, e sim enquanto é posto de acordo com um procedimento democrático, no qual se expressa intersubjetivamente a autonomia dos cidadãos.[...] Habermas vai argumentar que a validade não se restringe à consistência da decisão, argüindo que, além disso, ela pressupõe a fundamentação moral e ético-política.⁶³

Habermas propõe que *“o direito seja compreendido como o meio de conversão do poder comunicativo em poder administrativo”*.⁶⁴

A vinculação Direito e Democracia ganharam notoriedade acadêmica com a publicação de J. Habermas. Por conta disso, visualiza-se em

⁶¹ Habermas, 1992, p.90

⁶² Habermas, 1992, p.108

⁶³ Souza, 2001

⁶⁴ Habermas, 1992, p.123

vários países uma atuação civilizada dos movimentos sociais e agentes de mobilização, pautada em encontrar melhores condições de ações eficientes.

O Ministério Público Brasileiro nos últimos anos tem dado demonstrações exemplares de apuração e encaminhamentos jurídicos para os infratores da ilegalidade no campo político e administrativo. Foram muitos os casos em que a atuação dos promotores foi fundamental. Menção especial podemos fazer ao lembrar na Operação Vampiro, que descobriu fraudes na compra de hemoderivados; o escândalo da construção do fórum trabalhista de São Paulo; a descoberta dos desvios da extinta Sudam também foi fruto da parceria dos procuradores com policiais federais; a operação anaconda, que desvendou um esquema de comércio de decisões judiciais; o escândalo dos painéis envolvendo senadores, dentre outros. Tanto nas manifestações organizadas do Movimento de Ponta Grossa quanto no Movimento de Londrina, a sociedade civil organizada deu demonstração visível de apoio às atividades desenvolvidas pelo Ministério Público. O Movimento pela moralização na administração pública realizou também manifestação em Curitiba, precisamente em frente ao Tribunal de Justiça (TJ) em Curitiba, contra os ataques do advogado do ex-prefeito Antonio Belinati – advogado Clemerson Merlin Cléve aos juízes e promotores de Londrina.

Todavia, debate-se hoje no Brasil se o Ministério Público pode ou não conduzir investigações criminais. A questão, hoje, está sob a análise do Supremo Tribunal Federal e a briga jurídica é interessante. A Constituição autoriza explicitamente o MP (Ministério Público) a realizar investigações no

campo cível, mas silencia quanto à possibilidade dele fazer o mesmo no campo criminal.

O fato que desejo ressaltar é que além destas situações, o Ministério Público tem hoje, de forma incomum, dialogado com os novos movimentos sociais e, na medida do possível, apurado com desenvoltura as denúncias e provas postas, tornando-se também um importante canal para o direito ser mais democratizado.

*“Tanto as chamadas ‘corporações intermediárias’, como as instâncias de intermediação entre ‘sociedade civil’ e Estado, como os meios de comunicação de massa desempenham um papel importante na esfera pública; mas esta é muito mais ampla, eis que inclui diferentes formas de intermediação entre Estado de direito e ‘sociedade civil’ (à qual, no sentido aqui entendido, pertencem os sistemas funcionais não estruturados político-juridicamente e a reprodução da sociedade em sua dimensão de mundo da vida), como, por exemplo, movimentos cívicos ou sociais e modos não organizados de comportamento e comunicação, sobretudo a forma de protesto, que se distingue de ‘forma de oposição política em uma democracia constitucionalmente regulada’.”*⁶⁵

Essa realidade fez-se presente no Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa. Integrantes do movimento divergiam “internamente”, quanto à ideologia maior do movimento: forma de protesto aberto e universal ou forma de oposição política imediatista.

*“A esfera pública como arena do dissenso se apresenta, em princípio, inteiramente desestruturada. Ela só se torna, em certa medida, estruturada, quando há perspectivas de que as expectativas, os valores, os interesses, e os discursos que lhe são constitutivos sejam generalizados pelos procedimentos constitucionais.”*⁶⁶

⁶⁵ Souza, 2001, p. 133 e 134

⁶⁶ Souza, 2001, p. 135

A ação revolucionária pela simples ação revolucionária não tem respondido às necessidades do início deste século.

Habermas considera que a razão tem seus limites e desvios e deve recuperar os meios que essa própria razão tem de se autocriticar. Só a razão autocrítica contra a razão instrumental, manipuladora e violadora do real e do outro pode obter êxito. Ele acredita e defende uma razão comunicativa, intersubjetiva, ético-prática. Habermas insiste nos conceitos iluministas de sujeito e consciência, que seriam fundados numa linguagem estável, que possibilita o diálogo e a ação legitimada pelo discurso. A razão não se reduz ao seu aspecto instrumental; ela tem a possibilidade de se autocriticar e definir os seus limites de validade. Há um alargamento do conceito de razão. A razão moderna possui meios para a sua auto-superação. Ela tem os seus próprios meios para pensar e pronunciar o seu outro: a violência, o desvario totalitário, à vontade de poder.⁶⁷

Os teóricos da modernização projetaram para a contemporaneidade um contexto de progresso material permanente e duradouro, desigualdades sociais cada vez menores e conflitos culturais e religiosos crescentemente atenuados – promessas que, tudo indica, esperarão boas décadas até serem cumpridas. No campo oposto, os pós-modernos falaram-nos de uma explosão da subjetividade e de uma radical fragmentação social, as quais, igualmente, ainda não nos foi dado conhecer. Em vez da constituição auto-referida do eu e da identidade individual livre de qualquer determinação vislumbradas pelos pós-modernos, continuamos a conviver com os mesmos cidadãos ordeiros e

⁶⁷ Reis, 2000

cumpridores da lei e das normas sociais, sequiosos que permanecem de reconhecimento em contextos sociais razoavelmente duradouros e ordenados.⁶⁸

Enfrentando esse dilema é que Habermas começa a ser visto pela historiografia como uma alternativa razoável para elucidar o novo papel da teoria da história diante das oscilações do presentismo. Assim como F. Dosse, Habermas dialoga com as Ciências Sociais e pode residir aí uma nova categoria de que a história poderá se apropriar, sobretudo um apelo forte à questão da significação da relação dos indivíduos com o mundo social. As Ciências Sociais e sua íntima relação com a História no final da década de 1990 e início do novo século quer interrogar sobre o papel do ator, distante de uma estrutura rígida e dominante que muitas vezes ossifica o indivíduo; quer questionar o papel do indivíduo articulado à sociedade. E fica claro que este agir tende cada vez mais para sua autonomia e sua emancipação. Desta vez, uma autonomia descolada do ideal marxista e desprendida de um conjunto estruturante que satura o indivíduo e quase sempre se desvirtua quando tem oportunidade. Enfim, a história hoje não se limita às guerras e à política. Hoje a história não se limita a essas categorias, não por outras abordagens teórico-metodológicas que dão conta da apreensão das ações dos homens na história, mas porque essas ações apresentam novidades. A principal delas diz respeito à maneira como os homens se posicionam nas lutas, a saber: como atores e não mais como agentes executores ou representantes de certos grupos. A cidadania tutelada começa a ser substituída por uma outra, ainda não plena porque os grupos organizados com autonomia e autodeterminação são

⁶⁸ Costa, 1997 In. Souza, 2001

raros, mas sem dúvida uma cidadania moderna, fundada na noção do direito à diferença – não apenas o direito à vida, mas também o direito à autodeterminação em questões como as de gênero, raça, idade, manifestação sexual e etc.⁶⁹

A razão não poderia recuar diante da emergência dos seus aspectos irracionais e nem reprimi-los, como fez até então. Só lhe restaria o caminho da autocrítica e da auto-superação dialética, pela comunicação, pela linguagem, pelo diálogo, que reconstruiria a possibilidade da intersubjetividade e do consenso. Os seus críticos querem reconstruí-la, pois estão comprometidos com o sentido e a inteligibilidade da história.⁷⁰

⁶⁹ Gohn, 1998

⁷⁰ Reis, 2000

CAPÍTULO 2 - QUADRO SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICO DE PONTA GROSSA

Um dos protagonistas analisado neste trabalho, o Ex-Prefeito Jocelito Canto e hoje, Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, diante da pergunta “Qual o seu conceito sobre a idéia de que a sociedade pontagrossense é uma sociedade conservadora e que via de regra não vê com bons olhos cidadãos de outras regiões?”, explicou:

“É preciso deixar claro que grande parte da atual sociedade pontagrossense não nasceu em Ponta-Grossa. Existem hoje os neo-pontagrossenses. É possível considerar que mais de 50% da população atual esteja inserida nestes números. Estou ressaltando isto para demonstrar que assim que aqui cheguei e comecei a trabalhar na Emissora de Rádio – Difusora e iniciei um estilo de comunicação bastante popular, logo me destaquei junto às camadas populares. Isto foi em 1990. Algumas pessoas me abriram espaços políticos para que eu pudesse militar na vida pública na qualidade de candidato. Foi aí que candidatei-me ao Cargo de Deputado Estadual. Meu principal concorrente na região chamava-se Plauto Miro. Na ocasião falou: ‘Forasteiro não é bem vindo aqui’. Foi, na verdade, uma colocação bastante infeliz. É bem possível que eu não teria uma votação que conduzisse à Assembléia Legislativa antes deste fato. O novo pontagrossense, que de fato, decide as eleições, decidiu defender a idéia de que ‘todos são bem-vindos’. Foi aí que eu tive uma grande ascensão política, chegando a um resultado eleitoral extremamente positivo. Então fica fácil responder ao seu questionamento. Há uma parte da sociedade pontagrossense que tem um discurso conservador.”

Naquela oportunidade o entrevistado expressava uma fala própria, caracterizando o imaginário popular deste período, justificando seu sucesso eleitoral com os muitos votos de neo-pontagrossenses, ao mesmo tempo que deixava transparecer uma certa ironia ao seu opositor de 1996, herdeiro da elite campeira dos Campos Gerais – Sr. Plauto Miro, também Deputado Estadual

hoje, como se o mesmo, com suas declarações no debate eleitoral do pleito eleitoral de 1996, se mostrasse ressentido e com um discurso agressivo.

Em publicação local com o título “Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais”, organizada pelas Professoras Carmencita de Holleben Mello Ditzel e Cicilian Luiza Lowen Sahr, o Prof. José Carlos Milléo faz uma historicização que nos remete à fala de Jocelito. No artigo denominado ‘Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução’, o autor destaca a trajetória de Ponta Grossa no cenário paranaense e nacional, situando historicamente a região como parada obrigatória para os tropeiros; frisa o diferencial entre esta região, com vocação essencialmente para a pecuária, com regiões do norte e oeste do Paraná. A atividade criatória, como chamou o autor, exigia menor quantidade de mão-de-obra, logo, menor quantidade de escravos também. Isto fazia com que esta região tivesse um número reduzido de moradores rurais, somado ao fato de que grande parte de sua população era oriunda do próprio Estado. Durante muito tempo, a hegemonia política de Ponta Grossa esteve então nas mãos de membros da elite campeira, literalmente paranaense. A título de parâmetro como escreveu Milléo:

*“só para se ter uma idéia do poder absoluto da elite tradicional, basta dizer que em 1896 é eleito Ernesto Guimarães, próspero fazendeiro que, devido à sua reeleição por duas vezes consecutivas, permanece doze anos no poder. Na eleição seguinte é eleito seu irmão, José Bonifácio Guimarães Vilela, também fazendeiro, que fica até 1912 na condução do executivo”.*⁷¹

⁷¹ Milléo, 2001, p. 63

Através de um raciocínio lógico chega-se ao concorrente de Jocelito Canto nas eleições municipais de 1996, o hoje Deputado – Plauto Miro Guimarães. Herdeiro da família Guimarães, um dos descendentes da elite campeira, segundo Milléo “[...] *premido pela possibilidade de derrota, afirmou de maneira intempestiva: ‘Ponta Grossa tem dono !’ Esta frase é tremendamente ilustrativa do raciocínio desenvolvido no trabalho, e quem a profere não está de todo errado. A questão agora é perguntar: quem são os donos ?*”

Fundado em 15 de setembro de 1823, o município de Ponta Grossa localiza-se no segundo Planalto paranaense, precisamente na região dos Campos Gerais do Paraná. A história do município relaciona-se intimamente com a ocupação dos Campos Gerais, no séc. XVIII, e também do sul do Brasil, devido à colonização do atual município e seu contexto regional, que foram ligação entre o sul e o centro do País. Em março de 1862, Ponta Grossa passou da condição de Vila a cidade e, a partir da década de setenta deste mesmo século, um movimento migratório europeu contribuiu sobremaneira com o aumento populacional do município.

Procura-se apontar os vínculos entre a região e a cidade na sua formação histórica e destaca-se o espaço urbano por considerá-lo instigante na medida em que diferentes projetos e imaginários nele são elaborados e vivenciados conferindo-lhe uma dinâmica própria. Isso torna Ponta Grossa uma cidade única, embora sua história seja semelhante à de muitas outras.⁷²

⁷² Ditzel, 2004

Busca-se nas lutas de representação travadas ao longo do tempo as características que permaneceram na sociedade pontagrossense e que permitem identificá-la, distingui-la das demais. Nesta abordagem multifacetada parte-se do princípio de que imaginário e real são termos complementares.

A década de 1960 visualiza transformações significativas na política local e estadual. Ocorre o que Milléo chama de “oscilação entre representantes da elite campeira e da burguesia industrial e comercial”. Durante o Governo do paranaense de Lapa, Ney Braga, nessa década, o Paraná assiste à uma intensa modernização. Evidentemente, o contexto nacional contribuiu em grande parte no direcionamento de ações modernizantes. A agricultura paranaense, antes marcada pela hegemonia do café e do mate, vê-se envolta em um processo de agro-industrialização e de uma definição diferente para o desenvolvimento do Estado e conseqüentemente da região. O café deixava de ser a única “menina dos olhos” e via o nascimento de uma nova cultura, a soja, e com ela, uma intensa atividade migratória da zona rural para a zona urbana. O Estado começava a definir a industrialização como meio de acelerar o desenvolvimento brasileiro, opção que se radicalizaria após 1964.⁷³

Evidentemente que o resultado dessas mutações desdobrariam na questão do poder local. Por essa época, mais precisamente em 1966, o então Prefeito – Plauto Miro Guimarães, advogado e fazendeiro, tem a responsabilidade de materializar ações no sentido de instrumentalizar novos espaços urbanos a fim de privilegiar a demanda de novos trabalhadores para a nova economia local.

⁷³ Wachowichz, 1988

Ponta Grossa é contemplada dentro do setor industrial com indústrias de extração e refinamento de óleos vegetais essenciais, laticínios, indústrias químicas, fiação e tecelagem de fibras naturais e sintéticas, dentre outras. Nesse momento é oportuno lembrar a publicação de Leonel Brizolla Monastirsky, acerca da mitificação da ferrovia em Ponta Grossa, uma vez que a cidade sediava na ocasião o maior entroncamento rodo-ferroviário do sul do país, além de ter uma localização bastante estratégica. Relembrando os termos usados por Milléo, haverá nesse momento uma composição entre setores da elite campeira com setores da elite empresarial.

De fato e naturalmente um novo tipo de morador começava a se instalar em Ponta Grossa, trazendo alterações substanciais no quadro social e posteriormente político. Prova disso é o que a Professora Cicilian Luiza Lowen Sahr, relata:

*“A evolução da população no espaço urbano de Ponta Grossa vem demonstrando, desde os anos cinqüenta, um crescimento bastante intenso. Em 1960, Ponta Grossa ultrapassa o limiar de 50.000 habitantes, podendo ser denominada, em termos demográficos, como uma cidade média. Em 1970, moravam no seu espaço urbano mais de 100.000 habitantes e, em 1991, a cidade ultrapassa o limiar de 200.000 habitantes”.*⁷⁴

Hoje a população chegou a 286.647, provocando inclusive, pela 1ª vez, 2º turno nas últimas eleições municipais. Certamente, modificações aqui instaladas refletiram e continuarão a espelhar conseqüências de processos sociais. Diretamente, ocorreu um processo de favelização, jamais visto anteriormente.

O êxodo rural mencionado acima, a migração de indivíduos de cidades circunvizinhas, provocou um inchaço na sociedade local, logo um

⁷⁴ Lowen, 2001, p. 14

empobrecimento da população. Sem contar elementos de crescimento urbano especulativo e segregação social como destacou Lowen. Segundo Lowen:

*“a cidade oficial convive, desta forma, lado a lado com a cidade ‘não-oficial’. O morar em favelas representa para a população de baixa renda, muitas vezes, a oportunidade de morar próximo a áreas bem servidas de infraestrutura e equipamentos públicos, ao local de trabalho etc. No entanto, significa também, via de regra, conviver com uma vizinhança com padrão social bastante superior e sofre, constantemente, pressões para deixar o lugar.”*⁷⁵

As falas dos protagonistas da história local sobre o mito de conservadorismo que permeia a sociedade local, são bastante diversificadas. Todavia, novamente recorrendo a publicações esclarecedoras sobre o mito de “cidade civilizada” nós nos deparamos com questões pertinentes. Os valores estéticos, éticos, sociais e culturais registrados em Ponta Grossa nas décadas de 1940 e 50 são ricos de situações que merecem reflexões em defesa de um certo civismo xenófobo. Segundo Sennett:

*“Uma das maneiras de se retratar o passado é através de imagens do surgimento e do declínio de um modo de vida determinado. Essas imagens produzem naturalmente um sentido de saudosismo, que é um sentimento perigoso. Enquanto ele produz simpatia para com o passado, e desta forma, uma certa introvisão (insight), esse saudosismo induz a uma certa resignação diante do presente e, deste modo, a uma certa aceitação dos seus males”*⁷⁶.

Parece ter sido este o sentimento do candidato a Prefeito derrotado por Jocelito e o sentimento de uma “minoría remanescente” dos velhos tempos hegemônicos da elite campeira e da elite empresarial que assiste a vitória eleitoral para Deputado Estadual em 1994 e para Prefeito Municipal em 1996 de um “suposto forasteiro” – Jocelito Canto.

⁷⁵ Lowen, 2001, p. 35

⁷⁶ Sennet, 1988, p. 317

Recorrendo às fontes de Niltonci Batista Chaves que escreveu “A cidade civilizada: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do séc. XX”, uma vez que este autor analisou de maneira inteligente os discursos produzidos pelo Jornal Diário dos Campos de Ponta Grossa, fica fácil entender o ‘mito’ ou a ‘verdade’ sobre o conservadorismo e sua experiência cívica em Ponta Grossa.

“As praças eram pontos de encontro típicos da sociedade ponta-grossense. Comentários a respeito delas estavam sempre presentes entre as notícias publicadas no Diário dos Campos. A Praça João Pessoa, localizada diante da Estação-ferroviária, constituía-se, nesse período, em local onde muitas famílias concentravam-se sobretudo nas noites de verão. Nesta mesma praça a população local costumava recepcionar autoridades e visitantes ilustres que chegavam à cidade. Também era nas praças que se realizavam comemorações cívicas e celebrações religiosas. Outro costume típico era concentrar-se diante das retretas que ocorriam na Praça da Matriz ao entardecer de domingo. A música ficava sob a responsabilidade da Banda do 13º Regimento de Infantaria.”⁷⁷

As pessoas que não pertencessem ao *status quo* dominante eram literalmente colocadas no ostracismo social. Os excluídos mendigos, meretrizes, desocupados e forasteiros não faziam parte do extrato social contemplado pelo jornal. O jornal em tela destacava a sua posição sobre a questão:

“A mendicância em Ponta Grossa constitui problema digno de merecer a atenção dos poderes públicos e de toda a população. O Diário dos Campos já o focalizou por diversas vezes. Não faz muito tempo, este jornal estampou uma série de locais enaltecendo a necessidade de ser cicatrizada essa chaga social entre nós. Várias pessoas de destaque em nossa sociedade, atendendo ao apelo que então fez esta folha, chegaram a se reunir com o fim de tratar do assunto. Havia, entretanto, naquele tempo, vários óbices que aconselhavam fossem procrastinados os trabalhos tendentes a resolver o problema. (...) Encetamos mais uma cruzada: em prol dos desfavorecidos da sorte. Imitemos Curitiba. Criemos também a nossa Sociedade de Socorro aos necessitados. Parece ser obra difícil a construção de um asilo para indigentes e inválidos,

⁷⁷ Batista, 2001, p. 68

*mas a boa vontade e os sentimentos fulcros de nossa gente vencerá a essa empreitada altruística, como já tem vencido a muitas outras.*⁷⁸.

Lembrando o fio de Ariadne, iniciamos nosso texto fazendo uma referência à questão do ‘forasteiro’, pauta do debate eleitoral que culminou com a vitória de Jocelito Canto, já analisado. Desse modo é preciso resgatar a idéia, mesmo que simbólica, do que pensam os herdeiros da elite campeira sobre pessoas estranhas, tidas como forasteiros. O Jornal Diário dos Campos em décadas passadas faz uma menção especial a esta categoria, lembrando o fato de Ponta Grossa ser um grande trevo, local bastante acessível para paradas de pessoas de outros locais. *“Alvo de constante vigilância na Estação Ferroviária, muitos acabavam presos sob acusação de serem ‘suspeitos’ ou ‘estranhos’.”*⁷⁹ Posto isto fica agora mais claro o ethos reinante em alguns lares ponta-grossenses acerca do mito de uma cidade civilizada, proporcionado pelas linhas do jornal Diário dos Campos, em forma de imaginário social. Entender então como Jocelito Canto se beneficiou dos votos de “milhares de outros forasteiros” para ter sucesso eleitoral, é uma questão a ser considerada, já que nem todos os votos recebidos pelo ‘forasteiro’ nas eleições de 1996 advieram das camadas populares. A pesquisa do Jornalista Sérgio Gadini⁸⁰, registra este fato. Enfim, ficou evidenciado que não foram apenas os redutos das camadas populares que deram a vitória a Jocelito Canto. O mesmo ganhou as eleições em todas as urnas da cidade. Nascido no Rio Grande do Sul, na cidade de Passo Fundo, Jocelito Canto, 46 anos, pela segunda vez Deputado Estadual do Estado do Paraná, ex-Prefeito de

⁷⁸ Diário dos Campos, 01 maio. 1938

⁷⁹ Batista, 2001, p. 74

⁸⁰ Gadini, 2004.

Ponta Grossa, tem características que se enquadram no perfil de um “político populista”. Oriundo de uma família humilde, desde pequeno teve que aprender a viver sem o protecionismo de uma família elitizada. Teve sua primeira oportunidade no rádio aos 15 anos, na cidade de Três Passos, trabalhando como operador em uma emissora local.

Em pouco tempo tornou-se comentarista esportivo amador, migrando depois para o radialismo profissional. Antes de chegar a Ponta Grossa, teve uma rápida passagem pela cidade de Guarapuava, ficando ali poucos meses, sem obter o sucesso que conseguirá mais tarde em Ponta Grossa. Sem muitas perspectivas, chegou a Ponta Grossa em 1991, à procura de emprego e à procura do pai que dizia estar residindo nessa cidade. Em suas próprias palavras:

“Batalhei muito para alcançar este espaço e poder então trabalhar em emissora de rádio. Já lhe disse que Santo de casa não faz milagre. Depois de muitas tentativas consegui uma pequena chance em Três Passos – RS. Depois fui migrando e passei por mais de 20 emissoras de Rádio. A primeira emissora de Rádio de trabalhei no Paraná foi na cidade de Barracão. Passei por outros lugares e acabei chegando em Ponta Grossa para trabalhar como Radialista na Rádio Difusora. Optei por Ponta Grossa principalmente porque sabia que meu verdadeiro Pai morava aqui. Isto certamente foi decisivo para mim.”⁸¹

Humilde, pediu emprego em todas as emissoras da cidade sem sucesso. Não conseguindo, de forma criativa emprestou uma “caixa amplificadora” e um microfone para diariamente fazer apresentações populares nas praças centrais da cidade. Democratizava o microfone ao povo para que o mesmo apresentasse suas queixas e pedidos. Algumas autoridades locais

⁸¹ Canto, Entrevista – julho – 2004

prestigiaram seu trabalho. Dessa forma conseguiu fazer com que alguns políticos discutissem questões públicas nas praças, através de sua intermediação. Seu programa foi se destacando, pois contava com uma pauta diferente – recheada de grande interação social. A dificuldade em conseguir emprego devia-se ao fato de Canto fazer programas para um público extremamente simples, enquanto o perfil dos proprietários das emissoras de rádios AM locais era bastante conservador. O jornalista Sérgio Gadini, descreve com detalhes o ingresso de Jocelito nos meios de comunicação de Ponta Grossa.

“A rádio Santana é da Cúria Diocesana, a rádio Clube pertencia na época ao ex-deputado federal Jovani Masini, político tradicional da cidade que foi vice-Prefeito de Paulo Cunha Nascimento (1993-1996), a rádio Central do Paraná pertencia ao empresário Irajá Vargas de Oliveira, candidato a deputado federal em 1994 e candidato a vice-prefeito de Plauto Miro Guimarães Filho em 1996, e a Rádio nacional sul estava arrendada para a família Andrade, de Curitiba, que tinha interesse em usá-la como instrumento de campanha para as eleições de 1994. A única rádio AM que não tinha ligações diretas com políticos naquele momento era a Difusora. Nessa rádio, Jocelito Canto foi informado de que não teria espaço para usar o estúdio, mas, se quisesse, poderia fazer o seu programa matinal na garagem do prédio. Foi assim que surgiu a ‘Garagem da Esperança’, programa popular em que Canto fazia a intermediação de doações de ouvintes para pessoas carentes, apresentando curiosidades e fazendo críticas às administrações políticas local e estadual. Em 1994, Canto candidatou-se a deputado estadual pelo nanico PSC. Sua pretensão era ganhar experiência eleitoral e identidade política para abrir caminho a uma possível eleição como vereador em 1996. Nunca tinha disputado uma eleição antes, mas conseguiu ser eleito, com mais de 19 mil votos só em Ponta Grossa. Sua votação total ficou em 20,5 mil votos. Foi o único eleito de uma coligação de nanicos (PSC, PL, PRP e outros) para a Assembléia Legislativa do Paraná naquele ano.”⁸²

Em entrevista pessoal, Jocelito afirmou que atuou em várias rádios do Paraná e Santa Catarina, chegando a Ponta Grossa no ano de 1991, tendo firmado um contrato com a Rádio Difusora, onde comandou com sucesso seu programa matinal até julho de 2004.

⁸² Gadini, 2004, p. 90 – 91

*“Nasci em uma família humilde. Tive uma infância pobre. Quase passei fome. Sofri muito com minha mãe e meu padastro. Desde cedo trabalhei. A princípio como engraxate, depois como vendedor. Em várias tentativas não consegui meu sonho: ser radialista em minha cidade natal. Aquele ditado que ‘Santo de casa não faz milagre’, é verdade.”*⁸³

Criou em 1993, a “Garagem da Esperança”, aumentando assim a sua popularidade entre as pessoas mais humildes. E é por essas pessoas e pela realização profissional que Jocelito diz continuar no rádio. *“Tornei-me político, elegi-me Prefeito da cidade, mas não perdi o vínculo que sempre mantive com o povo. O que faço é verdadeiro e não demagogia”*.⁸⁴

Mostrando a grande afinidade que mantém com o rádio, o ex-Prefeito, Jocelito Canto, comandou vários programas, entre os quais está um chamado “Show de Jocelito”. Seu programa “O Repórter”, transmitido pela Rádio Difusora em conexão com a Lagoa Dourada, em outra cidade, onde se inclui a popular “Garagem da Esperança”, projetou-o. Ainda no sábado, como relata em entrevista, apresentava um programa não convencional, original e cômico em que populares eram convidados a participar de diversas brincadeiras, no estilo do hoje “Ratinho”, além de concorrer a brindes.

A singularidade do programa para a região de Ponta Grossa fez de Jocelito líder de audiência. Normalmente, seu programa recebia centenas de ligações. Na oportunidade, Jocelito a considerou excelente e comentou que nem esperava um crescimento tão rápido de audiência. *“Os meios de comunicação têm*

⁸³ Canto, Entrevista – julho /2004

⁸⁴ Canto, Entrevista – julho – 2004.

*que interagir com as pessoas, aproximando o rádio da comunidade e chamando-a a participar”.*⁸⁵

A vocação rural do Estado do Paraná contribuiu para que muitos profissionais do rádio se utilizassem desse expediente para assumir funções públicas. A partir dos anos de 1980 firmaram-se no Brasil duas situações específicas entre o rádio e a política. Às vezes, radialistas com programas de grande audiência que se candidataram a cargos públicos e foram eleitos com os votos dos ouvintes, e políticos que se tornaram proprietários dos grandes meios de comunicação vinculando o seu apoio ao Executivo, oportunizando espaços em ondas radiofônicas AM ou FM. A centralidade dos meios de comunicação na vida humana, seja como fonte de entretenimento, de informação, instrumento de trabalho ou instrumento de dominação eleitoral, é uma constante. Se nenhum meio de comunicação se completa sozinho, provavelmente o rádio depende menos dos demais. A fidelidade aos comunicadores é prova disso e embora, essa teorização dependa de situações e contextos próprios. É importante ressaltar o trabalho do jornalista Gadini sobre esse episódio.

Em décadas anteriores, as administrações municipais de Ponta Grossa contribuíram, mesmo que indiretamente, para que em momento posterior algum candidato com perfil diferente das camadas elitizadas, ocupasse o espaço de líder político da cidade. O discurso político predominante em décadas anteriores era o da elite econômica responsável e eficiente pela preservação dos bens públicos. Eram governos institucionalizados com um discurso formal para

⁸⁵ Canto, Entrevista – julho – 2004

povo, mas sem a participação direta. Via de regra, as elites políticas se sentiram capacitadas e cômicas para decidir o que era melhor para a sociedade do que a própria sociedade. Tal postura de distanciamento das camadas populares gerou distorções na implementação de políticas públicas, o que propicia campo fértil para a crise no discurso dominante e a possibilidade de ver outro discurso, com maior aderências às camadas populares, ocuparem o espaço.

Assim, a elite tradicional deixa de ser considerada como melhor opção administrativa, gerando o vácuo político ideal para o crescimento do populismo eleitoral. Quase sempre as plataformas eleitoreiras dos governos anteriores a Jocelito tinham como mote a questão da saúde e educação pública. Havia forte conotação para questões de ordem física, ou seja, de infra-estrutura. Em administrações que antecederam Jocelito Canto, o número de postos de saúde da Prefeitura, por exemplo, teve um aumento considerável, promovendo novos espaços de saúde em áreas periféricas.

“De Otto Cunha (1983-1988) a Paulo Cunha (1993-1996), as unidades de saúde em funcionamento nos bairros passaram de dez, em 1983, para 62, em 1996, e um município com cerca de 263 mil habitantes, no final do período. A estrutura de atendimento cresceu 500% em pouco mais de uma década enquanto o crescimento anual médio da população ficou abaixo de 2%.”⁸⁶

As estratégias utilizadas pelos governos anteriores no quesito saúde, por exemplo, não responderam aos anseios da população como um todo, uma vez que concretamente a população não era contemplada com atendimentos de fato.

⁸⁶ Gadini, 2004, p. 92

Jocelito Canto soube captar a deficiência das práticas nesse setor e sensível às demandas sociais, soube explorar a discrepância entre a promessa e as ações práticas dos governos não-populistas. Fez ácidas críticas em seus microfones, instigando a população acerca dos problemas não resolvidos, explorou a falta de médicos nas unidades de saúde dos bairros e o parasitismo das administrações municipais com os bolsões de pobreza. Na campanha eleitoral de 1996, Jocelito insistiu na defesa de uma saúde pública para todos, inclusive prometendo a utilização de médicos 24 horas por dia. Desta forma, a população teria melhores condições de ser atendida e respeitada.⁸⁷

É importante destacar que o líder carismático Jocelito Canto em uma trajetória veloz, elegeu-se para Assembléia Legislativa, tão logo se transferiu para Ponta Grossa, e numa carreira meteórica foi eleito Chefe do Executivo de Ponta Grossa com votação superior a 50 mil votos. O relacionamento de Canto com os meios de comunicação se dá pela espetacularização e pelo apagamento do diálogo, criando dependência e cumplicidade com vários veículos de comunicação de Ponta Grossa, através do assistencialismo e paternalismo praticado por meio do programa de rádio “Garagem da Esperança”, em que as doações dos ouvintes e solidários colaboradores – que vão de produtos de primeira necessidade a uniformes escolares e cadeiras de rodas, dentaduras e bicicletas – são revertidas para aqueles que recorrem ao rádio a fim de resolver problemas e necessidades. Assim, o discurso populista e o carisma do candidato contribuíram para delinear o

⁸⁷ Gadini, 2004

caráter de sua administração como ‘voltada aos menos favorecidos’, contando com a participação da mídia na visibilidade de tais ações.⁸⁸

Existem pesquisas que comprovam momentos em que os meios de comunicação provocaram efeitos consideráveis e significativos tanto no estabelecimento da agenda dos receptores quanto no modo de estes assimilarem as mensagens e sobre elas concluírem.

*A eleição de J.C. não foi uma simples manipulação do eleitorado ignorante. A discussão cultural atesta isto. O programa de rádio ‘Garagem da Esperança’ serviu como passaporte para a identificação do radialista com o discurso populista. O que deu espaço para o crescimento da aceitação desse discurso foi o baixo índice de comprometimento das administrações anteriores que não souberam dialogar com as camadas populares. Se a implementação das políticas públicas desse período, e principalmente do último mandato, tivessem considerado as novas demandas da sociedade seria mais difícil o convencimento do eleitor pelo discurso da mudança, mesmo que ele fosse transmitido pelas ondas do rádio. Sucessivos fracassos na implementação de políticas públicas pelos governos não-populistas abriram espaço para que a oposição política crescesse.*⁸⁹

A persuasão desse líder carismático seduzia eleitores com sua espontaneidade, incomum na política local. Até hoje, Jocelito é incomparavelmente a grande estrela da política local e regional. Hoje de posse de um programa de televisão em rede estadual, continua conferindo bons pontos de popularidade. Sua maneira de conversar, gesticular e satirizar situações, rende-lhe até hoje uma cadeira cativa na Assembléia Legislativa do Paraná.

*“Jocelito foi o candidato que fez apelos mais massificadores. Mostrou em seus programas depoimentos de pessoas famosas, como o do ator Stephann Nercessian e o do país do Dinho, vocalista do conjunto ‘Mamonas Assassinas’, que faleceu num acidente de avião em março de 1996. Apesar de não conhecerem a realidade da cidade e não terem acompanhado de perto a vida pública do candidato, essas pessoas procuraram promovê-lo. O apelo ainda pareceu mais forte quando, a partir das músicas ‘Pelados em Santos’ e ‘Insanos’, dos ‘Mamonas Assassinas’, a coligação criou um de seus jingles de campanha’.*⁹⁰

⁸⁸ Gadini, 2004

⁸⁹ Gadini, 2004, p. 92 e 93

⁹⁰ Gadini, 2004, p. 48

Perguntado sobre a história corrente no imaginário das pessoas de um popular bairro pontagrossense sobre o afogamento de um garoto e sua intervenção, Jocelito respondeu :

“De fato aconteceu algo assim. Na Vila Cipa, depois de uma grande enchente, salvei uma criança. Sempre nadei bem (coisa de criança pobre). Estava naquele momento, como em outros vários momentos, visitando pessoalmente bairros pobres. Coincidentemente, um menino estava se afogando. Não pensei duas vezes e tive a chance de salvar alguém que morreria.”⁹¹

Gadini acrescenta:

“O estilo AM de locução das rádios de Ponta Grossa, em que o apresentador opina a todo instante, definiu um envolvimento bem maior dessas emissoras na campanha política em comparação com as rádios FM. A emissora passa a ser conhecida em meio ao público através do locutor que prende a atenção do ouvinte com denúncias de problemas de bairros, ao vivo, por telefone. O apresentador faz comentários, geralmente contra o governo, e entrevistas autoridades, solicitando explicações. Os programas desse gênero são veiculados pela manhã.”⁹²

A familiaridade e a intimidade que o ouvinte sentia quando ouvia Jocelito, permitia uma liberdade e confiança não comuns nas empresas radiofônicas de Ponta Grossa até então.

“Até certo ponto, os veículos de comunicação ajudaram a projetar Jocelito Canto como ‘o candidato da mudança’ nas eleições de 1996. As atitudes de Jocelito ganhavam sempre um tom de espetáculo, às vezes beirando o ridículo, às vezes o cômico, mas sempre questionando a situação então vigente. Sua relação com os jornais impressos foi de conflito em vários momentos. Apesar disso, em virtude de sua liderança nas pesquisas eleitorais, Jocelito obteve espaço para divulgar amplamente suas propostas. Um dos conflitos foi gerado pela reportagem ‘Otimismo: Jocelito fala como Prefeito e escolhe secretariado’, que o jornal da Manhã publicou em 08 de agosto, na página A-3:”⁹³

⁹¹ Canto, Entrevista – julho de 2004

⁹² Gadini, 2004, p. 51 –52

⁹³ Gadini, 2004, p. 53

Uma espécie de messianismo e intervencionismo transcendental, inteligentemente articulados com a mudança estrutural, fazia com que os ouvintes tivessem esperanças. Uma espécie de liturgia radiofônica, celebrava a crítica em tom raivoso aos Homens Públicos naquele momento. Aproveitando-se de uma situação macro-histórica, Jocelito Canto justificava suas falas em tom providencial

“Isso serviu como tática durante os comícios e em momentos dos programas eleitorais gratuitos da TV e do rádio. A estratégia de Jocelito foi a de envolver o ouvinte emotivamente. No principal quadro do ‘Tribuna do Povo’, a ‘Garagem da Esperança’ (que hoje é uma entidade filantrópica com reconhecimento público), pessoas carentes solicitavam ajuda (remédios, dinheiro e objetos, de colchões a brinquedos) e Canto tentava sensibilizar a população, através do rádio, a fazer doações. É interessante notar que o depoimento dos eleitores, apresentados em seus programas, a figura do doador era praticamente esquecida. A caridade era atribuída ao mediador: o próprio Jocelito. Jocelito chegou a aproveitar ‘mitos’, como o grupo Mamonas Assassinas, que esteve na cidade a seu convite pouco antes de seus integrantes morrerem num acidente de avião. Os Pais de Dinho, vocalista da Banda, participaram do programa eleitoral exibido na TV em horário gratuito, e uma banda cover dos Mamonas Assassinas animou os comícios durante toda a campanha. O rádio, foi sem dúvida, o principal apoio de Jocelito. Não foi o único. Como radialista, ele elegeu-se deputado pelo PSC em 1994, com 17 mil votos. Na época, fazia somente três anos que residia em Ponta Grossa.”⁹⁴

Sobre o populismo eleitoral oculto nas atitudes do candidato, é relevante refletir:

“Cientistas sociais que estudam este tipo de fenômeno político defendem que não é possível transpor um modelo teórico de populismo para explicar uma de suas manifestações concretas variantes como tempo, espaço, condições socioeconômicas e profundidade da crise do discurso ideológico dominante. Será identificado, inicialmente, populismo eleitoral como sendo um fenômeno característico de atores políticos novos, que não fazem parte das classes dirigentes tradicionais, e que contam com discursos renovadores em defesa dos interesses populares. Esse novo ator ganha importância quando percebe a existência de uma crise no discurso da elite política dominante, que não atende às demandas de toda a sociedade. O populista promete dar prioridade ao cumprimento dessas demandas. O crescimento da dissidência na elite dirigente e o descontentamento de toda a sociedade são os principais responsáveis pelas vitórias eleitorais dos portadores do discurso populista, como no caso de Ponta Grossa em 1996. O populismo eleitoral não tem por

⁹⁴ Gadini, 2004, p. 54

*objetivo restaurar uma sociedade ou um sistema social, mas a moral social*⁹⁵

Os textos do cientista social Décio Saes ainda são a maior referência na academia brasileira, quando a pauta é “personalização na política” e sua íntima relação com uma nova espécie de populismo. Na historiografia regional é preciso fazer uma referência ao trabalho do Professor Evandir Codato⁹⁶ intitulado ‘Personalismo Político nos anos cinquenta’, fazendo uma menção à tipificação de atos políticos nos jornais matutinos de Curitiba, fornecendo importante acervo de fatos e evidências de cunho histórico. Muitos outros cientistas políticos, sociólogos, historiadores e filósofos têm-se debruçado sobre a matéria, tentando compreender racionalmente o processo explicativo da reemergência de figuras carismáticas em processos eleitorais ou do aparecimento de uma figura política dessa natureza, mas quase sempre aproximando-se da análise de Décio Saes, o qual busca em Richard Sennett o referencial de análise para situar o contexto histórico brasileiro.

A obra, “O declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade”, do Professor da New York University e do Diretor do New York Institute for Humanities, Richard Sennett - traz uma reflexão original no sentido de desvendar as causas do empobrecimento da vida cívica na moderna sociedade industrial. O texto parece deixar de lado a América Latina como um todo, que traz uma evolução cultural diferenciada das sociedades modernas industriais. No

⁹⁵ Gadini, 2004, p. 84

⁹⁶ Codato, 2002.

entanto, em alguns casos é perfeitamente possível fazer uma analogia com a vida pública brasileira.

O descaso pela vida pública é o grande eixo de discussão dessa obra, em que fica caracterizado que a vida pública se tornou uma questão de mera obrigação formal. Sem entusiasmo, sem motivação e talvez até sem perspectivas.

As pessoas se inclinaram para questões internas, privadas, pessoais e estão agora mais preocupadas com histórias de suas vidas e emoções particulares. Na visão de Sennett, quase sempre a vida social e pública não tem conseguido trazer recompensas psicológicas, afetivas imediatas. Daí o distanciamento. O mundo exterior, o mundo impessoal, parece nos decepcionar, parece rançoso e vazio. No pensamento de Sennett, isto é uma armadilha para o civilismo, para a participação política, para a conscientização. É evidente que esse autor busca formular uma tese que dê destaque e valor ao atributo positivo da personalidade e das recompensas psicológicas individuais, sobrepondo-se aos valores da esfera pública.

“As pessoas tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal”⁹⁷.

É importante não esquecer que existem duas grandes concepções da interpretação da inatividade política. Uma delas, Sennet defende brilhantemente, atribuindo-a às atitudes das pessoas: o objeto é o cidadão; há uma outra idéia, mais complexa, que é defendida por Núria Cunill Grau: *“Outra visão*

⁹⁷ Sennett. Op. Cit., p. 18.

*é oferecida pela perspectiva institucional. Ela apresenta uma explicação que transcende os indivíduos, pondo a ênfase no sistema político em si”.*⁹⁸

Essa possibilidade não pode ser descartada. É possível que os cidadãos priorizem o privado e o particular, ou seja, retiraram-se da cena pública não inteiramente por vontade própria. Nessa perspectiva a atividade política ou sua inatividade não é explicável apenas por motivos individuais, mas surge como uma parte constitutiva de identidades políticas democráticas. As duas possibilidades são coerentes, mas, no caso em tela, há uma tendência para a noção de cultura política vinculada à psicologia social, isto é, uma análise comportamental do indivíduo.

A tese de Sennett começa a ficar mais cristalina, quando situada no contexto do séc. XIX, período em que ocorre a superposição do imaginário privado sobre o imaginário público. É o momento também da valorização do papel político do homem e de como ele é capaz de representar seus sentimentos. Não obstante, é bem verdade o nascimento de uma crença. Trata-se de uma arte de representar como as pessoas desempenham seus papéis.

O homem público, nos moldes tradicionais, perdeu sua função clássica e racional, na medida em que precisava representar comportamentos específicos para uma dada situação. Perdeu sua identidade quando priorizou a crença na representação da emoção. E o homem fez essa opção quando percebeu concretamente que as pessoas estavam mais interessadas no conteúdo da vida política e das políticas.

⁹⁸ Grau, 1998, p. 130

Trazendo a reflexão para circunstâncias próximas, a organização da sociedade brasileira é autoritária. Nosso passado atesta essa afirmação. A sociedade brasileira foi calcada em uma forte hierarquização. A dependência e a submissão marcaram a trajetória do brasileiro nestes séculos, fazendo com que todo processo de emancipação fosse pensado sob o viés do dominador. Por sermos resultado de uma sociedade verticalizada por um lado e carente por outro, impregnou-se no tupiniquim o modelo de homem público dentro do eixo de uma classe elitizada.⁹⁹ A figura pública parece ser um modelo para a sociedade. É nesse sentido que:

*“Os espectadores silenciosos precisavam ver no ator público certos traços de sua personalidade, quer ele a possuísse, quer não. Fantasiosamente investiam nele aquilo que na realidade poderia lhe faltar. Assim sendo, falar no ator dominando o sentimento deles não é bem correto, pois as frustrações que os assistentes experimentavam em suas próprias vidas suscitavam neles uma necessidade que, por sua vez, era projetada por eles no ator público. Uma vez mais, a imagem de dominação sugere que sem o ator não pode haver espectador”.*¹⁰⁰

A análise de Sennett, priorizando o século passado, deixava claro que as pessoas concentraram-se mais naquilo que sentiam, do que no que faziam. Esse processo vai ocorrer nas sociedades industriais e é uma mudança de eixo. Nos EUA e na Europa industrializada nasce a idéia matriz de que a figura carismática é idêntica à do demagogo do ilusionista. A máscara do engodo teria caído nesse século.

⁹⁹ Marilene Chauí em ‘Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados’ in: Dagnino, Evelina, 2000, chama a atenção para o papel das elites dominantes quanto à sua imagem pública a ser substituída.

¹⁰⁰ Sennett. Op. Cit., p. 245

*“Os seguidores de um líder carismático esperam que lhes ‘traga bem-estar’, mas o líder carismático é incapaz de traduzir suas intenções de fazê-lo em atos de bem-estar, porque sua aura é apenas uma ilusão compartilhada; assim sendo, ele deve cair e acabar sendo descartado como uma impostura”.*¹⁰¹

Essa representação teatral, processo de auto-exposição, parece ter deixado o campo das políticas norte-americana e européia, mas não da política latino-americana e brasileira.

Ainda persiste em nossa atmosfera política a grande valorização por parte da maioria da sociedade brasileira, da disposição do líder político em expor com autenticidade os traços de sua personalidade individual, e isso em detrimento da exposição do conteúdo da sua ação política e do seu programa político. Sendo assim, o líder político brasileiro que parte em busca do poder obtém credibilidade e legitimidade junto a um certo público, não pelo conteúdo das suas ações políticas nem pelos seus programas políticos, porém pelo tipo de homem que ele aparenta ser, o tipo de homem que ele mostra ser.

É certo que a sociedade brasileira, como um todo, parece não estar educada o suficiente para valorizar, em primeira instância, a capacidade e competência do representante político. Persiste ainda na cultura política a imagem do “político honesto” em oposição ao “político crítico”. Essa última imagem não é devidamente considerada.

¹⁰¹ Sennett. Op. Cit., p. 334

Voltando para o cerne da discussão que Sennett propôs, ou seja, a relação intimista que havia entre as pessoas e o político, convém elaborar uma interpretação importante sobre a projeção narcisística do público no líder.

A sociedade parece valorizar os políticos carismáticos e personalistas apenas na medida em que estes são capazes de relacionar suas ações com a vida particular das pessoas. Seguindo esse raciocínio percebeu-se ser muito difícil a manutenção por parte dos políticos de uma postura aberta e liberal da política com seus correligionários. Essa relação intimista tendia a se esgotar. Esse ciclo curto da relação política entre líder e público se decompõe em duas fases. Numa primeira fase (momento inicial), o líder atrai o público na medida em que expõe a sua intimidade. Essa fase nos sugere que há um ingrediente de sedução. Marilena Chauí, com um estudo crítico sobre Espinosa e a política de seu tempo, recortou a análise de que para esse filósofo, *“o povo costuma ficar deslumbrado e abobalhado com a exibição de luxo e da riqueza, aceitando submeter-se politicamente por julgar-se inferior aos detentores do poderio econômico.”*¹⁰² O que são as propagandas eleitorais e o marketing político senão uma tarefa de seduzir o eleitor? O momento intermediário é aquele momento em que, com o decorrer do tempo, o público vai se tornando algo indiferente a essa auto-exposição. E, no momento final, o público abandona o líder. Esse raciocínio geralmente é identificado como sendo uma conduta norte-americana e européia. Em alguns momentos no Brasil, esse modelo de comportamento político esteve vigente.

¹⁰² Chauí, 1995, p. 77

Richard Sennett, de forma lúcida, contribui para um melhor entendimento desse declínio da representatividade falsa: a idéia da desmistificação do carisma do homem público seria uma característica meramente populista? Sustenta a tese de que as medidas do homem público se tornaram muito mais relevantes do que a sua própria imagem de homem público e tende a desaparecer a máxima de que os homens são mais importantes do que as suas medidas. O líder carismático acostumado a seduzir o social e seus personagens, vê-se agora desmistificado. A sociedade desencantou-se com esse tipo de homem público.

Não é por outra razão que Décio Saes também diagnosticou a política do tempo presente como sendo um fenômeno predominante do individualismo. “...Sennett sustenta, corretamente a meu ver, que a *personalização domina toda a política na sociedade capitalista*”.¹⁰³ Enfim, existiria uma espécie de imperialismo da vida privada sobre a vida pública.

O pensamento de Sennett pode ser aplicado diretamente à cultura política brasileira, particularmente no que se refere à idéia que fazemos de um líder carismático. Entretanto, o que é ser um líder carismático? O que é alguém confiável ou alguém em quem se pode acreditar? Segundo Sennett, em uma visão global, “... *aquele que for capaz de atrair grupos cujos interesses são alheios às suas crenças pessoais, ao seu eleitorado ou à sua ideologia.*”¹⁰⁴. O cidadão quase sempre é fascinado por um discurso simpático e consensual. Infelizmente, no Brasil, a propaganda política é feita para não raciocinar. Os conteúdos são transmitidos em bordões. O voto é precioso demais para escolher valores

¹⁰³ Saes, 1994, p. 44 – 45

¹⁰⁴ Sennett. Op. Cit., p. 41

personais, mas não para escolher competências. A cultura do voto anda distante do que deveria ser, ou seja, uma escolha responsável e racional.

Renato Janine Ribeiro faz algumas reflexões pontuais sobre essa excessiva valorização da vida privada sobre a vida pública, à qual podemos chamar de desinteresse público. Para ele, “... a excessiva valorização da vida privada desloca o interesse dos ideais coletivos para as conquistas pessoais”.¹⁰⁵

Há, aqui, uma confluência com a teorização de Sennett, um aplicativo nacional.

“A política se tornou quase um não espaço na vida moderna. Ficou enfadonha. O horário eleitoral não entusiasma. A modernidade neutralizou a política e priorizou os direitos privados. O trabalho, o mundo dos afetos, a vida em família assumiram uma dimensão muito grande. (...) A vida social ganhou mil formas de realização, enquanto a vida política parece ter uma só”.¹⁰⁶

Devemos fazer uma outra consideração. Essa vantagem do privado sobre o particular, esse deslocamento de interesses, é mais visível nas classes médias que continuam elegendo valores pessoais em vez de valores de conteúdos, privilegiando esses carismáticos, populistas e ainda sendo subornadas pela propaganda eleitoral e pela permuta eleitoreira.

Ribeiro enfatiza, “*Não é que o privado se avantajou sobre o público. É que se iluminou um poder que havia dentro do mundo chamado privado. As pessoas se interessam mais pela vida conjugal*”¹⁰⁷. Podemos raciocinar então que houve uma politização do privado. A maioria dos eleitores é

¹⁰⁵ Ribeiro, 1998, p. 08

¹⁰⁶ Ribeiro, 1998, p. 08

¹⁰⁷ Ribeiro, 1998, p. 09

seduzida pelo marketing e pela imagem. A imagem seduz, convence, transforma e realiza. O discurso racional, competente, formal, na visão de Renato Janine Ribeiro, é débil. Na hora em que as pessoas precisam de um apoio afetivo apóiam-se no autoritarismo, na figura do grande pai, aquele que sabe resolver por nós. Em nossos dias, para mover as massas, utilizam-se frequentemente, meios que, na maioria das vezes, têm caráter puramente emocional. Max Weber em seu tempo já denominava esse comportamento de ditadura fundada na emotividade e na exploração das massas. *“Não só o eleitor rural, mas também o que pertence à pequena burguesia tem os olhos voltados para os homens importantes cujos nomes lhe são familiares. Desconfia, portanto, da ambição de um desconhecido, e só lhe dedicará fidelidade inquebrantável depois de ele haver triunfado definitivamente”*¹⁰⁸. Os políticos patrimonialistas e autoritários funcionam muito bem nesse plano da política brasileira e o voto não seria o instrumento adequado para se escolher valores da prática política dos candidatos aos cargos públicos, ainda que possa ser caracterizado como uma das condições da democracia. É preciso deixar claro que a democracia deve ser entendida como um regime não só de direitos e vantagens, mas de uma obrigação de participação política.

O político também, muitas vezes, volta-se contra a própria política, não por oposição, mas por ressentimento:

*“o político, de origens humildes, faz sua carreira incitando o público com ataques contra o sistema, contra o poder estabelecido, contra a velha ordem. Não o faz enquanto ideólogo, apesar de que, em algumas de suas aparições na América, ele demonstre sinais de simpatia populista. Ele não representa um comprometimento com uma nova ordem, mas sim um puro ressentimento contra a ordem existente.”*¹⁰⁹

¹⁰⁸ Weber, 1993, p. 90-91

¹⁰⁹ Sennet, 1998, p. 338-339

Esse argumento parece ser pertinente. De fato, quase sempre os políticos provincianos, a que ele chamou de ‘origens humildes’ não estão preparados com conteúdos, com o domínio da erudição, e usam quase sempre as armas de que dispõem como a agressividade verbal ou a oposição sem sustentação ideológica, embora sejam considerados meios próprios da política. Em que medida “essas armas” podem ser reconhecidas como éticas?

Interessante destacar que no caso específico da Câmara Municipal de Ponta Grossa nessa década de 90, tivemos vereadores com formação superior inadequada. São poucos os vereadores com ideologia sólida, formação e conhecimento no campo da política. Como contraponto diz Sennett, “*mas haverá, pessoas no topo que não tem talento; elas sobrevivem formando-se em bandos e mantendo fora as pessoas de talento*”.¹¹⁰

Contudo, Sennet igualmente adverte:

*“O político que estiver na crista da onda desse ressentimento deve, no entanto, enfrentar inevitavelmente uma ameaça contra ele próprio. Quanto mais bem sucedido for em organizar o ressentimento, mais poderoso, mais rico, mais influente ele se tornará. Como fará então para manter o seu eleitorado? Não estaria ele, pelo próprio ato de aumentar o seu poder, cruzando os limites, traindo aqueles que o colocaram no posto enquanto uma voz contra o sistema? Uma vez que ele se torna parte do próprio sistema, seus seguidores se ressentem”*¹¹¹.

Na política brasileira encontra eco a frase de Sennet: “*na política moderna seria suicídio para um líder insistir em dizer: esqueçam a minha vida*”

¹¹⁰ Sennet, 1998 p. 340

¹¹¹ Sennet, 1998, p.341

*privada; tudo o que precisam saber a meu respeito é se sou bom legislador ou bom executivo e qual a ação que pretendo desenvolver no cargo”.*¹¹²

Mas, nos dias contemporâneos prevalece uma “escuta” sobre a vida privada do candidato. Por outro lado, observa-se nos processos eleitorais uma concentração no discurso da competência do Executivo. Para os candidatos, governar virou sinônimo de fazer: atividade adequada para quem se mostre possuidor de uma virtude empreendedora, de uma capacidade de realização recheada de habilidade administrativa, tirocínio gerencial e determinação. Até mesmo a oposição mais combativa e coerente não foge à regra: quer que os eleitores a vejam como capaz de lançar um outro olhar sobre o fazer, ou de fazer as mesmas coisas de um outro modo.

Não se pode desprezar a dimensão administrativa inerente aos cargos políticos de natureza eminentemente executiva. Realmente, não há como governar sem fazer, sem realizar, sem executar. O que deve ser ressaltado é que governar não é só isso. Sobretudo para quem se põe no campo da democracia, governar é antes de tudo dirigir, agregar e transformar interesses, contribuir para a construção de novos nexos comunitários.

Quando o candidato, valendo-se de seu partido, decide pedir votos, o que se espera dele é um retorno quanto à qualidade de seus projetos, de suas ações e de seu pensamento político. O eleitor certamente deve também esperar que seu representante revele sua proposição ética, seu estatuto valorativo,

¹¹² Sennet, 1998, p.341

seu desenho de futuro, sua ideologia. Ou, para falar de modo mais direto, de seu projeto político.

Para o eleitor não se trata apenas de constatar um maior ou menor desempenho dos candidatos, mas de perceber que pode ter contribuído para eleger um representante que não correspondeu ao modelo político ético como convém para as democracias modernas.

Enquanto persistir no Brasil o culto à personalização, a teologia política do homem público não ético obstaculizará a realização democrática. Como afirmou Dagnino, “*A esfera pública não consegue constituir-se, a distinção entre público e privado não consegue instituir-se, as mediações sociais e políticas não conseguem firmar-se*”.¹¹³

No Brasil também persiste algo que Sennett demonstrou ter existido na Europa e Estados Unidos: o bom jogo das aparências, quer dizer, a teatralização do poder reduz os cidadãos a espectadores e esquece o público pelo publicitário, o que implica o descomprometimento com o bem comum.

O jornalista Carlos Chagas acompanhou de perto a trajetória do ex-Presidente Jânio Quadros e narrou com bastante precisão a idéia de reduzir os cidadãos a espectadores, na campanha presidencial de 1960. Chagas referia-se aos truques para ganhar a eleição da seguinte maneira:

“... não hesitava em espalhar casca de queijo ralado na cabeça e nos ombros, fingindo que era caspa, e nem tinha vergonha de interromper seus comícios, simulando fraqueza e quase desmaiando. Era hora de um auxiliar chegar perto com um sanduíche de mortadela, que ele comia avidamente na frente do povo, ou com uma injeção, que lhe era aplicada sob um simulacro de dor, para depois continuar o discurso. Tudo isso aproximava Jânio do povo. Tornava-o igual a qualquer um da platéia. Vestia-se deliberadamente mal, com ternos muito mais largos do que o manequim, gola aberta, gravata

¹¹³ Dagnino, 1994, p. 09

*desalinhada e, sempre que possível, meias trocadas. Porque o eleitor é danado, verifica tudo. E se um candidato está com um pé de meia preta e o outro azul, é o máximo para a massa, que por necessidade obriga-se muito a isso. No inverno, pedindo votos, queixava-se do frio, mas não usava suéteres ou agasalhos, identificando-se outra vez com o eleitor médio. Costumava, até, revelar-se tuberculoso. Bebia tudo o que lhe davam, da caninha ao café requentado, a cerveja e o suco de frutas”.*¹¹⁴

Predomina nas relações cidadãos-homens públicos a ideologia do favor, como um pacto inerente ao modo de se fazer a política cotidiana no Brasil.

*“Não existe, no Brasil, a idéia, vinda da Revolução Francesa, de igualdade de direitos e de igualdade jurídica dos cidadãos. A forma autoritária da relação é mascarada por aquilo mesmo que a realiza e a conserva: as relações de favor, tutela e clientela. Três efeitos imediatos podem ser percebidos: impossibilidade de efetuar a idéia liberal da política como pacto ou contrato (pois a condição do contrato é a igualdade entre as partes); impossibilidade de realizar a política democrática baseada nas idéias de cidadania e representação – essa é substituída pelo favor, pela clientela, pela tutela, pela cooptação, ou pelo pedagogismo vanguardista; impossibilidade de visualizar a idéia socialista de justiça social, liberdade e felicidade”.*¹¹⁵

Isso tudo existe e pode ser examinado pelo cidadão no cotidiano, pois o poder autoritário está enraizado nas relações mais comuns na sociedade brasileira. O próprio modo de conceber e praticar a política já pressupõe excluir o espaço público e alargar o espaço privado. Não importa o nome que se queira dar a esse fenômeno do tempo presente (neoliberalismo ou pós-modernismo), o certo é que sua marca está disseminada nas práticas políticas contemporâneas. Na sociedade brasileira o chamado discurso liberal busca conferir um sentido de modernidade para tudo que derive do privatismo o qual foi eleito como medida de todas as coisas, negando a alteridade e obstruindo, por isso mesmo, a dimensão

¹¹⁴ Dimenstein, 1994, p. 32

¹¹⁵ Dagnino, 1994, p. 27 – 28

ética da vida social pela recusa de um sentido de responsabilidade e obrigação social.

As linhas escritas abaixo permitirão ao leitor compreender sobriamente a reemergência desse personagem público - o populista - que tem pouca afinidade com a identidade partidária, até porque na década de 1990, as ideologias partidárias perdem sua razão de ser, justamente no momento em que são atrofiadas por uma agenda neoliberal, causadora de desvirtuamentos em espaços públicos tradicionais e do apagamento cada vez maior dos setores populares da agenda pública municipal, estadual e nacional.

O debate público vive momentos de solidão. Só o que se ouve são defesas ou ataques unilaterais a determinadas políticas públicas. Ou então uma repetição estéril de que tudo já está mesmo perdido e que a única coisa a fazer é justamente repetir que tudo está perdido.

Faz falta um tipo de contribuição ao debate público que é a do "ideólogo". Aquele que apresenta uma interpretação que pretende criar uma atmosfera favorável ao argumento e uma fundamentação que não se limite à análises panfletárias, mas se inserem no quadro de discussões mais abrangentes da política e da história do País e do município. Ele não pretende tão somente defender ou atacar um projeto político, mas também não pretende se colocar fora do jogo político institucional, declarando-o inútil.

É natural assistirmos a um mosaico. Afirmações diversas como “populistas”, “ortodoxas”, "nacionalistas", de "responsabilidade fiscal", "desenvolvimentistas", "reformistas", de "inclusão social", "contra o

imperialismo" e assim por diante. Trata-se de um conjunto de conceitos vazios que cumprem basicamente dois objetivos: estabelecer um choque de posições do jogo político; e bloquear qualquer real discussão sobre o problema em pauta. Com uma agravante ainda: o "marquetismo" e “a política de espetáculo e simulacro” das eleições municipais deste ano parecem somente ter consolidado essa situação, sem qualquer contribuição sequer próxima de uma real discussão sobre os sérios problemas em pauta.

É nesse cenário que lideranças carismáticas, detentoras de canais adequados, como mídia falada, por exemplo, conseguem com habilidade manter laços afetivos e uma rede de contatos emocionais e messiânicos com os membros das novas áreas periféricas. Um dos protagonistas da política local de Ponta Grossa, o ex-Prefeito Jocelito Canto, utilizando-se desse expediente, soube catalisar o sentimento de abandono das camadas populares de Ponta Grossa, intensificada em cada gestão política anterior pelos prefeitos antecessores, elaborando um discurso que atendesse, mesmo que superficialmente, aos interesses desse segmento social.

Décio Saes¹¹⁶, menciona o chamado neopopulismo liberal, diferente de outros conceitos em momentos distintos. Com o aumento da exclusão social e das mazelas de um capitalismo globalizado e do distanciamento dos políticos convencionais junto às camadas populares, observa-se um contexto apropriado para o surgimento desta nova tipologia de populismo.¹¹⁷

¹¹⁶ Saes, 2001.

¹¹⁷ Saes, 2001

Os segmentos sociais periféricos, cada vez mais abandonados pela pauta da política sistêmica convencional, encontrarão nestes novos personagens da política espetacular, uma forma de sobrevivência que lhes fora negada pela experiência liberal-democrática de política no Brasil.

Os conceitos de justiça social, apenas pronunciados de forma ‘politicamente correta’ por políticos convencionais, encontrarão maior eco e ressonância nas vozes de personagens populistas, como perspectiva salvadora. Dessa forma, a matriz populista de outras décadas ressuscitaria com uma nova agenda e com novos atores. Em comum, apenas o mesmo discurso messiânico de outros tempos.

Este trabalho, de certa forma retroalimenta as idéias mencionadas acima, pois fornece um quadro que materializa tal experiência. O ex-Prefeito Jocelito Canto, utilizou com maestria as categorias aqui empregadas, apelando para o uso do afeto, em contraposição ao desprestigiamento das camadas populares de Ponta Grossa por representantes da política convencional e sistêmica. *“A eficácia das mensagens depende dos códigos de afetividade, costumes e elementos históricos-culturais dos receptores. Sem a presença desses elementos, uma máquina propagandística, mesmo poderosa e sofisticada, cai no vazio.”*¹¹⁸

Os neopontagrossenses, ou seja, um grande segmento social que por razões econômicas ocupa um espaço significativo e/ou decisivo no cenário político local, produz também suas crenças, valores e códigos comportamentais.

¹¹⁸ Capelato, 2001, p. 110

Como bem escreveu Capelato, “*as idéias não são produzidas apenas pelas classes dominantes e impostas, sem mediações, de cima para baixo.*”¹¹⁹ A exemplificação ganha notoriedade no caso de Ponta Grossa. As elites dominantes até então acreditavam que poderiam ainda manter o domínio sobre a sociedade local por um tempo ainda considerável. Descuidaram de compreender, de fato, as mediações desse eleitorado. Permitiram que uma racionalidade burocrática conduzisse suas relações políticas. Nesse sentido, o mérito de Jocelito Canto, com instrumentos adequados, foi o de atrair esse comportamento em trânsito antes que as lideranças políticas convencionais o fizessem. Para tanto, Jocelito Canto contou com a contribuição de parte da elite sistêmica, menosprezada naquele momento histórico, empregando um instrumento midiático estratégico: as ondas do rádio. É assim que as classes subalternas incorporam à sua cultura as mensagens das classes dominantes:

*“As pesquisas em história cultural concordam que as idéias, longe de serem instituídas por um grupo e disseminadas por toda a sociedade, circulam e, como defende Roger Chartier, as camadas populares se apropriam das mensagens dominantes, dando-lhes novos e diferentes significados. Peter Burke, por sua vez, critica o que chama de ‘teoria do rebaixamento’, qualificada por ele de tosca e mecânica. Para o autor, as imagens e a história não são passivamente aceitas pelos expectadores e ouvintes: ‘as mentes das pessoas comuns não são como uma folha de papel em branco, mas estão abastecidas de idéias e imagens’.”*¹²⁰

Além de ocupar a volta da personalização da política com perfeição, fazendo essa figura carismática parecer ser ‘o sujeito das questões centrais’, de forma autônoma, a prática do populismo apela para a integração das

¹¹⁹ Capelato, 2001, p. 98

¹²⁰ Capelato, 2001, p. 98

classes sociais ou a oportunidade única de as classes sociais periféricas ocuparem, mesmo que provisoriamente, um lugar central na política local. E é justamente essa prática que assusta os antigos 'donos do poder', que rapidamente se instrumentalizam com todas as armas necessárias para evitar que tal acontecesse, ou pelo menos, para amenizar o ingresso desses desafortunados ou seus representantes no cenário político convencional.

Nas eleições de 1996 em Ponta Grossa, essas palavras ganharam vida. O candidato apoiado pelos setores elitizados da sociedade local e com o apoio de uma excelente logística jornalística não obteve êxito, talvez porque o distanciamento de seu posicionamento junto às camadas populares fosse explorado pelo candidato que Jocelito Canto.

Podem coincidir elementos comuns entre as várias experiências populistas na década de 1990, tanto em cidades grandes quanto pequenas. No entanto, todas as experiências populistas têm características localizadas e pontuais; em Executivos municipais, estaduais e federais. A particularidade da experiência populista tem a ver com elementos histórico-culturais dos seus receptores, mas também tem a ver com a trajetória dos quadros políticos administrativos de décadas anteriores. O que faz com que os estudiosos denominem essa experiência de populismo neoliberal são as condições econômicas impostas pela política neoliberal, como resultado de uma globalização quase sempre perversa. Nesse quesito, os resultados da política formatada pelos centros econômicos nivelam as experiências populistas como um todo, restando

apenas o entendimento das particularidades histórico-culturais, que estão sendo decifradas a cada publicação recente. Esta pretende ser mais uma.

Décio Saes, ao mencionar Guillermo O'Donnell, relaciona o retorno de lideranças carismáticas em tom populista com a atomização e a insuficiência do conceito de democracia delegada. De fato, neste sistema democrático corroído, *“as lideranças carismáticas se reforçariam em detrimento do sistema partidário”*.¹²¹

Este trabalho está pautado em grande medida em uma crítica à democracia posta sob a tutela de uma democracia delegatícia. Por democracia delegatícia entende-se uma maneira descomprometida de participação, onde o representante de forma apenas fictícia representaria os anseios de seus representados. A nova face da luta política, sob a orientação de Habermas tem sido o apelo para a influência indireta, exercida pelo mundo cultural e seus valores de solidariedade, sobre os mecanismos auto-reguladores do sistema, cuja persistência não pode ser infringida através de uma ação direta. Daí a defesa de uma democracia deliberativa para atuar em espaços institucionalizados do Estado de direito democrático, onde a comunicação possibilita a sua individualização como sujeitos membros da sociedade. Desse modo, os novos sujeitos serão capazes de discutir e revalidar as regras sociais e, com isso, revitalizar a própria sociedade.

As lideranças carismáticas que ocupam cada vez mais espaços no poder público carregam em si um forte apelo ao que Renato Janine Ribeiro

¹²¹ Saes, 1994, p. 42

chamou de engate afetivo. Como o mundo econômico desertou as camadas sociais e despossuídas, impedindo-as de participar do poder administrativo e político, colocando-as em uma posição periférica, restou-lhes, o apoio eleitoral a pessoas que, aparentemente dialogam com esses grupos. Mesmo que haja erros morais, apenas intenções e uma aproximação com a intimidade dos membros das camadas mais populares.

De certa forma, pudemos perceber que no caso de Ponta Grossa, nas eleições municipais de 1996, a população local ao escolher Jocelito Canto para ocupar a cadeira de Prefeito Municipal, demonstrou sua insatisfação com a política convencional e sistêmica que se arrastava por décadas. O poder político local há décadas não respondia às necessidades das camadas populares. Dos candidatos a Prefeito naquele momento eleitoral, duas alternativas disputavam a preferência desse segmento social: o candidato petista Péricles de Mello e o candidato Jocelito Canto que recusava ver nos partidos um papel histórico na política brasileira. Como frisamos anteriormente, os discursos desses candidatos passavam a seguinte visibilidade: Péricles de Mello defendia uma sociedade organizada no bem comum, pautada no poder de mobilização dos grupos organizados e na força da sociedade civil engajada junto aos movimentos populares, ao passo que Jocelito Canto, defendia os interesses individuais de cada cidadão em uma participação política providencial.

Renato Janine Ribeiro, em sua obra 'A sociedade contra o social', teorizou essa relação conflituosa entre o bem comum e os interesses privados. *"(...) quando os interesses privados e o bem comum entrarem em*

*conflito, de duas uma: ou a engenharia política será capaz de fazer, uma vez mais, o egoísmo desviar-se, por uma complexa rede de canais, até engendrar o bem comum, ou este último falirá, em favor das vantagens particulares”*¹²²

A esquerda sempre se caracterizou pelo desejo de mudança, reforma e revolução; pelo projeto social, às vezes utópicos; pela desconfiança da ideologia, próxima da ilusão; pelo valor dos conteúdos. Todavia, perante, a crise dos conteúdos, dos projetos e a dominância da persuasão publicitária, que determina o discurso político de hoje, a esquerda e o pensamento que se lhe associa, ou associava, vivem em permanente dificuldade de auto-afirmação identitária e correspondentemente, de comunicação com as massas.

Ribeiro evidencia o problema quando aborda o erro da estratégia política dos militantes da esquerda. *“A comunidade é para ele (o militante) um fim em si. O partido assim funciona, muitas vezes, com o ideal a partir do qual quer reconstruir a sociedade inteira. (...) Daí, uma trajetória de contínuas decepções, à medida que a sociedade, como se diz, ‘falta ao encontro’.”*

A vitória eleitoral de Jocelito Canto sobre os demais candidatos, revelou que circunstancialmente, não havia um forte discurso que combatesse as esperanças que esse candidato propunha à sociedade local ou evitasse que esse discurso tivesse ressonância nas massas. A liderança carismática de Jocelito substituiu o conteúdo ideológico do candidato petista e das elites dominantes até então, fazendo com que essas camadas populares, antes massas, tornassem-se público. Naquele momento, Jocelito Canto representava uma familiaridade com os

¹²² Ribeiro, 2002, p. 174-175.

segmentos sociais e um engate afetivo, que descartava a possibilidade de qualquer outro discurso, mesmo que eficiente e racional, penetrar nas camadas populares.

Segundo a jornalista Carneiro, o esforço que ele faz para se parecer com esse povo ‘mais sofrido’ como ele mesmo diz, é muito grande. Ele sempre faz questão de contar que vem de família pobre, que foi engraxate, que estudou em escola pública, que não levava lanche, que comia a merenda da escola, que a mãe foi professora da rede pública e que lhe ensinou a trabalhar para subir na vida. Seu desprendimento é outro fator decisivo para sua aceitação: ele tira dinheiro do bolso para a compra de um remédio ou de uma bicicleta ou de um simples bolo de aniversário. *“Eu fui criança e pobre; eu sei o que é querer um bolo de aniversário e não poder comprar”*, cansava de dizer, incentivando sempre o trabalho como forma de progredir. Nesse campo, tem defendido o trabalho infantil, condenando a lei que proíbe o trabalho de crianças antes dos 14 anos. É condescendente com a marginalidade enquanto atribui os crimes contra a pessoa e furtos à falta de empregos e de opção. Com esse discurso acaba se identificando com os eleitores, com os ouvintes e, agora, telespectadores¹²³.

A engenharia política para fazer com que os interesses privados se tornem públicos, que Renato Janine Ribeiro, destacou acima, pode ser traduzida embrionariamente com a criação do ‘Movimentação’ em uma primeira etapa, quando esse pequeno movimento fez um constante patrulhamento às ações efetivas do governo municipal de Jocelito Canto; com as estratégias políticas do Instituto Cidade Vida em alguns aspectos; mas em definitivo com o Movimento

¹²³ Carneiro, Entrevista – junho /2004.

Ética e Cidadania, criado em maio de 2000. Essa engenharia política passou a contar com a participação de uma outra liderança carismática – o Bispo D. João Braz – para fazer frente à política de espetáculo defendida por Jocelito Canto. Liderando o Movimento de Ética e Cidadania e defendendo uma nova esfera pública, permitiu ao cidadão pontagrossense, em um raio possível, escapar provisoriamente da banalização da vida pública.

Há um consenso na sociedade local de Ponta Grossa, que a atuação desse Movimento contribuiu decisivamente para a derrocada de Jocelito Canto nas eleições de 2000 e para a vitória do primeiro governo petista da cidade, que naquele momento representava inovação política e administrativa por uma grande parte da sociedade local.

Ainda hoje, o debate historiográfico acerca da dimensão do populismo na vida política brasileira é recorrente. Mesmo assim há que se refletir acerca das variáveis práticas que envolvem esse modelo de política. A América Latina, o Brasil e particularmente o Estado do Paraná têm, de forma criativa, propiciado um laboratório exemplar de práticas que os melhores dicionários especializados ainda não registraram. Fórmulas que demandam análises criteriosas e perspectivas críticas.

Representante típico desse populismo, Jocelito Canto, a exemplo de outros líderes com características semelhantes compartilha de um certo desconforto diante de instâncias e de ações da sociedade civil dotadas de organização e autonomia. São muitos os “ismos” e “neologismos”, como populismo da terceira geração: populismo neoliberal, populismo eleitoral,

populismo fundamentalista, populismo teológico, populismo radiofônico, populismo espetaculoso e populismo pentecostal.

Não importa qual seja a escolha realizada: escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco. Por incompletude ou má compreensão, por adesão ou rejeição, o texto será alvo fácil para críticas de todas as espécies¹²⁴.

Todavia, as diferentes maneiras de versar sobre este assunto tem causado confusão no imaginário popular. O Jocelito Canto, ao ser entrevistado, teria declarado: Sou um populista do ‘bem’. Gosto de ajudar as pessoas que mais precisam. Só isto. Diante do questionamento: “O Sr. se considera um político populista ?” ele respondeu, “Sim e com orgulho. Gosto de ser popular. Gosto de estar entre o povo.”¹²⁵

Gomes ressalta, a esse propósito:

[...] o trânsito que a categoria populismo possui na cultura política do país e os processos de seu ‘deslocamento’ da linguagem acadêmica para o vocabulário da mídia e da população estão a nos desafiar e a merecer reflexões. Conforme também já destaquei, preocupa-me menos sucesso ou insucesso da palavra do que a permanência do que ela guarda de dramático e emblemático da política brasileira, vista sempre como à beira do autoritarismo e sendo alvo fácil de políticos tão hábeis quanto cínicos.¹²⁶

Para Habermas, a originalidade de práticas políticas, quase sempre, conceituadas como populistas é uma forma de mediação eletrônica que produz uma transmutação do povo em público de espectadores. Hoje, as massas foram substituídas por um público ligado através de redes ou no caso pontagrossense, de ondas radiofônicas. Assim, não será tarefa fácil promover uma evolução de uma nova esfera pública, sem o auxílio de novos atores sociais que

¹²⁴ Gomes, 2001

¹²⁵ Canto, Entrevista – julho de 2004

¹²⁶ Gomes, 2001, p. 57

discutam e argumentem em forma do entendimento e da consensualidade, quando a matéria de que é constituído o real se chama simulacro e o aliado público se chama entretenimento. É necessária uma luta cívica, racionalmente estratégica, persistente e inteligente contra os refletores e a velocidade que cegam e anestesiam a consciência. Entendemos que as experiências locais de mobilização da sociedade civil organizada com o firme propósito de discutir e propor alterações na agenda pública seja o caminho para a emancipação da sociedade como um todo.

A democracia tem-se desgastado com a emergência de tendências populistas. René Cuperus lembra-nos de que seus teóricos se aproveitam do vácuo deixado pela dissolução de identidades, pelo aumento das desigualdades e pela decepção com os políticos para estabelecer os ideais de autoritarismo da nova direita europeia. O fim da confrontação ideológica criou um clima totalmente despolitizado e os populistas foram conquistando o apoio de parcelas significativas de diferentes grupos de cidadãos que se sentem excluídos da cena política. Não há grandes ideais a invocar diante dos quais sacrifícios valham a pena. Os populistas prometem de forma eficiente e dramatizada, temperada por um exacerbado carisma autoritário do tipo ‘eu faço’.

Esse quadro tem alterado a forma da comunicação e a maneira de fazer a política. Uma lógica maniqueísta de diferenciação de ‘nós contra eles’ e palavras de ordem em linguagem simples contrapõe-se às explicações complexas dos tecnocratas.

Como os espaços de ação governamental são cada vez mais estreitos e a lógica econômica do capitalismo competitivo global tudo engolfa, essa situação está fazendo com que a democracia social perca sua capacidade de cumprir seu principal objetivo político e ideológico, já que não consegue mais determinar parâmetros mínimos de justiça, soberania e identidade que dêem espaço ao exercício da cidadania¹²⁷.

Além do mais, a mídia contemporânea esvazia a relação entre o indivíduo e os partidos, assumindo funções que a eles pertenciam. Os programas eleitorais transformam os candidatos em simulacros. Os temas são promessas impossíveis, desqualificando a reflexão e a análise das circunstâncias.

Em resumo, a democracia social vai-se afastando de parcelas significativas do eleitorado e dos grupos de interesses que lhe serviam de suporte no passado, abrindo espaço a populismos e pregações radicais à esquerda ou à direita, tanto mais amplo o espectro quanto mais pobre e desigual o país.

As técnicas populistas de mobilização de massa são eficazes e vêm ganhando terreno.

Cuperus chega a recomendar, em nome do futuro ameaçado da democracia, que os partidos de centro-esquerda, já que não conseguem lidar com as causas da marginalização socioeconômica e da polarização das comunidades, pelo menos redimensionem seus programas e esquemas de comunicação para tentar canalizar o ressentimento das populações, fazendo concessões à retórica

¹²⁷ Dupas, 2003

populista – uma espécie de maquiagem que torne as esquerdas mais semelhantes aos radicais de direita¹²⁸.

Em razão disso estamos visualizando um populismo eleitoral. Mesmo que o foco deste trabalho não seja o populismo propriamente dito dos partidos de esquerda, não podemos esquecer de mencioná-lo. Todavia, o presente capítulo quer demonstrar o ingresso de uma liderança carismática na cena política de Ponta Grossa e suas implicações. Através de um discurso que combinava esperança em atendimento às demandas sociais e uma interação teatral não comum na política local, Jocelito Canto ocupou uma lacuna deixada pela própria elite dominante. Aproveitando-se da carência de uma linguagem coloquial e da crise do discurso da classe dominante, o discurso populista foi ressuscitado.

O esgotamento do relacionamento político entre as elites dominantes e as camadas populares de Ponta Grossa foi o ingrediente constituinte da derrocada do modelo liberal clássico para a primeira experiência populista em Ponta Grossa. Com lucidez, políticos tradicionais de Ponta Grossa com pouco espaço eleitoral, oportunizaram à mais nova liderança carismática dos Campos Gerais, o papel de representá-los na agenda política local. Desta forma, Jocelito Canto, instrumentalizado por um veículo de comunicação com ascendência sobre as camadas populares, preenchia as lacunas existentes entre o governo municipal e a população local, em forma de discursos panfletários e incendiários contra a administração local e seus simpatizantes. Sem o desgaste convencional das lideranças locais convencionais, que naquele momento representavam o fosso

¹²⁸ Cuperus, 2003

entre os anseios dos governantes e dos governados, dificilmente Jocelito Canto teria tido condições naturais para viabilizar sua candidatura com êxito.

A sucessão de governos anteriores, quase sempre vinculados à elite campeira ou empresarial, com baixíssima interação social com as camadas populares, agravado com a política neoliberal excludente, oportunizou as condições necessárias e históricas para que um discurso populista tivesse maior ressonância.

Outro fator responsável pela ascensão de Jocelito Canto na política local foi a ausência de desgaste político diante do eleitorado, pois uma característica latente em práticas populistas tem sido a pouca identidade histórica deste novo ator com a sociedade em questão.

A incidência deste raciocínio fez parte do imaginário popular construído durante o período por vários veículos de comunicação com o consentimento das camadas populares.

A nítida fragmentação das elites históricas de Ponta Grossa e seu descaso com o novo corpo social local, viabilizou o nascimento de nova oligarquia, mesclando elementos remanescentes da elite dominante, com idoneidade política questionável, com novos personagens políticos, agora populistas. Jocelito Canto foi recepcionado politicamente por grupos políticos considerados naquela ocasião, com baixa densidade eleitoral, havendo entre estes uma cumplicidade circunstancial. A reciprocidade era latente, pois a partir desta

coalizão, uma nova linguagem política seria reproduzida para a manutenção do espólio de uma velha política.

Como bem frisou Gadini:

‘Considerando que a elite política tem tendência à inércia, a principal motivação para que ela seja substituída é o fim da identidade de suas propostas com as demandas da sociedade, o que acontece quando, por algum motivo, a classe política deixa de fazer a inter-relação entre elite e sociedade. Se a elite deixa de prestar contas de seus atos aos eleitores, por intermédio da classe política e dos grupos de pressão, ela perde a identidade como representante pública e abre espaço para o crescimento de novas lideranças. As renovações podem surgir dos grupos contra-elite, das classes sociais que não fazem parte dos grupos políticos ou de uma mescla de ambos. A permanência de um mesmo grupo político no poder tende a reduzir cada vez mais o número de indivíduos que têm chances de ocupar postos de tomada de decisões. A disputa política não se dá apenas entre grupos opostos. Ela também acontece internamente. Sempre que um novo subgrupo vence a disputa interna para ser o indicado de um governante como seu substituto, os adversários internos tendem a ser expurgados. Com o tempo, grupos de pressão perdem influência junto aos dirigentes e deixam de fazer o inter-relacionamento com as classes representadas. Essa é a primeira etapa da perda de legitimidade dos representantes e para a renovação externa de uma elite política.’¹²⁹

É natural a compreensão de que a agenda política continuaria imóvel, acrescida de uma banalização sem precedentes. A espetacularização da vida pública maquiaria os verdadeiros propósitos do novo governo. Em tese, as contradições internas da elite dominante propiciaria em um primeiro momento, uma experiência populista e em segundo momento uma experiência petista. Tal fato se deu principalmente pela acomodação inerente dos partidos conservadores no poder municipal e sua postura imobilista diante da nova conjuntura sócio-econômica.

‘As dissidências na classe política foram fortalecendo a oposição, que se aproveitou da ascensão de uma nova liderança popular, sem vínculos com a

¹²⁹ Gadini, 2004, p. 97

*classe dirigente, e identificada como legítima representante do povo, para voltar ao poder. A campanha eleitoral de 1996 mostra que J.C. não entrou na disputa apenas com a ajuda da massa. Ele foi o representante de um corpo de dissidentes da classe política que se formou durante os 13 anos de seleção interna da elite política não-populista de Ponta Grossa.*¹³⁰.

Merece destaque o raciocínio explicativo que teria privilegiado uma candidatura nos moldes populistas, ao invés de modelos socialistas. O momento histórico privilegiou Jocelito em detrimento de Péricles em razão da vinculação de Péricles de Mello com o corpo político local, mesmo que esta explicação fosse cunhada por detratores de candidato petista. O fato é que Jocelito representava o novo, ao passo que Péricles de Mello havia já ocupado uma cadeira na Câmara Municipal sem chamar a atenção da sociedade para mudanças estruturais.

No caso dos governos não-populistas de Ponta Grossa, este déficit começou a se acumular quando as políticas implementadas, fruto das promessas de campanha, deixaram de cumprir o papel esperado pelo conjunto da sociedade.

Em um sistema democrático, com eleições periódicas para os ocupantes de cargos de tomada de decisões políticas, boas respostas às demandas públicas são fundamentais. A responsabilidade pela alimentação das agências do governo com informações atualizadas é dos grupos de pressão com acesso direto à elite política. Esses grupos de pressão estão livres da estrutura burocrática para receber todas as demandas do ambiente. Se por qualquer motivo esta realimentação for distorcida ou começar a falhar, as decisões e ações da elite

¹³⁰ Gadini, 2004, p. 98

política se dissociam das expectativas do conjunto da sociedade. É quando inicia o processo de decadência de uma elite política e sua substituição por outro grupo. A desconexão entre as ações públicas e as demandas da sociedade foi a principal responsável pelo fim do período de governos não-populistas em Ponta Grossa. Esse distanciamento é uma característica natural do grupo político não-populista. Mas a sucessão de governos com o mesmo perfil e o acirramento das disputas internas acentuou-o. Falhas na implementação de ações públicas pelos governos não-populistas geram descontentamento social. O crescimento das insatisfações abre espaço para o discurso oposicionista da mudança. Foi assim que um político populista, identificado com a defesa das causas populares, substituiu os governantes que representavam a oligarquia política tradicional de Ponta Grossa¹³¹.

No caso de Ponta Grossa, esse conservadorismo é acentuado. Por exemplo, trata-se de uma das poucas cidades do país que têm em vigência uma lei municipal proibindo a Prefeitura de contratar grupos musicais que façam apologia às drogas ou ao sexo em suas músicas. Essa lei, de autoria do vereador Messias Carneiro de Moraes, foi aprovada em 1991 e já evitou que grupos de rock como ‘Os Titãs’ se apresentassem na cidade. Em 1991, o artista plástico paranaense Edílson Viriato foi proibido de apresentar suas obras em Ponta Grossa depois dessa mesma exposição ter sido premiada internacionalmente. O motivo do veto foi que um dos quadros de Viriato retratava a genitália masculina.

¹³¹ Gadini, 2004

Em uma sociedade com estas características, é mais difícil o crescimento de partidos progressistas como o PT – que tem algumas facções que defendem os direitos dos homossexuais e o aborto.¹³²

A aproximação de Jocelito Canto com a comunidade parece ter sido de fato real. Para realizar o seu programa, ele deslocava duas equipes de repórteres para os bairros, os quais comandavam as brincadeiras e distribuíam no local prêmios para os vencedores. Eram provas variadas, em que as pessoas eram chamadas a realizar tarefas, como por exemplo, pegar algo dentro de uma caixa com um escorpião. De onde saem tantas idéias e criação? Geralmente da própria cabeça do radialista. Ele não conta propriamente com uma equipe de produção.

Geralmente, são pessoas simples que o auxiliam, sugerindo idéias. Seu êxito se associa a práticas populistas clássicas combinadas à inserção na vida dos ‘neopontagrossenses’. Embora setores da sociedade de Ponta Grossa façam menção a um discurso de cidade cívica, moralizante e conservadora, a maioria absoluta de pontagrossenses é formada uma por nova tipologia que se intensificou no pós-50 – pessoas oriundas de outras regiões que começaram a ocupar os bolsões de pobreza de Ponta Grossa. Jocelito conquistou em menos de dois anos de convivência em Ponta Grossa uma projeção inigualável, difícil de ser prevista para um radialista que saiu de Passo Fundo sem êxito, migrou para dezenas de cidades paranaenses onde não conquistou a estabilidade necessária e acabou se elegendendo Deputado Estadual em uma sociedade até há pouco tempo considerada essencialmente conservadora. Para isso, atuou em três frentes

¹³² Gadini, 2004

complementares: meios de comunicação (rádios, TVs, campanhas publicitárias e marketing político); programas sociais de curto prazo, fácil compreensão e muito impacto popular; e uma hábil costura político-partidária que lhe permitiu quebrar o círculo natural de Ponta Grossa – a manutenção de políticos conservadores de famílias tradicionais.

Um dos jornais locais, em período eleitoral, publicou a seguinte matéria sobre pendências financeiras de Jocelito na cidade de Ubatã – Pr.

“O candidato Jocelito Canto (PSDB) admite que deve dinheiro [...] e que teve que ‘fugir’ de uma cidade do interior do Paraná [...] ‘e ninguém pode usar isto contra mim, porque é proibido ridicularizar quem tem dívidas’. O tucano afirma não saber exatamente qual é o valor da dívida, mas arrisca um palpite, ‘R\$ 2milhões’. O candidato confirma os comentários de que havia ‘fugido’ da cidade de Ubatã, no interior do Estado. Canto afirma que precisou sair daquele município por causa de ‘perseguição política’. O Prefeito da cidade teria cometido ‘diversas irregularidades’, denunciadas por Canto em seu programa de rádio. ‘Mas foi bom eu ter saído de lá. Porque daí eu tive que vir para Ponta Grossa’, aproveita para mencionar [...]”¹³³

Certamente, o maior trunfo de Jocelito foi, é, e continuará sendo a ‘A Garagem da Esperança’. Em entrevista, Jocelito destacou:

“É um grande trabalho social. Certamente a garagem da esperança já ajudou tanta gente que eu nem me lembro mais. Trata-se de um trabalho social, sem fins lucrativos. Tudo o que ganho, invisto na garagem da esperança. Por mais que algumas pessoas critiquem este tipo de trabalho, gostaria de ressaltar que em nenhum momento ‘pedi’ título de eleitor para quem quer que seja em troca de alguma ajuda. Fazia programa na Rádio Difusora naquela época. O espaço era pequeno. Não sabíamos que teríamos tanto apoio popular no início. Havia uma escada no prédio muito grande. Era difícil o acesso destas pessoas no estúdio. Houve uma ocasião em que uma criança fez ‘xixi’ na escada e o proprietário não gostou. Embaixo do prédio, como existe ainda hoje, tinha uma garagem. Lá eu guardava meu ‘fusca’. De repente comecei atender as pessoas nesta garagem. A idéia acabou dando certo. Todos ficarem

¹³³ Gadini, 2004, p. 53

satisfeito. Acabei então fazendo o programa desta garagem. E deu tão certo que até hoje faço meus programas neste espaço.”¹³⁴

Através desse instrumento atende à população carente de forma extremamente simples e de forma despojada. Todos os dias é possível encontrá-lo nas dependências da Garagem da Esperança atendendo a populares, fazendo encaminhamentos e doações. Não se trata de um projeto original. Há outras experiências destas pelo Brasil. Normalmente, cria políticas sociais e faz obras fáceis de serem compreendidas e propagandeadas, que contrastavam com as políticas sofisticadas de governos municipais anteriores e do governo do Estado do Paraná na época administrado por Jaime Lerner.

A trajetória de Jocelito Canto por Ponta Grossa teve picos de popularidade em todos os sentidos. Adotou o Bairro Rio Verde como estereótipo de seu governo. Ali reside, mesmo que parcialmente. Fez projetos extremamente populares como por exemplo o “Balneário Popular Rio Verde”, uma espécie de “piscinão de Ramos” no Rio de Janeiro. Trata-se de uma área contando com um “camping”, local para pesca, sanitários, parque de diversões, áreas para práticas esportivas e espaço reservado para banhos, entre outros atrativos.

Uma taxa simbólica de manutenção foi cobrada, igual ou inferior a um real. No mesmo nível popularesco conquistou espaço para a criação de um shopping popular no Trevo Vendrami, entendendo ser este um benefício social. Criou o gabinete móvel.

No sentido de melhorar o atendimento à população carente, atendendo a pedidos de solução imediata uma pequena estrutura é levada aos

¹³⁴ Canto, Entrevista – julho de 2004

bairros, com equipamentos do Departamento de Máquinas, atendimento médico e odontológico, entre outros, constituindo-se como ele próprio definiu, em uma mini-operação de bairros. Em uma perua Van, da frota do município, percorre vários bairros da cidade. A idéia é com exclusividade dar um atendimento direto ao cidadão, sem intermediários tradicionais como vereadores ou líderes dos bairros.

Envolvido em alguns supostos ‘escândalos’ como a denúncia de estupro de uma jovem moradora de Carambeí que esteve junto com a comitiva de Jocelito em viagens de grande divulgação; desentendimentos com profissionais da imprensa escrita e falada; boatos sobre sua vida privada, envolvendo flertes com funcionárias públicas, além do grande escândalo divulgado em horário nobre do programa global do Fantástico sobre denúncia de extorsão, fizeram parte da rotina de Jocelito.

Este último fato, teve desdobramentos inevitáveis para ele. Em razão de sua desmoralização momentânea, talvez circunstancial na cidade, promovida pelos meios de comunicação, os efeitos da divulgação da notícia do Programa Fantástico fizeram com que setores da sociedade pontagrossense se unissem em prol da criação de um movimento, o Movimento de Ética e Cidadania com o apoio de várias entidades representativas com a liderança do Bispo da Diocese D. João Braz. Abalados com o novo rótulo que Ponta Grossa recebia – Capital da Corrupção ao invés de Capital Cívica, esse Movimento foi decisivo para impedir a reeleição de Jocelito nas eleições municipais de 2000. Mesmo derrotado, o protótipo de populista, Jocelito Canto, voltou a se eleger Deputado

Estadual em 2002, ocupando até o momento uma cadeira da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A vitória de Jocelito em 1996 e a vitória de Péricles em 2000, demonstram com clareza a tensão que envolve os espaços sociais. A primeira experiência de cunho populista, segundo Renato Janine Ribeiro de pequena ambição mas forte eficácia, que apela ao interesse privado e gera uma ordem social; outra, de enorme anseio mas baixa eficiência, que se dirige à moral, à virtude, mas não consegue ordenar o mundo inteiro.

“A ênfase de nosso projeto estará em dizer que essas duas lógicas são igualmente necessárias ; mas também em assinalar que a primeira é menos eficaz do que imagina, já que esgarça o afeto, corrói os elos sociais e corre o risco de devastar o mundo; e por isso a segunda recupera, em nosso tempo e pelo menos nos países mais pobres, um papel significativo. Talvez ela não ordene o mundo inteiro; talvez não dê conta da globalização dos mercados; mas é ela, e ela quase só, que constrói as socializações possíveis, religiosas, políticas, de empenho no coletivo somado a um forte teor afetivo.”¹³⁵

Nas eleições municipais de 2004, curiosamente assistimos a aliança do candidato à reeleição Péricles de Mello com o hoje Deputado Estadual Jocelito Canto. De outro lado, o candidato que representava a elite empresarial, remanescente da elite campeira de outras décadas, Pedro Wosgrau, teve o apoio do Deputado Estadual Plauto Miro Guimarães. O resultado revelou que tanto a experiência populista de Jocelito, quanto o governo petista de Péricles, não responderam aos anseios e expectativas dos cidadãos neste momento histórico ou a sociedade pontagrossense, não admitiu que a prática populista fosse reavivada com a aliança de quem combateu o populismo com quem ainda representa o mapa dessas práticas.

¹³⁵ Ribeiro, 2002, p. 190

O apoio do Deputado Jocelito Canto à Péricles de Mello acabou não revertendo em votos para o prefeito. Há alguns indícios de que a derrota de Péricles e seu enfraquecimento no segundo turno estivesse relacionado à forte rejeição de Jocelito Canto junto aos grupos formadores de opinião, que incluindo professores, profissionais liberais e pequenos empresários. Normalmente esse segmento da sociedade contribuiria em forma de votos e discursos na manutenção do candidato petista.

A sociedade pontagrossense percebeu o artificialismo do apoio de Jocelito à Péricles e preferiu votar em um candidato que naquele momento expressava o reordenamento de uma política convencional, já que a informalidade de Jocelito e a aparente impessoalidade de Péricles não sobreviveriam em um mesmo mandato.

Durante a campanha eleitoral de 2004, ficou explícito que Jocelito apenas apoiou Péricles para atender à determinação do Governador Roberto Requião. Jocelito assumiu essa atitude em programas eleitorais. Também não demonstrou interesse nas propostas do candidato Péricles, além de utilizar estratégias que atingiam a seriedade aparente de Péricles, com palavreado chulo, ironias inexplicáveis e a velha tática de dizer que algo aconteceria no dia seguinte, sem nunca de fato revelar o que pudesse ser. A ambígua aliança de Jocelito e Péricles, fez com que o eleitor se sentisse inseguro e optasse pelo jeito tradicional de fazer política

A performance eleitoral do militante de esquerda diante desse quadro não é muito visível até porque havia uma dúvida sobre o comportamento

ético e sua luta por essa moralidade pública era algo incomum nos meios políticos convencionais, como assinala Janine Ribeiro:

“Um modelo é o atual militante de esquerda, que se socializa de forma análoga à do cidadão antigo. A Comunidade é para ele um fim em si. O partido assim funciona, muitas vezes, com o ideal a partir do qual reconstruir a sociedade inteira. Uma sociabilidade intensificada é a sua meta, mas ela é impossível em nosso tempo. Daí, uma trajetória de contínuas decepções, à medida que a sociedade, como se diz, ‘falta ao encontro’. O erro acaba sendo do mundo, ou da sociedade, não da estratégia política. Já o outro modelo - oposto a esse - é o do consumidor, para quem a socialização nunca passa de meio para fins puramente individuais.”¹³⁶

É nesse ponto que recorreremos novamente para o debate de Habermas, que insiste em um agir estratégico e racional. A militância é inviável como modo generalizado de se viver o social. Ela se funda na ilusão de restaurar, exacerbando-se a pedagogia ou a dedicação pessoal, a coisa coletiva como alvo do amor de todos nós.¹³⁷

No caso de Ponta Grossa, ocorreu uma atmosfera de tensão entre uma prática populista, recheada de laços afetivos e uma prática racional de caráter determinado e eficiente do governo petista, como veremos a seguir.

¹³⁶ Ribeiro, 2002 p. 188

¹³⁷ Ribeiro, 2002

CAPÍTULO 3 - CIDADANIA E PUBLICIZAÇÃO NO BRASIL: UMA PRÁTICA DE NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A historicização do conceito de cidadania em nosso trabalho merece registro. Desta forma nos esforçamos para inserir o leitor em recentes contextos contemporâneos, aproximando-o a vários acontecimentos ocorridos no fim do século XX que oportunizaram o retorno da expressão cidadania na pauta das discussões acadêmicas e não acadêmicas.

O advento da redemocratização enquanto fenômeno na década de 1980 em grande parte da América Latina e na década de 1990 no leste europeu, contribuiu de forma decisiva para que os direitos políticos e sua operacionalização acontecesse de forma permanente.

A crise do Estado Providência, historicizado por Pierre Rosanvallon¹³⁸ e materializado pela política neoliberal desdobrou-se na crise fiscal do Estado e atingiu todos os países globalizados ou não e exibiu escancaradamente o fim do Estado de bem-estar, afetando também os direitos sociais.

A padronização, enquanto bandeira da globalização, não poupou direitos civis, sociais e políticos. Particularmente, os direitos políticos foram duramente ameaçados, pois a representação do Estado Nação que sempre cultivou tais direitos, foram atropelados pela falta de soberania em vários países.

¹³⁸ Rosanvallon 1995

Consequência direta disso foi a subordinação da política para uma política pensada e decidida por organismos internacionais.

Não podemos deixar de registrar que socialmente o desemprego foi atingido pela febre do avanço tecnológico e da exigente competitividade internacional.

De fato, as mudanças foram gigantescas e os mecanismos encontrados pela sociedade civil para compreender e resistir à mudanças que deterioravam a humanidade também foram acontecendo, embora com menor velocidade. O surgimento de novos movimentos sociais, com novas agendas e novas pautas, até porque os problemas sociais, civis e políticos eram também outros, se intensificaram. Os direitos civis foram atingidos, parcialmente com o aparecimento de novas constituições e novos textos legais reformados. O Brasil, visualiza na carta constitucional de 1988 instrumentos importantes para concretizá-los. Os direitos sociais e políticos foram aparentemente contemplados, embora a prática não ateste isto. Tendo como alvo a reflexão brasileira, fica explícito que ao mesmo tempo em que as políticas públicas forneciam condições para estes direitos, o poder sedutor da mídia, herdeira da globalização da informação via mídia eletrônica e a receptividade generosa da sociedade de consumo, transformava cidadãos em consumidores e atores domesticados.

Diante desta situação, é possível compreender a avalanche de publicações, tratados, investigações e estudos tendo a cidadania como epicentro. Como escreveu José Murilo de Carvalho, a explosão do debate acerca da cidadania não foi um privilégio latino-americano, africano e asiático, mas

guardadas as especificidades locais, um problema mundial. Várias disciplinas debruçaram-se para entender o fenômeno, pois a velocidade da dominação começou a ser acompanhada por uma certa resistência na década de 1980, mesmo que confusa e controlada por agendas estatais. Mas, seguramente na década de 1990 e no início deste século, com melhores estratégias e com uma nova razão, os mecanismos de resistência puderam ser mais visualizados. Novos estudos e análises surgiram para entender as manifestações diversas e inéditas em alguns casos. Enfim percebe-se a emergência de uma modalidade nova de resistência e sobrevivência de grupos organizados.

Intelectuais de várias matrizes são cuidados ao vincular à Constituição de 1998 o estereótipo de constituição cidadã. Nas linhas de Alfred Stepan, a transição política brasileira partiu de um viés fortemente autoritário, limitando em doses tênues tímidas concessões para a sociedade civil. Na ótica deste autor, o Brasil foi o país da América do Sul que teve cronologicamente a transição mais demorada. Foram várias as condições restritivas e as ascendências dos militares sobre o Governo Sarney no período em que se redigia a constituição atual. “ Na leitura de Alfred Stepan¹³⁹, a questão explícita da influência de tradições militares sobre o processo de redemocratização foi a articulação de uma campanha decisiva contra a experiência parlamentar que se anunciava no Brasil. Através de uma combinação de ameaças, lobby, intercâmbios clientelistas e através da destinação de verbas às bases eleitorais dos congressistas, o presidencialismo e a centralização administrativa prosperou”. A constituição de

¹³⁹ Stepan, 1999.

1988, mesmo tendo impregnada em seus artigos, elementos centralizadores enquadrando avanços significativos em vários setores, seja direitos individuais e coletivos. O problema é agora constatado no apelo da consciência e da garantia dos direitos. Não é errado afirmar que a sociedade civil conhece razoavelmente seus direitos civis, sociais e políticos. Particularmente os direitos políticos são contemplados pelo sistema eleitoral e partidário. Todavia, este sistema, tem vícios impregnados, como o clientelismo e o fisiologismo difíceis de serem diluídos pela política convencional. Diria até que a política convencional os alimenta. Em muitas cidades do País, a sociedade convive com este modelo, mesmo tendo a sensibilidade de sua inoperância. Em algumas cidades, ensaia-se resistência para modificações no modo de fazer política. No caso de Ponta Grossa – Pr., o grau de tolerância com os desmandos e a corrupção na política havia chegado ao limite. Prova disso foi a criação, estruturação e ações efetivas do Movimento Ética e Cidadania.

Nas últimas décadas a discussão sobre cidadania tem tomado, na sociedade contemporânea, importância particular sem precedentes. Temos visualizado o advento de novos e inéditos agentes sociais, quase sempre, tachados de periféricos, bem como movimento de mulheres, de negros e de orientação sexual, dentre outros. O objeto de discussão desses movimentos na maior parte das vezes reflete a necessidade de novos direitos para os cidadãos. Na mesma vertente aparecem várias outras denominações de movimentos, via de regra, excluídos do processo político institucional como os ‘sem-terra’ e os ‘sem-teto’. Os mesmos tem exercido o poder de mobilização eficiente para a efetivação dos

direitos já conquistados e concretizados. De certa maneira estas lutas fortalecem a defesa de novas representações e novas lutas sociais como maneiras de manifestação e pressão política. Essas representações e práticas socialmente articuladas e planejadas nem sempre se ajustam à superestrutura institucional, mas nem por isso podem ser desprezadas como manifestação de caráter político.

“Nos anos 90 o modelo referencial passa a ser outro. Ele enfatiza os valores da ética e da moral. Uma nova moral, sem corrupção, com dignidade. Tratam-se de metas ambiciosas se considerarmos o passado da cultura política vigente, impregnada de vícios como o nepotismo, o clientelismo, e uma visão patrimonialista do Estado.

[...] A sociedade civil passou, nos anos 90, a desacreditar da política, dos políticos e das ações do Estado em geral. As ideologias implícitas nas políticas neo-liberais dos anos 80 tiveram seus efeitos. Elas foram assimiladas pela população, desgostosa com a atuação de políticos corruptos, e com a burocracia e ineficiência das ações governamentais. [...] Conseqüentemente a função político-partidária também se tornou sinônimo de ações não bem-vistas. Movimentos sociais e ações sindicais com recortes político partidários explícitos passaram a perder credibilidade.”¹⁴⁰

Surtem em todo o país exemplos singulares de uma nova forma de conceber cidadania, representações e lutas socialmente legítimas ao exercício político nas sociedades contemporâneas visando à criação de um ambiente favorável para a eliminação da corrupção político-administrativa no Brasil. Em face disso, estamos observando a mobilização de entidades dentro da categoria de moralidade pública.

Essa nova forma de manifestação político-cívica mesmo com alto grau de autonomia não rompeu com a legalidade institucional, mas sim rompeu com a institucionalização e seus vícios.

“Os anos 90 talvez venham a ser denominados no Brasil como a década das lutas cívicas pela cidadania.”¹⁴¹ Trata-se de uma expressão que vai alinhavar grande parte do trabalho. Abordaremos ações efetivas de cidadãos pontagrossenses indignados com a materialização promovida pela mídia acerca da corrupção generalizada que atingia Ponta Grossa - na gestão 1996-2000. Anos

¹⁴⁰ Gohn, 1998, p. 206.

¹⁴¹ Gohn, 1998, p.205

atrás essa mesma indignação se fez visível em nível nacional. Trata-se de ações concretas de cidadãos brasileiros. Gohn, menciona o episódio do impedimento do primeiro Presidente da República Brasileira. “(...) *ações que têm reflexos no cotidiano da vida de todos os cidadãos, deixando-os indignados, como a corrupção. Como exemplo deste último tipo temos as mobilizações pelo impeachment do ex-Presidente Collor de Melo, no movimento ‘Ética na Política’*”¹⁴²

O final da década de 1980 e início da década de 1990 foi um momento histórico extremamente rico à medida que muitas transformações sócio-espaciais ocorreram com extrema rapidez, nos mais variados lugares do mundo, colocando em dúvida as velhas divisões teórico-ideológicas que vão sendo substituídas por um discurso clamando por ética e humanidade. Dentre outros significativos fatos, pode-se citar o massacre de estudantes na China, o desmembramento das repúblicas soviéticas, a queda do muro de Berlim, a ‘matança’ de negros nos EUA, o impeachment do presidente eleito no Brasil e a permanência elevada da miséria e da corrupção em quase todas as partes do planeta. Num amplo contexto é impossível mencionar a questão do combate à corrupção sem o associar ao sociólogo Herbert de Souza. Desde os momentos iniciais de Fernando Collor, Betinho indignara-se com o jovem e exibicionista presidente da República, que derrotou Luís Inácio da Silva nas eleições diretas de 1989 e que usava a mídia – principalmente a Rede Globo – como bem lhe conviesse. Além dessa triste convivência estabelecida entre um político

¹⁴² Gohn, 1998, p. 205

conservador – com máscara de modernidade – e os meios de comunicação de massa, Fernando Collor assume o papel de defensor do chamado ‘neoliberalismo’, anunciando um grande programa de privatizações e demissões de milhares de funcionários públicos federais.

Entretanto, o Presidente Collor, antes da realização desse amplo programa de privatizações – exigidas pelo neoliberalismo em curso – precisava deter a inflação de mais de oitenta por cento herdada do desastroso final de mandato do Presidente Sarney. Para isso, promove, no dia seguinte (16 de março de 1990) de sua posse, o famoso “confisco da poupança” que considerado inevitável, inclusive por economistas de formação socialista. Um completo fracasso é o resultado do plano de estabilização econômica do Presidente. Já, no primeiro semestre de 1991, Collor vê seu governo ser minado pela inflação, de novo em escala crescente, pela recessão e por inúmeras suspeitas de corrupção, envolvendo altos funcionários da administração federal. Somado a isto, acusações de desvios de dinheiro público e favorecimento ilícito de parentes são dirigidas para a primeira dama, que já ficara famosa pelo total desapego das coisas ligadas ao intelecto. A situação tornou-se tão escandalosa que o irmão do Presidente concedeu uma entrevista, no mês de abril de 1992, à revista “Veja”, denunciando um imenso esquema de malversação de dinheiro público liderado por Paulo César Farias (O ‘PC’), justamente o ex-tesoureiro da campanha de Collor. Frente a alarmante denúncia, no mês de maio do mesmo ano, no Congresso Nacional instala-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O Movimento pelo Impeachment nasceu de um grupo de cidadãos que se encontram no Fórum da

Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Aquele grupo foi composto por pessoas de diversas ONGs, militantes de partidos, sindicalistas, universitários e representantes de outros segmentos sociais. No dia 09 de maio de 1992, numa reunião promovida pelo Instituto Nacional de Estudos Sociais (INESC), com a presença da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), do IBASE e de algumas personalidades políticas fica decidida a realização de uma vigília pela Ética na Política no auditório do Senado Federal, reunião aquela realizada no dia 29 de maio com cerca de 980 pessoas, dentre as quais cerca de 50 deputados federais, 10 senadores e 180 representantes de entidades organizadas. Naquele evento é lido o Manifesto pela Ética na Política.

O impacto da Declaração do Movimento pela Ética na Política é extremamente positivo e contagiante. No Rio de Janeiro, no dia 07 de julho, representantes de mais de 190 entidades da sociedade civil organizada fazem a leitura – à luz de velas – de 11 artigos da Constituição Federal que destacam os fundamentos da Ética na Política e as responsabilidades do Presidente da República. Em São Paulo, na semana seguinte, cerca de 1.200 pessoas reúnem-se na famosa Faculdade de Direito da USP para exigir moralidade para com o dinheiro público. A partir de então, vigílias cívicas, bem como manifestações pró-impeachment em out-doors, começam a aparecer em diversas capitais do país. Nesse ambiente de crescimento do Movimento pela Ética na Política, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) resolve apresentar ao Congresso Nacional o pedido de impeachment que é levado formalmente em uma caminhada que se realiza no

dia primeiro de setembro de 1992. Entre os que assinam o pedido de impeachment, pode-se citar o escritor Osny Duarte Pereira, o jurista Evandro Lins Silva e o jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Partindo da sede da OAB na cidade de Brasília, em companhia de Jair Meneguelli, Herbert de Souza e outras personalidades, os manifestantes foram à frente de braços dados. Ao final, a passeata que se iniciara com cerca de noventa pessoas, chega a reunir perto de mil e cem cidadãos. Como o movimento teve uma evolução acelerada, a mídia, inicialmente através do jornal “Folha de S. Paulo”, foi aderindo cada vez mais. Até a Rede Globo de Televisão – que muito ajudara a eleger o presidente corrupto – não tem como deixar de noticiar as manifestações que surgem em diversos lugares do território brasileiro.

Desfazendo da reação popular, Collor chama a população para sair às ruas em um domingo, dia 16 de setembro de 1992, vestida de verde e amarelo em apoio à sua permanência no cargo. O movimento pela Ética da Política, por sua vez, convoca uma contra-manifestação. O resultado são milhões de pessoas em todo o Brasil atendendo ao apelo de sair às ruas vestidas de preto, em sinal da luta contra a generalizada corrupção no Congresso Nacional e no Poder Executivo Nacional. Em 29 de setembro daquele ano, a Câmara de Deputados autoriza – por 441 votos a favor, 38 contra, uma abstenção e 23 ausências – a abertura do processo de impeachment do Presidente Fernando Collor, imediatamente posto em licença, assumindo interinamente o Sr. Itamar Franco, então Vice-Presidente. Três meses depois – 29 de dezembro de 1992, durante sessão do Senado Federal de julgamento do impeachment – certo da

derrota, Collor renuncia à Presidência, fato aquele que não o livra de ter seus direitos políticos cassados até o final de 2000.

Evidentemente que estes acontecimentos políticos marcaram a emergência de novas práticas sociais. Estas lutas cívicas nos anos 90 como passaram a ser caracterizadas, tem ganhado espaço e destaque junto à mídia e imprensa eletrônicas, e prestígio na sociedade brasileira. Elas são organizadas por cidadãos autônomos, ou quase sempre, por personagens carismáticos, que utilizando geralmente seu prestígio ou respaldo nas comunidades políticas, têm melhores condições de articular outros grupos organizados. São considerados catalisadores de uma nova cultura política.

[...] Enquanto nos 80 as lutas e os movimentos sociais foram organizados por entidades político-partidárias, sindicais, religiosas, e outras, nos anos 90, são pluri-classistas, com apoio e participação das camadas médias da população. Nos anos 80, as lutas se articulavam num panorama de busca de mudanças político-sociais, de ordem estrutural. Havia um projeto político implícito. Existiam outros referenciais e o modelo socialista era o grande elemento inspirador¹⁴³.

A atuação dos grupos organizados tem proporcionado algumas transformações na agenda dos poderes públicos. Não são alterações expressivas, mas servem de alento para estimular a continuidade dessas lutas cívicas. Exemplo disso foi a criação do Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa, e uma de suas tentativas concretas de alterar a agenda municipal com a intervenção do movimento sobre a polêmica votação na Câmara Municipal de Ponta Grossa acerca do “nepotismo”, na gestão municipal de 2000 a 2004. Este episódio será detalhado no próximo capítulo.

¹⁴³ Gohn, 1998, p. 205

Assim, a década de 1990 foi cenário de numerosos exemplos desse trânsito da sociedade civil para o Estado. A não ser que acreditemos na inevitabilidade radical do poder corruptor do aparato estatal, há que admitir a possibilidade de que pelo menos parte dos projetos democratizantes originados na sociedade civil tenha efetivamente passado a orientar a ação dos ocupantes do Estado, uma vez adequados ao seu novo lugar. Para muitos, trata-se de uma visão otimista e ingênua. Habermas acredita na real possibilidade de corrigirmos os erros de um liberalismo distante da sociedade civil, muito comum no pós século XVIII. De outra forma, a construção democrática pela via apenas eleitoral estaria, aliás, completamente excluída como possibilidade, conforme escreve em linhas anteriores. *“Por outro lado, as práticas autoritárias e conservadoras que reproduzem a exclusão na sociedade brasileira estão longe de estarem confinadas no aparato do Estado e certamente respondem a interesses enraizados e entrincheirados na sociedade civil”*.¹⁴⁴

Não se acredita que em curto período de tempo, práticas como o do Movimento Ética e Cidadania, diluiria estruturas fixas e pilares do sistema eleitoral brasileiro. Mas o exemplo da Lei Federal 9.840 joga luzes sobre seu raio de influência. Esta lei, resultado de grande mobilização popular contra a corrupção eleitoral foi um mecanismo de controle oriundo de manifestações cívicas.

Esses novos movimentos sociais no instante que defendem formas singulares de atuação, criam estratégias para uma nova identidade social e política para os novos atores sociais. Dessa forma, a cidadania é frequentemente reavaliada no tempo e no espaço, pois cada cidadão de uma nova cultura política constrói para si tanto uma representação do que sejam os direitos e deveres dos seus membros quanto as práticas legítimas para seu exercício, estabelecendo desta forma diferentes papéis sociais para o cidadão.

*“Queremos identificar quais as representações e lutas sociais formam a identidade de cidadão na década de 1990. Quais são os elementos destacáveis que contribuem para uma ação política efetiva dos indivíduos pelo reconhecimento de máximas como direitos juridicamente consolidados com eficiência e com implicações éticas. Apesar das diferenças é possível afirmar, no entanto, que a grande novidade que os anos 90 trazem consigo é uma aposta generalizada na possibilidade de uma atuação conjunta, de encontros entre o Estado e a sociedade civil.”*¹⁴⁵

Estudiosos, tanto da ciência política, quanto da História política, e de forma geral da academia brasileira têm destacado o papel das relações

¹⁴⁴ Dagnino, 1994 p. 282

¹⁴⁵ Dagnino, 1994, p.13

patrimoniais na formação histórica da cultura política brasileira, de maneira extremamente negativa.

“O estilo burocrático patrimonialista do Estado favoreceu a centralização administrativa, subordinou a sociedade civil através de relações de poder paternalistas e favoreceu a criação de um imaginário social onde o Estado é sempre doador, provedor da ordem, da justiça, do direito, e dos favores. Gerou-se uma cultura de dependência mútua, que inibe processos de autonomia e da crença na capacidade de resolver por si próprios os problemas, assim como acostumou-se a não se protestar contra a má qualidade dos serviços públicos existentes, a conformar-se com a demora e a conseqüente espera, no atendimento dos serviços públicos em geral.”¹⁴⁶

O conformismo social brasileiro é portanto assim justificado.

José Murilo de Carvalho dedicou muitas páginas para explicar esse processo embrionário e de estabelecer ou tentar estabelecer uma tipologia cidadã.

A construção de uma nova cultura política e sua implicação com a cidadania foi também pensada por este estudioso. Em face disto, o autor faz distinções. Para ele existem três tipos:

“a paroquial, ou localista, a súdita e a participativa. Um quarto tipo, a cultura cívica, seria a combinação dos três anteriores. A cultura paroquial é definida como completa alienação em relação ao sistema político, como redução das pessoas ao mundo privado da família ou da tribo.(...) A cultura súdita seria aquela em que existe um sistema político diferenciado com o qual as pessoas se relacionam.(...) A cultura participativa acrescentaria uma percepção do processo decisório em si e uma visão do indivíduo como membro ativo do sistema.”¹⁴⁷

De fato, percebemos nitidamente que no caso brasileiro o Estado coopta os cidadãos, inicia o processo, ou seja, permite uma iniciativa vigiada. Ou então, por outro ângulo, os cidadãos buscam o Estado para o atendimento do interesses privados. Quanto a esse aspecto é possível fazer algumas conexões. Por

¹⁴⁶ Gohn, 1998, p.210

¹⁴⁷ Carvalho, ano, p. 338

exemplo, os agentes políticos são geralmente procurados pela população para defender seus interesses privados. Essa dependência reforça a tese de cumplicidade entre os eleitores e os eleitos. Constatamos que ainda hoje uma confusão de direitos e privilégios, em que ainda prevalece a experiência democrática em coexistência pacífica com a aceitação ou mesmo convivência com práticas autoritárias; em que ainda se mantém práticas renovadas de clientelismo e favoritismo repondo diferenças onde deveriam prevalecer critérios públicos igualitários.

A cultura política brasileira é então recheada de uma cultura paroquial e também súdita. O cidadão inativo é o súdito, produto da cidadania autoritária, do superior para o inferior.

Há uma inevitável tendência para discorrer sobre uma tipologia dos direitos do cidadão, de modo que tradicionalmente, pode-se dizer, que isso originou-se dos trabalhos de Marshall¹⁴⁸ que, embora afirme que sua análise é ditada "mais pela história do que pela lógica", divide o conceito em três partes, quais sejam:

- a) os direitos civis, compostos dos direitos necessários à liberdade individual, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça;
- b) os direitos políticos, como o direito de participar no exercício do poder político como membro de um organismo investido de autoridade política ou como um leitor dos membros de tal organismo;
- c) os direitos sociais, que se referem a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade

“A cidadania brasileira foi sendo construída ao longo da história e não é produto recente. A diferença básica é que hoje, no Brasil, podemos falar de uma cidadania ativa. Ainda que os vestígios da cultura patrimonialista tenham força no conjunto da população, os conflitos sociais contemporâneos

¹⁴⁸ Marshall, 1967.

*tem encontrado novas formas de se expressar, diferentes das tradicionais, baseadas na conciliação, na negociação pessoal*¹⁴⁹.

A resistência de atores sociais, diante da avalanche de uma cultura política viciada e respaldada pelo consentimento tácito da população, tem sido um dos aspectos que justifica a ainda pouca visibilidade do Movimento de Ética e Cidadania em todos os segmentos sociais.

Tais experiências são denominadas exemplarmente de novos espaços de democratização da coisa pública e de exercício da cidadania pela população. Embora isto ainda seja insuficiente para fazer frente ao esquema estruturante do poder político-administrativo, é necessário sempre a manutenção de um clima de engenharia social para implementá-los. Há a necessidade de uma eficiente micro-política, onde negociações, políticas, acordos, lutas e tensões que poderão garantir suas existências. Estas práticas democráticas, ainda que minúsculas são necessárias para não permitir a homogeneização completa da não cultura política democrática e da força do autoritarismo e patrimonialismo.¹⁵⁰ É desta forma que novamente chamamos para o diálogo intelectual, J. Habermas, que defende um agir de fato estratégico em condições de fala ideal para que os fins públicos e argumentativos possam de fato se sobressair diante da intoxicação do mandonismo e do clientelismo.

A vocação dos partidos políticos, que hoje parece ser natural, mas que foi construído pelos grupos dominantes durante grande parte da História brasileira, sempre inclinaram-se na direção do Estado, condicionando sua representatividade junto à sociedade civil apenas e tão somente nos momentos eleitorais, utilizando-se de mecanismos vistos como os mais eficazes nestes momentos: o clientelismo, as relações de favor, o personalismo, etc. O fosso entre a sociedade civil e os partidos, o desinteresse por parte da população aos partidos políticos, presentes também em estudos realizados em outros países latino americanos e europeus, indicam a deficiência de seu papel nas sociedades de hoje, enquanto função mediadora. A experiência populista, discutida neste trabalho em outro capítulo, é evidenciada pela busca por parte de organizações da sociedade civil de relações mais diretas com o Estado. A novidade dos novos espaços públicos no Brasil, está intimamente ligado aos embates entre organizações da sociedade civil e partidos, ao lado dos conflitos entre a representatividade, via sistema eleitoral, e experiências singulares no seio dos espaços de participação da sociedade civil.¹⁵¹ O desgaste dos partidos políticos frente à sociedade brasileira pode ser observado pelo atrofiamento do entusiasmo em períodos eleitorais.

Para suplantar esta enraizada cultura política de submissão, cidadãos brasileiros com coragem cívica são convocados para dar sua contribuição. Trata-se de uma tarefa exigente e pretensiosa, observando o aspecto de nossa trajetória permeada por vícios públicos como o nepotismo, o clientelismo, o mandonismo e uma visão estruturalista

¹⁴⁹ Gohn, 1998, p. 210 – 211

¹⁵⁰ Gohn, 2001

¹⁵¹ Dagnino, 1994

do Estado. Neste contexto, segundo Maria da Glória Gohn, a função político-partidária se tornou sinônimo de ações não desejáveis.

Mobilizados pela descrença e desesperança no cenário político nacional, estadual e municipal, grupos organizados e devidamente articulados da sociedade civil passaram a acreditar cada vez mais em sua capacidade de atuação autônoma e a fazer suas próprias políticas. Exemplo claro disso foi a matéria publicada no jornal “Gazeta do Povo” do dia 03 de janeiro de 1999, em um discurso ‘em defesa da decência’ com o seguinte título: “Campanha busca apoio popular para projeto contra a corrupção”. Na epígrafe da matéria continha o slogan: “Dê um presente de Ano Novo para o Brasil”.

O resultado dessa mobilização foi a elaboração de um Projeto de Lei de iniciativa popular para combater a corrupção eleitoral. Fica evidente a autonomia que o novo associativismo quer ter em relação ao poder institucionalizado. Os resultados foram significativos. O Projeto virou Lei. Lei nº 9.840, de 28 de setembro de 1999. A Lei se popularizou e ganhou vida própria. Foi debatida por grandes e pequenos comitês de ética e política pelo Brasil afora. De forma ascendente e positiva, foram criadas dezenas de movimentos com denominações sugestivas como: Movimento de Ética e Moralidade Pública, Comitê de Ética e Política, Movimento de Cidadania Ativa, Movimento Cidadão, Movimento pela Moralização, entre outros.

As circunstâncias no final da década de 1990 sugeriam um civismo mais ativo do que em períodos anteriores. Ponta Grossa, conhecida simbolicamente como a Capital Cívica do Paraná, no início do ano 2000 de uma sociedade quase sempre denominada de conservadora, passou a mobilizar grupos sociais organizados. O movimento nasceu em virtude de ações de setores da sociedade civil indignada com a corrupção local. Cobravam das autoridades constituídas a apuração das denúncias veiculadas pela Rede Globo de Televisão, no programa Fantástico, em maio de 2000, em que se apontava uma série de indícios de corrupção, improbidade e desvios de verbas públicas, inclusive intitulado a ‘Capital Cívica do Paraná’ a partir de então de ‘Paraíso da Corrupção’. A sociedade organizada reagiu, fundando um movimento mais complexo, denominado ‘Movimento Ética e Cidadania’, que desde de então vem, através de assembleias semanais, acompanhando, debatendo e deliberando sobre assuntos de relevância na comunidade, no Estado e no País. O movimento vem se posicionando diante das autoridades constituídas através de visitas e audiências nos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Poder Judiciário e na Câmara Municipal, de modo geral, com o intuito de buscar a investigação e o julgamento de todos os indícios de corrupção e improbidades com a coisa pública.

O Movimento Ética e Cidadania foi lançado em 23 de maio de 2000 durante a Assembleia Cidadã, tendo acontecido sua primeira assembleia no salão do Colégio Sant’ana, na cidade de Ponta Grossa - Pr. De acordo com a lista de presença, participaram mais de trezentas pessoas, representando dezenas de entidades e segmentos da sociedade civil organizada, além de representantes de vários partidos políticos. Naquela ocasião foram aclamados como Coordenadores provisórios da Assembleia Cidadã, o Bispo D. João Braz de Aviz e o Pastor Acir Rickili. Os discursos ali abordavam a aplicabilidade de direitos e deveres com dignidade responsável.

Os acontecimentos ocorridos na cidade de Ponta Grossa e o envolvimento de uma parcela da sociedade civil organizada materializam a ação comunicativa muitas vezes ausente em cidades brasileiras onde os indícios de corrupção generalizada também existem. O olhar do historiador para esse artefato histórico – a organização do movimento Ética e Cidadania e suas implicações – encontra maior respaldo se levarmos em consideração o estereótipo de que o conformismo político e a ausência de militância suprapartidária prevaleceram na política paranaense.¹⁵² Este trabalho analisou o escândalo conhecido como “Os anões e o dinheiro público”, referência ao empréstimo de dinheiro público realizado por Vereadores da Câmara Municipal de Guapuava no legislativo de 1992/1996.

Partindo da teoria política de Jurgen Habermas, foi possível desenvolver a perspectiva teórica de uma nova esfera pública. Habermas é hoje um dos catalisadores lúcidos dessa emergente forma de pensar a política. A teoria crítica é principalmente um modo de fazer filosofia que integra os aspectos normativos de reflexão filosófica com as realizações explicativas das ciências sociais. Habermas, analista de comunicação busca promover normas para a relação de não-dominação sobre os outros e uma noção mais ampla de razão. É através da conexão de sua teoria crítica no contexto brasileiro que o trabalho ganha uma característica peculiar: a reconstrução de uma nova linguagem política. Habermas com sua fundamentação teórica estimula a reflexão da pesquisa como provocador de um debate que começa a se intensificar na década de 1990. Porém, é pouco provável que os textos de Habermas fizessem parte do ‘momento de reflexão’ - espaço da reunião do Movimento Ética e Cidadania durante suas reuniões semanais. No entanto, indiretamente, a reflexão que Habermas fazia em cenários europeus já podia ser percebida, enquanto contraponto, na cidade paranaense de Ponta Grossa, através de leituras sintonizadas com os novos acontecimentos da década de 1990. De que forma? Por meio da ação

¹⁵² Para outros detalhes sobre este tema ver: ANDRADE, Claudio César. Reflexões sobre a História Política: a questão da ética na esfera pública. Dissertação de mestrado em História UNESP/UNICENTRO, 1999.

comunicativa. Segundo a ex-Presidente do Movimento – Sra. Ruth Almeida Noernberg, o movimento iniciado originalmente em Ponta Grossa tem se ramificado na região através de redes de comunicação. Esta nomenclatura vem em sintonia com o agir comunicativo habermasiano. Hoje o movimento se estendeu aos municípios de Carambeí, Ortigueira, Prudentópolis, Lapa, Matinhos, além de outros contatos embrionários. Todas as ações do movimento podem ser inseridas na discussão de Habermas sobre o desvinculamento partidário, a autonomia, a relação direito-sociedade e uma nova linguagem política. A reflexão sobre o pensamento habermasiano nos conecta a outros autores de grande importância para o debate de uma nova esfera pública que enfrenta o grave problema da corrupção de maneira geral, sobretudo a corrupção político-administrativa.

A sociedade civil brasileira, marcada pela experiência autoritária do regime militar instalado em 1964 e por outras experiências também autoritárias em momentos anteriores, vivenciou no início da década de 1970, um momento de ações efetivas que merecem registro. Esse ressurgimento, que tem como espinha dorsal o enfrentamento ao Estado autárquico, foi tão festejado que é visto, com certo exagero por estudiosos como a fundação constituída da sociedade civil no Brasil, já que sua existência em momentos anteriores, sempre esteve vinculado à falta de autonomia da sociedade em relação ao Estado.¹⁵³

Ao refletir sobre o contexto brasileiro, é preciso deixar claro que no tempo da ditadura militar no Brasil, a sociedade encontrava-se anestesiada e privada de sua expressão política, mas mesmo assim combateu o Estado autoritário, muitas vezes em nome de interesses particularistas e de maneira fragmentada. A sociedade brasileira, refém de uma política populista teve que construir gradualmente a significação do seu lugar hierarquicamente inferior em face do Estado forte e opressor e dos limites institucionais do momento histórico às suas reivindicações e perspectivas¹⁵⁴.

A sociedade civil, isoladamente, fez frente ao modelo centralizador do Estado. A luta unificada contra o autoritarismo reuniu diversos setores sociais (movimentos sociais de vários tipos, sindicatos de trabalhadores,

¹⁵³ Dagnino, 1994

¹⁵⁴ Martins, 2000

associações profissionais – como advogados, jornalistas -, universidades, igrejas, imprensa, partidos políticos de oposição, etc), contribuindo efetivamente para uma visão unificada da sociedade civil, deixando marcas no debate teórico e político sobre o tema. Basta ver a quantidade enorme de publicações tanto na historiografia como nas ciências sociais, de maneira geral.

A partir da volta da vigência das instituições democráticas formais básicas (eleições, livre organização político-partidária, liberdade de imprensa, etc.), o avanço do processo de construção democrática contribuiu para explicitar os diferentes projetos políticos que se definiam, expressando visões diferenciadas inclusive quanto aos rumos desse processo, tornando assim mais clara a própria heterogeneidade da sociedade civil¹⁵⁵.

De fato, a fragmentação de atuação e interesses dos vários representantes da sociedade civil, gerou um clima de muita efervescência e quantidades nem sempre reveladoras de eficiência. Parece ser o caso da campanha das diretas-já.

Esse processo de democratização, que se inicia com as lutas contra a ditadura militar e se estende aos nossos dias, sem previsão quanto ao seu término, não é linear, mas deve ser entendido como desigual no ritmo, nos seus efeitos sobre as diferentes áreas da vida social e política, combinando avanços, estagnação e até mesmo retrocessos. Esse entendimento permite dar conta da complexa dinâmica que apresenta a construção da democracia como um processo multifacetado resultante da disputa entre distintos projetos políticos que, no

¹⁵⁵ Dagnino, 1994

interior da sociedade civil e dos diversos níveis do aparato estatal, confrontam diferentes concepções sobre a própria natureza e os limites desse processo.¹⁵⁶

Mesmo assim é preciso reconhecer as virtudes destas atuações sociais. Não fossem elas, certamente hoje não teríamos espaços públicos em processo de desintoxicação, para acolher os novos atores sociais. O erro ou o processo falho naquela ocasião, teria sido o otimismo em crer que as instituições políticas, legítimas representantes da sociedade, cumpririam o papel de amadurecer a democracia neste processo de redemocratização.

“Por outro lado, na medida em que o retorno às instituições formais básicas da democracia não produziu o encaminhamento adequado por parte do Estado dos problemas de exclusão e desigualdade social nas suas várias expressões, mas antes coincidiu com o seu agravamento, aguçaram-se percepções que enfatizam não só a ampliação e radicalização da própria noção de democracia mas também a necessidade de aprofundar o controle do Estado por parte da sociedade.”¹⁵⁷

Já no final da década de 1980, as associações civis que lutavam por direitos sociais, que emergiram especialmente com o retorno da liberdade de organização através da redemocratização, instigam e incitam o setor público a implementar políticas sociais conforme a sua agenda. Os governos que chegaram ao poder oriundos de partidos políticos com perfis mais democráticos inclinaram-se a estabelecer diálogos ou parcerias com o associativismo popular. Vencida a ditadura, o Estado acelerou seu processo de redemocratização. Defrontou-se com a sociedade mobilizada, expressando-se por meio dos movimentos sociais e das organizações populares. Os limites da força política desses novos sujeitos fizeram-se ver na campanha pelas “Diretas já”. De um lado, porque os novos sujeitos não

¹⁵⁶ Dagnino, 1994

¹⁵⁷ Dagnino, 1994, p. 10

se revelaram em condições de agir autonomamente. Tiveram que aliar-se a outros setores tradicionais. Ficou claro que esses novos sujeitos não tinham condições de exercer um protagonismo hegemônico e decisivo.¹⁵⁸

Esta concepção de frustração e de batalhas estéreis, propiciou um amadurecimento nos movimentos sociais e na própria sociedade como um todo, fazendo nascer um novo ethos na sociedade civil. O civismo descolado do Estado e de seus raios de influência proporcionou a iniciativa de ações por parte da sociedade brasileira:

“A sociedade civil passou, nos anos 90, a desacreditar da política, dos políticos e das ações do Estado em geral. As ideologias implícitas nas políticas neo-liberais dos anos 80 tiveram seus efeitos. Elas foram assimiladas pela população, desgostosa com a atuação de políticos corruptos, e com a burocracia e ineficiência das ações governamentais. [...] Conseqüentemente a função político-partidária também se tornou sinônimo de ações não bem-vistas. Movimentos sociais e ações sindicais com recortes político partidários explícitos passaram a perder credibilidade.”¹⁵⁹

Esta sinergia de autonomização, por alguns grupos sociais fez gradualmente com que experiências tímidas em um primeiro momento, intensificassem suas ações e suas visibilidade em cenários municipais, estaduais e federais.

Em contraposição à descrença na política nacional, grupos crescentes da sociedade civil passaram a acreditar cada vez mais em sua capacidade de atuação independente, a fazer suas próprias políticas, a partir da busca da qualidade de vida, não violência [...] e outras questões sociais [...]. A ação direta é preferida à ação delegada aos partidos, ou outros.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Martins, 2000

¹⁵⁹ Gohn, 1998, p. 206

¹⁶⁰ Gohn, 1998, p. 207

Nessa mesma década constata-se um crescimento singular dos processos de descentralização que, juntamente com as aberturas democráticas, impulsionaram modificações nos regimes normativos, especialmente em nível municipal. Resultado disso foi à implementação de uma política de conselheiros por todo o Brasil.

Carvalho, em sua recente obra – “Cidadania no Brasil: o longo caminho” - destaca que havia ingenuidade no entusiasmo. Faltava solidez ideológica capaz de captar as alterações no cenário mundial. Era preciso construir uma nova prática, diferente daquela que foi tutelada. Havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República conquistaria grande liberdade, participação, segurança, desenvolvimento, emprego, justiça social. O período foi de liberdade, porém de uma liberdade extremamente precoce, sem um amadurecimento de novas práticas sociais. Aceitou-se como pronta uma linearidade da história sem as devidas problematizações e suas implicações.¹⁶¹

A manifestação do pensamento é livre, a ação política e sindical é livre. De participação também. O direito de voto nunca foi tão difundido. Mas as coisas não caminharam bem em outras áreas. Pelo contrário. Em consequência, os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos.¹⁶² Em tese, perdeu-se a crença de que a democracia política resolveria com rapidez os problemas da pobreza e da desigualdade. Mesmo assim a análise sobre essa década pela lente de alguns cientistas sociais era pessimista. Wanderley Guilherme dos Santos ao discutir essa problemática utilizou o termo "fragmentário" ou "disperso", para designar tais atividades de participação popular como insuficientes para quebrar o clientelismo de fundas raízes em nossa história.

¹⁶¹ Carvalho, 2001

¹⁶² Carvalho, 2001

Destacava também que as soluções apontadas por esses grupos organizados eram particularizadas, muito aquém do que o tamanho da tragédia social exigia.¹⁶³

O discurso em torno de novas formas de representação social reconhece que, para a vigência da democracia no país, urge sublinhar um processo educativo e canais de participação instaurados através da organização da sociedade civil e que seja suficientemente forte para debelar o clientelismo como submissão ao poder, assim como o fisiologismo e suas conseqüências.

É nesse momento que acompanhando o modelo inspirador, denominado acima de "autonomista", dá-se uma importância singular à reflexão sobre as possibilidades de a cidadania construir uma moralidade pública que vise a uma administração pública mais eficiente, menos submissa a interesses particularistas e de discernimento entre o justo e o injusto. Na leitura de José Murilo de Carvalho fica evidente que prevalece no Brasil uma cultura orientada mais para o Estado do que para a representação. O autor a chama de 'estadania', em contraste com a cidadania. A necessidade de romper com essa cidadania viciada de cima para baixo é criar um clima favorável para uma cidadania de baixo para cima, ou seja, experiências históricas marcadas pela luta de direitos civis e políticos. Fica clara a diferença entre direitos conquistados e direitos concedidos.

O sociólogo José de Souza Martins¹⁶⁴, tem caracterizado esse fenômeno como "mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares". O termo "anomia" precisa ficar claro. Não se trata apenas de um movimento sem regras de organização. A interpretação que parece mais coerente é a de uma

¹⁶³ Santos, 1993

¹⁶⁴ Martins, 2000

tendência solta, desvinculada, desaparelhada e sem compromisso com qualquer classe dirigente, mas que quer construir um novo ethos de cidadania. Uma cidadania cívica.

De fato, no Brasil existe um consenso nacional: repúdio aos dirigentes políticos que cultivam um ethos clientelista. Para Habermas, a moralidade não é contingente ou dispensável. Lendo Habermas, é possível perceber um germe de reconstrutivismo. Interligar comunidade real com a comunidade ideal. De quem quer colar algo que se quebrou. E não se cola algo sozinho. Do fato de que as pessoas só se tornam indivíduos através de sua socialização, segue-se que o respeito moral dirige-se igualmente ao indivíduo insubstituível e ao membro de uma comunidade, associando assim a justiça à solidariedade. Não basta ter consciência. Não basta ter convicção. A racionalidade ético-comunicativa ultrapassa a filosofia da consciência, pois reúne sujeitos solidários para um consenso, não como uma exigência gramatical, mas como algo lingüística e intersubjetivamente constituído. É clara a idéia da emancipação dos sujeitos e das coletividades.

É preciso reabilitar os sujeitos agentes, das patologias do sistema repressivo que, para recompensar as frustrações individuais ou coletivas, cria desejos incompatíveis com a realidade social. Ao invés de esse sujeito desabafar a sua revolta com agressividade, trata-se de elaborar uma ética que reúna, ao mesmo tempo, a auto-reflexão, o conhecimento e o interesse. É nesse ponto que surge a ética do discurso. Eliminar uma ética que só persegue fins em função de valores particulares. Os sujeitos, aptos a falar e a agir, utilizam as capacidades cognitivas, lingüísticas e sócio-morais para reconstruir racionalmente a intersubjetividade consensual. O sujeito monológico é substituído pelo grupo.

O trabalho de Habermas se desenvolve a partir da constatação de certas insuficiências teóricas do marxismo clássico. O conceito

‘esfera pública’ nos textos habermasianos ganhou notoriedade. O que há de tão útil na esfera pública, que a torna uma propriedade individual inalienável? Uma propriedade tão pessoal como o ar que respiramos, tão inalienável quanto um currículo ? O que acontece de fato é o seguinte: diante de um perigo imediato, desenvolveram-se nichos nos conselhos e grupos organizados, grupos de discussão que reivindicam a esfera pública.

Depois de algum tempo, verifica-se que se eles agissem sem violência, se não dessem ao Estado legitimação para usar seu poder de armas, essa esfera pública provida de força persuasiva seria capaz de derrubar esse Estado clientelista que tem colaborado para essa cultura de ‘estadania’.

Habermas constata que, hoje, nessas sociedades, com o capitalismo monopolista, a progressiva intervenção do Estado na economia, a institucionalização da ciência e da técnica como maneira produtiva fundamental, afirma-se em um modelo de gestão política tecnocrata, centralizada e burocrática em que a participação democrática, em sentido forte, torna-se cada vez mais disfuncional.

Na atualidade, o domínio político e sua institucionalização nas formas do Estado têm como finalidade encontrar, mediante especialistas e técnicos, os meios de estabilizar o regime econômico. Isso implica em uma centralização das decisões e em uma comunicação de massa em que se propõe informar os cidadãos despolitizando-os. Fica evidente que a sociedade é regida e plasmada imediatamente pelas pressões dos centros corporativos e

oligopolistas de poder, que agem sem transparência, segundo interesses privados e setoriais, não generalizáveis e tematizáveis na esfera pública.

A ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos consigam prevalecer. A representação política não funciona para resolver os grandes problemas da maior parte da população. O papel dos legisladores reduz-se, para a maioria dos votantes, ao de intermediários de favores pessoais perante o Executivo.

O eleitor vota no deputado em troca de promessas de favores pessoais; o deputado apóia o governo em troca de cargos e verbas para distribuir entre seus eleitores.

Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais.¹⁶⁵ Por todas estas constatações, fica claro, para Habermas, que a saída desse universo unidimensional e repressivo não pode dar-se através da clássica luta de classes comandada pela classe operária.

Trata-se de uma tarefa, no tempo e espaço vinculados ao nosso país, de reengenharia institucional, no sentido da atribuição de status público aos grupos de interesse.¹⁶⁶ Sabe-se, não obstante, que, para evitar um mero conselhismo romântico e ingênuo, cujo risco seria o de reproduzir os mesmos vícios e limitações da política tradicional, é necessário algo mais consistente. Não correr esse risco e propor uma solidariedade e associativismo crítico no

¹⁶⁵ Carvalho, 2001

¹⁶⁶ Doimo, 1997

interior da sociedade serão as bases sociais para a construção de cidadania e o exercício de funções públicas.

Nesse sentido, trata-se de enfatizar a importância de transformar atores sociais em atores políticos, recuperando o pensamento habermasiano, reconstruindo a noção de comunidade política junto com o respeito ao pluralismo cultural. O projeto em construção sustenta que a civilidade que torna possível a democracia política só pode ser aprendida nas redes associacionais, enquanto elas constituem um espaço privilegiado para cultivar a responsabilidade pessoal, a obrigação mútua, a auto-limitação e a cooperação voluntária.¹⁶⁷

A maior potencialidade das associações voluntárias, em um projeto de construção de cidadania, situa-se precisamente em poder criar um espaço para o desenvolvimento de novos valores, associados ao reconhecimento do outro e à solidariedade. O projeto habermasiano reivindica essas possibilidades. Sua proposta de um conceito normativo do público remete à criação de associações autônomas, não submetidas à pressão das decisões - informais - que possam levar à formação democrática de opinião e vontade políticas, por meio da geração e propagação de convicções práticas e de temas relevantes para toda a sociedade. A convicção básica é que, através do enriquecimento do debate público, em âmbito da sociedade, esta pode pressionar o Estado.

O comportamento político no Brasil tem mudado profundamente nos últimos anos. Quem se atreveria pensar, que antes de 1993, que um Presidente

¹⁶⁷ Grau, 1998

poderia ser deposto, como ocorreu com Fernando Collor, por dispositivos regulares de uma democracia constitucional e com amplo apoio da população? Outras mudanças profundas estão agora sendo estudadas pelos pesquisadores do comportamento político, e uma delas é a problemática contemporânea da ação-direta. De fato, os estudos mais recentes sobre a consolidação da democracia no país estão revelando que o aprendizado da cidadania requer dos indivíduos e organizações coletivas uma capacidade de intervenção plural e flexível, que está longe das proposições dogmáticas. O momento exige eficácia e racionalidade e agir racionalmente é escolher a melhor ação no conjunto viável. Ao que parece não tem sido viável um enfrentamento social vinculado ao modelo socialista, sendo necessário um novo modelo e uma nova estratégia.

Habermas, na obra *Direito e Democracia*, destaca que essa nova esfera pública precisa não apenas identificar problemas mas também dispor de meios eficientes de pressão sobre o parlamento, órgão a meio caminho entre a esfera pública e o poder administrativo. Tal esfera pública exige um espaço social no qual as diversas experiências pessoais e privadas possam encontrar repercussão e tornar-se fatos políticos.

A sociedade civil seria a base institucional voluntária dessa esfera pública, composta de associações, movimentos e organizações mais ou menos espontâneas que funcionam como 'alto falante' de anseios mais ou menos organizados que alimentam a esfera pública na sua função de sensibilizar os

canais institucionalizados que formam a sua contraparte.¹⁶⁸ Nasce uma nova concepção de estratégia da ação política.

A cientista política Iris Marion Young¹⁶⁹, é uma referência para a análise do cotidiano do movimento ocorrido em Ponta Grossa. Assim como Habermas a autora faz ácidas críticas ao modelo democrático de concepções baseadas no interesse. No processo democrático de tomada de decisão, indivíduos e grupos de interesse votam e determinam políticas que melhor servem a seus próprios interesses segundo sua percepção, incluindo em seus cálculos a noção de que outros componentes da sociedade fazem o mesmo. Decisões democráticas são o resultado da realização bem-sucedida de idéias e coalizões por votos de interesses próprios. Já o modelo defendido por Habermas – democracia deliberativa - ao contrário, concebe a democracia como processo que cria um público, isto é, cidadãos unindo-se para tratar de objetivos, ideais, ações e problemas coletivos. Os processos democráticos são orientados em torno da discussão do bem público, ao invés da competição pelo bem privado de cada um. Em vez de raciocinar do ponto de vista do maximizador da utilidade privada, os cidadãos transformam, por meio da deliberação pública, suas preferências, de acordo com os fins de ordem pública, raciocinando juntos sobre a natureza desses fins e sobre os melhores meios de atingi-los. Num diálogo livre e aberto, outros testam e desafiam as afirmações e os motivos. Os participantes cuidam de separar os bons motivos dos maus e os argumentos válidos dos inválidos.

¹⁶⁸ Habermas, 1997

¹⁶⁹ Young, 2003.

Os interlocutores dispensam devidamente os maus motivos e os discursos mal-sustentados e ignoram ou dispensam floreios retóricos e acessos de emoção. Ao apresentarem e criticarem reivindicações e argumentos, os participantes do processo de deliberação não descansam enquanto a ‘força do melhor argumento’ não levar todos a aceitarem uma conclusão. Segundo a autora – Iris Marion Young – expressões de democracia deliberativa aparecem mais freqüentemente nas estruturas decisórias de associações voluntárias externas ao Estado. Contudo os processos de formulação de políticas públicas em legislaturas ou audiências públicas também exibem feições de modelo deliberativo.

A realidade brasileira e sua democracia contemporânea desencorajam a deliberação e ao invés disso, encorajam uma orientação consumidor-privatizada em relação à política por parte dos cidadãos.

Cohen dá uma visão clara das condições para um ideal de democracia deliberativa.

A matéria jornalística do “Jornal da Manhã” da cidade de Ponta Grossa de 26 de maio de 2000 tem como manchete: “Entidades vão ao Ministério Público: movimento pela Ética e Cidadania visita promotor que investiga denúncias de corrupção na Prefeitura de Ponta Grossa.” Naquela ocasião o promotor Roberto Ouriques demonstrou satisfação diante da iniciativa do movimento. “*Que bom saber que a comunidade está dando um basta na impunidade*”, afirmou. Ele garantiu que o MP recorrerá a todas as alternativas dentro de sua competência para realizar uma investigação correta: “*... no que depender de mim, o Ministério Público não se furtará em lutar*

pela proibidade administrativa como uma conduta normal e não uma exceção”¹⁷⁰.

Outros movimentos de moralidade pública, alguns ainda embrionários aparecem em outras cidades brasileiras. A cidade de Guarapuava mobiliza-se atualmente na tarefa de suscitar um movimento semelhante. A particularidade da idéia nascente é a disseminação dos ideais de moralidade pública partindo não da sociedade civil organizada, mas do próprio Ministério Público. Caso a idéia seja fecundada, a iniciativa mereceria um estudo singular, até porque já existe literatura difundida nos meios acadêmicos sobre o envolvimento do MP e cidadania.

A tendência à desneutralização do judiciário ultrapassou as questões constitucionais na medida em que possibilitou maior visibilidade às transformações das relações entre o Estado e a sociedade civil no capitalismo contemporâneo. As transformações ficaram mais visíveis em Ponta Grossa, no momento em que houve maior democratização dos direitos políticos por parte dos setores subalternos da sociedade, por parte dos partidos de extração popular, por parte da sociedade civil mobilizada por uma entidade que os representassem e passassem a pressionar em favor da institucionalização dos direitos sociais.

Esta visibilidade do Ministério Público e seu ativismo nos últimos anos foi enormemente gerida pelo gigantismo do Poder Administrativo Central, pelo esvaziamento das assembleias legislativas e câmaras municipais enquanto espaço da vontade geral e da expressão do desejo dos cidadãos.

¹⁷⁰ Jornal da Manhã, 2000

Evidentemente que a ação do Ministério Público traz variáveis contextuais, cuja presença variaria, em alcance e em intensidade, segundo as características histórico-sociais de cada cidade, sobretudo levando em conta o alto grau de mobilização da sociedade civil organizada.

A atuação do Ministério Público de Ponta Grossa foi mais latente quando o Movimento de Ética e Cidadania fez uma consciente delegação de responsabilidade a esta Instituição, acrescida ao fato da esterilidade do Poder Legislativo local em matérias fortemente controversas e que envolveram pesados custos eleitorais e políticos.

A ênfase dada pela mídia ao Ministério Público se dá quando cada vez menos se reconhece no Estado Executivo, em seus partidos e no seu sistema de representação a preservação de uma democracia de fato coletiva.

Numa perspectiva teórica gramsciana da sociedade civil, é possível também focar o papel do intelectual na constituição de grupos autônomos e independentes com visão de mundo coletiva¹⁷¹. Neste contexto, podemos entender os militantes do movimento de ética e cidadania e os magistrados que estão comprometidos com uma nova ordem social emancipatória como intelectuais orgânicos da transformação, uma vez que podem ser agentes a contribuir no processo de transformação democrática na sociedade, organizando uma nova cultura em um novo direito. Com isso, tem-se a elaboração de práticas jurídicas novas em combate a práticas

¹⁷¹ GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

conservadoras, objetivando a efetivação do direito moderno nos moldes libertadores de uma nova concepção de mundo.

Apesar de a questão de autonomia real do público no processo de convencimento ser uma questão aberta, cuja real natureza nenhuma pesquisa empírica decidiu de forma conclusiva sobre sua real natureza, pode-se ao menos parcialmente concluir, é possível ao menos parcialmente concluir que os processos de comunicação pública podem funcionar tanto melhor quanto mais a sociedade civil se aproprie dos mesmos. Há, neste momento em centenas de cidades brasileiras experiências laboratoriais de grupos organizados que vivenciam uma desconfiança em tipos tradicionais de autoridades, estando fora dos canais convencionais de mediação política. É aqui que se pode falar na mais nova invenção democrática no Brasil: a dissociação de público com estatal. O Estado do Paraná, inserido nesse contexto, tem assistido ao desabrochar de movimentos pela ética e moralidade pública em uma velocidade surpreendente. O Movimento de Ponta Grossa surgiu como movimento pela ética e cidadania, formado por cidadãos. São grupos articulados reelaborando um novo “civitas”. Trata-se de lutas cívicas, próprias da década de 90. A racionalidade do movimento e suas implicações atestam o enunciado acima. Em sua organização interna, o movimento foi dividido em quatro comissões: finanças, educação, ação política e jurídica e mobilização e divulgação. A comissão educacional responsabilizou-se pelo envolvimento da comunidade estudantil, promovendo entre outras coisas, concurso de redação; convivência cidadã, além da entrega de 47 mil exemplares da Cartilha Momento Eleitoral em 49 escolas. Outra realização dessa comissão

foi a programação da comissão para TVE; abordagem da valorização da vida; questões históricas do município; mensagens sobre cidadania, bem como slogans, tendo como destaque a logomarca do Movimento com a frase “Desperta Ponta Grossa”. A comissão jurídica e política responsabilizou-se pelo acompanhamento das ações que transitam no Judiciário; criação do estatuto; fiscalização e cobrança de ações e posições do executivo e legislativo municipal. Por sua vez a comissão de mobilização e divulgação encarregou-se pelos textos enviados à imprensa; criação de adesivos, bótons, out-doors; projeto de programa de rádio; divulgação de jornais próprios (circulação menor); publicação de resultados de atividade para conhecimento da sociedade; mobilização física em espaços públicos.

O surgimento dos movimentos sociais, urbanos e rurais, fora de enquadramentos partidários tradicionais, foi de certo modo uma grande novidade na sociedade brasileira, uma nova forma de expressão social que se combinou com o florescer de novos sujeitos sociais e políticos. Contudo, tais movimentos ainda não atingiram o país com a força verificada na Europa e, sobretudo, nos EUA.

Essa mobilidade da sociedade não implicou refluxo no papel tradicional do Estado no plano da representação social. Há uma longa tradição de estatismo no Brasil, difícil de reverter de um dia para outro. Há ainda, entre nós muito espaço para o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de representação. Entretanto alguns aspectos da mudança seriam extremamente benéficos. O principal é a ênfase na organização da sociedade.

Se há algo importante a fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder. A organização da sociedade não precisa e não deve ser feita contra o Estado em si. Ela deve ser feita contra o Estado clientelista e corporativo.

Experiências recentes sugerem otimismo ao apontarem na direção da colaboração entre sociedade e Estado que não fogem totalmente à tradição, mas a reorientam na direção sugerida. Algumas têm origem na sociedade. Trata-se do surgimento das organizações não-governamentais que, sem serem parte do governo, desenvolvem atividades de interesse público. Tais organizações se multiplicaram a partir dos anos finais da ditadura, substituindo aos poucos os movimentos sociais urbanos de início muito hostis ao governo e dependentes de apoio financeiro externo¹⁷².

José Murilo de Carvalho reforça a máxima acima destacando que no Brasil a insatisfação maior e o desprestígio generalizado dos políticos perante a população é mais acentuado quando se trata de vereadores, deputados e senadores, em razão de prevalecer na cultura política brasileira uma fascinação com o Executivo. Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa ou ibérica, ou seja, o patrimonialismo.¹⁷³

Quase sempre o que se espera do Estado e do político é justamente seu esvaziamento. Não se sabendo como ocupá-los ou democratizá-los, propõe-se que desapareçam, em favor de algo extremamente vago.

¹⁷² Carvalho, 2001

¹⁷³ Carvalho, 2001

Trata-se de se entender a originalidade e a importância de um movimento espontâneo que nasce no seio de uma sociedade organizada e com fins maiores que fiscalizar o político. O Movimento de Ponta Grossa sugere ter essas características. O primeiro Coordenador do Movimento, o Bispo D. João Braz de Aviz, grande articulador do movimento, não só em razão de sua imagem eclesial, mas principalmente por sua trajetória no civismo político em Dioceses nas quais atuou anteriormente, deixou clara a especificidade do movimento: “... *No caso de Ponta Grossa, existem as denúncias contra o Executivo. Mas não é só essa a tonalidade do movimento. O poder público vai mal, o Poder Executivo, o Legislativo, a polícia*”.¹⁷⁴ Quase sempre em suas declarações à imprensa local – Jornal Diários dos Campos - enfatizava a identidade do movimento. Constantemente fazia comparação ao movimento de ética e cidadania da também cidade paranaense de Londrina onde a Igreja Católica também teve participação importante. Segundo D. João, existe uma diferença significativa entre o movimento ponta-grossense e o que mobilizou a cidade de Londrina. O movimento denominado ‘Pés Vermelhos e Mãos Limpas’ da cidade de Londrina estava voltado exclusivamente para cobrar atitudes com relação às denúncias de corrupção no Poder Executivo. A participação de pessoas vinculadas ao ecumenismo religioso, grupo de mulheres politizadas, professores e funcionários públicos ativos e aposentados, acadêmicos, setores de escolaridade do ensino fundamental – médio e superior – e ex-agentes políticos têm caracterizado as múltiplas facetas do movimento. Por outro lado, o envolvimento do

¹⁷⁴ Aviz, entrevista – dezembro de 2004.

movimento de Ponta Grossa não se restringe apenas à fiscalização de um período eleitoral ou à apuração de um desvio de dinheiro público em especial. Ao coletar informações com a Ex- Coordenadora do Movimento – Sra. Ruth Almeida Noernberg, ficou explícita a materialização de denúncias não muito comuns que o movimento recebe para a devida apuração, dentre as quais o comportamento anti-ético de professores universitários vinculados à Universidade Pública – UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa, que assinaram o termo de compromisso denominado TIDE – Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (recebendo para tanto adicional salarial) e que exercem funções na iniciativa privada, de maneira ilícita.

Nos últimos trinta anos, diante do surgimento de novas formas de participação política em bases contratuais, bem como de novas modalidades organizativas na sociedade civil referidas à cultura e ao Estado, os significados desses conceitos têm sido sistematicamente reelaborados.¹⁷⁵ Cotta¹⁷⁶ aponta, na literatura específica, pelo menos quatro dicotomias distintivas quanto à participação política, no sentido de alargar seu raio de abrangência: participação no sentido amplo e em sentido estrito, participação institucionalizada e de movimento, participação orientada à decisão e orientada à expressão, macroparticipação e microparticipação.

No Brasil, foram inicialmente concebidas enquanto movimentos sociais urbanos, logo reduzidos a movimentos urbanos ou mesmo a meras lutas urbanas. Ao mesmo tempo, disseminou-se movimento popular de tipo social levantando problemas sociais de determinados segmentos pobres da sociedade,

¹⁷⁵ Doimo, 1997

¹⁷⁶ Cotta, 1979.

como os movimentos de favelas, movimentos dos sem teto e o MST. Enfim, são movimentos com vida própria.

Na Europa, os movimentos populares são tipicamente de classes médias com características de protesto, por uma nova política, de tipo neo-romantismo, antipolítica, de comportamento político não ortodoxo, também chamados de novos movimentos sociais.¹⁷⁷

Maria da Glória Gohn, chamou as batalhas dessa década de lutas sociais. Foram movimentos sociais organizados por entidades político-partidárias, sindicais, religiosas e outras. As lutas se articulavam num panorama de mudanças político-sociais, de ordem estrutural. O modelo socialista era o grande elemento inspirador nos anos de 1960 e 1970. Ainda se acreditava numa tutela política. Seguramente as coisas mudaram muito. Nitidamente os anos de 1990 apontam para o desvinculamento entre instâncias institucionais e a esfera associativa.

Hoje temos visualizado uma nova modalidade de movimento social diferente. A historiografia sobre os movimentos sociais consolidados ainda não nos permite conceituar precisamente os novos movimentos de moralidade pública, como é o caso deste estudo. As lideranças tinham uma definição de seu movimento de ética e cidadania: “ ... *Um movimento sem vínculos políticos partidários, uma associação que está para tentar moralizar a política, resgatar a auto-estima dos ponta-grossenses que esteve muito baixa, principalmente em nível político*”.¹⁷⁸ Em entrevistas à imprensa local – o Bispo D. João Aviz, primeiro presidente do Movimento, assim se manifestou: “*Nunca*

¹⁷⁷ Doimo, 1997

¹⁷⁸ Noernberg, entrevista – julho de 2002

negamos que o movimento é político. Afinal, surgiu de um momento conturbado na administração pública municipal. O que fazemos questão de frisar é que é a-partidário e ecumênico. Não temos cores políticas, nem religiosas. Mas negar a política seria optar pela omissão ao invés da participação. Se a política é coisa suja, então vamos sujar nossas mãos para limpá-la. Esse é o nosso dever como cidadãos.”¹⁷⁹

Essas descentralizações têm ganhado dimensões significativas no Brasil na década de 1990. Muitos são os cientistas sociais que têm diagnosticado essa tendência desvinculada e desaparelhada da política tradicional desses movimentos.

No entanto, essa nova tendência de atuação independente enquanto projeto transformador tem-se enquadrado voluntariamente nos últimos textos de Habermas. Interligar comunidade real com a comunidade ideal. Este é um projeto. Não basta ter consciência. Não basta ter convicção. É preciso algo a mais. Habermas propõe uma racionalidade ético-comunicativa, em que o sujeito monológico é substituído pelo grupo. Não por qualquer grupo.

O surgimento dos movimentos sociais, urbanos e rurais, fora de enquadramentos partidários, foi de certo modo uma grande novidade na sociedade brasileira, uma nova forma de expressão social que se combinou com o florescer de novos sujeitos sociais e políticos.

Os novos modelos de associativismo, dentro do contexto brasileiro, vêm-se configurando como um campo de ação política excepcional.

¹⁷⁹ Noernberg, entrevista – julho de 2002

Estamos percebendo nitidamente uma maior revelação e visibilidade de novas categorias de espaços públicos. A emergência de novos espaços públicos no seio da sociedade civil tem permitido que temáticas, antes monopólio de protagonistas institucionais, sejam traduzidas em uma linguagem mais democrática. A ampliação e democratização da esfera pública têm sido experienciadas nas últimas décadas em forma de Conselhos, fóruns permanentes, câmaras setoriais, orçamentos participativos e agora em comitês e movimentos de moralidade pública.

“(...) Os encontros entre a sociedade civil e o governo e os modos como esses encontros podem ou não contribuir para o aperfeiçoamento dos governos na direção do avanço da democracia. Isso é evidente no caso dos espaços públicos que se constituem como esforços de controle social do Estado, visando a maior transparência e publicização das políticas públicas, assim como a participação efetiva na sua formulação de setores da sociedade civil desprovidos de outras formas de acesso a espaços de decisão.”¹⁸⁰

A experiência de mobilização, investigada por esta pesquisa, O movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa –Pr., permite uma compreensão límpida sobre a possibilidade de aperfeiçoamento no governo municipal ou não. Ali ficou provado que o relacionamento entre o Movimento de Ética e Cidadania com o Governo Municipal petista da gestão 2000 – 2004 poderia ter sido extremamente benéfico à sociedade como um todo, se não fosse o desvio de rota assumido pelo governo do então Prefeito Péricles de Mello, talvez absorvido pela excessiva burocratização e cumprimento de agendas já prontas. Embora este trabalho aponte também pela não efetiva democratização do poder e o paradoxo

¹⁸⁰ Dagnino, 1994, p.11

entre o discurso pré-eleitoral e sua atuação enquanto governo de fato. Aliás estas tem sido as críticas ácidas que a cúpula do governo federal , no momento em que escrevo, tem sido obrigado a responder.

A discussão teórica sobre os espaços públicos tem uma grande variedade e diferentes finalidades. Perpassa por espaços já estáveis ou em processo de estabilidade, cujo o fito maior tem sido um constante patrulhamento gerado em clima de consulta e deliberação para fazer cumprir políticas públicas em diversos setores da população. A operacionalização se dá na articulação dos vários setores da sociedade para pressionar e monitorar a atuação do Governo Municipal de Ponta Grossa e outros poderes públicos locais.

O processo de construção democrática não é linear, mas contraditório e fragmentado da construção democrática.¹⁸¹ Não se espera que em curto período de tempo, essas modalidades de espaços públicos atinjam todos os seus objetivos. Não há também uma estabilidade plena da atuação dessa nova modalidade de movimentos sociais: movimentos de moralidade pública. Há momentos mais eufóricos, mais produtivos, mais estáveis. Sem dúvida alguma, há momentos em que os membros do movimento dispõem de maior tempo para a consolidação das ações em que as circunstâncias são mais favoráveis. Em momentos em que se aproximam os períodos eleitorais, as ações tendem a ser mais visualizadas. O número de participantes também tem oscilado bastante. É ilusão pensar que os atores sociais do movimento têm condições individuais de resolver todas as questões apresentadas pelo próprio movimento e por demandas

¹⁸¹ Dagnino, 1994

sociais. Em entrevistas realizadas com personagens atuantes do movimento encontramos respostas que atestam divergências ideológicas profundas entre os integrantes.

Muitas vezes, as reuniões são tensas e repletas de conflitos. Isto depende muito do comprometimento das pessoas que participam do processo. Dentro de um grande projeto político, a criação de uma nova cultura política, existem vários outros projetos políticos individualizados. É difícil imaginar que todos os participantes tenham os mesmos propósitos e as mesmas metas.

“Em outras palavras, o conflito e a tensão serão maiores ou menores dependendo do quanto compartilham – e com que centralidade o fazem – as partes envolvidas.”¹⁸²

De forma precipitada e panfletária, criou-se no imaginário popular a idéia, não compartilhada por Habermas, de que o vilão no relacionamento entre Estado e sociedade civil, via de regra é o Estado. Trata-se de uma forma simplista de encarar a problemática.

Análises equivocadas são feitas diariamente pela imprensa descomprometida, teóricos apaixonados e pelo senso comum acerca de responsabilizar algum vilão maior.

A famosa visão da sociedade civil como representante da virtude e da sensatez e do Estado como o protótipo de ‘Lúcifer’, faz parte desse reducionismo, que precisa ser esclarecido.¹⁸³

¹⁸² Dagnino, 1994, p. 280

¹⁸³ Dagnino, 1994

O problema que nem sempre é discutido, por falta de vontade política ou ausência de uma categoria que o explique melhor, é a partilha do poder. Não há consenso no cenário político brasileiro de uma harmonização das esferas institucionais e não institucionais. Falam-se línguas diferentes e discute-se pautas nem sempre prioritárias para o veio societário. A grande contribuição de Habermas no debate de grupos organizados autônomos é a possibilidade real de que estes alterem e/ou modifiquem agendas arcaicas e pautas obsoletas, contribuindo desta forma para a confecção textos legais que tenham, de fato, aderência para a sociedade civil formalmente organizada.

“Estas diferentes concepções se manifestam, paradigmaticamente, de um lado, na resistência dos Executivos em compartilhar o seu poder exclusivo sobre decisões referentes às políticas públicas. De outro, na insistência daqueles setores da sociedade civil em participar efetivamente das decisões e concretizar o controle social sobre elas.”¹⁸⁴

Exemplo claro que atesta o que Dagnino destaca acima foi a atuação do governo municipal petista na gestão 2000-2004. O Prefeito Péricles de Mello foi colaborador e incentivador do Movimento Ética e Cidadania no ano 2000. Beneficiado pela atuação do Movimento acabou chegando ao Paço Municipal. Todavia, logo nos primeiros meses de sua atuação no Executivo, sérios problemas relacionais e posturas políticas, colocaram o Executivo e o Movimento de Ética e Cidadania em posições opostas.

Na maioria das vezes o que tem distanciando a ação harmônica entre sociedade civil e Estado tem sido

¹⁸⁴ Dagnino, 1994, p. 282

“[...] o predomínio de uma razão tecno-burocrática, o excesso de papelada, a lentidão, a ineficiência, a falta de sensibilidade e o despreparo da burocracia estatal, a falta de recursos, a instabilidade dos projetos que resultam de parcerias com o Estado na medida em que estão submetidos a rotatividade do exercício do poder, a falta de transparência que dificulta o acesso a informações, etc.”¹⁸⁵

A exemplificação desta situação será analisada no próximo capítulo, quando então daremos ênfase à prática do Movimento Ética e Cidadania.

Este fantasma de nosso passado histórico, o corporativismo e o fisiologismo, são constantemente realimentados quando o poder político convencional é mantido nas mãos das elites tradicionais, ou quando novos atores com velhas propostas são guindados a cargos públicos, como é o caso de políticos populistas.

O primeiro Coordenador Geral do Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa - o Bispo D. João Braz - respaldado por seu currículo religioso e por seu poder “de onde fala”, reuniu ingredientes vitais para ocupar o papel de líder do Movimento: competência e técnica e moral.

Ao ouvir a declaração de um dos pioneiros e participante ativo do Movimento de Ética e Cidadania nos dias hoje, ficou explícito o reconhecimento da importância da participação do Bispo D. João Braz junto ao Movimento. Relata que em razão do respaldo que o mesmo possuía na sociedade local e seu carisma de aglutinar divergência, ele (o Bispo) foi convidado para dirigir o movimento, em seu primeiro momento.

¹⁸⁵ Dagnino, 1994, p. 283

“Além de qualificação técnica, a qualificação política da representação da sociedade civil envolve um aprendizado crucial nestes novos espaços que trazem, como parte de sua novidade, a convivência direta com uma multiplicidade de atores portadores de concepções e interesses diversos. Esta diversidade é acentuada no caso de espaços de deliberação de políticas como os conselhos gestores mas esta presente mesmo nos espaços relativamente mais homogêneos (...) O reconhecimento da pluralidade e da legitimidade dos interlocutores é requisito não apenas de convivência democrática, em geral, mas especialmente dos espaços públicos, enquanto espaços de conflito que tem a argumentação, a negociação, as alianças, e a produção de consensos possíveis como seus procedimentos fundamentais. Os estudos de casos apontam as dificuldades concretas deste aprendizado.”¹⁸⁶

Há quem defenda que a saída do Bispo da Presidência do Movimento fez com que este iniciasse seu declínio. No início de 2002, D. João Braz é transferido para a Arquidiocese de Maringá e posteriormente para a Arquidiocese de Brasília, onde ocupa função conciliatória fundamental envolvendo a CNBB e sua política para a sociedade civil organizada. Muitos comentários surgiram diante da transferência de D. João Braz de Ponta Grossa. Todavia, não há evidências concretas de que tenha ocorrido por questões de natureza política. A sucessora de D. João Braz, Sra. Rute Noernberg (uma professora aposentada), não conseguiu aglutinar em torno de si os principais atributos de uma liderança incontestável. Alguns integrantes do grupo, de forma velada, interpretaram a curta permanência de Rute à frente do movimento como ausência de ‘jogo de cintura’, expressão esta que sugere uma certa dificuldade de articulação política. Era reconhecida por sua formação e comportamento ético: vida ilibada em valores públicos e cívicos, determinação e vontade política, além de tempo disponível para o cumprimento das tarefas exigidas. Foram poucos os momentos de sintonia entre o Movimento de Ética e Cidadania e o Governo

¹⁸⁶ Dagnino, 1994, p. 285

Municipal de 2000 a 2004. De modo geral o Governo Municipal e sociedade civil não foi possível compartilhar projetos e parcerias efetivas.

Evidentemente, o objetivo maior dessa nova publicização é a eficiência dos resultados em prol da sociedade civil e da operacionalização de políticas públicas que venham ao encontro da esfera pública e democrática. Certamente, outras experiências, semelhantes a esta, puderam saborear dividendos maiores no relacionamento sociedade civil e Estado. Todavia, para que isto ocorra com maior naturalidade, há a necessidade de que posições estratégicas sejam assumidas, tanto pelo Poder público quanto pela sociedade civil organizada, por pessoas sensíveis ao projeto de uma nova cultura política.

“A socialização de um projeto político participativo e democratizante pode ser estendida para nos permitir talvez entender melhor um elemento recorrente mencionado em vários dos estudos: a existência de indivíduos em posições chaves no interior do aparato estatal que se comprometem individualmente com os projetos participatórios.”¹⁸⁷

Uma atenção especial deve ser entendida na reciprocidade das ações. Deve haver disposição bilateral para um projeto participativo e solidário, onde agentes dos grupos organizados, bem como agentes institucionais da ordem legal, atinjam êxito na criação de uma nova esfera pública e na consolidação da proposta de uma nova cultura política.

Merece registro para melhor compreensão da dimensão da eficiência nas ações executadas por movimentos sociais dessa natureza, a importância da representatividade do movimento diante da sociedade civil posta,

¹⁸⁷ Dagnino, 1994, p. 285

bem como a importância do respaldo dos dirigentes do Movimento na sociedade em questão. O movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa desde 1996 já cumpria seu papel – o denominado “Movimentação”. Qual a razão da pouca influência do Movimento “Movimentação” a sociedade como um todo, e da pouca visibilidade da mídia local com respeito a esse movimento? Há indícios de que a resposta mais próxima da verdade seja a pequena representatividade do movimento e a prioridade de seu foco.

*“No caso da sociedade civil, essa é uma dimensão crucial nos vários casos analisados. Os resultados da pesquisa apontam para uma conclusão geral nada surpreendente: quanto maior a representatividade, maiores as chances de uma partilha efetiva do poder na negociação com o Estado.”*¹⁸⁸

Deve-se levar em conta que esta representatividade seja mais qualitativa do que quantitativa.

No dizer de J. Habermas, o segredo do sucesso dos novos movimentos sociais tem sido sua capacidade de articulação e o momento certo de atuação, que o autor destaca como “situação ideal de fala”.

A representatividade nos espaços públicos enquanto filtro para melhorar o Estado constitui um desafio que não pode ser esquecido pelos analistas das várias ciências sociais e humanas, não apenas sobre como mantê-las, mas também sobre o processo de avaliação e funcionalidades destes novos espaços. A estratégia de ação, tem se tornado, em alguns casos, mais prementes que a própria ação. Por isso a necessidade de articulação entre as organizações da sociedade

¹⁸⁸ Dagnino, 1994, p.290

civil, seus movimentos sociais é hoje considerada extremamente relevante para o sucesso das transformações sociais.¹⁸⁹

Isto ficou explícito diante da saída de D. João Braz da Coordenação do Movimento Ética e Cidadania de Ponta Grossa. De certa forma o movimento ficou sem identidade de seu principal líder. Os desdobramentos da saída de D. João Braz do Movimento até hoje podem ser percebidos. Alguns membros do movimento, ainda em ação, afirmaram que seria difícil a substituição de D. João Braz, frente ao movimento, por sua liderança carismática e sua trajetória dentro do movimento.

Um movimento social de moralidade pública somente terá êxito e atenderá à máxima de J. Habermas, se conseguir, mesmo que a longo prazo, a substituição de um modelo arcaico e obsoleto de patrimonialismo e clientelismo brasileiro, presente na política convencional, para uma nova concepção de espírito público e de esfera pública.

Muitos movimentos sociais no Brasil, ainda sob a ação da esquerda de outros tempos, mantém viva uma capacidade de mobilização e enfrentamento da estrutura sistêmica do atual modelo político. Mas isto, segundo Habermas, é improdutivo e pouco eficiente, diante das novas forças que a política tradicional encontrou para expor sua linguagem política. É preciso, racionalmente, propor alternativas em condições de serem materializadas moldando a atual estrutura política brasileira.

¹⁸⁹ Dagnino, 1994

“Esta capacidade propositiva requer, diferentemente da simples reivindicação, o reconhecimento da totalidade de interesses envolvidos e a visão da sociedade no seu conjunto e, portanto, a superação de interesses envolvidos e a visão da sociedade no seu conjunto, e, portanto, a superação de uma cultura particularista ou corporativista. (...) O fato, inquestionável, de que essas demandas encontrem escasso abrigo nas políticas públicas do Estado não deve obscurecer o avanço que a sua publicização e legitimação no âmbito societal significam.”¹⁹⁰

Outra questão delicada que traduz a natureza de um novo tipo de movimento social com a preocupação de obter maior moralidade pública, tem a ver com perspectiva e expectativa a ser alcançada. No entanto, nem sempre os movimentos sociais expressam ações e pensamentos de segmentos majoritários da sociedade civil. Muitas vezes também ocorrem frustrações e dificuldades na disseminação de valores públicos. Em tese os movimentos sociais podem contribuir no sentido de uma democracia a ser consolidada, mas depende de envolvimento direto da sociedade civil.

“Os movimentos sociais foram entusiasticamente recebidos, em algumas versões como os novos sujeitos da revolução. Quando não a fizeram, viram decretada a sua morte, crise, refluxo etc., ou simplesmente, a sua irrelevância para a consolidação democrática, quando comparados a outros atores políticos como os partidos, por exemplo. Nesse sentido, atribuir indiscriminadamente aos espaços de participação da sociedade civil o papel de agentes fundamentais na transformação do Estado e da sociedade, na eliminação da desigualdade e na instauração da cidadania, transformando as expectativas que estimularam a luta política que se travou pela sua constituição em parâmetros para sua avaliação, pode nos levar inexoravelmente a constatação do seu fracasso.”¹⁹¹

Corre-se o risco de durante a trajetória do movimento, haver um certo esvaziamento, por conta de ações mal planejadas e entusiasmos utópicos, que faz renascer teorias equivocadas. Aliás, foi esta a preocupação da

¹⁹⁰ Dagnino, 1994, p.296

¹⁹¹ Dagnino, 1994, p. 296

pesquisadora Maria da Glória Gohn, quando sinalizou com a possibilidade de analisar os conselhos municipais e outras instâncias semelhantes dentro da categoria habermasiana.

Os opositores do movimento ou pessoas de certo modo atingidos pelo movimento são unânimes em dizer literalmente que o movimento não existe mais, dada a fragmentação e a dispersão dos principais protagonistas, uma vez que contestam a sua estabilidade e a sua finalidade.

A experiência materializada na cidade Ponta Grossa pode ser estendida a qualquer cidade do Brasil. Mesmo que as motivações para a criação dos movimentos sejam singulares, estes discutem temáticas que podem ser utilizadas em qualquer contexto social. Não há discussões que sejam apenas e tão somente vividas em Ponta Grossa. As políticas públicas aqui discutidas são extensivas a qualquer cidade, independentemente de sua setorialização e recorte.

*“Se elas não assumem um caráter igualitário universalizante e global, a participação da sociedade civil seria então ineficaz e, em última instância, inútil.”*¹⁹²

É aí que a sustentação teórica da teoria do agir comunicativo entra em cena e não entende a não difusão e divulgação das experiências bem sucedidas em forma de rede e de conexão. Exemplo concreto de visibilidades comunicativas tem sido a realização de fóruns mundiais desta natureza, particularmente aqueles ocorridos em Porto Alegre – RS.

¹⁹² Dagnino, 1994, p.299

Para que esses espaços possam constituir uma arena desse tipo, é preciso que eles sejam efetivamente públicos, no seu formato e no seu resultado. Daí a importância, por um lado, de resgatar a ênfase no caráter propriamente público que devem ter as políticas públicas, reconhecendo que a constituição do interesse público é um processo radicalmente inovador na sociedade brasileira que enfrenta, por isso mesmo, enormes resistências e dificuldades.¹⁹³

Renato Janine Ribeiro fez um interessante inventário sobre as matrizes do individualismo no mundo liberal quando trouxe à tona os reflexos do pensamento de John Locke¹⁹⁴ na constituição do Estado Liberal e sua vocação para o individualismo.

Com o intuito de combater e se opor à situação perversa, ora instalada na política brasileira, de diminuir a influência da sociedade civil organizada nas práticas estatais e criar significativos de repolitização através de um civismo em instâncias localizadas, será vital *“resgatar e reforçar este significado, na disputa, no debate e na deliberação em torno da constituição do interesse público, é tarefa fundamental da sociedade civil.”*¹⁹⁵

Embora sabemos que não é a mera participação da sociedade civil, organizada ou inorganizada, que asseguraria as transformações que salientamos em todo este capítulo, mas sim o conteúdo concreto das políticas em questão e suas implicações na pauta da governabilidade, através de estratégias de ação e de uma linguagem e comunicação de fato acessíveis.

Ângela de Castro Gomes, ao escrever sobre o populismo, afirmou que ele é um gato de sete vidas, enfatizando com isso uma forte tendência

¹⁹³ Dagnino, 1994, p. 300

¹⁹⁴ Loocke, 2001.

¹⁹⁵ Avritzer, 1994, p. 300

de metamorfoses incontroláveis. Naquela oportunidade a historiadora destacava a transformação do populismo clássico em novas performances. Talvez se possa dizer o mesmo acerca da corrupção: a corrupção tem uma propriedade particular de perpetuação e/ou sobrevivência, pois quanto mais se pensa que ela está se diluindo, mais se percebe, em dados quantitativos que ela subsiste e propaga-se.

A literatura sobre a corrupção vem crescendo ultimamente. A sensibilidade pública sobre corrupção também está crescendo. Não faz tempo que a literatura internacional e nacional debruçaram-se sobre a matéria, no sentido de descrever e analisar o fenômeno. Os autores enfatizam a necessidade de controle da corrupção exercido através de organizações da sociedade civil, imprensa, iniciativa privada e cidadãos individuais. Outros, otimistas, além de acreditar em soluções dessa natureza, ainda crêem no poder das instituições enquanto aperfeiçoamento da eficiência de órgãos governamentais. Costuma-se denominar controle vertical, os movimentos vinculados à sociedade civil, e controle horizontal, para mecanismos estatais. Este trabalho faz menção à natureza de controle horizontal, mas enfatiza, de fato, a participação direta da sociedade civil organizada enquanto mecanismo eficiente para de forma propositiva ‘mudar as regras do jogo’ e assegurar um monitoramento em forma de sensor sobre os organismos oficiais.

A discussão aberta sobre corrupção tem-se intensificado nos últimos anos, sobretudo no processo de redemocratização – pós 1985. Certamente não é um privilégio apenas no Brasil. Outros países latino-americanos convivem com a mesma pauta e visualizam situações semelhantes. Gambetta, citando

Tocqueville vai ressaltar a atmosfera favorável do fenômeno corrupção em países democráticos. Tal tese será confirmada pelo professor de filosofia política da USP – Renato Janine Ribeiro. Acrescentaria sem exagero a incidência do fenômeno em discussão pelas democracias em desenvolvimento ou em construção.

*“Nos países democráticos, os cidadãos vêem certos indivíduos saindo de suas fileiras (...) perguntam-se como aquele que lhes era igual ontem conquistou o direito de mandar neles. Atribuir este sucesso a seus talentos ou a suas virtudes é incômodo, pois implica que são menos virtuosos e capazes que ele. Por isso consideram que seus vícios é que são a causa, e não raro tem razão.”*¹⁹⁶

Um exemplo que sustenta tal afirmativa são as muitas oportunidades de enriquecimento nesses países. Há uma grande propensão de ascensão econômica em momentos em que as normas não estão ainda sancionadas com vigor e persiste ainda um certo desequilíbrio entre os poderes, sejam executivos, legislativos e judiciários. Nos países em que a democracia ainda se inicia e carece ainda de estabilidade e maturidade, as condições para a proliferação do fenômeno corrupção são maiores. A imprensa, de forma horizontal, tem se posicionado de maneira semelhante nesses países. Talvez por isso o número de publicações e notas sobre a corrupção, tanto em esfera municipal, estadual e federal tem sido grande. *“Quando não se ouve falar de corrupção, é talvez porque as pessoas simplesmente não estão preocupadas em contê-la. Ela será talvez mais bem controlada nos países cuja população mais se queixa a respeito, justamente porque ela se queixa”*.¹⁹⁷

¹⁹⁶ Darnton & Duhamel, p. 308, 2001

¹⁹⁷ Gambetta, 2001, p. 303

Sob a ótica de Janine Ribeiro, a mídia, responsável pela pasteurização da corrupção no Brasil e em outros países tem enraizado no imaginário popular um conceito que particularmente não responde estruturalmente ao problema essencial da corrupção. Raciocinando sob o prisma da matriz culturalista, “*a mídia insistiu na idéia de que não há corrupção sem uma cultura de corrupção*”.¹⁹⁸ Ribeiro entende que ocorre uma tangivergização da questão ou uma afirmação descomprometida. Apenas uma leitura antropológica sem uma visão política não é suficiente para a compreensão do problema. Não que o autor ignore a leitura cultural e antropológica, mas considera que para, de fato, diagnosticarmos o problema central e discutirmos racionalmente a questão posta, precisamos nos debruçar sobre o que julgamos ser pertinente do ponto de vista político, ou seja: “*Isto significará, também, pensar a política mais pelo afeto que pela razão.*”¹⁹⁹

A globalização econômica e política, sobretudo em países latino americanos, tem contribuído para reemergência do populismo em práticas políticas convencionais. Muitos políticos brasileiros, sejam dos grandes centros ou menores, procuram catalisar as deficiências do Estado liberal, ora em crise, usando como principal suporte teórico e ferramenta de trabalho, a emoção e o afeto.

A mídia eletrônica e sua relação com as eleições atuais já podem ser consideradas ‘eleições midiáticas’; estes atores beneficiam-se enormemente pela política do espetáculo, em detrimento da política do conteúdo.

¹⁹⁸ Ribeiro, 2000, p. 163

¹⁹⁹ Ribeiro, 2000, p. 165

Renato Janine Ribeiro, contribui:

“Estamos acostumados a conceber a política como terreno no qual os interesses se fazem linguagem, negociação, contrato. A política moderna é, em boa medida, isso: uma racionalização da relação com o outro. Na modernidade, o contato foi substituído pelo contrato. O que havia de espontâneo, físico, confuso no primeiro foi convertido nas formas racionais, elaboradas, precisas do segundo. Mas essa mudança não liquidou a base afetiva do estar junto com o outro. O erro da maior parte dos teóricos modernos da política está em formatar uma sociedade ou um Estado, e não perguntar por que as pessoas ficam neles, por que obedecem a suas ordens, por que convivem umas com as outras.”²⁰⁰

Este é um espectro da política herdada da razão iluminista.

Talvez por isso, J. Habermas ao elaborar uma defesa da razão, que entendemos ser uma nova razão, queira corrigir os erros no curso da história, fruto da ação humana que se impôs às sociedades do século XIX e XX.

“O Estado desenvolvido funciona quase por inércia, no jogo dessa transcrição do egoísmo individual em bem público. (...) Neste, a razão funciona menos, e os costumes têm enorme importância.”²⁰¹

Sabemos que os discursos que prevalecem na mídia nacional, (em revistas eletrônicas ou em panfletos genéricos), adicionam à sociedade, como um todo, o encantável mundo da vida privada e o nefasto mundo da vida pública. Poucos são os canais e veículos de comunicação que respondem a esta generalizada despolitização.

Há uma sinergia perceptível nas publicações de Janine Ribeiro e Richard Sennett acerca da expressão afeto e vida privada e sua vinculação com a vida pública. Não há como não associar esse comportamento psicológico e social com a reemergência do populismo na América Latina e particularmente em

²⁰⁰ Ribeiro, 2000, p. 166

²⁰¹ Ribeiro, 2000, p. 166

relação ao Movimento Ética e Cidadania de Ponta Grossa. Recorrendo a Montesquieu, Janine Ribeiro explora uma matéria não convencional.

“A primeira é que, em seu Espírito das Leis, ele mostra que não há dominação política sem um engate afetivo. (...) Os teóricos que racionalizam a política (...) erram porque só pensam a produção do poder, sua instituição ou suas instituições, mas esquecem como ele funciona – e esquecem que funciona mediante a recepção, afetiva, de suas instituições pelos cidadãos.”²⁰²

Esta forma burocrática de fazer política, também encontrou em Max Weber, um porto seguro, na medida em que este autor focaliza a formalidade e a impessoalidade nas organizações, sejam elas políticas ou empresarias.

É aqui que se insere a inteligência emocional, transformando os currículos dos profissionais. Foi desta forma que o Ex-Prefeito de Ponta Grossa, na gestão 1996 – 2000, Jocelito Canto, protagonizou uma forma de política pela emoção. Familiarizando-se com setores populares, e decifrando suas frustrações e anseios, conseguiu penetrar nos imaginários populares a idéia de real mudança diante de tudo o que se encontrava, principalmente em relação ao Governo Municipal de Ponta Grossa.

“Não há poder que funcione sem um aval daqueles que a ele obedecem. Esse aval não precisa ser entusiasta. Quase nunca o é. Mas ele resulta, mais que do exame de cada medida do governante, de uma linguagem comum que articula a sociedade, o viver em conjunto. Compartilhamos, com quem está no poder, uma série de valores que fazem de nossa obediência a ele a saída óbvia, evidente, adequada. Pode o governante abusar; mas, se concordamos com a liturgia que cerca o seu cargo, se entendemos, por exemplo, que ele deva estar bem vestido, que se lhe deva tributar respeito por suas altas funções, ficará difícil a revolta, ou mesmo a desobediência.”²⁰³

²⁰² Ribeiro, 2000, p. 166

²⁰³ Ribeiro, 2000, p. 167

Desta forma, os políticos rotulados de populistas conseguem à sua maneira, e com estilo próprios, adequados ao contexto social, promover ilusões em torno do que seria a política. Aparentemente é um meio de exercitar uma democracia espontânea, através do entendimento direto com os líderes e os liderados. Decisões prontas, ao vivo, sem intermediários. O líder propõe e a massa aprova ou rejeita, mediante aplausos, vaias e gestos; ou o líder simplesmente induz os próprios interlocutores a propor, a exigir o que ele deseja. Certamente as massas raciocinam quando estão reunidas em espaços públicos. Elas agem com impulsos emocionais e estão sempre sujeitas à empolgação quando provocadas por atores. Os líderes carismáticos especializam-se em conduzir as massas.

Sob uma matriz política, ainda utilizando a categoria de Montesquieu enquanto importante elucidação do fenômeno da corrupção sob um viés de ordem política, Janine Ribeiro recupera o real significado de República Antiga e estabelece relação com o sentido em curso na presente República Moderna. Houve propositalmente a rejeição daquilo que conferia à República Antiga o apetite pelo bem comum: o princípio da virtude. A virtude entendida como abnegação e renúncia diante dos interesses particulares. Em várias publicações recentes, Ribeiro tem frisado que ser ético nos tempos de hoje é ser herói, dado a dificuldade de resistir diante da prática e dos caprichos da vida privada com seu caráter consumista que nos orienta para a ‘Lei de Gérson’. “(...) *A República é o nome da política que hoje se tornou impossível.*”²⁰⁴

Continua ainda:

²⁰⁴ Ribeiro, 2000 p. 168

*“A modernidade somente admite uma vida cívica que seja de baixo custo. Ela quer a natureza da república, mas sem o seu princípio. Deseja liberdade, igualdade, eleições – mas não pode pagar o preço da virtude. Assim, se tivermos uma república, será com outro princípio, com um novo engate afetivo.”*²⁰⁵

Como nos referimos anteriormente, a democracia brasileira é contraditória e desfocada. O conceito de democracia desfocada prende-se a arte de fazer valer mais os direitos que os deveres, acrescido da cultura política de preferir candidatos por vários atributos pessoais, exceto pela competência e qualificação técnica.

Como a impunidade é um dado quase que permanente na sociedade brasileira como um todo e os laços do rigor moral estão ausentes das práticas, logo há uma convivência e permissividade ao ‘rouba, mas faz’ e ao erro justificável pela boa intenção.

A República vigente, em atrito direto com a república de outros tempos, não consegue inibir atos de corrupção, sejam eles de hábitos ou por dinheiro, porque no dizer de Renato Janine, não há exagero no erro moral. Permite-se o erro moral desde que este não seja excessivo.²⁰⁶

*“A presença da corrupção em graus diversos é um mal que acompanha as democracias, o lado ruim que se deve suportar para ter uma sociedade melhor.”*²⁰⁷

²⁰⁵ Ribeiro, 2000 p. 169

²⁰⁶ Ribeiro, 2000

²⁰⁷ Gambetta, 2001, p. 312

É comum encontrarmos literatura que atesta que a corrupção não é um problema para os regimes autoritários, mas sim para os regimes democráticos ou que almejam uma democracia mais aberta.

Há exemplos de países que, em outros momentos, estavam em posições mais próximas da corrupção endêmica e que por tomarem medidas criativas, avalizadas tanto pelo poder governamental quanto pela sociedade civil organizada, reduziram índices que pareciam ser incontroláveis. Várias estratégias podem ser sondadas em experiências européias e mesmo latino-americanas.

Gambetta relata algumas destas estratégias:

“- o equilíbrio dos poderes no contexto constitucional pode ser eficaz, combatendo a corrupção ainda que a custos políticos elevados.

- Formas mais desenvolvidas de controle podem vir da imprensa livre, das associações de consumidores e dos comitês de vigilância.

- Embora seja algo difícil de organizar, os países nos quais os partidos no poder se alternam parecem menos inclinados a se entregar a uma corrupção sistemática (nenhum partido tem tempo nem credibilidade suficientes para fazê-lo).

- As políticas partidárias podem ser caras, e no entanto os partidos não geram qualquer rendimento. Por isso é que restringir o custo das campanhas eleitorais e fazer respeitar a transparência das fontes financeiras dos partidos são duas medidas importantes.

- Como corrupção e fraude estão intimamente ligadas, uma enérgica legislação antitruste é igualmente necessária.

- Façam com que os agentes da corrupção desconfiem ainda mais uns dos outros. Este preceito deveria ser aplicado de todas as maneiras possíveis. A este respeito, o combate contra o crime organizado e seus serviços de proteção deve figurar em primeiríssimo lugar na lista das medidas de anticorrupção.

- Para fazer frente aos defeitos da democracia, como dizia Tocqueville, o único remédio é: mais democracia ainda.”²⁰⁸

Muitas publicações sobre a atuação do Ministério Público no combate à corrupção estão sendo alvo de debates calorosos. São inúmeros os casos em que a ação do Ministério Público foi fundamental para derrubar esquemas amplos de corrupção. A pretexto de se coibirem os exageros, não se

²⁰⁸ Gambetta, 2001, p. 312 – 313

pode pretender tirar a autonomia do Ministério Público. Longe se vão os tempos em que o poderoso era imune à ação da justiça. Lembremos de casos de políticos e empresários famosos que foram condenados pela justiça. Mas isto, segundo Ribeiro, é ainda insuficiente.

A própria Lei de Responsabilidade fiscal, tem supervalorizada quando criada, é hoje, na maioria das vezes, deletada.

“Vencer a corrupção não é simplesmente assegurar o bom trato do dinheiro público: é garantir o respeito ao outro, a qualquer outro. A questão da corrupção não se resolve com uma boa política fiscal. Não é um problema que se concentre no erário, no tesouro público, na fazenda – ou no policiamento destes. Parece, muitas vezes, que bastaria introduzir nessas repartições uma boa ordem punitiva, um bom promotor ou uma boa justiça, e teríamos solucionado o problema da corrupção. Mas não é assim.”²⁰⁹

Aborda ainda Renato Janine Ribeiro:

“A Pólis, ou a cívitas, assim se constituía ao arrepio dos interesses e desejos privados, assegurando a primazia do bem comum, da pátria, da coisa coletiva. Não é o que sucede com a república moderna: essa não funciona reprimindo os interesses, e sim realizando-os, ainda que de forma indireta. Por isso, quando os interesses privados e o bem comum entrarem em conflito, de duas uma: ou a engenharia política será capaz de fazer, uma vez mais, o egoísmo desviar-se, por uma complexa rede de canais, até engendrar o bem comum, ou este último falirá, em favor das vantagens particulares.”²¹⁰

Mais uma vez, ressaltamos como é possível estabelecer mediação entre sociedade civil e Instituições oficiais. Mesmo com os casos de indiciamentos famosos, como é o do Ex-Prefeito Paulo Maluf, onde megafonicamente foram divulgados os crimes de evasão de divisas, formação de quadrilha, sonegação fiscal, peculato e lavagem de dinheiro, fruto de uma ação conjunta do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual, com a

²⁰⁹ Ribeiro, 2000, p. 179

²¹⁰ Ribeiro, 2000, p.174 – 175

ajuda da Polícia Federal não se reduziu a corrupção no campo da administração pública.

*“(...) a democracia é, dos regimes políticos, o que mais exige dos cidadãos. Somente nela, as mesmas pessoas que obedecem mandam. Somente nela, portanto, não se legisla basicamente para os outros, mas para todos, isto é, para si mesmo e os outros. Isto requer um grau de autodisciplina desnecessário em outros regimes.”*²¹¹

Tudo que é público deve ser visível nas democracias. Esta deve ser a mediação entre governantes e governados, pois a sociedade e o Estado devem ser construídos a partir da perspectiva dos governados. Em razão disso é que a transparência do poder torna-se, principalmente nos dias de hoje, fundamental no debate da democracia.

*“Como a corrupção está no plano dos costumes – mas dos costumes como princípio político - ela diz respeito a mais do que apenas ao Tesouro. Na verdade, diz respeito a mais do que a apenas ao Estado: ela se refere à sociedade, e ao modo como esta articula seu Estado.”*²¹²

A pergunta que se faz é : “como regenerar a democracia?”

A regeneração democrática supõe a regeneração do civismo, por sua vez, a regeneração do civismo exige regeneração da solidariedade e da responsabilidade. Como viabilizar isso ? Como restaurar a ética política ?

Trata-se de um questionamento complexo. Sami Nair e Edgar Morin propõem as seguintes idéias-guia: a ética do debate, a ética da compreensão e a ética da resistência.

²¹¹ Ribeiro, 2000, p. 176 – 177

²¹² Ribeiro, 2000, p. 179

A Ética do debate exige a primazia da argumentação e a rejeição da anatematização;

A Ética da compreensão – permite conhecer o sujeito enquanto sujeito e tende sempre a re-humanizar o conhecimento político;

O incitamento às boas vontades esbarra na impossibilidade de imediatamente convencer pela educação, porque seria necessário educar previamente os educadores para que estes fossem capazes de esclarecer os ensinados.

A ética da resistência – a resistência às bárbaries triunfantes elabora sempre um fermento, um germe para o futuro – quando há algum futuro.

Claro que estas idéias-guia resultam de uma restauração do sujeito responsável e isso somente acontece através de uma democratização do conhecimento para então inserir os cidadãos nos problemas fundamentais da cidade. Em todas as alternativas possíveis de restauração da construção do espaço público estarão presentes tais idéias.²¹³

“Porque a dimensão correta consiste em dizer que existe corrupção dos dinheiros apenas como sintoma de corrupção maior, a dos costumes; que estes não são apenas o modo como indivíduos privados se articulam entre si, ou com a parte corrupta do Estado, mas o modo pelo qual os cidadãos vivem sua sociedade; que é a sociedade, mais que o Estado, o ponto no qual devemos concentrar a atenção de toda análise política; que só partir da sociedade se entende o próprio Estado. Qualquer estudo teórico da corrupção, ou qualquer medida prática contra ela, exige vê-la nos costumes, politizados, da sociedade.”²¹⁴

²¹³ Morin & Nair, 1997

²¹⁴ Ribeiro, 2000, p. 180

Pouco adiantará as medidas tomadas apenas pelas Instituições Governamentais sem o devido envolvimento da sociedade civil. Da mesma forma, ações, mesmo que bem intencionadas, propostas pela sociedade civil organizada, não proporciona efeitos positivos.

*“Mas esse modelo, de uma solução educativa para o desgaste da coisa pública, não basta. Ele suscita um sério problema: supõe a possibilidade de restaurar, hoje, a república antiga.”*²¹⁵

A reforma política, amplamente discutida pela sociedade civil, pode ser um alento. Mas tanto ações governamentais, como societais, só terão de fato maior eficiência se vinculado à mídia eletrônica e ao seu forte poder de sedução. Como se sabe as instituições não tem poder semelhante ao dos Meios de Comunicação. Talvez resida aí o principal antídoto para combater a corrupção em todas as suas instâncias e promover a ressurgimento do “cívitas” público da República Antiga. Desta forma teremos uma metamorfose tanto do Estado quanto da Sociedade Civil.

Os cidadãos dedicam-se muito pouco aos problemas e as causas públicas da sociedade. Entenda-se causas públicas a participação em várias instâncias de caráter coletivo, desde sindicatos, partidos e ONGs de interesse ecológico e comunitário. A realização pessoal, intensificada pela difusão da vida privada em várias agendas da literatura e televisão seja nacional ou internacional, tem aumentado a aversão do cidadão pela vida pública.

²¹⁵ Ribeiro, 2000, p. 180 – 181

Em outros países, particularmente, há um clamor para a solidariedade, mas em contraposição há também xenofobia à partidos de extrema direita. Em razão disso a liberdade, mesmo que dissimulada tem sido praticada nos países europeus. Mas trata-se de uma liberdade disfarçada de flexibilidade e versatilidade, encontrando amparo na realização dos prazeres pessoais e individuais. Longe do compromisso e do sacrifício, a liberdade do século XXI tem se afastado do interesse do comunitário. Vozes isoladas defendem um comunitarismo radical.

“A liberdade afetiva seria favorecida pela indiferença em relação a uma comunidade de valores que, também, abre lugar para a dilapidação da coisa pública.”²¹⁶

Antigos simpatizantes de legendas de esquerda, dedicados ideólogos e abnegados revolucionários que lutavam pelo socialismo e a justiça social, assim como os cristãos que lutaram para fundar o cristianismo hoje estão impotentes diante de uma agenda da globalização.

Ribeiro traça o perfil do tradicional simpatizante de uma esquerda em crise em convergência com os ideais republicanos da República Antiga e explica insucessos e desvirtuamentos de sua lógica.

“A Comunidade é para ele um fim em si. O partido assim funciona, muitas vezes, com o ideal a partir do qual reconstruir a sociedade

²¹⁶ Ribeiro, 2000, p. 185

*inteira. Uma sociabilidade intensificada é a sua meta, mas ela é impossível em nosso tempo.”*²¹⁷

De certa maneira, os militantes da esquerda lutam contra um inimigo muito mais ágil e pragmático. Habermas desistiu de prosseguir seu roteiro dentro da lógica marxista, ao entender que esta ideologia não teria êxito em fazer uma crítica consistente e viável ao capitalismo globalizado. Optou por um agir estratégico que tivesse maior ressonância em toda a sociedade e não apenas em parte dela.

*“Daí, uma trajetória de contínuas decepções, à medida que a sociedade, como se diz, ‘falta ao encontro’. O erro acaba sendo do mundo, ou da sociedade, não da estratégia política. Já o outro modelo - oposto a esse - é o do consumidor, para quem a socialização nunca passa de meio para fins puramente individuais.”*²¹⁸

Quando Ribeiro destaca a ausência da sociedade ao encontro das transformações sociais, significa que grande parte da sociedade, prefere aderir à políticas menos comprometidas, que preferencialmente não coloque em risco sua liberdade individual. Este adesismo alienante é fruto de um modelo político neoliberal que prefere um indivíduo ao invés de um cidadão.

Entre a experiência de um partido de esquerda ocupando o poder político-administrativo e a experiência populista de caráter neoliberal, o cientista político John Holloway advoga em favor da experiência de uma esquerda ou entidades ligado à ideologias de esquerda, sem contudo institucionalizar-se. Levando em conta que é praticamente impossível que o modelo atual de Estado se

²¹⁷ Ribeiro, 2000, p. 188

²¹⁸ Ribeiro, 2000, p. 188

dilua em favor de experiências ideológicas favoráveis à mudanças estruturais, concebe a idéia de ação estratégica, sem a pretensão de chegar ao poder. Entende o autor que a simples ascensão ao poder por ideologias de esquerda, criaria um sentimento de frustração e fracasso diante da incapacidade de se opor efetivamente ao modelo neoliberal. A distância cada vez maior entre os Estados e as instituições políticas e a sociedade só pode ser amenizada por grupos organizados autônomos.²¹⁹

Desta maneira, Holloway apregoa um repensar político e estratégico para os militantes da esquerda, sejam brasileiros ou não.

Todo esse debate aqui apontado, pode servir para uma discussão sobre as experiências dos movimentos sociais recentes no Brasil, em particular no caso do Movimento de Ética e Cidadania em Ponta Grossa. A sociedade pontagrossense deseja mudança, teoricamente entende que o modelo neoliberal corrói as relações sociais e reduz a consciência pública do cidadão que não abre mão de seus interesses privados e individuais em benefício do bem comum.

*“A militância é inviável como modo generalizado de se viver o social. Ela se funda na ilusão de restaurar, exacerbando-se a pedagogia ou a dedicação pessoal, a coisa coletiva como alvo do amor de todos nós.”*²²⁰

Os vícios privados são estimulantes e contagiantes diante da exigência da austeridade e da dedicação do bem comum. Entre a participação

²¹⁹ Holloway, 2002

²²⁰ Ribeiro, 2000, p. 188

efetiva em um movimento social organizado e apetites da vida privada, prefere-se a vida material individual.

A pergunta importante que se pode fazer neste momento é: será possível ao poder público (em alguns casos de esquerda) tomar uma posição contra o modelo neoliberal político, que burocratiza e aliena, por conta da eficiência deste modelo ou em razão da ineficiência da ação de um governo simpático de esquerda?

A questão pode ser materializada desta forma: a administração municipal de Ponta Grossa na gestão de 2000 a 2004 – sob a liderança do petista Péricles de Mello, não promoveu as mudanças propostas por seu governo, o que provocou reações, ainda que isoladas de parte da sociedade local. As resistências às mudanças sociais no governo petista partiram inicialmente dos grupos de oposição ao Prefeito (políticos e empresários).

O fato é que tanto no Governo Municipal petista na gestão de 2000 a 2004, quanto no atual Governo Federal – 2002 a 2006, as práticas governamentais foram insuficientes para mudar a agenda estatal, quase sempre promovida por organismos internacionais.

Segundo Renato Janine Ribeiro esta postura morna, permite o ingresso na cena política para “*espaço a simulacros, desde o político patife até o bufão da mídia.*”²²¹

²²¹ Ribeiro, 2000, p. 189

A pavimentação para experiências descomprometidas com o cívitas da República Antiga, permite uma ética do atalho e da flexibilização exagerada do jeitinho brasileiro.

*“Esta (a corrupção) não pode ser vencida em definitivo. Pode ser, quem sabe, contida – porém ressuscitará, pois pertence à natureza de um regime em que o político sofre uma redução de tamanho e de investimento.”*²²²

Como a política populista, instalada em muitos governos municipais e estaduais alimenta a sua maneira elementos do neoliberalismo, a ascensão de lideranças carismáticas com o objetivo de resolver problemas individuais dos cidadãos, pouco importando com a coletividade, tem se intensificado. O problema é que uma experiência populista leva à submissão completa a pauta neoliberal, que implica no isolamento tanto dos cidadãos quanto os indivíduos.

Diante do atual quadro, é possível pensar em duas alternativas.

Será importante a manutenção de duas experiências distintas: a primeira experiência dotada de emoções e interesses imediatistas, obtendo êxito eleitoral nas últimas eleições, defendendo a fragmentação e o individualismo de ações difusas, gerando uma certa estabilidade social (como é o caso da experiência populista); outra, vontade, mas com pouco êxito para uma sociedade, portadora de um discurso moralizante, sem conseguir contudo propor transformações para substituir o modelo já enraizado (como é o caso de

²²² Ribeiro, 2000, p. 190

experiências de ideologias de partidos de esquerda). Segundo Ribeiro a ênfase de nossa discussão estará entre os dois modelos.

*“Estará em dizer que essas duas lógicas são igualmente necessárias; mas também em assinalar que a primeira é menos eficaz do que imagina, já que esgarça o afeto, corrói os elos sociais e corre o risco de devastar o mundo; e por isso a segunda recupera, em nosso tempo e pelo menos nos países mais pobres, um papel significativo. Talvez ela não ordene o mundo inteiro; talvez não dê conta da globalização dos mercados; mas é ela, e ela quase só, que constrói as socializações possíveis, religiosas, políticas, de empenho no coletivo somado a um forte teor afetivo.”*²²³

O caso de corrupção, escancarado pela Rede Globo de Televisão, em horário nobre, expondo visivelmente a cobrança de propina a um empresário pontagrossense, materializou as ações de corrupção comuns em municípios de médio e grande porte.

*“O Prefeito tem um duplo poder: o poder de decidir, por um lado, e por outro o poder de decidir barganhar sua decisão. Diante dele, um ator econômico, que de sua parte dispõe apenas de recursos financeiros, nunca tem este poder, e esta distinção é fundamental para apreciar a responsabilidade de cada um dos dois atores. Podemos desde logo observar que o fato de que os poderes sejam diferentes dos meios é um princípio de identidade: o ator econômico não quer tornar-se político, o ator político não quer tornar-se econômico. Mas existe ao mesmo tempo uma contradição essencial, pois no caso de um prestador de serviços, por exemplo, em geral este deve vender um serviço, e aquele que tem a decisão política, o Prefeito, deve comprar um serviço. Surge a contradição: na corrupção, o Prefeito em vez de comprar vende sua decisão, e o ator econômico em vez de vender seu serviço compra uma decisão. Temos portanto, ao mesmo tempo, identidade e contradição.”*²²⁴

Certamente que quando o executivo recusa-se a barganhar sua decisão, toda corrupção pode ser evitada. O corruptor só começa porque já sabe que o poder é corrompido.

²²³ Ribeiro, 2000, p. 190

²²⁴ Etchegoyen, 2001, p. 317

Os números têm mostrado que governos municipais cuja administração é feita por agentes políticos simpáticos à ideologia de esquerda, os índices de corrupção são consideravelmente pequenos. Esta máxima vem de encontro com a defesa de um público de militância de esquerda.

Freqüentemente, pensando na questão da corrupção, afirma-se que ‘ela sempre existiu’. Não se pode mostrar que a corrupção efetivamente aumentou: sempre se pode argumentar que esta impressão de crescimento provém das novas iniciativas dos juízes, ou da importância que lhes é conferida pelos meios de comunicação. Pode-se demonstrar esse aumento, mas não mostrá-lo com fatos. O que aumentou foi sua visibilidade com o crescimento da democracia no Brasil.

A corrupção não é uma mazela exclusiva dos trópicos – faz parte da condição humana, mas é potencializada pela pobreza – sua grande vítima e sua fonte de alimentação, pela fiscalização precária e pela impunidade. Faltam leis e também uma justiça que as faça cumprir com rapidez.

Os eleitores mostram-se cada vez mais sensíveis aos fenômenos da corrupção. Engana-se por sinal quem afirma que os eleitores não condenamos corruptos. Não se aceita mais a máxima do “rouba, mas faz”.

Nas eleições municipais de Ponta Grossa no ano de 2000, o Prefeito Jocelito Canto buscava sua reeleição. Em razão da vigilância ostensiva do Movimento Ética e Cidadania de Ponta Grossa frente aos atos de corrupção e outros fatores analisados no capítulo anterior, o então candidato não foi reeleito. Outro exemplo, que podemos mencionar no sentido de atestar esta máxima, são

as sucessivas derrotas do Ex-Prefeito Paulo Maluf na cidade de São Paulo. É bem verdade que ainda há casos em que políticos denunciados por malversação de dinheiro público e outras infrações, ainda conseguem conquistar cargos públicos via eleitoral.

“Dispomos hoje de mais meios, mas ainda me parece que dispomos de meios insuficientes. Sempre restará um pouco de corrupção, mas se cada organização, tendo consciência de que os homens são fracos, de que naturalmente nem todos são virtuosos, dotar-se dos meios para resolver as questões por sua própria conta, a partir do momento em que tenha conhecimento dos fatos, creio que se pode efetivamente diminuir a corrupção.”²²⁵

As ações da corrupção nascem não do conluio entre corruptos e corruptores, mas da falta de fiscalização. O capitalismo impulsiona o processo de acumulação de bens de modo incessante, o que leva ao individualismo, enfraquecendo a dimensão coletiva do homem.

A questão de manter os políticos em suas funções quando investigados por corrupção ou tráfico de influência no exercício de suas atividades é questão difícil entendimento jurídico, mas não de moral. De um lado a lentidão dos processos de instrução, e, por outro, das proteções políticas asseguradas corporativamente. Os arrastados processos judiciais e a riqueza material ostentada por aqueles que foram objeto de processos – e os exemplos são óbvios – dão a impressão de que a justiça não está sendo feita, ainda que alguns infratores sejam condenados. É importante que todo cidadão conheça as iniciativas tomadas contra políticos. Cabe a esses explicar-se diante deles. Os procedimentos atualmente são demasiados longos. Se considerasse que nada deveria ser dito durante todo o

²²⁵ Etchegoyen, 2001, p.323

tempo de instrução, que nada deveria se informado, que não se deveria privar os políticos de seus mandatos, correriam riscos os cidadãos, por terem votados em candidatos que seriam condenados anos depois, tendo-os não só mantido em seu mandato como não raro com sua imunidade.

No caso da corrupção dos vereadores de Guarapuava em 1992-1996, que envolveu o empréstimo de dinheiro público, resultou apenas em perda dos mandatos. O caso ficou conhecido como “Os anões e o dinheiro público”. Na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, a Câmara Municipal, realizou empréstimo de valores variando entre R\$ 8.000,00 a R\$ 12.000,00 a alguns vereadores. Os valores seriam pagos em nove parcelas – o que já configura claramente o enriquecimento ilícito dos réus, ainda que o fundamento desse empréstimo seja a aplicação em programas de cunho social e assistencial.²²⁶

Tal fato, ocorrido no período histórico da legislatura municipal de Guarapuava foi denunciado inicialmente pelos meios de comunicação e depois formalizado em uma ação popular devidamente acatada pelo Poder Judiciário que, depois do trâmite normal, sentenciou pela culpa dos edis envolvidos e a conseqüente cassação de seus mandatos.

Como a justiça tem seus paradoxos e sutilezas, muitos deles voltaram à Câmara e exercem novo mandato, através de reeleição, e outros que não optaram pelo mesmo caminho continuam suas vidas profissionais sem nenhum agravante, dado um fato comum na cultura brasileira: a impunidade.

²²⁶ Andrade, 1999.

O acontecimento ocorrido no Legislativo Municipal de Guarapuava, no primeiro semestre de 1995, denominado “Empréstimo do Dinheiro Público” revelou situações que podem ainda ser bastante exploradas, mas que imediatamente nos sugere a ausência de uma cultura política no Brasil. Poucos foram os manifestos de repúdio a essa prática de expropriação do dinheiro público. Talvez a indignação tenha sido enorme, mas a forma de protestar contra essa prática predatória deixou muito a desejar, a ponto de alguns Vereadores envolvidos neste escândalo conseguirem o passaporte para a reeleição.

“Nossa democracia ainda está balbuciando, apenas começando num país habituado a um regime autoritário, a primeira coisa a fazer é insistir em princípios; em princípios, não em programas. Nos princípios e no sentido, não de indicar para onde se deve ir, mas num sentido derivado, para começar, dos princípios da democracia. E o princípio que em minha opinião é o princípio moral de nossa sociedade hoje em dia, no fim deste século, é o princípio da responsabilidade em todos os sentidos do termo. Existe uma responsabilidade moral, naturalmente, para cada indivíduo, mas também uma responsabilidade política que é muito difícil em nossas democracias, em nossos governos representativos, pois nossos políticos só raramente são levados a prestar contas. Só raramente podem eles ser interrompidos em seus mandatos, de modo que é preciso que este conceito de responsabilidade ao mesmo tempo moral, cívica e política seja assinalado como o primeiro princípio da democracia. A diferença entre a democracia e outros regimes é que a corrupção nela é denunciada, desmascarada, sancionada. Naturalmente, sempre haverá zonas de corrupção; naturalmente, a tentação se dissemina e sempre se disseminará cada vez mais.”²²⁷

O trabalho investigativo da imprensa é fundamental, por trazer à tona os casos de malversação do dinheiro público. Todavia, um aspecto que merece menção é que a imprensa raramente começa uma investigação propriamente dita; ela se aproveita de um vazamento de informação que pôde ser usada para uma reportagem de impacto em âmbito maior..

²²⁷ Etchegoyen, p. 323 – 324

Após pensar a relação conflituosa entre cidade e corrupção, será oportuno uma menção um clássico representativo da historiografia brasileira, e que tem discutido a trajetória dos fenômenos ligados à cidadania e agora ligados à corrupção. Trata-se de José Murilo de Carvalho, o qual sintetizou a temática corrupção e sua trajetória em uma palestra proferida no ciclo de debates “Brasileiro Cidadão?”, realizada em 7 de outubro de 1991, no Rio de Janeiro:

“Os republicanos acusavam o regime monárquico de ser corrupto, os revolucionários de 30 acusavam a Primeira República de ser corrupta, os democratas de 45 acusavam o Estado Novo de ser corrupto, a Nova República acusou a República dos Militares de ser corrupta, hoje todos acusam a Nova República de ser corrupta. Está claro que a corrupção não é um simples problema de moralismo udenista, é um fenômeno sociológico que tem a ver com traços profundos de nossa cultura cívica, ou de nossa falta de cultura cívica”.

CAPÍTULO 4 – INTERVENÇÃO CÍVICA EM PONTA GROSSA – O
MOVIMENTO DE ÉTICA E CIDADANIA: A CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO
E AÇÃO EFETIVA

Vimos que o Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa, bem como outras experiências semelhantes ocorridas em outras cidades paranaenses ou não, estão inseridos na categoria de movimentos sociais políticos urbanos, contemplando características próprias para a discussão das chances de sobrevivência e melhoramento da democracia local e a sinergia do descontentamento individual de cada cidadão, que na pesquisa local, chegou ao limite irreduzível entre os anseios da sociedade civil organizada ou a se organizar e a instituição política vigente no contexto da criação do Movimento.

“Um movimento político exprime um conflito por meio da ruptura dos limites do sistema político. Luta pela ampliação da participação nas decisões e se bate contra o desequilíbrio do jogo político que privilegia sempre certos interesses sobre outros. Tende a melhorar a posição do ator nos processos decisórios ou a garantir-lhes acesso e quer abrir novos canais para a expressão de questões exclusas, impulsionando a participação além dos limites previstos pelo sistema político”²²⁸

É possível que em outros momentos históricos o descontentamento da sociedade pontagrossense diante de seus homens públicos tenha se manifestado em maior ou menor grau. Todavia, o momento histórico e político, resultado de uma década de transformações sociais e políticas visíveis, conferiu um ingrediente diferente à mobilização local. Em décadas passadas

²²⁸ Melucci, 2001 , p.42

havia um certo funcionamento, em que as ações da sociedade civil eram mais ou menos previstas e auto-reguladas pelo poder administrativo reinante. Ora, a administração de Jocelito Canto e seu comportamento político distante dos cânones administrativos próprios e não convencionais, cederam à lógica de experiências vividas por Ponta Grossa em anos anteriores. De maneira diferente, esse governo rotulado de populista ao desenvolver uma postura incomum, não guardando mais a relação ‘morna’ e convencional que os administradores anteriores preservavam, viu pela primeira vez uma sociedade civil mobilizada como nunca tinha visto antes.

“Os indivíduos têm a possibilidade abstrata de participar da formação da sua identidade, como processo social de produção e de aprendizagem. O sistema oferece chances individuais para intervir na produção da capacidade da ação do indivíduo e da sociedade no seu conjunto. Mas, ao mesmo tempo, essa possibilidade é diminuída, de fato, pelos vastos e capilares processos de manipulação da identidade que os aparatos colocam em ação para assegurar a gestão e o controle dos sistemas complexos.”²²⁹

É nesse sentido que Jocelito Canto contribuiu para a criação de movimentos contrários não só ao seu governo, como é o caso do ‘Movimentação’, e talvez do Instituto Cidade Vida, e principalmente do movimento de Ética e Cidadania, que tinha ainda outros objetivos a serem atingidos. No artigo de Sérgio Costa²³⁰, intitulado “Complexidade, diversidade e democracia: alguns apontamentos conceituais e uma alusão à singularidade brasileira”, o autor utiliza uma expressão que vem de encontro ao cenário político pontagrossense. Houve pouca transparência e desfocamento dos processos decisórios das demandas

²²⁹ Melucci, 2001, p. 90

²³⁰ Costa, 1997.

sociais. Ao se isolar junto a uma camada social periférica e ao ser protegido por grupos políticos e sociais desprestigiados na década de 1990, o Ex-Prefeito Jocelito Canto contribuiu para que fosse instalada em Ponta Grossa, uma ‘inépcia sistêmica.’²³¹

Quando nos deparamos com a natureza do poder político e associamos à tradição centralizadora e fortemente marcada pelo presidencialismo no Brasil, entendemos a resistência dos Executivos em compartilhar seu poder com qualquer outra instância, mesmo que de natureza cívica e democrática. A máxima do controle do poder é uma prática própria de governantes latino-americanos e por extensão no Brasil e no Estado do Paraná.

No momento em que o Executivo Municipal não concedeu espaço público para discussão e decisão de medidas administrativas e políticas, não foi possível uma gestão pública interdependente. Com isso não foram criadas as condições necessárias para a intervenção nas políticas do governo municipal. Mas foi com a incorporação do Bispo D. João Braz que o Movimento de Ética e Cidadania pode se apresentar à sociedade local como uma instância política nova em defesa dos cidadãos eleitores.

“a liderança de D. João foi muito importante, mas não foi o fundamental, pois havia na sociedade um estado de espírito que era propício para a fundação do Movimento, pois a indignação do povo era muito grande. D. João foi convidado a assumir a liderança do Movimento e aceitou. A iniciativa não partiu dele.”²³²

²³¹ Costa, 2002

²³² Fonseca, entrevista nov. 2004

Não significa dizer que se o Governo Municipal de Jocelito Canto não tivesse oportunizado maior espaço para esses segmentos sociais, o Movimento não teria sido criado. Não é possível prever tais acontecimentos. Talvez, se o governo de Jocelito contasse com a participação desses segmentos da sociedade, seu Governo não teria sido tão criticado ou tão recheado de indícios de malversação do dinheiro público.

Os novos movimentos sociais, já conhecidos pela literatura das Ciências Sociais, apontam pelo menos para quatro formas diferentes de atuação política. Há a participação em sentido amplo e a participação em sentido estrito. Dando seqüência há a participação institucionalizada e de movimento, participação esta voltada para orientar decisões, orientada também para a macro-participação e micro participação²³³

Os vários grupos organizados de Ponta Grossa ficaram alarmados, ao perceberem um quadro grave de corrupção e uma situação politicamente irreversível, uma vez que a mídia nacional deu ênfase ao caso SPOSTIO de extorsão no programa global do Fantástico. Segundo integrantes do grupo, havia a clara idéia de que naquele momento o que importava era a cidade. Havia a consciência de que era necessária uma intervenção no processo político, pois a situação do caso se agravou.

²³³ Cotta, 1979

Segundo Mellucci, os novos movimentos sociais, têm colocado, também, no primeiro plano, a inadequação das formas tradicionais de representação política para colher de maneira eficaz as questões emergentes²³⁴.

Naquele 23 de maio de 2000, nas dependências do Colégio Santana, quando então foi constituído o Movimento de Ética e Cidadania havia uma nítida demonstração de que esse evento era inédito. Mesmo sendo composto por pessoas simpáticas aos mais diversos partidos, com ideologias diferentes, escolaridade desigual, condições financeiras distintas, o objetivo era o mesmo: tirar o nome do município de Ponta Grossa da imagem negativa no que tange à corrupção generalizada em que o Governo Jocelito o havia colocado.

*“As pesquisas mostram, porém, que fortes incentivos à solidariedade e à participação direta, como condição para a ação, asseguram aos indivíduos componentes uma notável coesão que lhes permite manter-se, também, nas fases básicas do ciclo de mobilização coletiva.”*²³⁵

A cidade de Ponta Grossa até então não havia sido mobilizada por seus cidadãos e também não tinha vivido experiência de organização de movimentos sociais de caráter político. A cidade e suas lideranças políticas e intelectuais passaram a conviver com manifestações políticas e críticas num espectro sócio-político conservador. *“A presença dos movimentos sociais preenche de conteúdo a área de garantias democráticas, defendendo-as da destruição do poder, restabelecendo, continuamente, suas fronteiras,*

²³⁴ Melucci, 2001, p. 96

²³⁵ Melucci, 2001. p.96

impulsionando a participação além dos limites prefixados do sistema político, pressionando-o para a mudança.”²³⁶

A participação de dezenas de entidades no movimento inicial, a linguagem política de seus líderes, e o acesso desses integrantes aos meios sociais em que viviam, deram uma dimensão cultural e simbólica ao movimento que até hoje sobrevive.

*“O conhecimento é um recurso fundamental para os novos atores conflituais, seja porque, em torno dele, são desencadeados conflitos importantes, seja porque o conhecimento é a condição para revelar a natureza real das relações sociais ao elevado conteúdo simbólico, próprios das sociedades complexas, por trás da aparência que os aparatos dominantes tendem a impor à vida coletiva. A oposição se faz, por isso, sempre mais ‘cultural’, feita de linguagens e de símbolos antagonistas, construída na capacidade de apropriar-se de um conhecimento não manipulado.”*²³⁷

A corrupção não desapareceu de todo. É provável que esse mal nos acompanhe em menor escala por séculos. Mas algo já mudou: corruptores e corrompidos não são mais aceitos como parte do cotidiano, não são mais tolerados como um mal necessário. Hoje, felizmente, a propina é vista como prejudicial ao desenvolvimento, inimiga das políticas públicas e alimentadora da exclusão.

Em todos os episódios de combate à política fisiologista e corporativista a atuação da imprensa foi fundamental. Se a imprensa não tivesse sido investigativa e independente na divulgação dos episódios de corrupção em nosso país, provavelmente não teríamos testemunhado a queda de um Presidente e as denúncias que todo o mês vêm à tona.

Entretanto, a mídia não tem a condição de combater a corrupção senão de maneira investigativa e crítica. Não tem como evitar a ocorrência de

²³⁶ Melucci, 2001, p. 132

²³⁷ Melucci, ano 2001, p. 132

novos casos. É preciso que a sociedade civil organizada assuma essa tarefa, reunindo informações e criando mecanismos para pressionar o Estado a coibir a corrupção, de forma permanente, institucional e organizada. E para que isso aconteça é necessário ter uma postura cívica.

*“A coragem cívica é a virtude de erguer a voz por uma causa pelas vítimas da injustiça, por uma opinião que acreditamos certa contra obstáculos arrasadores. A virtude da coragem cívica induz-nos a correr riscos: o risco de perdermos nossa posição segura, nossa filiação em organizações políticas e sociais, o risco de ficarmos isolados, de termos a opinião pública contra nós. Uma pessoa com coragem cívica não provoca a tragédia, não busca o confronto pelo confronto. Ele/ela age por convicção democrática, na esperança de que se possa fazer, que a opinião dissidente seja aceita por outros, que a boa causa tenha uma possibilidade de vitória. Mas mesmo assim, a pessoa de coragem cívica manterá sua posição, a menos que seja convencida por outros de que está errada. Convencer uma pessoa de coragem cívica não é um trabalho fácil, porque ele/ela inevitavelmente levantará dúvidas sobre se foi apenas a conveniência ou o cansaço que a levou a mudar de opinião”.*²³⁸

Contudo, além da denúncia, como mobilizar-se no combate a esse mal ? Logo após a posse do Prefeito Jocelito Canto na gestão de 1997 a 2000, um grupo de oito mulheres, quase todas vinculadas à educação, algumas delas aposentadas, reuniram-se com objetivo de criar um grupo de vigília do novo governo. Na ótica desse grupo, o Prefeito Jocelito Canto estava explicitamente cooptando edis de maneira anti-ética, fazendo barganhas claras em nome de interesses nem sempre públicos, com a conivência e a cumplicidade da grande maioria dos vereadores locais. A vida privada sem decoro do Chefe do Executivo Municipal e uma série de escândalos particulares, desde acusação de estupro e malversação do dinheiro público a atitudes extremamente demagógicas e

²³⁸ Heller; Feher, 1998, p.24

populistas, fizeram nascer nesse neste pequeno grupo, o desejo de propor ações efetivas. No sentido de acompanhar as atividades do legislativo municipal ‘diuturnamente’ e as ações do Executivo Municipal, essas mulheres criaram o ‘Movimentação’. “(...) *Os processos sociais são produtos de ações, de escolhas, de decisões*”²³⁹. Entender porque tais mulheres tomaram tal atitude, juntamente com milhares de outras mulheres, muitas também politizadas, é tarefa difícil. Fica explícito que as motivações dos cidadãos de uma mesma comunidade municipal tem variáveis singulares e que nem sempre o imaginário popular produz ações planejadas. Certamente depois que o pequeno grupo ‘Movimentação’ fez-se conhecido, despertou em outras mulheres, politizadas ou não, um sentimento de participação política nos problemas da comunidade. “*As crenças dos atores não bastam para dar razão à ação porque não são independentes das relações nas quais os atores estão implicados. A análise não pode identificar a ação com aquilo que os atores dizem de si.*”²⁴⁰ As iniciativas desse grupo e suas manifestações, induziram pessoas a terem comportamento semelhante. A estratégia era o acompanhamento das sessões da Câmara Municipal, o estudo da Lei Orgânica e o cumprimento do Regimento Interno, bem como o acompanhamento de todas as votações na Casa de Leis, com o objetivo de denunciar concretamente as irregularidades ocorridas na esfera pública local. O grupo partia do pressuposto de que as mulheres nunca tiveram espaço político na cidade, e que quase sempre eram manipuladas eleitoralmente com discursos retóricos. A professora Lizete Pinheiro, destaca que ‘as incoerências explícitas do

²³⁹ Melucci, 2001, p. 31

²⁴⁰ Melucci, 2001, p. 32

novo governo e a mercantilização dos Vereadores causou indignação por parte de grande parte da sociedade'. É visível em Ponta Grossa a ausência de representantes do sexo feminino na esfera pública. Diante disso, o objetivo maior era através de um movimento de conscientização criar um ambiente favorável para candidaturas sólidas de representantes do sexo feminino nas eleições seguintes, ao mesmo tempo, teria uma atuação paralela à Câmara Municipal. A participação efetiva de mulheres como Maria Augusta Pereira Jorge; Vera Taborda; Lizete Pinheiro; Cenir da Cunha; Tereza Jussara; Zulméia Consorti; Mara; Francisca Maluf contribuiu para um primeiro enfrentamento entre membros de um grupo organizado e o poder administrativo. Constantemente as representantes do movimento eram 'agredidas' verbalmente por vereadores em seus pronunciamentos, deixando transparecer a presença indesejada desse seletivo grupo. Em resposta a essa hostilidade as representantes do grupo Movimentação faziam protestos, como por exemplo levar pedaços de pizza e degustá-los durante a realização das sessões. A vigilância foi ostensiva até o mês de maio de 2000, quando um empresário local, chamado Spostio, apresentou ao grupo de empresários opositores do governo municipal, provas de um pedido de propina envolvendo um processo de licitação. O Senhor Sidney Spostio não conseguia receber seus haveres junto à Prefeitura Municipal e sempre que tentava, era chantageado com o pedido de extorsão. Indignado procurou a ACIPG (Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa) de que era associado e relatou o fato com detalhes, pedindo ajuda. O Presidente da Associação prontamente proporcionou-lhe condições necessárias para coletar informações privilegiadas e sigilosas, como

locação de aparelhos de gravação, com o objetivo de gerar imagens que materializassem a denúncia.

Sem publicidade a associação dos empresários entregou as provas ao grupo “Movimentação” . De posse de provas tangíveis o grupo se articulou no sentido de encaminhá-las ao Ministério Público local. Sabia-se de outras fraudes e atos danosos ao erário público, mas quase sempre sem provas concretas. Diante disso, com o firme propósito de produzir maior repercussão diante da comunidade pontagrossense. Um dos membros do Movimento de Ética e Cidadania convenceu o grupo “Movimentação” a realizar um ato público contra a corrupção. Uma das professoras do “Movimentação” achou prudente não revelar o nome da pessoa que intermediou a relação do grupo com o Programa Fantástico. Até então grande parte da população não via o ‘Movimentação’ como um movimento social, devidamente caracterizado. *“Colocar o problema da formação de um ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente, se chama ‘movimento’ e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial, é, na realidade, a resultante de processos sociais heterogêneos.”*²⁴¹ Mantiveram contato com um jornalista da TV Globo do Rio de Janeiro, responsável pelo quadro do Fantástico ‘Estamos de Olho’. O jornalista concordou em produzir uma matéria ‘bombástica’, se houvesse sigilo total da imprensa local e depois que o mesmo conferisse a veracidade das provas apresentadas pelo empresário. O jornalista esteve na semana que antecedeu a denúncia formal em Ponta Grossa e depois de conferir as provas, realizou

²⁴¹ Melucci, 2001, p. 32

filmagens e produziu a reportagem, além de acompanhar o grupo “Movimentação” a protocolar a denúncia no Ministério Público. No dia 17 de maio de 2000 em horário nobre, foi exibida uma “chamada primeira” criando uma expectativa acerca de uma cidade do Paraná e em seguida, exibida matéria explicativa na seção ‘Estamos de Olho’ – “Corrupção em cidade do interior do Paraná”. A duração do programa foi de doze minutos deixando milhares de cidadãos pontagrossenses perplexos e escandalizados. O sentimento de revolta tomou conta das ruas da cidade, uma vez que até então os moradores de Ponta Grossa ostentavam a imagem de cidade cívica do Brasil. Como bem escreveu Melucci, *“somente a presença de um conflito não basta para qualificar uma ação coletiva como movimento social.”*²⁴² Na verdade, a matéria jornalística ‘bombástica’ foi apenas mais um episódio nebuloso no Governo Jocelito Canto. O período em que Jocelito esteve à frente do Município gerou histórias confusas tanto sob a esfera pública, quanto sob a esfera privada do homem público Jocelito. Os holofotes da mídia nacional já tinham propagado o famoso escândalo do estupro envolvendo uma jovem de Carambeí que teria acompanhado o chefe do Executivo Municipal e sua equipe em uma viagem ao Rio de Janeiro. Naquela oportunidade, uma comitiva pontagrossense estava imbuída do propósito de estabelecer contatos comerciais. Após a denúncia, o programa global que semanalmente era exibido em horário nobre – “Você Decide”, mostrou de forma cômica as aventuras de um certo homem público envolvido em estupro.

²⁴² Melucci, 2001, p.36

Imediatamente o senso comum pôde associar as imagens exibidas na televisão com cenas da vida real.

Sem dúvida alguma, a vida privada do ex-Prefeito Jocelito Canto foi motivo de inúmeros comentários. Muitos deles não foram confirmados por pessoas da cidade, mas boatos de envolvimento em ‘briga’ em bailes e festas e de uma infra-estrutura no gabinete oficial contendo ‘hidromassagem’, ‘cama’, ‘chuveiro’ e um cenário propício para práticas sexuais, eram comuns entre funcionários públicos municipais.

Indícios de superfaturamento em quase todas as compras realizadas pelo poder público municipal; comentários maldosos de extorsão de assessores e prestadores de serviços do município, deixavam setores da população pontagrossense indignados. Um dos famosos processos contra Jocelito, o qual ele tem orgulho de assumir, foi o caso ‘Santa Casa’. Houve uma explosão em um dos departamentos da Santa Casa e um equipamento ‘caríssimo’ foi destruído. Para repor ou consertar o equipamento, o hospital precisava de cem mil reais imediatamente. No mesmo dia, Jocelito fez uma mobilização pela emissora de rádio que o projetou e conseguiu um percentual do valor. Garantiu à opinião pública que naquele mesmo dia conseguiria o dinheiro. Horas mais tarde chegou à Prefeitura e exigiu de sua equipe financeira o restante do dinheiro. O dinheiro apareceu e ele conseguiu comprar o equipamento, mas o Ministério Público o denunciou por utilizar o dinheiro público para promoção pessoal eleitoral.

A insatisfação e o sentimento de indignação ao governo de Jocelito, ganhavam novos adeptos.

“[...] cada célula vive uma vida própria, completamente autônoma do resto do movimento, mesmo mantendo uma série de relações através da circulação de informações e de pessoas; estas relações se tornam explícitas somente em ocasião de mobilizações coletivas e de saídas em torno das quais a rede latente ascende à superfície, para então mergulhar-se novamente no tecido cotidiano.”²⁴³

Na mesma semana um grupo de formadores de opinião, preocupados com a situação posta e entidades organizadas reuniram-se para fundar o que pretende ser o capítulo pontagrossense na defesa da ética e cidadania, um movimento institucionalizado que trabalhou e trabalha no combate às causas sociais e econômicas da corrupção e no desenvolvimento de instrumentos governamentais e municipais que dificultem essa prática. É preciso salientar o incremento logístico viabilizado pelo Instituto Cidade Viva, liderado naquele momento pelo Deputado Estadual e pré-candidato a Prefeito Péricles H. de Mello. O desafio que se propõe o movimento de ética e cidadania é o de defender o interesse público, mediante o combate à corrupção. Isto possibilitará aperfeiçoar a democracia e as instituições públicas e privadas. E contribuirá para uma nova visão de cidadania: despertar em cada pontagrossense a noção de responsabilidade pelo bem público, que é o patrimônio coletivo.

“Todo cidadão pode aprender, e na verdade aprende, a alterar sua atitude quando entra na esfera da ação política. Além disso, o princípio democrático da participação ativa do cidadão não deve ser apoiado apenas por um argumento defensivo, mas também por um argumento ofensivo. As pessoas que escolhem a ação política como vocação, incluindo os chamados revolucionários profissionais, tendem a pressupor as normas e regras predominantes da esfera política”²⁴⁴.

²⁴³ Melucci, 2001, p. 97

²⁴⁴ Heller, Feher, 1998 p. 116 - 117

A meta da nova entidade é a redução da corrupção em Ponta Grossa, com uma permanente avaliação de seu trabalho por meio de diversos índices que serão criados. Ações preventivas foram desenvolvidas com vistas a atacar as causas da corrupção e a permanente luta contra a impunidade, denunciando atos e práticas de corrupção e a ação direta junto à população e às elites dirigentes.

Os desdobramentos dessa matéria jornalística causaram sentimento de revolta por parte da maioria da população local. Em razão disto, o Bispo D. João Aviz e o Pastor Acir Rickili coordenaram uma primeira manifestação pública de protesto que culminaria com a criação do Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa.

D. João Braz de Aviz, seguramente, foi o articulador e estruturador do Movimento Ética e Cidadania. D. João Braz Iniciou seu Ministério como Bispo Diocesano de Ponta Grossa no dia 15 de outubro de 1998. Desde o início fez questão de conhecer a história, geografia, população, organização religiosa, social, política e econômica dos Campos Gerais. Desta forma pôde catalizar e compreender a insatisfação presente entre as lideranças da cidade de Ponta Grossa diante do governo municipal de Jocelito Canto. Esta constatação vem ao encontro com a premissa de que o Governo de Jocelito Canto era, de fato, questionado por lideranças políticas, empresários locais e outros formadores de opinião.

Em entrevista especial, D. João Braz, narrou que no 2000, participou da Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em

Porto Seguro, Bahia, entre 26 de abril a 03 de maio do mesmo ano, por ocasião da celebração dos 500 anos de evangelização no Brasil. Ao final do evento, os Bispos presentes enviaram uma carta aberta à sociedade brasileira e às comunidades religiosas com o título: Brasil 500 anos – Diálogo e Esperança (Documentos da CNBB, 65). Nesta carta, os Bispos Brasileiros afirmaram:

“A sociedade brasileira dispõe de recursos, conhecimentos e pessoas para a construção de um futuro de dignidade e esperança para seu povo. Essa construção é de responsabilidade de todos os brasileiros, segundo as condições e possibilidades de cada um. Não pode ser delegada simplesmente ao Governo ou à classe política, que também devem reorientar sua atuação para atender às necessidades do povo. Todos devemos ser parceiros na busca do bem comum e do desenvolvimento do país. A Igreja, como instituição e como corpo de fiéis, aberta ao diálogo com todos os brasileiros, quer participar da busca do bem comum e apresenta algumas reflexões e propostas”²⁴⁵

Contagiado pela atmosfera favorável desta Assembléia, nos primeiros dias de maio, após seu retorno, D. João Braz, recebeu na Cúria Diocesana, um pequeno grupo de pessoas representantes de alguns Partidos políticos e de algumas organizações civis da cidade de Ponta Grossa. Relata, D. João, que os mesmos vinham manifestar sua insatisfação com o governo municipal e, ao mesmo tempo, pedir apoio para iniciar alguma ação conjunta com a finalidade de mudar o rumo da Prefeitura.

“Tendo em mente o que nós Bispos do Brasil propusemos acima e ouvindo o apelo destes cidadãos pontagrossenses respondi: ‘Se o que vocês querem é iniciar um movimento para derrubar o atual Prefeito não me uno a vocês. Se o que vocês querem é iniciar um movimento pela ética e cidadania em nossa cidade, contem comigo’.”²⁴⁶

²⁴⁵ CNBB, 2000, n.35

²⁴⁶ Aviz., Entrevista – dezembro de 2004

As relações entre religião e política e sua presença na sociedade civil e no Estado tem dependido de determinações históricas e estruturais. Mesmo que nas últimas décadas o comprometimento de setores da Igreja Católica com perspectivas político-ideológicas tenha diminuído significativamente em face de contextualizações internacionais, percebe-se nitidamente um reordenamento de posições mais racionais.

De fato, uma onda neo-conservadora pautou as principais decisões intermediárias entre religião e política nos últimos anos, fazendo com que alguns teóricos rotulassem esta postura de ‘ponto de refluxo’. Este processo de neutralização veio acompanhado pela crescente perda de vitalidade da instituição frente ao avanço pentecostal, seitas orientais e pelo atrofiamento da teologia da libertação na década de 1990. Em face deste novo encaminhamento ideológico, os sujeitos constituintes de uma Igreja Católica envolta em questões sociais se revisaram, reorientando suas ações em novos caminhos e novas atividades. Desta maneira, o quadro religioso adquiriu uma nova dinâmica.

Um grupo significativo de militantes da então chamada Igreja Progressista continuou atuando em sindicatos, partidos e movimentos sociais. Vale registrar o surgimento de um grupo de apoio e assessoria que se denomina ‘Fé e política’. Particularmente, várias dioceses do Paraná aderiram a este novo procedimento. Convergindo com outros grupos que se orientam pelas mesmas finalidades, há uma aposta no processo de publicização, em formas comunitárias de organização, na economia solidária, na participação no poder local, atuação em

organizações não-governamentais, nos conselhos de representantes, na constituição de redes de caráter local, nacional e mundial.

Evidentemente que existem exceções. Não existe uma regra básica. Algumas dioceses estão na vanguarda a respeito de uma maior politização e envolvimento societário em razão da postura pessoal de seu Pastor. Desde a efetivação de D. João Braz de Avis à frente da Diocese de Ponta Grossa, houve uma aceleração em discussões e envolvimento sociais, jamais vistos até então.

No Brasil, com as previsões apontando dificuldades extremas para a superação da crise econômica e suas seqüelas sociais tremendas, pode-se aventar a hipótese de que prevalecerão, da parte de certos grupos e movimentos, as críticas generalizadas aos efeitos nefastos do capitalismo, as denúncias contras as conseqüências perversas da globalização e do neoliberalismo, as reivindicações por reformas não reformistas, os anseios e as lutas por maior justiça social. É importante ressaltar que grande parte dos militantes do Movimento de Ética e Cidadania comungam com uma participação engajada, encontrando acolhida em ações efetivas por parte de D. João Braz de Aviz.

Segundo D. João, o grupo preferiu envolver mais entidades organizadas da cidade em nova reunião, sem sua presença. Alguns dias depois, parte do mesmo grupo, assinala positivamente acerca da questão que D. João propusera para dar início ao Movimento Ética e Cidadania. Agendou-se uma reunião para o dia 23 de maio de 2000, nas dependências do Colégio Sant 'Ana de Ponta Grossa.

No dia 23 de maio no Colégio Santana, várias entidades e segmentos da sociedade pontagrossense reuniram-se para dar início aos trabalhos do movimento Ética e Cidadania. Para abrir o evento, o Bispo da Diocese de Ponta Grossa, D. João Braz Aviz, proferiu palestra sobre o tema cidadania. Na ocasião D. João explicou que um grupo suprapartidário estava organizando o movimento e que a coordenação geral seria escolhida na própria reunião. Entre as metas do movimento estava o combate à impunidade e à corrupção e o resgate de uma visão ética na política, com a intenção de que fosse criado um fórum permanente de discussão. Ressaltou que o movimento atingia os limites do suportável e essa iniciativa civil do Movimento de Ética e Cidadania era necessária. Comentou também que a iniciativa de se formar um movimento desta natureza não era recente, porém os fatos do momento aceleraram o processo de constituição do Movimento de Ética e Cidadania.

O Movimento teve caráter popular desde o início das primeiras reuniões das pessoas em torno da criação do Movimento de Ética e Cidadania. Participavam também entidades e Instituições representativas da sociedade civil.

“Surpreendeu-nos a resposta dada pela população: compareceram aproximadamente 300 pessoas e, entre elas, representantes de 70 organizações (partidos políticos, associações de classes, associações de moradores, sindicatos, pastorais da Igreja Católica, emissoras de rádio, jornais, Igrejas, Colégios, movimentos sociais, clubes de serviços, departamentos da Universidade Estadual de Ponta Grossa e etc.”²⁴⁷

O Bispo da Diocese fez questão de frisar que a denúncia de corrupção envolvendo a Prefeitura local era apenas um dos motivos que tinham desencadeado o movimento e que não é possível direcionar as reivindicações

²⁴⁷ Aviz, Entrevista. Dezembro/2004.

apenas para a administração municipal. Para o Bispo, existia uma diferença muito importante entre o movimento que foi criado em Ponta Grossa e o que mobilizou Londrina.

Estabelecer um contra-ponto que dê balizamento às inferências sobre a efetivação e ações do Movimento de Ética e Cidadania permitirá maior confiabilidade e credibilidade ao objeto de estudo. Para tanto faremos um estudo no contexto político e social de duas cidades paranaenses que vivenciaram situações que em algum momento se aproximaram da realidade ponta-grossense. Embora já tenhamos feito referências ao “Movimento Pés vermelhos, mãos limpas!” cabe ainda análises sutis, mas reveladoras. A aderência da sociedade civil londrinense foi mais intensa, vibrante e contagiante. Utilizaram simbologias que remetiam ao impedimento do ex-Presidente Fernando Collor. Todavia, as investigações do escândalo que derivou um montante maior de acusações e diligências, iniciou-se com a denúncia de uma representante da Câmara Municipal que a muito tempo patrulhava atos de improbidade administrativa da gestão do ex-Prefeito Antonio Belinati. O Ministério Público acolheu as denúncias contra malversação do dinheiro público na AMA (Autarquia do Meio Ambiente) e COMURB (Companhia Municipal de Urbanização) em 15 de fevereiro de 1999. Com o desenrolar das apurações outras instituições fiscalizatórias colaboraram no processo de averiguação, exemplo claro foi o envolvimento da Polícia Federal. Após inúmeros procedimentos do Ministério Público, a Câmara Municipal de Londrina cede às cobranças da população que acompanhava o resultado pela mídia não blindada e às vezes pelo home-page do

jornalista Délio Cezar, através de uma coluna independente. A partir destas instâncias é que a sociedade civil organizada de Londrina mobiliza-se para que os órgãos legítimos consolidassem o processo de cassação e afastamento do ex-Prefeito e demais envolvidos. A participação do Movimento foi mais intenso no sentido de cobrar dos edis da Casa de Leis um veredicto ético e transparente. O Movimento ‘Os Pés vermelhos e Mãos limpas’ encontrou resistência de outro movimento intitulado ‘Movimento pela legalidade (Pró-Belinati)’. Evidentemente que a dimensão populacional e o peso econômico da segunda maior cidade do Estado do Paraná, acrescido pela vinculação da Ex-Vice-Governadora do Estado – Sra. Emília Belinato, na qualidade de esposa do ex-prefeito mobilizou ainda mais o interesse da mídia local e nacional em um segundo momento. O caso ganhou repercussão nacional. O Arcebispo de Londrina, D. Albano Cavallin e o Bispo auxiliar, D. Vicente Costa, distribuíram nota à imprensa, informando os motivos que levaram os mesmos a assinar o pedido de abertura de uma Comissão processante contra a administração municipal. O Movimento “Os Pés vermelhos e Mãos limpas” que estava exclusivamente para cobrar atitudes com relação às denúncias de corrupção no Poder Executivo londrinense. Após todo o desfecho do processo o Prefeito e os envolvidos foram afastados e punidos pela Justiça com exemplaridade, tendo inclusive seus bens indisponibilizados.

Outra referência significativa , com cores diferentes foi o episódio ocorrido em Maringá – Pr. As primeiras denúncias sobre o desvio de dinheiro público da Prefeitura de Maringá vieram à tona no início de outubro de 2000, quando a Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público ingressou ação acusando o ex-secretário da Fazenda Municipal, Luis Antonio Paolicchi, pelo desvio de R\$ 2,6 milhões dos cofres municipais. O Ministério Público do Paraná

iniciara as investigações alguns meses antes, quando o ex-prefeito de Maringá, Said Ferreira, fez a primeira denúncia. Quando a ação foi protocolada, na Justiça Civil e na Justiça Federal, o ex-responsável pela Secretaria Municipal da Fazenda, Luis Antonio Paolicchi, principal acusado, já não se encontrava mais na cidade.

De acordo com as denúncias do Ministério Público, eles foram acusados de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e uso do cargo público para obter vantagens pessoais. Dia 16 de outubro de 2000, a Justiça Federal decretou a prisão preventiva do ex-secretário, que acabou sendo preso 52 dias após em Florianópolis, Santa Catarina. No dia 24 de outubro, uma ação de aditamento do Ministério Público incluiu o ex-prefeito Jairo Gianoto, acusado pelo desvio de R\$ 549 mil dos cofres da Prefeitura. O dinheiro estava depositado em sua conta bancária e, na época, ele declarou que não sabia como aquela importância estava em seu nome. Gianoto, depois de pedir afastamento do cargo – pedido aprovado pela Câmara Municipal por 16 votos contra 4 – foi afastado judicialmente até o final do seu mandato. Enquanto a justiça buscava a responsabilização dos envolvidos, o Tribunal de Contas do Estado (TC) também iniciava uma auditoria na Prefeitura. O relatório parcial das investigações do TC, divulgado em 24 de janeiro de 2001, dava conta de um rombo de R\$ 47 milhões durante três anos e sete meses da administração Gianoto.

No entendimento do Promotor público, responsável tramitação do processo, José Aparecido da Cruz:

“A sociedade maringaense acanhadamente comentava a evolução patrimonial dos envolvidos, mas não cobrava dos órgãos controladores uma ação mais enérgica, firme e determinada.”²⁴⁸

Conforme matéria de Marcelo Bulgarelli, da equipe de O Diário do Norte do Paraná (08/05/2001), “Ao contrário do que aconteceu em Londrina, as entidades de Maringá ainda estão tímidas em relação ao clamor popular necessário para determinar a prisão preventiva de outras pessoas envolvidas no rombo financeiro comandado pelo ex-secretário de Fazenda, Luis Antonio Paolicchi”.

²⁴⁸ Cruz, 2001

Após toda a veiculação da mídia local e o conhecimento público das questões arroladas sobre o processo, timidamente surgiu em Maringá a “Cruzada da Cidadania”, comandada por sindicatos e associações de moradores. Esse movimento foi encabeçado pelo ex-vereador e presidente do PDT, Aldi Cezar Mertz. Out-doors e adesivos foram espalhados por toda a cidade, mas sem a participação efetiva das entidades mais representativas, como associações comerciais e igrejas.

O Historiador Reginaldo Benedito Dias, que mantinha uma coluna política no Jornal ‘O Diário de Maringá’, relata a publicização dos fatos:

*“Quando estourou o escândalo da corrupção na administração de Maringá, envolvendo o ex-secretário da Fazenda e o prefeito, o que mais chamou a atenção não foi a denúncia em si, mas a forma como repercutiu o fato. A rigor, ninguém ficou espantado. De certo modo, o povo ficou, no máximo, aliviado, pois tais fatos eram comentados havia muito tempo nas rodas políticas e no cotidiano da cidade.”*²⁴⁹

Diferentemente de Londrina e Ponta Grossa, Maringá não teve uma sociedade civil mobilizada em torno do combate à corrupção. Houve tentativas de convocação, mas a resposta foi tímida. Em compensação, a população soube responder efetivamente no resultado eleitoral de 2000, deixando o Prefeito corrupto de fora do segundo turno e elegendo, com sobras, a opção mais identificada com a probidade, o PT, cuja campanha, de resto, tinha como lema “De cara limpa”. A questão da moralidade foi decisiva para o resultado eleitoral nas três cidades em tela. Na seqüência, porém há situações contrastantes. Em Londrina, houve a mobilização social e o Prefeito foi deposto antes das eleições de 2000. Todavia, em 2004, Antonio Belinati disputou com determinação as eleições municipais, ameaçando ganhar. A disputa foi concluída no segundo turno nas últimas urnas, provando a ascendência do Ex-Prefeito sobre grande parte da sociedade londrinense, apesar de em plena

²⁴⁹ DIAS, 2001, p. 98.

campanha eleitoral ter sido diuturnamente denunciado pelo concorrente petista e por várias entidades ligadas ao Movimento de Moralidade Pública. Em Ponta Grossa, apesar da eficiência do Movimento de Ética e Cidadania, o Ex-Prefeito Jocelito Canto conseguiu uma exemplar votação, elegendo-se Deputado Estadual de Ponta Grossa. Em Maringá, em contrapartida, o ex-prefeito não deixou nenhum legado, não tendo a menor chance de disputar a eleição.

É claro que as respostas para tantos questionamentos acerca das ações efetivas dos Movimentos de Moralidade Pública de Londrina e Ponta Grossa e a mobilização velada de Maringá, precisarão de uma maior ‘degustação’ para a verdade histórica ser confirmada acerca da eficiência de movimentos desta envergadura. “A história do presente, como vemos, nasceu sem dúvida bem mais de uma impaciência social do que de um imperativo historiográfico”.²⁵⁰

As diferenças entre as mobilizações não são pequenas e merecem acariações e estudos de trajetórias políticas distintas. Apesar de verificarmos semelhanças nas ações da sociedade civil organizada nas cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa na mesma temporalidade, contribuindo para uma maior referência nas reflexões deste trabalho, é preciso confirmar que tão somente o modelo experienciado na cidade de Ponta Grossa estava inserido em plano de maior aproximação com o modelo habermasiano. As experiências dos outros municípios estavam arroladas em um categoria convencional da trajetória centralizada e institucionalizada de movimentos sociais. Se os resultados foram diferentes, trabalhos posteriores poderão demonstrar as razões de sucesso imediato e mediato ou do fracasso destas experiências diante uma viciada organização político-administrativa estandarizada no Brasil desde sua fundação até os dias de hoje.

Isto fica mais evidenciado na medida que os acontecimentos políticos ocorridos em Londrina e Maringá foram parcialmente resolvidos pelas interferências institucionais, seja do Ministério Público ou das Câmaras Municipais; e pelas interferências societárias em grau maior na cidade de

²⁵⁰ CHAUVEAU, 1999, p.46

Londrina e timidamente na cidade de Maringá. Hoje nestas cidades os Movimentos criados para fins específicos encontram-se desarticulados e adormecidos na medida que entendem que cumpriram sua missão histórica. Na cidade de Ponta Grossa, por sua vez, o Movimento reduzido a um grupo de menor de pessoas, continua com atuação nas esferas locais, regionais, nacionais e em alguns casos internacionais, cumprindo sua proposta de universalização do movimento para todo e qualquer ato de corrupção e conduta anti-ética, funcionando como um auto-falante catalizar do descontentamento da sociedade civil diante de toda desconfiança de desvio da moralidade pública. No caso de Ponta Grossa, D. João ressaltou que sete pontos nortearam os trabalhos do Movimento. Primeiro ponto: assumir uma responsabilidade com a comunidade e a sociedade, buscando um trabalho de transformação. Segundo ponto: garantir condições mínimas de subsistência, valorização da dignidade humana. Terceiro ponto: promover a justa distribuição da renda. Quarto ponto: combater a corrupção e a impunidade. Quinto Ponto: fortalecer a consciência ética na sociedade pública e partidária. Sexto Ponto: promover uma sociedade que respeite as consciências diversas. Sétimo ponto: conservar meio ambiente. (1ª Ata da Assembléia Cidadã de Lançamento do Movimento Ética e Cidadania – 23/05/2000). Na ocasião D. João Braz Aviz destacou:

“Nosso objetivo hoje aqui é dar início ao Movimento pela ética e cidadania de Ponta Grossa. Somos diferentes em nossas origens, famílias, histórias, convicções pessoais, religiosas e políticas, mas acreditamos em valores comuns, em direitos e deveres comuns, sem os quais é impossível organizar a vida social de todos, para que todos tenham dignidade e se sintam felizes e integrados. Estou aqui hoje falando para os irmãos e irmãs que formam o povo da nossa cidade de Ponta Grossa, porque sou um cidadão e, como todos os que estão aqui e também os que não puderam vir, sinto amor pelo meu povo e me sinto co-responsável na construção da vida da nossa sociedade. Não fui delegado por ninguém, não sou melhor do que ninguém e me sinto muito pequeno para indicar caminhos. Mas como todos aqui, sonho e quero me comprometer com as construção de valores autênticos para a nossa comunidade pontagrossense. Muitos no passado lutaram para que nossa população vivesse uma vida cheia de valores pessoais e sociais e nos legaram uma herança religiosa e civil da qual nós hoje somos beneficiários. Houve também erros e pecados que queremos corrigir. Como a maioria, acredito que somente através de um grande interesse e participação das pessoas e também de nossas organizações (associações, sindicatos, cooperativas, serviços, partidos políticos, igrejas), será possível construir valores autênticos de honestidade, de justiça, de solidariedade, de co-responsabilidade. Partimos

hoje da convicção de que a verdade e o bem não estão nunca só de um lado. Mas que há sementes de verdade, de bem, em todas as pessoas e instituições. É esta a convicção que nos fará trabalhar pacientemente juntos, talvez pequenos passos, mas passos de todos, passos certos, passos que constroem a vida para todos. Tomaremos decisões em cada etapa do caminho, atentos aos acontecimentos de nosso Município. Caminhando encontraremos critérios comuns, interesses comuns, ideais comuns, ações comuns, porque acreditamos no valor e na fecundidade do diálogo. Assim nos parece possível lançar bases éticas sólidas para a construção de uma sociedade que dê oportunidades iguais para todos. Nossa fé comum em Deus que é Pai e quer todos como filhos e irmãos, nos garantirá que a meta é possível. Hoje, nesse nosso primeiro encontro queremos tomar consciência do presente de nossa cidade e do Brasil e apresentar algumas reflexões e propostas.”²⁵¹.

No município de Londrina houve uma unificação de ações entre o recente movimento pela Moralização da Administração Pública da Cidade e a Promotoria especial de Defesa do Patrimônio Público de Londrina. De 1999 a 2000, o Ministério Público de Londrina abriu investigações contra funcionários e autoridades da Prefeitura da cidade. Encabeçava a lista o então Prefeito, Antonio Belinati. O trabalho dos promotores começou a incomodar e eles passaram a ser alvo de pressões, tentativas de descréditos, acusações de agir por interesse político, intimidação de testemunhas e ameaças físicas. Em reação a isto, os promotores incentivaram a comunidade para abrir um processo de ação pública e divulgar os atos corruptos de funcionários e de autoridades da Prefeitura e da Câmara Municipal. Os Promotores também convocaram os líderes da sociedade civil para tomar conhecimento das evidências que se acumulavam contra a administração. Indignadas com o que lhes era apresentado, as entidades de Londrina (mais de 80, de diferentes inclinações e setores) formaram o movimento pela moralização da Administração Pública da cidade, apelidando-o de ‘Pé vermelho! Mãos limpas!’, em alusão à cor da terra da região e à famosa iniciativa

²⁵¹ Ata do Movimento Ética e Cidadania

italiana de combate ao crime organizado - 'mani puliti'. Enquanto os promotores prosseguiam seu trabalho, o movimento empolgou a cidade com uma série contínua de manifestações, atos públicos e cobranças. Seu palco de todos os sábados era o calçadão, via de pedestres no centro de Londrina. Criou-se um boletim informativo, panfletos passaram a ser distribuídos e camisetas com o símbolo do pé vermelho começaram a vestir as pessoas.

O Movimento de Londrina inicialmente organizou manifestações e concentrações no calçadão no centro da cidade. Em seguida foi instalada uma rocha de 01 tonelada simbolizando o peso da questão, a inauguração de uma placa nessa rocha e outros eventos como, por exemplo, a varreção de ruas centrais simbolizando a limpeza da corrupção. A imprensa local, que inicialmente não dera respaldo às acusações contra o Prefeito, passou então a cobrir o assunto. Os lances seguintes aconteceram na Câmara de Vereadores. Uma Comissão especial de investigação para esclarecer as ações da administração não deu em nada. A oposição insistiu e instalou uma segunda comissão, que recomendou a cassação do Prefeito. Levado ao plenário, o pedido de cassação foi aprovado, após uma sessão que durou 46 horas. O evento foi intensamente divulgado pela emissora de rádio que pertence à Diocese daquela cidade. Em sua fala o Bispo e o Pastor Acir Rickli deixaram claro que o movimento de Ponta Grossa, diferentemente de Londrina, não visava o atrelamento político ou religioso, era apenas uma tentativa de uma maior reflexão. Deveria ser levado em consideração o elemento determinante do Movimento em Londrina e o elemento determinante no Movimento em Ponta Grossa. O agente ativo e causador da criação do

‘Movimento Pé Vermelho ! Mãos limpas’ foi o Ministério Público. Por outro lado, enquanto o elemento ativo e causador do Movimento Ética e Cidadania foi a sociedade civil organizada liderada pelos religiosos D. João e Pastor Acir. No final do primeiro encontro por unanimidade foi escolhido como primeiro coordenador geral provisório do movimento o próprio Bispo, até que se elaborasse estatuto e se estabelecesse eleição em Assembléia Geral. Dessa reunião algumas propostas ficaram visíveis: atividades a serem realizadas e objetivos foram abordados. Entre as propostas, foi definido que caberia à comunidade a responsabilidade pela promoção de uma maior participação e discussão sobre as questões e os problemas da cidade. Estava em questão a discussão sobre cidadania. Também sugeriram aos órgãos fiscalizadores e julgadores de efetividade maior agilidade, conscientização da população sobre o valor do voto, acompanhamento da ação da Câmara Municipal, elaboração de dossiês de denúncias de corrupção, realização de discussões sobre ética e política nos bairros, acompanhamento do trabalho da Promotoria Pública e criação do estatuto da entidade para efeitos jurídicos. Para a divulgação do trabalho do Movimento foi sugerida a utilização de rádios, internet e de forma geral, de toda a imprensa. Material publicitário como adesivos e cartazes deveriam ser confeccionados, para dar apoio à campanha. Entre as sugestões de atos públicos de protesto, foi citada a lavagem do calçadão da Rua XV.

Nos dias que se seguiram, o “Movimento” continuou ‘atenado’ e deu seqüência a um trabalho de ações efetivas. O passo seguinte foi a visita de membros do Movimento à Promotoria Pública na pessoa do promotor público

Roberto Ouriques, a fim de sensibilizá-lo para intensificar a agilização nos processos contra o Prefeito , Jocelito Canto. No diálogo de representantes do “Movimento” com o representante do Ministério Público, o objetivo era a reversão da imagem negativa que a cidade estava levando para todo o país . Naquela ocasião, o “Movimento” deixou uma carta explicativa da visita e as intenções do grupo. Com essa atitude, representantes do Movimento conseguiram o apoio irrestrito do Ministério Público local no sentido de colocar-se à disposição para o sucesso dos objetivos do “Movimento”.

Os magistrados comprometidos com os processos de mudanças radicais em nossa sociedade vêm afirmando cada vez mais corajosamente uma identidade com os projetos indicativos da possibilidade histórica que apontam para uma nova ordem, moderna e democrática. O magistrado moderno parece ser aquele que integra a cidadania à sua condição de magistrado. A relação do Movimento Ética e Cidadania com o Ministério Público, atestou empiricamente o conceito habermasiano de grupos organizados e, assim, evita-se o risco, muito presente nas esquerdas tradicionais, que é o conceito de Estado a ser transformado, como atestam as experiências históricas vivenciadas em especial na América Latina.

É quase um senso comum: a sociedade vê o magistrado como corpo e alma de um Poder Judiciário arcaico e impotente face às novas demandas sociais. Mas esse diagnóstico correto, construído por um senso comum mediano, tem levado a uma consciência indesejável para a democracia. Ancorados nessa avaliação muitos movimentos sociais, partindo do estado caótico do Poder

Judiciário no mundo real face às suas carências frustradas, acabam por construir e reforçar, ainda que inconscientemente, imagens e ações neoliberais do Estado e do Poder encarregado da prestação jurisdicional.

Quando nos referimos ao conceito de movimento, é preciso deixar clara a dimensão dessa denominação e sua estruturação.

“Quando se fala de um movimento social, refere-se, geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que, no seu interior, tem significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, freqüentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças. Assim, tende-se muitas vezes a representar os movimentos como personagens, com uma estrutura definida e homogênea, enquanto, na grande parte dos casos, trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados, que devem destinar muitos dos seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui. Um outro modo habitual de referir-se aos movimentos é considerá-los como efeitos de uma situação histórica ou produtos de uma certa conjuntura, sem levar em conta as motivações, o sentido, os componentes da ação coletiva, como se os modos por meio dos quais esta ação se constitui e se mantém no tempo fossem irrelevantes com relação ao jogo das variáveis ‘estruturais’”²⁵².

A composição heterogênea dos participantes do movimento permite associar as diretrizes do Movimento a uma visão de fato suprapartidária.

“Aqui nós temos pessoas da UDR e do MST trabalhando juntas e por uma causa única. Em que grupo encontraríamos isto ?” Disse o tesoureiro na oportunidade do Movimento , Douglas Taques Fonseca²⁵³

Na seqüência os representantes do Movimento agendaram uma visita ao TC (Tribunal de Contas) da capital paranaense e à Câmara Municipal local, para cobrar maior agilidade na análise das denúncias protocolizadas. Internamente o Movimento em fase de estruturação deu início à criação das

²⁵² Melucci, 2001, p. 29.

²⁵³ Jornal Diário dos Campos – 26/05/2000 – pg. 04 –B.

comissões de âmbito: político e jurídico, além de educação, divulgação e mobilização. Ficou estabelecido que as reuniões ordinárias aconteceriam todas as terças-feiras no horário de 19h30 nas dependências da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa. Sempre após o término das reuniões agendadas, a coordenação do Movimento de Ética e Cidadania informava à imprensa local o resultado da pauta. O Bispo D. João Braz de Aviz não era apenas um símbolo do movimento, era o seu dirigente principal. Isso ficou latente após a frase proferida pelo então Presidente da Câmara de Vereadores, Delmar Pimentel. *“Se não fosse o Bispo este movimento não nasceria. Não que eu não reconheça o grupo sem a presença do Bispo, mas ele é uma figura forte”*²⁵⁴.

Para demonstrar a adesão da sociedade civil organizada ao movimento, D. João destaca em sua fala na Câmara Municipal que naquele momento já eram 75 entidades e instituições da sociedade civil juntas nos mesmos objetivos. Na oportunidade D. João cobrou esclarecimentos sobre o ‘polêmico’ projeto denominado popularmente de ‘Cala a boca Vereador’, a qual burocratizava os pedidos de informações sobre as atividades do Executivo, dentre eles acesso a documentos ou informações que o legislativo eventualmente precisasse. O Presidente da Câmara prestou todos os esclarecimentos ao Coordenador do Movimento e ressaltou a não existência de uma lei desta natureza. O passo seguinte do movimento era a criação de um estatuto. Houve grande mobilização para a instrumentalização de um movimento que pudesse contar com personalidade jurídica e a produzir efeitos legais.

²⁵⁴ Diário dos Campos, 30/05 – pg. 03 - A

Os membros do movimento afixaram panfletos em locais estratégicos, enviaram convites a representantes de entidades organizadas, publicaram mensagens em jornais, utilizaram veículo de comunicação próprios e panfletos em locais destacados com a seguinte mensagem:

“De acordo com a sugestão aprovada em reunião realizada no dia 22/08/2000, poderão votar e ser votados, os participantes do Movimento Ética e Cidadania que participaram de 20% das reuniões realizadas no período compreendido entre 24 de maio a 31 de agosto, o que corresponde a 3 (três) reuniões”. Houve a participação de centenas de pessoas para o evento. A Assembléia Geral para aprovação do Estatuto e eleição da Coordenação Geral aconteceu no dia 12/09/2000. “O que queremos construir junto com todo o povo de Ponta Grossa” ?

- 1. Assumir a responsabilidade com a comunidade e a sociedade.*
- 2. Garantir condições mínimas de subsistência para todo o nosso povo.*
- 3. Promover a justa distribuição da renda.*
- 4. Combater a corrupção e a impunidade.*
- 5. Fortalecer a consciência ética.*
- 6. Promover uma sociedade que respeite as diferenças.*
- 7. Preservar o meio ambiente.*

Deus nos ajude a sermos protagonistas destes valores para realizar o manifesto e o programa de nosso movimento.”²⁵⁵

Depois de intensas sugestões e discussões foi aprovado o Estatuto Social e eleita a Coordenação Geral por um período de dois anos. A Coordenação Executiva ficou assim composta:

“Coordenador Geral – D. João Braz de Aviz – religioso.

Vice Coordenador – Douglas Fanchin Taques Fonseca – engenheiro civil.

1ª Secretária – Francisca Isabel de Oliveira Maluf – professora aposentada.

2ª Secretária – Lizete Provisiero Pinheiro – professora aposentada.

²⁵⁵ Ata do Movimento de ética e Cidadania. 2000.

1º Tesoureiro – Roberto Mistrorigo Barbosa – empresário.

2º Tesoureiro – Eddy Clebber Dalssoto – advogado.

A sede provisória do Movimento Ética e Cidadania estabelecida formalmente era a Rua Comendador Miro, 960. Posteriormente o Movimento foi alojado pela Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa. O Estatuto segue em anexo. Todavia merece registro a divisão de sete títulos e alguns comentários:

Título I – Denominação, sede, foro e duração.

Título II – Objetivos institucionais.

Título III – Associados.

Título IV – Organização administrativa.

Título V – Patrimônio e recursos financeiros.

Título VI – Das eleições.

Título VII – Disposições gerais e finais.

O movimento a partir de então, juridicamente, foi denominado ‘Movimento Ética e Cidadania’ e passou a ter a seguinte definição: ‘É uma associação civil, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado e duração por prazo indeterminado, tendo por objetivo promover e defender os princípios da ética e da cidadania, em todo o território nacional’. Em seu parágrafo único do artigo 1º fica explícito o pluralismo do movimento. ‘Não se admite discriminação ou proselitismo de natureza étnica, religiosa, social ou política’. Os objetivos do movimento foram materializados desta forma:

I – desenvolver ou apoiar ações que visem à defesa da ética e cidadania;

II – defender a qualquer interesse difuso, especialmente o meio ambiente, patrimônio histórico, artístico, turístico e paisagístico, judicial e extrajudicialmente;

III – apoiar os poderes constituídos quando coerentes com as suas finalidades democráticas e propósitos honestos, e denunciá-los quando eles exorbitarem, ou se afastarem;

IV – incentivar e acompanhar a apuração de denúncias apresentadas em relação a órgãos e/ou entidades públicas e/ou privadas que recebam ou tenham recebido recursos públicos.”²⁵⁶

Em seu artigo 3º, o estatuto rege que poderá associar-se ao Movimento Ética e Cidadania qualquer pessoa física ou jurídica que esteja no pleno gozo de seus direitos civis e políticos, sendo a proposta de admissão apresentada ao Coordenador Geral e deliberada pela Coordenação Executiva. Os associados passam a ter direitos e deveres. São direitos dos associados: propor, isoladamente ou em conjunto, projetos relacionados com os objetivos e os campos de atuação do Movimento Ética e Cidadania, para aprovação da Assembléia Geral, após análise e parecer dos órgãos técnicos competentes; votar e ser votado para integrar os órgãos institucionais; participar das Assembléias Gerais, com direito a voz e voto. São deveres dos associados: cumprir e fazer cumprir o Estatuto; acatar as decisões da Assembléia Geral; manter-se em dia com a contribuição social aprovada em Assembléia Geral.

²⁵⁶ Estatuto do Movimento de Ética e Cidadania, 2000.

A logomarca do Movimento Ética e Cidadania é composta por um relógio despertador contornado de preto, com fundo mostrador em amarelo-ouro, e ponteiros em preto na posição de dez horas e dez minutos, tudo isto encimado pela palavra 'DESPERTA', em caixa alta desalinhada sugerindo movimento, em azul contornado e sombreado de preto; nas laterais do despertador, apresentam-se três linhas curvas, perpendiculares e paralelas, na cor preta e na parte inferior o nome próprio 'Ponta Grossa', em azul sombreado de preto, e abaixo deste, centralizadas as palavras 'Movimento Ética e Cidadania', em vermelho.

As reuniões do movimento eram movimentadas e seus participantes tinham interesses e atuações diferentes. De comum era visível a tentativa de reconstruir a imagem da cidade, duramente abalada pela matéria veiculada no programa do Fantástico naquela noite de maio de 2000. Durante as primeiras reuniões, sempre bastante numerosas, era permitido o direito de fala para quem se inscrevesse por um tempo determinado de até dois minutos. Muitos se inscreveram e demonstraram em palavras, às vezes em tom emotivo, sua indignação com os escândalos na administração pública. Alguns eram vereadores, outros ex-vereadores, outros ainda eram líderes de associações e entidades locais. Também havia a presença de cidadãos comuns. Frases como: 'estamos indignados com o rótulo de Paraíso da Corrupção', 'Precisamos de coerência e decência', eram repetidas constantemente. Além do estopim (gravação da extorsão ao empresário Spósito), eram lembrados pelos presentes outros episódios que comprometeram a imagem de Ponta Grossa no cenário estadual e nacional. De

maneira geral, todos os presentes faziam questão de parabenizar a iniciativa dos integrantes que idealizaram o movimento e a coragem pela mobilização. Casos que nem sempre correspondiam a situações locais também eram lembrados. A atmosfera era propícia para um desabafo coletivo. Aquele momento era, de fato, o momento da indignação.

Os participantes saíam das primeiras reuniões com o forte desejo de reconstruir a imagem de Ponta Grossa através de ações efetivas. Ficava evidente que o movimento teria eloqüente discurso para alterar o quadro político da cidade. Cartilhas foram confeccionadas, denúncias foram protocoladas no Ministério Público, integrantes do Movimento participavam de audiências na Câmara Municipal, e em órgãos do Judiciário, além de marcarem presença no Tribunal de Contas do Estado. Como as reuniões aconteciam semanalmente, todas as semanas surgiam fatos novos. As reuniões eram chamadas de Assembléias. Com o objetivo de mobilizar a sociedade local de maneira estratégica, aprovou-se a criação de um boletim informativo e a materialização de cartilhas esclarecedoras acerca do processo eleitoral que se aproximava para uma ampla divulgação.

Como a denúncia exibida no fantástico causara ‘estrageo incontestado’ na imagem do Executivo municipal e que por si só o Prefeito Jocelito Canto teria poucas chances de se reeleger, os integrantes do Movimento entendiam que era necessária uma campanha acirrada para reconstruir a imagem do Legislativo municipal. O boletim informativo “Ética e Cidadania” de setembro de 2000, priorizou em seus textos uma conscientização na escolha dos próximos edis, apelando para o slogan “Vote consciente !” A cartilha, com o título

“Momento eleitoral”, trazia como subtítulo a frase: “O voto não tem preço. O voto tem conseqüências ...” A mobilização foi intensa. Ficava claro, naquele momento, que qualquer grupo seria beneficiado pelos desdobramentos das ações do Movimento em discussão, exceto o grupo do Prefeito Jocelito Canto. A Lei Federal 9.840 era a grande arma utilizada pelos integrantes do movimento para combater a corrupção eleitoral. Populares expressavam o que achavam da Lei eleitoral. O Sr. Adalberto Roberto de Souza, cidadão local dizia:

*“Acredito que a lei veio numa hora boa. A corrupção está presente em toda a atividade pública. Como cidadão, sei que tenho que fiscalizar os candidatos e evitar a compra de votos. Mas sei também que muitas vezes o próprio eleitor incentiva a corrupção no momento em que aceita esses presentes. Candidato que compra voto é um sem-vergonha”. Oscar Fustemberger, expressou-se desta forma: “A Lei 9.840 , mais do que um novo instrumento legal, é o cerne de uma mobilização popular contra a corrupção eleitoral. Acho que só a mobilização popular pode fazer com que essa lei, assim como muitas outras, seja respeitada. Quanto aos políticos que compram votos, acredito que eles promovem um atraso na democracia, impedindo as transformações sociais”.*²⁵⁷

Ficava explícito que o papel do Movimento naquele momento histórico, além de refletir sobre questões pontuais de moralidade pública, instrumentalizar denúncias no Ministério público, desejava de maneira clara conscientizar a população para uma mudança estrutural na vida pública do município de Ponta Grossa nas eleições de 2000.

Os pré-candidatos à Prefeitura de Ponta Grossa em 2000, Jocelito Canto, Plauto Miro Guimarães, Pérciles Holleben de Mello e José Penscoski, teriam que conviver com uma comunidade eleitoral diferente daquela de eleições

²⁵⁷ Jornal Gazeta do Povo, 1999.

anteriores. No início do processo eleitoral, o Instituto ‘Paraná Pesquisas’ anunciava números acerca do pleito eleitoral que aconteceria em 2000, colocando Jocelito Canto em primeira posição, seguido por Plauto Miro Guimarães em segunda posição e Péricles Holleben de Mello na terceira posição. O empresário Penscoski aparecia em último lugar nas pesquisas. Todavia, essa pesquisa não expressava ainda, de forma concreta, os efeitos da vigilância ostensiva do Movimento de Ética e Cidadania. Observa-se também um aumento de denúncias junto ao Ministério Público. É preciso levar em consideração que o nome de Jocelito Canto ainda era muito forte no imaginário popular e que as denúncias contra ele feitas, ainda não tinham causado o efeito imediato que se imaginava, uma vez que o Ministério Público era moroso no andamento dos processos e na apuração das denúncias protocoladas. Um dos integrantes do Movimento – Sr. Helliton Fonseca frisou a lentidão do Judiciário naquele momento histórico. *“De início o judiciário interpretou as denúncias como uma perseguição da elite inconformada com a perda do poder. Chegou até mesmo a emitir algumas sentenças inocentando-o de crimes de improbidade, fundamentando que não se tratava de má intenção, mas sim de ingenuidade”*.²⁵⁸

A prática ponderada em um primeiro momento por representantes do Ministério Público parece ser algo normal. É bem possível que os Promotores que acolheram as primeiras denúncias contra a administração municipal de Jocelito Canto não deram a devida atenção e rigor que os casos exigiam. Posteriormente os Magistrados convenceram-se da seriedade e da

²⁵⁸ Fonseca – entrevista, nov/ 2004

natureza do Movimento e seu comprometimento com a ética e a moralidade pública. A postura desses magistrados pode ser considerada como orgânica no sentido gramsciano.

A propósito, é importante frisar o conceito de magistratura orgânica democrática, conceito emprestado das formulações teóricas do Antonio Gramsci.²⁵⁹ Os magistrados orgânicos da democracia não são indiferentes, neutrais ou equidistantes da conflituosidade estrutural. Pelo contrário, tomam partido dessa conflituosidade, considerando-se parte da mesma, e tomando-se como agentes da história, para transformá-la, pois compreendem que somente existe uma comunidade democrática se houver respeito pelos direitos fundamentais do cidadão²⁶⁰. Talvez por isso, o nome de Jocelito Canto ainda representasse uma candidatura viável. Ações e posições do Movimento Ética e Cidadania não seriam sentidas imediatamente, mas com certeza contribuíram de forma decisiva para nos dias que antecederam as eleições de 2000, favorecer o candidato que trazia em sua fala e posição o perfil de um defensor da moralidade pública – Péricles Holleben de Mello, candidato petista. Jocelito tinha um expressivo apoio popular e o então candidato de oposição – Péricles Mello, filiado ao PT não estava tão bem em termos de perspectivas eleitorais. A partir do momento em que o “Movimento” através da liderança do Bispo D. João Braz , passou a questionar ações políticas que envolviam suspeitas de má gestão do dinheiro público, o PT, oportunamente, entrou na história eleitoral de 2000 com maior ênfase e passou a canalizar um certo descontentamento público,

²⁵⁹ Para outros detalhes ver: MACCIOCCI, Maria Antonietta A favor de Gramsci. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. P. 186-203.

²⁶⁰ Arruda, 1997

apresentando-se como uma proposta de gestão responsável, sem vícios e supostamente livre de qualquer suspeita. Por conseqüência, o Movimento de Ética e Cidadania, embora inicialmente não tivesse uma pretensão de ação político-partidária, acabou interferindo no processo eleitoral, e, em boa medida, favorecendo a candidatura do então petista, uma vez que Péricles de Mello ainda ocupava uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Péricles H. de Mello liderava simultaneamente o Partido dos Trabalhadores e o Instituto Cidade Viva. Esse Instituto visava a pensar a cidade e racionalmente encontrar soluções reais para os problemas do município. Evidentemente que o ‘Cidade Viva’ serviu de suporte ideológico para aglutinar setores da classe média e profissionais liberais para uma mudança política na cidade. A jornalista Cláudia Carneiro enfatizou a importância do Movimento da seguinte maneira.

“Na época em que foi criado, o movimento debatia, estava ligado às questões políticas e sociais que envolviam a cidade de Ponta Grossa. Talvez, pelo fato de que, na época, final dos anos 90, fossem muitos os casos de corrupção e desmandos denunciados e o cenário político municipal não fosse dos mais favoráveis, em especial, quanto a lisura. Ponta Grossa acabou envolvida em enfrentamentos prejudiciais ao seu desenvolvimento, com discussões públicas entre o seu Prefeito da época, Jocelito Canto, e o governador Jaime Lerner. A postura pouco cordial e rebelde (tida pelo então Prefeito como ‘corajosa’) suscitou guerras de pronunciamentos na mídia, ameaças e, o mais pesaroso, o estancar das verbas estaduais ao município. Foram muitos os escândalos (denúncia de estupro, malversação do dinheiro público, aplicação de verbas carimbadas em outros setores, violência contra jornalistas críticos ao governo). O Movimento de Ética e Cidadania, a Diocese de Ponta Grossa e o Instituto cidade viva tiveram postura decisiva no exigir da apuração dos fatos, dos esclarecimentos e no encaminhamento dos casos ao Ministério Público para abertura de processos civis. Boa parte das denúncias foram aceitas, tanto que o ex-Prefeito (Jocelito Canto) responde a mais de 50 processos no MP.”²⁶¹

²⁶¹ Carneiro, Entrevista – junho/2004

O Movimento de fato interferiu no processo eleitoral de 2000, denunciando o uso indevido do dinheiro público e desvio de verbas do orçamento do Município. A liderança do Movimento de Ética e Cidadania exigia a apuração dos fatos ilícitos. A diferença do comportamento político entre os dois concorrentes diretos ao Paço Municipal de Ponta Grossa em 2000, Jocelito Canto e Péricles H. de Mello era visível. Enquanto Péricles trabalhava em silêncio, sem alardes, Jocelito ampliava megafonicamente qualquer atitude, serviço ou obra. Péricles é homem das letras, é introspectivo, cauteloso. Jocelito é de poucos estudos, mas é expansivo e desinibido. Péricles se preocuparia em não ultradimensionar as medidas tomadas à frente da Prefeitura, não exagera para não incorrer no erro de mostrar algo inexistente. Jocelito não pensava muito antes de anunciar medidas, decisões, agia por impulso. Ambos faziam política de maneira diferente: um priorizando o individual e o assistencialismo; o outro, o social e a participação. Eram diferenças de estilos e de objetivos.

Apesar da disputa eleitoral do ano de 2000 ter sido bastante acirrada, e a cobertura jornalística ter dado mais ênfase a candidatura de Jocelito Canto, o candidato petista foi eleito Prefeito em 02 de outubro de 2000, com uma margem de aproximadamente 12 mil votos de diferença para o segundo colocado, o então Prefeito Jocelito Canto. Merece registro, a excelente análise realizada pela jornalista Daniele Cristine Rodrigues, no artigo ‘Estratégias de produção de sentido no discurso opinativo do Diário da Manhã’ sobre o pleito eleitoral de 2000. Em particular uma menção especial ao colunista Adail Inglês do Jornal ‘Diário da manhã’ que praticamente excluiu os outros quatro candidatos de seus

textos. Qualificava o candidato Péricles de Mello de ‘O candidato do PT’, com o propósito de associar sua imagem à imagem do MST. Ao passo que ao se referir ao candidato que buscava a reeleição – Jocelito Canto, o ligava ao processo de desenvolvimento econômico da cidade. A classe média e os formadores de opinião, eram setores da sociedade civil que apoiavam as ações do Movimento Ética e Cidadania, contribuindo decisivamente para a vitória de Péricles de Mello.

Embora o Movimento Ética e Cidadania de Ponta Grossa em pesquisa de opinião pública produzida pela Pesquisa Diário dos Campos/CBN não tenha tido aceitação total, os resultados eleitorais deram legitimidade ao Movimento de Ética e Cidadania e ao PT. Conquistou uma certa visibilidade e notoriedade, segundo pesquisa da época: foram entrevistadas 915 pessoas no período de 31 de janeiro e 02 de fevereiro de 2001, sendo que 23,83% afirmaram que foi positivo a participação do Movimento de Ética e Cidadania, 3,28% disseram que foi negativo o envolvimento do Movimento no processo eleitoral e 12,46% se disseram indiferentes. Mesmo na década de 1990 a participação da sociedade na esfera pública deixa muito a desejar. Os movimentos sociais, ao se deixarem manipular pelos partidos, dessacralizaram seus objetivos. Há fortes indícios que esta nova modalidade de movimentos sociais de moralidade pública não cometeria os erros dos movimentos sociais da década de 1980.²⁶²

Na posse do novo governo municipal, centenas de pessoas correligionárias do Prefeito vitorioso – Péricles H. de Mello, vaiavam o discurso do ex-Prefeito Jocelito Canto, interpretado por muitos como um discurso

²⁶² Jornal Diário Dos Campos, 2001

essencialmente populista. Mesmo vaiado, utilizando-se de recursos emocionais, não faltaram lágrimas de Jocelito e frases feitas, dizendo em tom de humildade que em 2004 estaria ali novamente para prestigiar a reeleição de Péricles H. de Mello. Em certo sentido, o próprio Jocelito deixou transparecer que reconhecia o novo governo como representativo dos pontagrossenses e já visualizava uma suposta reeleição do prefeito para 2004, deixando claro que estaria abandonando por definitivo sua carreira política frente ao Executivo.

Inicialmente o novo governo municipal definiu uma posição contrária ao Movimento de Ética e Cidadania, não aceitando a proposta de auditoria das contas do Município. É preciso levar em conta, que um número significativo de integrantes do Movimento de Ética e Cidadania incorporou-se à nova administração municipal, fazendo com que surgisse, de certa forma um escudo ideológico que protegeria o governo municipal das críticas do Movimento e até mesmo provocando um esvaziamento do Movimento. Por outro lado ficava claro o desafio lançado aos membros do Movimento e seus reais objetivos. Se o objetivo do movimento fosse apenas uma questão de cunho político-eleitoral contra o governo municipal de Jocelito Canto, não haveria mais razão de ser e o movimento após atingido seu objetivo se diluiria até que deixasse de existir. Pelo contrário, o movimento intensificou seu caráter suprapartidário e seu pluralismo ético, acompanhando de perto as ações do governo municipal face às denúncias levantadas durante a campanha eleitoral, procurando também promover uma maior conscientização dos problemas da cidade.

A experiência do Movimento de Ética e Cidadania em Ponta Grossa estimulou a criação de movimento semelhante na cidade de Carambeí, em janeiro de 2001, com a denominação ‘Movimento de Ética e Cidadania de Carambeí’. Da mesma forma, tratava-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo maior era o de promover e defender os princípios da Ética e Cidadania. Setores da sociedade civil, preocupados com o destino da cidade, tendo em vista que o município, recém emancipado, dispunha de uma das maiores rendas per capita do Estado mas vivia um momento político de pouca transparência, após a reeleição do prefeito local. Inspirando-se no Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa, um grupo de aproximadamente 40 (quarenta) pessoas, reunia-se em casas de voluntários, muitas vezes em suas garagens. Vale lembrar que a expressão “garagem” foi o carro-chefe do ex-Prefeito Jocelito Canto em Ponta Grossa, acrescido do substantivo ‘esperança’, para outra finalidade.

Seguindo o mesmo modelo de Ponta Grossa, as primeiras reuniões eram superlotadas, chegando a se ter, em uma reunião, a presença de aproximadamente 100 (cem) pessoas. Nessa cidade, o receio de perseguição política marcou um certo esvaziamento do movimento, em determinados momentos, pois havia nítida vinculação de parentes dos participantes do movimento com o emprego público, caso muito comum em cidades pequenas.

Durante a campanha eleitoral o Movimento de Carambeí foi só foi possível com a interferência do judiciário. Em Ponta Grossa, a exposição do Movimento de Ética e Cidadania apostava em uma partidarização do Movimento,

uma vez que o novo governo municipal pertencia ao Movimento de Ética e Cidadania. Essas insinuações e comentários irracionais foram rapidamente contestados na medida em que o movimento cobrava a cada dia uma postura de fato austera dos novos integrantes do governo.

Um episódio que merece registro foi o projeto de iniciativa popular tendo como agenda a questão do nepotismo. O novo Executivo Municipal havia nomeado em cargos comissionados alguns membros de laços consangüíneos. Tal fato foi bastante comentado por integrantes da oposição e de maneira geral pela classe média local que cobrava uma postura ética do novo governo. Nas esquinas pontagrossenses em tom jocoso se brincava, com a expressão que ficou famosa a partir desse acontecimento: ‘primo não é parente’, aproveitando-se do fato de que membros do novo governo argumentavam que algumas pessoas que foram nomeadas para ocupar funções estratégicas no novo governo eram primos e/ou primas do Prefeito Péricles de Mello.

Em outro momento um edil da Casa de Leis propôs Projeto de regulamentação dessa matéria, que evidentemente não foi aprovado, em face do corporativismo predominante na Câmara Municipal. “O Movimento” então resolveu encampar a proposição do Vereador, com alguns ajustes necessários e maior sustentação jurídica sendo encaminhado para nova votação. Mesmo com o apoio do Movimento Ética e Cidadania o projeto ainda não foi aprovado. Novamente o projeto foi reformulado com a participação do Movimento de Ética e Cidadania. Ao art. 93 acrescentou-se os parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

“1º - Nos cargos de confiança ou em comissão, no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo, é vedada a nomeação e contratação de cônjuges, conviventes ou parentes consanguíneos ou afins, em linha reta até o terceiro grau e colaterais até o quinto grau ou por adoção dos titulares dos seguintes mandatos ou cargos:

I – Prefeito;

II – Vice-Prefeito;

III – Secretários Municipais;

IV – Presidentes, Superintendentes, Diretores Gerais, Diretores Executivos ou titulares de cargos equivalentes das entidades da Administração Indireta e Fundacional;

V – Vereadores;

VI – Diretor da Câmara Municipal;

VII – Governadores, Deputado Federal e Deputado Estadual com domicílio eleitoral no Município.

2º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos cônjuges e conviventes dos titulares dos cargos ou mandatos indicados, bem como aos respectivos parentes consanguíneos ou afins, em linha reta até terceiro grau e colaterais até o quinto grau ou por adoção.”²⁶³

O Projeto reuniu número suficiente de assinaturas e entrou na pauta da Câmara Municipal, porém novamente não foi aprovado.

O Movimento declarava que não haveria partidarização e nem aliança com o Prefeito, afirmando que continuaria independente de cores partidárias. Certamente, este episódio dificultou o relacionamento entre o novo Governo e o Movimento de Ética e Cidadania. O Prefeito Péricles de Mello não deixou que este episódio fosse o início do rompimento entre o Governo Municipal e o Movimento, até porque a opinião pública estava literalmente favorável ao discurso do Movimento Ética e Cidadania.

²⁶³ Projeto Popular do Movimento de Ética e Cidadania sobre o Nepotismo. 2001.

A verdade é que, logo após a posse o novo governo municipal, anunciou que promoveria um minucioso levantamento sobre as contas municipais do ex-Prefeito Jocelito Canto. O ano de 2001 foi marcado pela contratação da FGV (Fundação Getúlio Vargas) para apurar irregularidades do governo anterior, por um período de acomodação política por parte do novo governo municipal e por uma vigilância ostensiva do Movimento e do Ministério Público. Um dos carros-chefe da campanha de Péricles de Mello foi, sem dúvida alguma, a promessa da realização de uma profunda auditoria, que seria entregue à população num prazo de 60 dias. Esta idéia ficou definida quando as contas do Executivo anterior foram reprovadas pelo Tribunal de Contas. Levando em conta a morosidade do Judiciário, e a acomodação política normal, a expectativa do resultado final crescia muito nos espaços politizados. Particularmente o Movimento de Ética e Cidadania cobrava uma maior agilidade no processo de apuração. Provavelmente pressionado por alguns representantes do Movimento de Ética e Cidadania e convencido de que seria fundamental cumprir a plataforma eleitoral de apuração completa de indícios de corrupção, o novo Governo Municipal contratou os préstimos da FGV (Fundação Getúlio Vargas), entidade com respaldo suficiente para dirimir quaisquer suspeitas de favorecimento ou endurecimento com relação ao governo anterior.

Todavia, com o excesso de burocracia para a conclusão final da auditoria promovida pela FGV, os representantes do Movimento de Ética e Cidadania, discutiam em suas reuniões a possibilidade de uma cobrança mais efetiva por causa da demora da conclusão da mesma. Enquanto isso ocorria, o

“Movimento” continuava sua vigilância junto ao Ministério Público que investigava as denúncias.

Enquanto em municípios da região, o número de procedimentos de investigação no Ministério Público não passava de 50 por ano, em Ponta Grossa esse volume já era de 250 casos. No ano de 2001, esses processos estavam em andamento no MP. Paralelamente à sobrecarga de trabalho, o MP sofria com a falta de estrutura. O próprio promotor, naquele momento histórico – Mauro Sérgio Rocha – entende a real necessidade de um reforço de mais 02 (dois) colaboradores. Em entrevista ao jornal Diário dos Campos, Rocha disse que *“perdeu as contas de quantos procedimentos investigatórios estão em andamento no MP. Estima que deve passar de 60 com os relatórios da auditoria da FGV”*²⁶⁴.

O jornal Diário da Manhã, anunciava no dia 2 de agosto de 2001, que a FGV acabava de entregar relatório da auditoria. De praxe, num primeiro momento, os técnicos trabalharam na coleta de informações e documentos, que foram utilizados no diagnóstico preliminar sobre a situação financeira da Prefeitura. Com a entrega do relatório final ao Prefeito Péricles de Mello, inicia-se outro processo, com a análise dos levantamentos. Nesse momento, o estudo seria realizado por técnicos da Prefeitura local. Trata-se do exame dos documentos e possíveis encaminhamentos aos órgãos competentes. Leia-se MP. Entretanto o Movimento de Ética e Cidadania, sentido-se responsável pela mudança política proporcionada pelas suas ações de denúncias e apurações das

²⁶⁴ Diário Dos Campos, fev/2001

mesmas, demonstrava seu descontentamento explícito com o novo governo municipal pelo descumprimento do compromisso assumido pelo Prefeito Péricles de Mello. Em razão disso o Movimento divulgou carta aberta esclarecedora sobre o episódio, criticando a demora da auditoria. Assinada por D. João Braz, o documento manifestava a ‘preocupação’ dos integrantes do grupo quanto ao encaminhamento do processo de auditoria. Ao mesmo tempo, lembrava que o Prefeito assumira em público o compromisso de entregar o relatório dos estudos em 60 dias, porém esse prazo, já havia sido prorrogado por diversas vezes. “*As subseqüentes transferências da revelação dos estudos apurados pela equipe de auditores, junto a com a falta de informações esclarecedoras sobre os verdadeiros motivos da indecisão, deixam apreensiva a opinião pública, gerando um quadro de incertezas quanto ao desfecho do assunto em questão*”²⁶⁵, sublinhava a carta.

D. João recordava ainda que a decisão de divulgar o manifesto de protesto ao governo municipal fora tomada pelos membros do Movimento em Assembléia Geral. “*Na defesa da ética e dos direitos assegurados à cidadania pela transparência das ações no serviço público é que manifestamos essa nossa preocupação, aguardando de parte das autoridades um posicionamento seguro e definitivo sobre a real situação em que foi entregue à atual equipe de governo a administração municipal*”²⁶⁶, conclui o manifesto.

Percebendo que, mesmo assim não houve por parte do governo municipal uma resposta efetiva, integrantes do movimento Ética e Cidadania de

²⁶⁵ Manifesto Público da Diocese de Ponta Grossa. 2001.

²⁶⁶ Manifesto Público da Diocese de Ponta Grossa. 2001.

Ponta Grossa foram a Curitiba e se reuniram com o Procurador-geral do Paraná, Marcos Antônio Teixeira e com o Presidente da Assembléia Legislativa, o deputado Hermas Brandão. Pediram mais dois promotores para atuar na defesa do Patrimônio Público no Município. O objetivo era dotar o Ministério Público de estrutura para concluir as investigações das denúncias de irregularidades – a maior parte feita pelo Movimento – contra o governo do ex-Prefeito Jocelito Canto.

Representantes do Movimento voltaram de Curitiba com duas alternativas reais, resultado objetivo do Movimento: a primeira seria a possibilidade de remanejamento de Promotores de Comarcas da região, onde o volume de processos era significativamente menor que o volume de Ponta Grossa; a segunda, seria a garantia por parte do Presidente da Assembléia da criação de mais dois cargos de promotores, para o ano de 2002, uma vez que entraria em pauta o Projeto de Reforma do Judiciário estadual. Cada dia que passava, D. João e os integrantes do movimento eram mais respaldados perante a opinião pública e agiam de forma estratégica, no sentido de obter resultados eficientes e objetivos.

D. João Braz procurava justificar o relacionamento do Movimento de Ética e Cidadania com o Ministério Público, e em alguns momentos manifestou sua insatisfação com o Judiciário e o Tribunal de Contas, mas sublinhando a presteza e imparcialidade do Ministério Público.

Em várias oportunidades, os integrantes do Movimento estiveram no Tribunal de Contas para coletar informações sobre o andamento dos processos referentes às denúncias de irregularidades envolvendo sucessivas administrações públicas em Ponta Grossa, com o propósito maior de conhecer os critérios que o

Tribunal de Contas estaria utilizando na análise e deliberação das questões envolvidas.

Inconformados com a não divulgação oficial dos resultados da auditoria promovida pela Fundação Getúlio Vargas, os membros do Movimento de Ética e Cidadania resolveram interpelar judicialmente o Prefeito Péricles de Holleben Mello para divulgar o resultado. Dessa forma, o Movimento declarou que encaminharia ofício ao MP solicitando cópia dos relatórios finais do estudo. A iniciativa estava fundamentada no inciso 23 do artigo V, da Constituição Federal, que concede ao cidadão o direito de acesso a qualquer informação de interesse público. O financiamento do trabalho pelo erário também justifica o requerimento, uma vez que foi gasta para tal empreendimento a quantia de R\$ 129 mil reais. Justificando a ação do Movimento, D. João Braz reconhecia a extremidade da medida, mas entendia que a morosidade do governo municipal fizera com que o Movimento tomasse tal medida.

A reação do Chefe do Executivo Municipal foi imediata. Em tom grave, Péricles de Mello não reconheceu o pedido do Movimento Ética e Cidadania, assegurando que a auditoria fora um compromisso pessoal de campanha e que, diferentemente do que sempre anunciou, o Movimento de Ética e Cidadania estaria interferindo no andamento da administração pública. Em uma entrevista, Péricles de Mello explicitou sua indignação com a atitude do Movimento, alegando que o mesmo não agiu corretamente quando declarou que solicitaria o resultado da auditoria judicialmente. Afirmou que a pressão para a divulgação do resultado era uma articulação política contra seu governo. “*Minha*

conduta com relação ao movimento não merecia uma resposta deste tipo”.

Concluiu o prefeito.²⁶⁷

Nesse momento foram tensas as relações entre o Executivo e o Movimento, mas em seguida foi parcialmente abrandado com a declaração de D. João Braz de que o movimento se equivocara e que a solicitação para ter acesso à conclusão seria então enviada à Prefeitura e não ao MP. Logo depois de encerrada a coletiva com o Prefeito chegava às mãos de Péricles o ofício, solicitando o resultado da auditoria. Não obstante, esse atrito marcou o rompimento do Chefe do Executivo Municipal com o Movimento Ética e Cidadania. Péricles de Mello classificou o movimento naquela ocasião como desleal, desrespeitoso, descortês, deselegante e até mesmo desonesto. Na seqüência, afirmou que quem deliberava no grupo eram apenas duas ou três pessoas e que, portanto, o Movimento “não merece mais respeito”, completando, “antes o movimento era pluripartidário”²⁶⁸.

O Prefeito justificou os motivos do atraso do resultado final da auditoria, enfatizando que até mantinha com o Movimento um diálogo aberto, mas que a partir daquele momento, seu relacionamento com o Movimento seria diferente.

Na verdade o relatório final da auditoria realizada pela FGV não trouxe muitos dados novos como se previa. O que ficou claro acerca da demora da entrega fora o desaparecimento de mais de 75% dos documentos referentes aos restos a pagar. O Coordenador do Movimento, D. João Braz, ressaltou mais uma

²⁶⁷ Jornal Diário Dos Campos, 02/03/2002

²⁶⁸ Diário dos Campos, 03/03/2002

vez a importância da pressão e vigilância do Movimento na questão pública., reconhecendo que o Governo Municipal, mesmo contrariado, cedeu às críticas do Movimento e fez explicitações sobre o ocorrido.

Aqui cabe uma declaração importante de um dos pioneiros do movimento e que continua atuando de maneira efetiva até os dias de hoje.

“Em verdade a idéia do movimento surgiu na esquerda, mais propriamente com o grupo do PT ligado ao Péricles, que tinha a intenção de criar e controlar o movimento. Quando procuraram o Bispo, o mesmo disse que somente participaria se o movimento representasse a vontade de toda a sociedade civil organizada, e na ocasião da fundação todos foram convidados e passaram a integrar o movimento. Foi neste momento que a esquerda perdeu o controle. Beneficiou-se enquanto lhe interessou e depois conspirou para aniquilar o movimento, com a alegação de que o mesmo já tinha cumprido sua função.”²⁶⁹

Até março de 2002, o Movimento de Ética e Cidadania, continuava dando clara demonstração de que alcançar seus objetivos com suas ações junto à sociedade local, além de realizações com a criação de seminário sobre os conselhos paritários e as fundações; acompanhou os trabalhos junto à Câmara Municipal; desenvolveu atividades em parceria com a UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) e com o Governo Municipal; convocou publicamente o ex-Prefeito Jocelito Canto para esclarecimentos, uma vez que o mesmo fizera acusações às administrações do Ex-Prefeito Otto Cunha e do Prefeito na ocasião Péricles de Mello; além de ouvir depoimento do episódio conhecido como “Caso FUNEPO”, que envolvia inclusive a participação de um dos membros do Movimento – Sr. Helenton Taques Fonseca, presidente na ocasião da Fundação Educacional de Ponta Grossa, a respeito de denúncias que lhe foram feitas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ponta

²⁶⁹ Fonseca, – entrevista – nov/2004

Grossa. O objeto de discussão seria a contratação de pessoal sem concurso e de ter concedido reajustes de salários e promovido a criação de cargos sem autorização legislativa.

O movimento consolida uma prática democrática, como se pode observar pelas ações de recebimento de denúncias de vários setores da sociedade civil organizada. Ainda em março de 2002, os representantes da Federação Nacional de Usuários do Transporte Coletivo entregaram ao promotor do Ministério Público, Mauro Rocha, o conteúdo da ação civil pública contra o aumento da passagem de ônibus em Ponta Grossa. A intenção da Federação era a de conquistar o apoio do MP, junto com a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa (Acipg) e o Movimento de Ética e Cidadania, para pressionar a revogação do decreto que determinara o aumento de 10% e até devolver o dinheiro à população.

O ano de 2002 marcaria ainda uma etapa de mudança do “Movimento”. D. João Braz anuncia uma nova diretoria para o mês de maio, assumindo com isso seu afastamento da Presidência do Movimento, sem o abandono das atividades enquanto membro. Justificando sua decisão, D. João cita o cumprimento do estatuto do Movimento como causa maior de seu afastamento, além de visualizar para 2002 (ano eleitoral), a confecção de cartilhas políticas em parceria com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), tendo como elemento norteador à concepção de não favorecer partidos, mas levantar as questões em favor da política comum nas escolas. Nesse período, o Movimento ganhava um novo aliado: a criação do Movimento de Ética e Cidadania de

Ortigueira. Tendo como catalisador das aspirações populares, o Padre Italiano Mário Valcamonica, o movimento contou com o apoio de D. João e ajudou a divulgar a experiência local, pois tinha como meta maior explicar à sociedade o funcionamento dos Conselhos Municipais, das Secretarias, a importância do orçamento municipal, as funções dos três poderes, além de fiscalização ostensiva das ações do Executivo, com a solicitação de documentos e informações que pudessem auxiliar em uma eficiente moralidade pública.

A primeira reunião do Movimento de Ortigueira ocorreu em março de 2002, embora o movimento tenha sido registrado juridicamente como entidade somente em maio de 2002. Vários processos de improbidade administrativa, nepotismo explícito, uma Câmara Municipal omissa, além de indícios de superfaturamento e existências de empresas ‘laranjas’, fizeram com que um grupo de cidadãos, dentre os quais Antonio Marcos Pedroso, Antonio Marcos Pedroso Junior, Luiz Antonio Migliorini, Wanderley Alves dos Santos, Ka’egso Hery, Mauro Bernardo da Silva e Antonio Dorival Wolff, encabeçassem o movimento. Um dos fatos que marcou a ousadia do Executivo Municipal diante do Movimento foi à ingerência nas reuniões, obrigando correligionários seus a ‘incharem’ o movimento no sentido de tumultuar as reuniões. Desse modo, os membros ativos do movimento não teriam condições necessárias para com autonomia determinar as ações efetivas. De forma criativa, os integrantes do Movimento estabeleceram uma contribuição financeira mensal, para que o Executivo não tumultuasse as reuniões com a participação de simpatizantes com

outros objetivos e outras finalidades, e as reuniões passaram a contar com votações individuais.

As reuniões eram feitas no salão Paroquial, contando no início com a participação de aproximadamente 120 pessoas, mas chegou ter a presença de até 175 pessoas de diferentes origens sócio-profissionais. Hoje a participação média é de 15 pessoas. Entre as suas ações efetivas do Movimento destacamos a participação nos conselhos municipais de membros do movimento, uma vez que a maioria dos conselheiros eram pessoas nomeadas ou indicadas pelo Executivo Municipal, sem condições normais do desempenho do papel de um conselheiro imparcial; cobrança na operacionalização do orçamento para o transporte escolar, uma vez que este transporte quase sempre era realizado por caminhões boiadeiros, camionetes a gás, tendo como motoristas, profissionais sem habilitação; além da fiscalização ostensiva no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, particularmente procurando evitar o superfaturamento do conserto de duas motoniveladoras que custara para cada uma, a importância de R\$ 82.500,00 (Oitenta e dois mil e quinhentos reais), enquanto que cotação semelhante fora feita por integrantes do Movimento em empresa conceituada e dava conta de que, cada uma seria ser consertada pelo valor de R\$ 19.000,00 .

“Numa aproximação geral, as ações podem ser chamadas de políticas se as pessoas agem na condição de cidadãos, e se falam, ou incidentemente mobilizam, a outras pessoas na condição de cidadãos. Isto pode acontecer de três maneiras distintas. Primeiro, as pessoas podem agir dentro das organizações políticas, segundo, as pessoas podem traduzir reivindicações privadas em públicas e, terceiro, as pessoas podem tratar, ou mobilizar outras para tratar, questões sociais ou privadas recorrendo a idéias políticas, direitos e normas democráticas gerais ou universais. Estes três tipos de ação

*política podem fundir-se, mas nem sempre o fazem. Todos os três tipos de ação política exigem virtudes cívicas.”*²⁷⁰

Em maio de 2002, o Movimento de Ponta Grossa conhece sua nova Presidente, a Sra. Ruth Noernberg, professora aposentada e uma das fundadoras do Movimento. Segundo Helleton Fonseca, assessor jurídico do Movimento,

*“a saída de D. João Braz abalou o movimento, pois sua liderança, principalmente pelo respaldo religioso e intelectual, era um forte fator de aglutinação e equilíbrio. Mas de certa forma sua saída foi saudável, pois o movimento teve que sobreviver ao Bispo, mostrando que o Movimento seria possível mesmo com participação de cidadãos comuns. D. João era determinado, corajoso e muito justo. É um homem moderno, aberto a todas as correntes de pensamento, e principalmente muito equilibrado. Todos estes atributos conferem-lhe uma liderança nata em todos os setores da sociedade. A Professora Ruth, apesar da enorme força de vontade, teve dificuldades para conduzir o movimento de forma heterogênea, uma vez que tal função exigia profunda maturidade e experiência política.”*²⁷¹

A permanência da Sr. Ruth Almeida Noernberg à frente do Movimento foi curta. O grupo entendia que era necessário ter à frente do Movimento uma pessoa que articulasse de maneira estratégica as questões políticas e soubesse lidar com a heterogeneidade do grupo e suas divergências internas. É evidente que o movimento passou por crises internas. Segundo Helleton Fonseca, *“desde o início D. João sempre enfatizou que o mesmo deveria ser um fórum democrático, com todas as correntes de pensamento manifestadas e que o Movimento somente seria legítimo se houvesse a tão desejada harmonia*

²⁷⁰ Heller; Feher, , 1998, p.117

²⁷¹ Helleton, – entrevista nov.2004

entre os contrários. As idéias, as posturas deveriam ser debatidas até a exaustão e sempre tomadas em consenso comum.”²⁷²

Essa avaliação indica a importância dos princípios e das práticas originais do Movimento. Sabe-se que as pessoas têm dificuldades em conviver com a heterogeneidade de idéias, por isso acabam se afastando do grupo. Talvez por isso, o grupo está reduzido a poucos participantes. Em Carambeí e Ortigueira, a situação é bastante semelhante.

*“A virtude da coragem cívica é de não menos importância nas ações coletivas. Contudo, cada um e todos os participantes de uma ação coletiva correu seu risco como indivíduo. A coragem cívica é o tipo de coragem necessária em movimentos que abrem mão do uso da força, onde não são exigidas virtudes marciais, os movimentos de resistência passiva ou de desobediência civil”.*²⁷³

Ainda no ano de 2002, o Ex-Coordenador do Movimento – D. João Braz é transferido para a Arquidiocese de Brasília, deixando uma lacuna no cenário político pontagrossense. Alguns cidadãos respiraram aliviados, ao passo que outros sentiram a ausência e a liderança do Bispo à frente das questões políticas locais. Ainda não é possível avaliar os desdobramentos da saída do Bispo e as implicações internas desse fato histórico no seio do movimento. Como afirmamos anteriormente, a gestão da Professora Ruth no Movimento durou muito pouco. A responsabilidade de tal função passou para a também Professora Margareth Munhoz, estando ainda hoje na direção do Movimento de Ética e Cidadania. A bandeira da nova diretoria é o desenvolvimento do Projeto ‘Ponta Grossa – 200 mil votos’; discussão sobre a tarifa do transporte coletivo; confecção

²⁷² Fonseca, – entrevista – nov. 2004

²⁷³ Heller, Feher, 1998 , p.125

de cartilhas; organização de debates em períodos pré-eleitorais; a manutenção dos boletins informativos e a estabilização do movimento.

A nova Coordenadora do Movimento deu continuidade à política de ações efetivas do Movimento Ética e Cidadania. Mesmo com pouca disponibilidade para uma atuação integral junto ao Movimento, a atual coordenadora tem correspondido à função, conduzindo o Movimento sob o viés da pluralidade de idéias e sobretudo com um agir estratégico incomum em Movimentos desta natureza.

O Movimento de Ética e Cidadania historicamente teve que conviver com suas dificuldades operacionais em alguns casos. Os seus líderes tiveram que enfrentar situações desestimuladoras, mas aprenderam a administrar conflitos internos e externos desde sua criação em 2000. Geralmente a frustração ocorria quando expectativas deixavam de ser materializadas. Como se nota, a democracia tem um percurso cheio de limitações objetivas, mas também subjetivas e os cidadãos precisam vencer tais obstáculos na vida cotidiana.

Ao entrevistar cidadãos não envolvidos diretamente com o movimento, os comentários são céticos quanto a dinâmica do movimento. A jornalista Cláudia Carneiro destaca:

“Não se ouve e não se vê a participação do grupo em questões políticas da cidade. Muito de leve, algumas pessoas ligadas ao movimento participam do Movimento Pró-Medicina (Movimento de cidadãos Ponta-grossenses que defendem a manutenção do Curso de Medicina na UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa, abortado pelo atual Governador de Estado – Roberto Requião), que reivindica a volta do curso de Medicina à UEPG. O curso foi suspenso pelo atual governador, há mais de 01 (um) ano, sob a alegação que sua criação teria sido um ‘estelionato’ eleitoral praticado por um Deputado de Ponta Grossa (Plauto Miro Guimarães), às vésperas das

últimas eleições para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. (Carneiro. Entrevista – junho/2004). É importante lembrar que a Jornalista Cláudia Carneiro, atuou como assessora de Imprensa do governo Péricles de Mello e acompanhou de perto o conflito envolvendo Péricles de Mello e o Movimento de Ética e Cidadania sobre o episódio do Projeto Popular do Nepotismo e sobre a polêmica envolvendo o resultado final da auditoria realizada pela FGV.”²⁷⁴

Deve-se registrar, neste momento, a afirmativa de Heller:.

“Alguns traços de caráter podem ser considerados virtuosos por uma comunidade num determinado momento histórico e vistos com indiferença, e até mesmo como vícios, em outro”²⁷⁵.

Em 2003, o Movimento de Ética e Cidadania foi escolhido para receber o prêmio organizado pela Fundação ‘O Semeador’. D. João Braz de Aviz, foi escolhido para representar o Movimento no dia 17 de dezembro daquele ano para receber o Prêmio Política ‘destinado ao indivíduo ou entidade que se destacou na área da Política não-partidária com obras, projetos, atividades’ que tenham contribuído de maneira significativa na defesa da cidadania, ou que tenha realizado obras ou atos que mereçam o reconhecimento social’.

²⁷⁴ Carneiro, entrevista – julho 2004

²⁷⁵ Heller; Feher, 1998, p.118

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao seu modo, a experiência do Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa, articulou de forma lógica uma linguagem política direta na comunicação com a sociedade. Talvez não se tenha ainda a dimensão exata dos desdobramentos das ações do Movimento de Ética e Cidadania. É possível até ouvir discursos que concebam o movimento como algo circunstancial e até mesmo superficial. As mudanças decorridas do Movimento em quadros institucionais são pouco perceptíveis, até porque a sociedade local acostumou-se a viver sob a égide de um comportamento político populista. O fosso existente entre um agir político espontâneo e um agir político voltado para o poder ainda é muito na cultura política brasileira.

O balizamento do Movimento pode fazer-se também fora da esfera da política tradicional e é isso que o diferencia de outras tantas experiências bem sucedidas ou não Brasil afora.

O esvaziamento do ‘político funcional e profissional’ intensificado nas últimas décadas gerou, por um lado, aspectos positivos, levando em conta que a sociedade passou a ser pensada em termos de sua própria forma de organização.

Enfim, a sociedade organizada de Ponta Grossa criou uma engenharia política própria capaz de oferecer uma prática cívica viável. Outras experiências surgiram em cidades distintas, mas poucas tiveram a oportunidade de alterar agendas e pautas políticas prontas e herdadas como ocorreu em Ponta Grossa.

A política acontece quando os sujeitos se constituem como cidadãos em seu espaço de vida e de trabalho de forma coletiva e atuante sobre a realidade que o cercam. A política é, portanto, atitude na busca de ações possíveis:

“[...]O que importa é, pois, uma atitude criativa, de quem se torna sujeito de sua vida, e não mais o lugar: a postura, e não a posição, eis o que conta. Sai-se de uma idéia de poder delineada a partir de um espaço, de um território, mais ou menos estáticos, e passa-se a uma política que tem mais a ver é com uma atitude, com um enfoque, com o rumo de uma ação.”²⁷⁶

Nas eleições municipais de 2004, curiosamente assistimos à aliança do candidato à reeleição Péricles de Mello com o hoje deputado estadual Jocelito Canto. De outro lado, o candidato que representava a elite empresarial, remanescente da elite campeira de outras décadas, Pedro Wosgrau. Este com o apoio do deputado estadual Plauto Miro Guimarães. O resultado das urnas até hoje é motivo para reflexões apaixonadas por uma parte e acadêmica, por outra. Ficou demonstrado que tanto a experiência neopopulista de Jocelito, quanto o governo petista de Péricles, não responderam aos anseios e expectativas dos cidadãos neste momento histórico como se previa ou de outra forma a sociedade pontagrossense, não admitiu que a prática populista fosse reavivada com a aliança de quem combateu o populismo – o governo petista.

²⁷⁶ Ribeiro, 2000

O apoio do deputado Jocelito Canto a Péricles de Mello acabou não revertendo em votos para o prefeito que buscava sua reeleição. Há indícios de que a derrota de Péricles e seu enfraquecimento no segundo turno estejam relacionados à forte rejeição de Jocelito Canto junto aos grupos formadores de opinião, tais como professores, profissionais liberais, pequenos empresários, membros da classe média. Provavelmente esse segmento da sociedade contribuiria em forma de votos e discursos na reeleição do candidato petista.

Nessas eleições a sociedade pontagrossense manifestou-se contra Jocelito e Péricles, decidindo por um candidato que naquele momento expressava o retorno à política tradicional com o apoio de empresários urbanos e rurais.

Durante a campanha eleitoral de 2004, Jocelito apoiou Péricles atendendo a uma aliança do PMDB com o PT sob o comando do Governador Roberto Requião. Jocelito assumiu essa atitude em programas eleitorais. Contudo, não fica muito evidente se o deputado apoiava as propostas do candidato Péricles. Provavelmente a aliança de Jocelito e Péricles, fez com que o eleitor se sentisse inseguro e optasse por um candidato aparentemente independente.

A política não é mais essencial ou exclusivamente, quando se refere ao poder. Ela tornou-se tudo aquilo que, sé possível de realizar como ação humana criativa. Agir politicamente é moldar a própria vida sem seguir uma regra anterior²⁷⁷, como muito bem analisou Janine Ribeiro.

Mas haverá outra solução? Precisaremos sempre ativar duas lógicas opostas: uma de pequena ambição, mas eficaz, que apela ao interesse

²⁷⁷ Ribeiro, 2000

privado e gera uma ordem social; outra, com pouca eficiência, mas se refere à moral e à virtude, embora não ordene o mundo. Essas duas lógicas são igualmente necessárias e coexistem na experiência dos cidadãos. Talvez a lógica da moral e da virtude não ordene o mundo inteiro; talvez não dê conta da globalização dos mercados; mas ela é o referencial para a construção e as socializações possíveis, religiosas, políticas, de empenho no coletivo somado a um forte teor afetivo.²⁷⁸

A capacitação cívica promovida pelos integrantes do Movimento de Ética e Cidadania com a recepção de muitos cidadãos locais parece resistir em Ponta Grossa. Vimos que o Movimento em parceria com o governo municipal embora com poucas afinidades com a moralidade pública, como foi o caso da administração petista no período de 2001 – 2004, efetivou novas práticas políticas excluindo as formas populistas do governo municipal.

O Partido dos Trabalhadores ficou à margem do Movimento de Ética e Cidadania, não conseguindo impor sua agenda política em favor de uma prática política partidária. Enfim, as práticas apregoadas pelo PT não coincidia com a nova proposta de ação política defendida pelos integrantes do Movimento de Ética e Cidadania e seus simpatizantes.

A cultura política vigente no Brasil precisa ser reformulada. Há ainda uma forte tendência de que os Executivos Municipais continuem a ter o poder de definir a agenda pública sem a colaboração efetiva de Movimentos da sociedade civil. Quando as entidades representativas e os movimentos sociais

²⁷⁸ Ribeiro, 2000.

estão atrelados a uma pauta já definida pelo Executivo Municipal, o diálogo e ações têm maiores chances de ocorrer. Todavia, quando as entidades representativas e os movimentos sociais privilegiam suas ações e as direcionam em conjunto com o Executivo Municipal, então as políticas públicas se materializam em benefício da sociedade.

O Movimento de Ética e Cidadania passou por diferentes situações históricas, no momento presente, abre-se um leque de possibilidades de alteração de sua agenda política e tem que se relacionar com uma elite empresarial que atua sob um modelo tradicional de gestão pública.

Como ficou evidenciado, as ações do Movimento tem sido mais efetivas quando o Chefe do Executivo tem pouca afinidade com o perfil democrático de lutas cívicas, como foi o caso do Governo Municipal de Jocelito Canto.

A administração petista buscou monopolizar a agenda de construção cívica, sem o envolvimento do Movimento de Ética e Cidadania, baseando-se em um projeto político de tipo partidário, mas teve que conciliar com a política participativa de parte da sociedade civil. Na conjuntura atual em Ponta Grossa, o Movimento de Ética e Cidadania terá a oportunidade de propor alteração significativa na sua prática política com o apoio da sociedade civil organizada, uma vez que está operando ações em uma fase da política onde o Governo Municipal vem adotando políticas neoliberais sintonizadas com o mercado e os interesses privados locais. Enfim, o Movimento terá a oportunidade

de cumprir de fato seu papel político sobre a agenda pública local articulado com a agenda pública nacional em prol da ética sobre os negócios públicos.

As administrações municipais sob a gerência do Partido dos Trabalhadores tem proporcionado aos estudos, sólidos artefatos para suas reflexões. Temos assistido, ao contrário da tradição da esquerda convencional que sempre priorizou a disputa nacional, um partido político voltado para questões de esfera local.

Todavia, o grande embate enfrentado por estas novas administrações petistas tem sido o enfrentamento com a vocação centralizadora que permeou toda a história política brasileira. A concentração do poder na Federação ou no Estado Nacional tem sido mantido desde o Brasil Império. Há ainda o agravante da tradição socialista de concentração de poderes. Esta herança marxista-leninista não foi ainda diluída como pretendeu os neo-socialistas latino-americanos e brasileiros.

Além de centralizadora, as administrações petistas tem ainda encontrado um forte complicador adicional: a conjuntura histórica da mundialização da economia, da política, da cultura, da interdependência dos mercados, próprias da década de 1990.

Em face destes complicadores tem prevalecido um descompasso entre o ideal e o real na engenharia política do Partido dos Trabalhadores, quase sempre penalizando o atendimento às demandas sociais.

Pela marcante postura de partido oposicionista, a chegada ao poder desta sigla contribuiu para a criação de um forte imaginário messiânico e uma crença em mudanças estruturais em curto período de tempo.

O dificultador deste processo é que as mudanças locais, se não forem sustentáveis e eficientes tendem a se exaurir e a criar vácuos perigosos. O grande drama da administração petista em Ponta Grossa foi não ter construído um tempo de espera para a materialização de suas ações inovadoras e sua forte inclinação consensual para o cumprimento da institucionalidade em todos os setores. Este tem sido o drama de todas as administrações petistas, ou seja, sua fidelidade ortodoxa dentro do marco da democracia representativa e das instituições liberais do Estado brasileiro. No momento em que assistimos a um volume enorme de movimentos sociais descolados da práxis institucional, presenciamos o partido dos trabalhadores refém de uma tradição política não tolerada por seus militantes mais engajados.

O pragmatismo do Partido dos Trabalhadores tem ofuscado sua história de décadas e isto tem contribuído para uma derrocada ideológica sem precedentes.

A política nacional e suas implicações podem ser estendidas ao micro-universo de Ponta Grossa no que tange à evasão de militantes de movimentos sociais para o quadro efetivo do Governo Federal. A perda de importantes quadros e militantes do Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa, que passaram a fazer parte do governo municipal, causou uma certa confusão na sociedade local. Houve um imobilismo de posição política e uma

invasão territorial de ambas as partes. A defesa da ética e da transparência ficou sem uma paternidade oficial. A administração municipal petista e o Movimento de Ética e Cidadania entraram em um ponto de refluxo e passaram a disputar a mesma matriz ideológica de moralidade pública. Desta forma, houve um enfraquecimento das organizações sociais e uma crise de funções. Tanto o Partido dos Trabalhadores como o Movimento de Ética e Cidadania tiveram um maior atuação no momento em que enfrentavam uma ideologia neopopulista. Há fortes indícios que esta sinergia – Partido dos Trabalhadores e Movimento de Ética e Cidadania – terá a possibilidade de alterar a agenda política local combatendo desta vez uma ideologia liberal, como é caso da nova Administração 2004 – 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

1. Documentos impressos.

1.1. ACERVO COMPLETO DO MOVIMENTO DE ÉTICA E CIDADANIA DE PONTA GROSSA.

Atas, relatórios, boletins informativos, publicação, correspondências, fotografias, cartilhas, material de divulgação, estatuto.

1.2. ACERVO COMPLETO DO ARQUIVO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA (CPPH) DA UEL – sobre a Cassação do ex-Prefeito Antonio Belinati.

1.3. RELATÓRIOS DA AUDITORIA DA F.G.V. (Fundação Getúlio Vargas) 2001 – 2002.

1.4. Procedimento criminal diverso n. 200.70.03.002282-6.

Procedimento MPF/PR/MARINGÁ N. 1.25.006.00139/2000-87.

Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Paraná. Procuradoria da República no Município de Maringá.

2. Jornais e Revistas.

2.1. Jornal Diário da Manhã.

Colunas, editoriais, releases, dossiês e publicações diversas sobre o cenário político de Ponta Grossa –1990 a 2004.

2.2. Jornal Diário dos Campos.

Colunas, editoriais, releases, dossiês e publicações diversas sobre o cenário político de Ponta Grossa –1990 a 2004.

2.3. Jornal- O Estado do Paraná – 11 dez. 1999.

2.4. Jornal – Folha de Londrina – 11 de março de 2000.

2.3. RIBEIRO, R. J. REVISTA ISTO É, 30/09/98 – Nº 1513.

2.4. DIAS, Reginaldo Benedito. Jornal O diário de Maringá. 20/02/2001.

2.5. CRUZ, José Aparecido. Jornal O diário de Maringá. 22/02/2001.

3. Fontes Orais.

CARNEIRO, Cláudia. Jornalista militante em Ponta Grossa. Professora de Jornalismo na UEPG. No período da entrevista ocupava a função de Assessora de Imprensa da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Entrevista realizada pelo pesquisador em 10 de junho de 2004

FONSECA, Helinton. Advogado militante em Ponta Grossa. Membro fundador do Movimento de Ética e Cidadania. Entrevista realizada pelo pesquisador em 12 de novembro de 2004

CANTO, Jocelito. Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Ex-Prefeito de Ponta Grossa. Entrevista realizada pelo pesquisador em 15 de julho de 2004

AVIZ, João Braz. Bispo da Arquidiocese de Brasília. Entrevista realizada pelo pesquisador em 02 de janeiro de 2005.

GADINI, Sérgio. Jornalista. Professor da UEPG – Ponta Grossa. Entrevista realizada pelo pesquisador em 10 de novembro de 2004

PARTMEYER, Maria Isabel. Líder do Movimento de Ética e Cidadania de Carambeí – Pr. Entrevista realizada pelo pesquisador em 20 de novembro de 2004

PEDROSO JR, Antonio Marcos. Advogado militante em Ortigueira e líder do Movimento de Ética e Cidadania da mesma cidade. Entrevista realizada pelo pesquisador em 13 de novembro de 2004

NOERNBERG, Ruth. Professora aposentada. Ex-Presidente do Movimento de Ética e Cidadania. Entrevista realizada pelo pesquisador em 10 de julho de 2002

4. Iconográficas.

4.1.DOCUMENTÁRIO DO PROGRAMA FANTÁSTICO – Bloco – ‘Estamos de olho’. Maio/2000.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, S; DAGNINO, E. ; ESCOBAR, A. (orgs.) (1997), The cultural and the political in Latin American social movements. Boulder, Westview Press (os números das páginas citadas referem-se à versão preliminar, fotocopiada).

ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ANDRADE, Cláudio César de. Reflexões sobre a História política: a questão ética na esfera pública. Assis – São Paulo, 1999. Dissertação (mestrado) defendida no Programa de Pós-graduação de História da UNESP – Campus de Assis e UNICENTRO – Guarapuava – Pr.

AVRITZER, L. Teoria crítica e teoria democrática. Do diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública. *Novos Estudos Cebrap*, n. 53, março de 1999.

ARATO, A. e COHEN, J. (1994). *Sociedade civil e teoria política*, in L. Avritzer (org.), *Sociedade Civil e Democratização*, Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BARBOSA, L. *O Jeitinho Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BAUDRILLARD, J. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento*. 4. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

BOBBIO, N. *As ideologias e o poder em crise*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BURKE, P. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CARVALHO, J. M. *A tipologia da cidadania*. ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 9, nº 18, 1998.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARDOSO, C.F. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, C. “*História e paradigmas rivais*”. In: CARDOSO, C. e VAINFAS, R. (orgs.) *Domínios da História*. RJ: Campus, 1997.

CAPELATO, M. H. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CÉZAR, Délio. *A primavera de Londrina: o despertar de uma cidade contra a corrupção*. Londrina: Miograf, 2001.

CHAUÍ, M. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1980.

- CHAUÍ, M. *Espinosa: uma filosofia de liberdade*. São Paulo: Moderna, 1995.
- CHAVES, M. *Mas o Brasil é outra coisa*. O Estado de São Paulo – 09/07/97. p. 2.
- CHAVES, N. B. *A cidade civilizada: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do séc. XX*. In. DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SAHR, Cicilian Luiz Lowen. Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.
- CHAVES, N.B. (org.) *Visões de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.
- CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHAUVEAU, Agnes. *Questões para história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In. DAGNINO, E.(org.) *Anos 90. Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CNBB. Documento nº 65. Diálogo e Esperança – vol. 35.
- CODATO, Evandir. Personalismo político nos anos cinquenta. *Revista de História Regional* (1) 7: 9-45, Verão 2002. UEPG – Ponta Grossa – Pr.
- CONDOR, Steven. *Cultura pós-moderna. Introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1992.
- COSTA, S. (1997), *Dimension der Demokratisierung: Öffentlichkeit, Zivilgesellschaft und lokale partizipation in Brasilien* [Dimensões da democratização: sociedade civil, esfera pública e participação local no Brasil]. Frankfurt a.M., Vervuert.
- COTTA, Maurizio. II Concetto di partecipazione politica: linee di um inquadramento teorico. *Rev. Italiana de Scienza Política*, n.9, p.193-227, 1979.
- CUPERUS, R. “The populist deficiency of european social democracy” disponível em <<http://www.fes.de,2003>> Acesso em: 20/02/2004.
- DAGNINO, E.(org.) *Anos 90. Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DARNTON, R; DUHAMEL, O. (organizadores) *Democracia*. São Paulo: Editora Record, 2001. Tradução – Clóvis Marques. Artigo – Civismo e corrupção. ALAIN ETCHEGOYEN, p. 317.

DELUIZ, N. *Formação do sujeito e a questão democrática em Habermas*. Boletim Técnico do Senac – v. 21, n. 1, jan/abr.,1995.

DE PAULA, J. C. M. *Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução*. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SAHR, Cicilian Luiz Lowen. Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

DEMO, P. *Pobreza Política*, ed. 4ª. Campinas – SP.: Autores Associados, 1994. (Coleção Polêmicas do nosso tempo – Vol. 27).

DIAS, Reginaldo Benedito. *No calor da hora: artigos sobre política, história e memória*. Maringá: Gráfica e Editora Clichetec, 2003

DI CREDDO, M.C.S. *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Organizadores:. Programa de Pós-Graduação em História – UNESP.

DIMENSTEIN, G. *Como não ser enganado nas eleições*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica nos anos 80*. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

DITZEL, C.H.M.; SAHR, C. L. L. *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

DITZEL, C. Tese de doutorado. *Manifestações autoritárias: o integralismo nos campos gerais (1932-35)*. Programa de Doutorado da UFSC – Santa Catarina. Florianópolis – 2004.

DOSSE, F. *A história em migalhas: dos annales à nova história*. trad. Dulce Ramos. São Paulo: Ensaio, Campinas: EDUNICAMP, 1992.

DOIMO, A. M. *Movimentos Sociais e Participação Política: a problemática contemporânea da ação-Direta*. In: CAMINO, Leôncio. (org.) Estudos sobre comportamento político. Teoria e Pesquisa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

DUPAS, G. *Tensões Contemporâneas Entre o Público e o Privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DUPAS, G. *Hegemonia, Estado e Governabilidade* - Série Livre Pensar 12. São Paulo: Editora Senac, 2002.

ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 18, 1996, p. 257-424. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ETCHEGOYEN, ALAIN. *Civismo e corrupção*. In DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. (orgs). Democracia. São Paulo: Editora Record, 2001.

FAORO, R. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, ed. 5ª., vol. 2. Porto Alegre: Globo, 1979

FAORO, R. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 6. ed., v. 1. Porto Alegre: Globo, 1984.

FERREIRA, J. (org.) *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs) *O Brasil Republicano, vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GADINI, S.(org.) *Eleições Midiáticas- retratos da disputa política municipal em Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004.

GAMBETTA, Diego. *Civismo e corrupção*. In DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. (orgs). Democracia. São Paulo: Editora Record, 2001.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GOHN, M. G. *História dos Movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Loyola, 1999.

GOHN, M. G. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, R. *Crítica da razão Tupiniquim*. 10. ed. São Paulo: FTD, 1990.

GRAU, N. C. *Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão Pública e representação social*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HABERMAS, J. *A constelação Pós-Nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, J. *A revolução e a necessidade de revisão na esquerda. O que significa o socialismo hoje? In: BLACKBURN, Robin (Org.). Depois da queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid, Cátedra, 1989.

HABERMAS, J. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

HABERMAS, J. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2 vols., 1997.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HECK, J. N. ; ORSINI, R. *Moral e Ética em Habermas*. Revista Fragmentos de Cultura. Goiânia. V. 10. n.1. jan./fev/2000.

HELLER, A.; FEHER, F. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HILÁRIO , José. *Nada a declarar*. Maringá: Edição do autor, 2001.

HOBSBAWN, E. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Boi tempo, 2002.

LEFORT, C. “*Nação e soberania*” em NOVAES, Adauto (org). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LE GOFF, J.; NORA, P. *História: Novos Problemas*, 2. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1990.

LE GOFF, J. *História e Memória*. ed. 4ª. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LOCKE, John,. *Dois tratados sobre o governo*. Sao Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOWEN, Cicilian Luiz. *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

LÜCHMANN, L. H. H. A Democracia Deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. Fpolis, *Cadernos de Pesquisa* (PPGSP), n. 33, nov. de 2002.

KPLAN, E. Ann (org.). O mal-estar no pós-modernismo - teorias e práticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

MANZINI-COVRE, Marilou. Brasil clivado: o seu lado criativo. In. D'INCAO, Maria Ângela (org.). O Brasil não é mais aquele ... mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, J.S. *As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a Tendência à Anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares*– Estudos Avançados 38. vol. 14. janeiro/abril/2000.

MELLUCI, ALBERTO. *A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTENEGRO, A. T. *História oral, caminhos e descaminhos*. In: *Revista Brasileira de História*, n.25/26. Memória , História , Historiografia, v. 13, set/92 agosto/93.

MONASTIRSKY, L. B. *A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa*. In. DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SAHR, Cicilian Luiz Lowen. Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

NAIR, S.; MORIN, E. *Uma Política de Civilização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

NOGUEIRA DA SILVA, P. N. *Democracia e realidade brasileira*._São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1989.

NOVAES, A. (Org) *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras - Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura brasileira nesse fim de século. In. D'INCAO, Maria Ângela.(org.). O Brasil não é mais aquele ... mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez, 2001.

PINHEIRO, P. S. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Tradução Luis Alberto Monjardim. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

REIS, J.C. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REMOND, R. (organizador) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RESENDE, E. *Cidadania: o remédio para as doenças culturais brasileiras*. São Paulo: Smmus, 1992.

RIBEIRO, R. J. *A marca do Leviatã*. São Paulo: Ática, 1978.

RIBEIRO, R.J. *A sociedade contra o social*. O alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

RIBEIRO, R. J. *Por uma nova política – uma campanha na SBPC*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Editora Contexto, v. 15, n.30, p. 9-22. 1995.

RUSEN, J. *Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da 'nova' intransparência*. *História: Questões e debates*, Curitiba: n. 18/19:303-328, jul/dez. 1989. HABERMAS, J. *Der philosophische Diskurs der Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp, 1982.

RUSCHEINSKY, A. *Metamorfoses da cidadania*. São Leopoldo: Ed. da UNISINO, 1999.

SAES, Décio de Azevedo Marques de. *A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina*. In DAGNINO, E.(org.) *Anos 90. Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAHR, C. L. L. *Estrutura interna e dinâmica social de Ponta Grossa*. In. DITZEL, C. H. M.; SAHR, C. L. L. *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

SANTOS, W.G. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SANTOS, W. G. *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*. São Paulo: Editora Roço, 2000.

SANTOS, B. S. *Para um novo senso comum: a ciência, direito e política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, B.S. *Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo*. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, B.S. (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENNET, R. *O declínio do Homem Público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SENRA, Stela. Mídia, política e intimidade: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor. In. D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O Brasil não é mais aquele ... mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, J. J. F. *Homem, cidadão: ética e modernidade em Weber*. Revista Lua Nova, São Paulo: Tec Art, 1994.

SOUZA, M. C.C. (1988). *A Nova República Brasileira: sob a espada de Dâmocles*. In A. Stepan, *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra.

STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia. A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Trad. Patrícia de Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 203-226.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. São Paulo: Editora Record, 2001.

TENDLER, J. *Bom Governo nos Trópicos*. São Paulo: Editora Revan, 1998.

THOMPSON, Edward Paul. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1985.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1968.

WEBER, M. *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos*. Petrópolis: Vozes, 1993.

WEFFORT, F. *O Populismo na Política Brasileira*., ed. 4ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ZANCANARO, F. *A Corrupção político-administrativa no Brasil*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

ZAJDSZNAJDER, L. *Ser Ético.* Rio de Janeiro: Gryphus, 1994.

YOUNG, Íris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In. SOUZA, Jessé (org.) Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.